



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 268/2014/SPR/COADE

Brasília, 6 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

DEVANIR RIBEIRO

Deputado Federal e Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes.

Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II) Ala "C" - Sala 08 – Térreo

CEP: 70.160-900 - BRASÍLIA/DF

Assunto: Encaminha cópia dos autos e da decisão plenária proferida nos autos do Processo CNMP Nº 0.00.000.001096/2014-37.

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento de Vossa Excelência, cópia dos autos e da decisão plenária proferida por este Conselho na 15ª Sessão Ordinária, realizada em 04/08/2014, que aprovou a proposta orçamentária do Ministério Público da União para o exercício de 2015, nos termos do art. 22, §1º e §2º, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (Projeto de Lei nº 03/2014-CN).

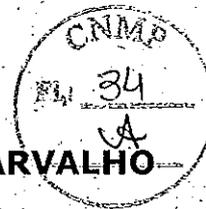
Atenciosamente,


BLAL YASSINE DALLOUL
Secretário-Geral do CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Ministério Público da União

EMENTA

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015. ARTIGO 22, § 1º E 2º, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. APROVAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA:

1. Proposta orçamentária elaborada em conformidade com as determinações legais vigentes
2. Adequação das propostas aos limites previstos na legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.
3. Aprovação das propostas orçamentárias do MPM, MPT, MPDFT e ESMPU para o exercício financeiro de 2015.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pela aprovação da proposta orçamentária do Ministério Público da União, para o exercício financeiro de 2015, nos termos do voto do Relator.

Brasília (DF), 04 de agosto de 2014.


LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

RELATÓRIO

O Procurador-Geral da República encaminha, por meio do OFÍCIO/PGR/GAB/Nº1020, a proposta orçamentária do Ministério Público da União para o exercício de 2015, para apreciação deste Colegiado, em cumprimento ao art. 22, § 1º e 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 12.078, de 17 de agosto de 2012).

Anexas ao ofício, as propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, devidamente aprovadas por seus respectivos Conselhos, e da Escola Superior do Ministério Público da União.

Em apertada síntese, as propostas contém:

Ministério Público Militar (MPM)

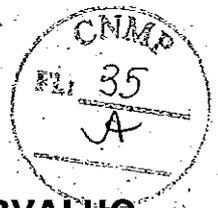
O MPM apresentou proposta orçamentária que compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Nos termos do apenso III, a despesa total do MPM para o exercício de 2015 está fixada em **R\$ 277.620.994** (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e vinte mil e novecentos e noventa e quatro reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 206.393.446 (duzentos e seis milhões, trezentos e noventa e três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), somado ao valor referente a outras despesas correntes, de R\$ 46.921.152 (quarenta e seis milhões, novecentos e vinte e um mil e cento e cinquenta e dois reais) e



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

por fim, o montante de R\$ 24.306.396 (vinte quatro milhões, trezentos e seis mil e trezentos e noventa e seis reais) destinado a despesa de investimentos.

As prioridades que nortearam a definição das despesas na elaboração desta proposta foram:

- a) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro-RJ;
- b) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar em Bagé-RS;
- c) Manutenção do Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar e das Procuradorias de Justiça Militar nos estados.

Cabe salientar ainda que em relação aos investimentos direcionados a execução de projetos, foram priorizados àqueles constantes do Plano Plurianual.

Ministério Público do Trabalho (MPT)

A proposta orçamentária apresentada pelo MPT compreende o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

Nos termos do apenso II, a despesa total do MPT para o exercício de 2015 está fixada em **R\$ 2.237.144.115** (dois bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil e cento e quinze reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

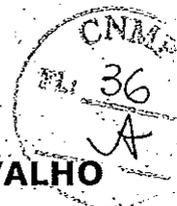
socialis no valor de R\$ 1.608.560.701 (um bilhão, seiscentos e oito milhões, quinhentos e sessenta mil e setecentos e um reais), somado ao valor referente a outras despesas correntes, de R\$ 388.820.630,00 (trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e vinte mil e seiscentos e trinta reais), mais o montante de R\$ 293.762.784 (duzentos e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil e setecentos e oitenta e quatro reais) destinados a despesas de capital.

Na elaboração desta proposta foram previstos os recursos referentes ao desenvolvimentos das atividades fim e meio do Ministério Público do Trabalho, abaixo enumerados:

a) Despesa de Interesse Público no Processo Judiciário – MPT que envolve: manutenção das unidades do MPT, ingresso de membros, contratação de estagiários, manutenção de novas instalações, despesas com tecnologia da informação, com Programas Adolescentes Aprendiz, e com terceirização de motoristas, elaboração e execução dos projetos de acessibilidade para adequação dos edifícios do MPT, ampliação dos atuais alugueis, reformas, mobiliário para novos membros e servidores, auxílio moradia e segurança institucional para os membros, capacitação de recursos humanos e por fim assegurar recursos com ações para erradicação do trabalho escravo;

b) Auxílios e benefícios, tais como: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) Comunicação e Divulgação Institucional;



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

- D) Aquisições e construções;
- e) Pessoal e Encargos Sociais;

Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT)

A proposta orçamentária apresentada pelo MPDFT compreende o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

A proposta orçamentária para o exercício de 2015, conforme acostado no apenso I, está fixada em **R\$ 954.853.210** (novecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e dez reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 732.585.700 (setecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais), somado ao valor referente a despesas correntes, de R\$ 145.028.810 (cento e quarenta e cinco milhões, vinte e oito mil e oitocentos e dez reais), e por fim, o montante de R\$ 77.238.700 (setenta e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil e setecentos reais) destinado a despesas de capital.

A previsão dos gastos referentes a propostas orçamentárias visa atender às demandas atuais para o bom funcionamento da Instituição e a prestação de serviços à sociedade de forma eficiente e eficaz, consoante às seguintes diretrizes:

- a) Pessoal e encargos Sociais;
- b) Administração Geral;



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

- c) Benefícios e Assistência Médica;
- d) Construções e Reformas.

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

A proposta orçamentária apresentada pela ESMPU compreende o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

A proposta orçamentária para o exercício de 2015, nos termos do apenso IV, está fixada em **R\$ 38.769.000** (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 12.270.000 (doze milhões, duzentos e setenta mil reais), somado ao valor referente a despesas correntes, de R\$ 23.188.000 (vinte e três milhões e cento e oitenta e oito mil reais), e por fim, o montante de R\$ 3.311.000 (três milhões e trezentos e onze mil reais) destinado a despesas de investimentos.

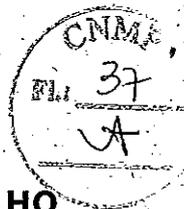
As ações previstas na programação orçamentária são as seguintes:

- a) Atendimento do custeio básico, essencial para o funcionamento das atividades da Escola;
- b) Ingresso de servidores concursados e seus reflexos ;
- c) Obras em andamento: construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União;



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

d) Ampliação das ações de capacitação para atendimento aos membros e servidores do MPU;

e) Investimentos em projetos de pesquisa na área jurídica, destinadas ao aperfeiçoamento da atividade dos membros DO mpu.

A Secretária de Planejamento Orçamentário, deste Conselho Nacional emitiu Nota Técnica nº 001/2014-SPO/CNMP.

É o relatório.

VOTO

Trata-se de Anteprojeto de Lei que tem por finalidade a emissão de parecer acerca das propostas orçamentárias do MPT, MPM, MPDFT e ESMPU, para o exercício de 2015, atestando a sua regularidade formal, a observância dos parâmetros estabelecidos na legislação vigente sobre a matéria, a adequação entre as dotações propostas e as despesas a serem efetuadas e a compatibilidade dos gastos programados com as atribuições dos respectivos ramos.

Ante a complexidade do caso, a Secretária de Planejamento Orçamentário deste Órgão exarou parecer técnico circunstanciado sobre a regularidade das propostas orçamentárias a fls. 32/33.



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

Depreende-se da Nota Técnica que as propostas orçamentárias observaram as diretrizes elencadas no art. 23 (parâmetros monetários para as despesas discricionárias) e nos arts. 72 e 85 (parâmetros para as despesas obrigatórias), todos do PL nº 3/2014-CN.

A Secretaria de Planejamento Orçamentário conclui sua análise técnica nos seguintes termos (fl. 33):

Assim, sem embargos e com base na documentação apresentada, infere-se que as propostas orçamentárias para 2015, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e da Escola Superior do Ministério Público da União, apresentam-se regulares e em condições de integrarem a proposta de Orçamento Geral da União para 2015, haja vista que:

- a- são compatíveis com o Plano Plurianual 2012-2015;
- b- cumprem os prazos, parâmetros e procedimentos estabelecidos pela legislação em vigor;
- c- refletem as necessidades e prioridades orçamentárias dos órgãos.

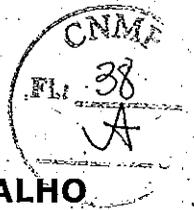
Ressalte-se que as propostas detalhadas de orçamento do Ministério Público da União foram aprovadas pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPÚ), em reunião realizada em 22 de julho de 2014.

A luz dos esclarecimentos técnicos acima delineados, entendo terem sido observados os requisitos legais, de modo que, ausente qualquer vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade nas proposições,



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

considero a proposta adequada às necessidades das respectivas unidades ministeriais.

Voto no sentido da aprovação da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União, para o exercício de 2015, com o consequente e imediato encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Dê-se ciência ao Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Encaminhe-se cópia à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 04 de agosto de 2014.


LEONARDO CARVALHO
Conselheiro relator



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

2014

28/07/14 18:40

SECRETARIA PROCESSUAL
COORDENADORIA DE PROTOCOLO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
0.00.000.001096/2014-37
APENSO I
- MPDFT -

REQUERENTE:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ADVOGADO DO REQUERENTE:

REQUERIDO:

CLASSE PROCESSUAL:

ANTEPROJETO DE LEI - AL

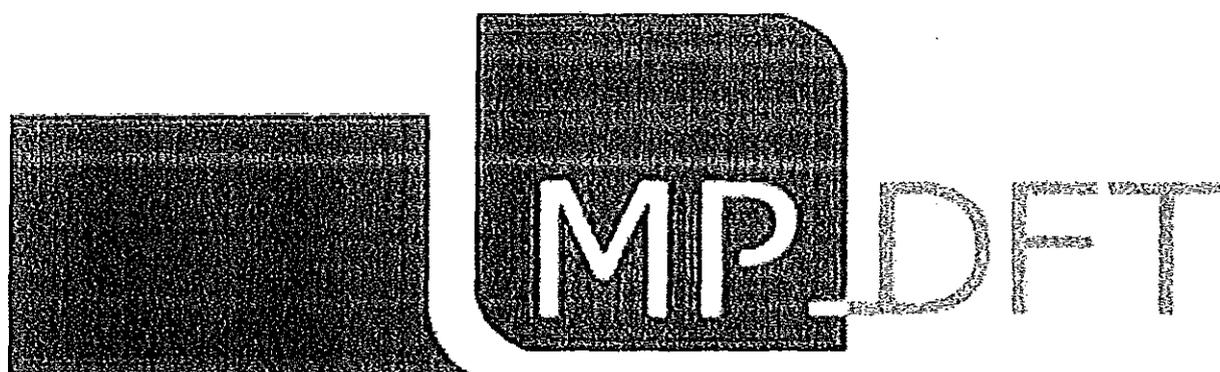
ASSUNTO:

Apresenta, para parecer deste Conselho Nacional, propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

ATOR(A)

ERVAÇÕES:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
2015**

Brasília
Junho/2014



CONSELHO SUPERIOR DO MPDFT

PRESIDENTE

EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO - PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

VICE-PRESIDENTE

JOSÉ FIRMO REIS SOUB - PROCURADOR DE JUSTIÇA

CONSELHEIROS

ZENAIDE SOUTO MARTINS – VICE-PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

MARIA DE LOURDES ABREU – PROCURADORA DE JUSTIÇA

CARLOS GOMES – PROCURADOR DE JUSTIÇA

ANTÔNIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO – PROCURADOR DE JUSTIÇA

MARIA ANAÍDES DO VALE SIQUEIRA SOUB – PROCURADORA DE JUSTIÇA

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR - PROCURADOR DE JUSTIÇA

ANA LUISA RIVERA – PROCURADORA DE JUSTIÇA - SECRETÁRIA

ADAUTO ARRUDA DE MORAIS – PROCURADOR DE JUSTIÇA

CORREGEDORA-GERAL

BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS - PROCURADORA DE JUSTIÇA

DIRETOR-GERAL

LIBANIO ALVES RODRIGUES

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

HILTON MUNIZ DE ALMEIDA - ANALISTA DE ORÇAMENTO

ÍNDICE

1. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015	5
1.1. BASE LEGAL	6
1.2. DIRETRIZES INTERNAS	6
1.3. DIRETRIZES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	8
2. ANÁLISE DA PROPOSTA 2015	10
2.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12
2.1.1. PESSOAL ATIVO	14
2.1.2. APOSENTADORIAS E PENSÕES	16
2.1.3. REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	16
2.2. ADMINISTRAÇÃO GERAL	16
2.2.1. PO 001 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	17
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS	19
EXPEDIENTE	20
ADMINISTRAÇÃO DE VEÍCULOS	21
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	23
SEGURANÇA INSTITUCIONAL	24
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	25
ESTAGIÁRIOS	26
ADOLESCENTE APRENDIZ	27
DIÁRIAS E PASSAGENS	28
ATENÇÃO À SAÚDE	29
ÁREA-FIM	29
CERIMONIAL E EVENTOS	30
2.2.2. PO 002 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	31
2.2.3. PO 003 – REFORMA DA GARAGEM DO MPDFT	32
2.2.4. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	32
2.3. BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA MÉDICA	34
2.3.1. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	34
2.3.2. AUXÍLIO-TRANSPORTE	34
2.3.3. AUXÍLIO-CRECHE	35
2.3.4. AUXÍLIO-NATALIDADE E FUNERAL	36
2.3.5. PO 001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	36
2.3.6. PO 002 - EXAMES PERIÓDICOS	37
2.4. <u>CONSTRUÇÕES E REFORMAS DE SEDES PRÓPRIAS</u>	38
2.4.1. CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO	38
2.4.2. AMPLIAÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA	40
2.4.3. CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAZLÂNDIA	41
2.4.4. REFORMA DA 1ª ETAPA DO EDIFÍCIO-SEDE DO MPDFT	43
2.4.5. CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOBRADINHO	44
2.4.6. BRÁSILA II	45
3. ACRÉSCIMOS	47
3.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48
3.1.1. JUSTIFICATIVA DOS ACRÉSCIMOS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48
3.2. DESPESAS CORRENTES	49
3.2.1. JUSTIFICATIVA DE ACRÉSCIMOS EM DESPESAS CORRENTES	49
3.3. INVESTIMENTOS	51
3.3.1. JUSTIFICATIVA DOS ACRÉSCIMOS EM INVESTIMENTOS	51

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
4. ANEXO I - PLANO INTERNO CONSOLIDADO	54
5. ANEXO II - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL (LRF ART. 55, INCISO I, ALINEA "A").....	55
6. ANEXO III - QUADROS DE APOIO.....	56
7. ANEXO IV - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE GASTOS COM PESSOAL.....	57
8. ANEXO V - PROJETO PADRÃO DAS PROMOTORIAS DAS CIDADES SATÉLITES.....	58

**1. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA
ORÇAMENTÁRIA 2015**

1.1. BASE LEGAL

A proposta orçamentária do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) é um documento que consolida as despesas para o exercício financeiro seguinte. É elaborada com base em diretrizes emanadas da Administração Superior e do Ministério Público da União.

A proposta orçamentária, para o exercício de 2015, tem como fundamentação legal os seguintes instrumentos:

- a) **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964** – estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- c) **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 – PLDO 2015** (Projeto de Lei nº 03/2014 - CN) - dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015;
- d) **Lei do Plano Plurianual (PPA 2012 – 2015) – Lei nº 12.593**, de 18 de janeiro de 2012 - institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

1.2. DIRETRIZES INTERNAS

O MPDFT, em consonância com os objetivos estabelecidos em seu Planejamento Estratégico, busca a racionalização e otimização dos recursos orçamentários e financeiros indispensáveis à realização de sua missão institucional.

De modo geral, a programação das despesas para 2015 considera a manutenção e a expansão dos serviços já em funcionamento no Órgão, decorrentes de inaugurações, implantações e ampliações de sedes próprias, seja pelo início e/ou continuidade de construções de novas sedes, seja por reformas e concepções de seus projetos executivos.

Especificamente, a elaboração da proposta orçamentária para o próximo ano tem como diretrizes internas:

- Projeção das despesas com ingresso de membros e servidores e implantação de funções no mês de janeiro, decorrentes de saldos de leis atuais e anteriores, sendo:

Promotores de Justiça Adjunto.....	31
Analistas.....	276
Técnicos.....	624
Funções.....	616

- Projeção das despesas com ingresso de pessoal decorrente do anteprojeto de lei que cria cargos de Procurador de Justiça, Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Adjunto, sendo:

Procurador de Justiça.....	10
Promotor de Justiça.....	23
Promotor de Justiça Adjunto.....	26

- Projeção das despesas com o pagamento de licença-prêmio em pecúnia;
- Impactos em despesas de custeio e de capital resultantes da previsão dos ingressos de pessoal no exercício de 2015;
- Conclusão das obras e implantação da Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião;
- Continuidade das obras de ampliação da Promotoria de Justiça de Taguatinga;
- Continuidade das obras de construção da Promotoria de Justiça de Brazlândia;
- Início das obras das Sedes da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília II;
- Contratação do projeto executivo para a construção da Promotoria de Justiça de Sobradinho;
- Implantação da estrutura física em imóveis alugados para a instalação das Promotorias de Justiça do Recanto das Emas e

- Projeção das despesas com a Gratificação por Exercício Cumulativo, conforme Anexo IX do Projeto de Lei nº 2.201/2011;
- Projeção do reajuste dos valores dos Cargos em Comissão, conforme Anexo X do Projeto de Lei nº 5.491/2013;
- Dissídio coletivo e reajuste (repactuação e/ou renovação) dos contratos de serviços continuados, no percentual de 4,7%;
- Acréscimo nas demais despesas classificadas em outras despesas correntes, no percentual de 10%;
- Considera para assistência médica e benefícios sociais:

Auxílio-alimentação.....	R\$ 751,00 por integrante
Auxílio-transporte.....	R\$ 91,00 por beneficiário
Assistência pré-escolar.....	R\$ 594,00 por dependente
Assistência médica e odontológica.....	R\$ 212,00 por beneficiário
Exames periódicos.....	R\$ 97,00 por beneficiário

- Considera para bolsa estágio:

Bolsa nível superior.....	R\$ 850,00
Bolsa nível médio.....	R\$ 590,00
Auxílio-transporte/dia.....	R\$ 7,00

2. ANÁLISE DA PROPOSTA 2015

A proposta orçamentária para o exercício de 2015 é de R\$ 954.853.210,00 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dez reais). Em comparação ao valor autorizado em 2014, apresenta uma variação de 82,3%.

O quadro abaixo, detalhado por Tipos de Despesas e Ações orçamentárias¹, evidencia essa evolução:

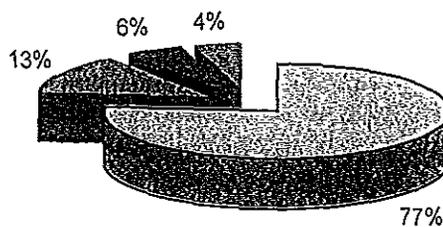
R\$ 1,00

Natureza de Despesas/Ações Orçamentárias	Lei + Créditos 2014 (a)	Proposta Orçamentária 2015 (b)	Variação	
			Absoluta (c=b-a)	Relativa (d=b/a)
Pessoal e Encargos Sociais	408.635.207	732.585.700	323.950.493	79,28
Pessoal Ativo	297.933.216	556.993.600	259.060.384	86,95
Pessoal Inativo e Pensionista	54.218.335	92.991.100	38.772.765	71,51
Contribuição Previdenciária do Servidor	56.483.656	82.601.000	26.117.344	46,24
Administração Geral	68.627.551	126.506.200	57.878.649	84,34
Defesa do IP no Processo Judiciário	67.727.551	122.674.100	54.946.549	81,13
PO 001 Defesa do IP no Processo Judiciário	66.327.551	118.773.600	52.446.049	79,07
PO 002 Capacitação de Recursos Humanos	1.400.000	1.900.500	500.500	35,75
PO 003 Reforma da Garagem do MPDFT		2.000.000	2.000.000	-
Comunicação e Divulgação Institucional	900.000	3.832.100	2.932.100	325,79
Benefícios e Assistência Médica	28.447.149	54.061.310	25.614.161	90,04
Assistência Pré-Escolar	3.060.000	5.607.360	2.547.360	83,25
Auxílio-Transporte	78.864	396.396	317.532	402,63
Auxílio-Alimentação	15.596.580	27.198.216	11.601.636	74,39
Auxílio-Funeral e Natalidade	276.669	304.500	27.831	10,06
Assistência Médica e Odontológica	9.435.036	20.554.838	11.119.802	117,86
PO 001 Assistência Médica e Odontológica	9.265.932	20.344.736	11.078.804	119,56
PO 002 Exames Periódicos	169.104	210.102	40.998	24,24
Construções e Reformas	18.070.000	41.700.000	23.630.000	130,77
Construção da Promotória de Brazlândia	10.100.000	7.000.000	(3.100.000)	(30,69)
Construção da Promotória de São Sebastião	1.000.000	1.000.000	-	-
Ampliação da Promotória de Taguatinga	4.000.000	6.000.000	2.000.000	50,00
Construção da Promotorias de Brasília II		5.000.000	5.000.000	-
Promotória do Recanto das Ervas	1.470.000		(1.470.000)	(100,00)
Promotória de Sobradinho		1.000.000	1.000.000	-
Reforma da 1ª Etapa do Edifício-Sede	1.500.000	21.700.000	20.200.000	1.346,67
Total	623.779.907	954.853.210	431.073.303	82,30

Para 2015, a distribuição percentual, por Tipos de Despesas, está representada, no gráfico a seguir:

¹ As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

Proposta Orçamentária 2015
Distribuição percentual por grupo de natureza de despesa



□ Pessoal e Encargos Sociais ■ Administração Geral
■ Benefícios e Assistência Médica ■ Construções e Reformas

2.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A despesa com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 732.585.700,00 (setecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais), foi calculada conforme o estabelecido no art. 72, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (Projeto de Lei nº 3/2014 - CN)². Esse valor representa 77% da proposta orçamentária deste Ministério Público, para o próximo ano.

Desse total, R\$ 556.993.600,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e noventa e três mil e seiscentos reais) referem-se ao pagamento de pessoal ativo; R\$ 92.991.100,00 (noventa e dois milhões, novecentos e noventa e um mil e cem reais) destinam-se a inativos e pensionistas; e R\$ 82.601.000,00 (oitenta e dois milhões, seiscentos e um mil reais) para a contribuição do regime de previdência social do servidor público; o que representa, respectivamente, 76,03%, 12,69% e 11,28% do montante das despesas com pessoal e encargos sociais.

Os quadros, a seguir, evidenciam, respectivamente, a despesa prevista com pessoal e encargos sociais e a sua composição para o próximo exercício financeiro:

² PLDO/2015 - Art. 72. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2015, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2014, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos arts. 77, 79 e 80, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - PREVISÃO 2015

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
PESSOAL ATIVO	556.993.600
PESSOAL INATIVO	92.991.100
REGIME DE PREVIDÊNCIA - CPSS	82.601.000
TOTAL	732.585.700

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - COMPOSIÇÃO

R\$ 1,00

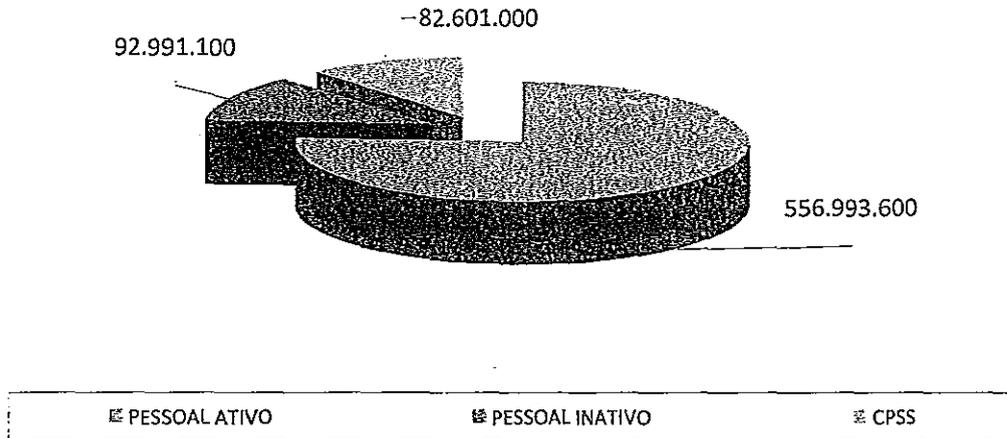
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
FOLHA NORMAL	466.354.100
REPERCUSSÃO EM 2015 DOS INGRESSOS OCORRIDOS EM 2014	9.587.900
REPERCUSSÃO EM 2015 DAS FUNÇÕES IMPLANTADAS EM 2014	0
INGRESSO DE SERVIDORES EM 2015	82.847.800
FUNÇÕES DE 2015 A SEREM PREENCHIDAS EM 2015	12.705.900
INGRESSO DE MEMBROS EM 2015	10.731.700
OUTRAS DESPESAS (Reposicionamento, Promoção, etc.)	4.367.000
CRESCIMENTO VEGETATIVO	4.547.600
GRATIFICAÇÕES E ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	1.958.100
SUBTOTAL (I)	593.100.100
REAJUSTE DOS SERVIDORES 2015 (GAMPU elevada de 75,2% para 90%)	23.555.100
REAJUSTE DOS VALORES DOS CARGOS EM COMISSÃO - PL Nº 5.491/2013	1.300.700
INGRESSO DE MEMBROS EM 2015 (ANTEPROJETO DE LEI)	15.023.900
GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ORÇAMENTO (GAO)	24.700
LICENÇA-PRÊMIO	18.480.300
EXERCÍCIOS ANTERIORES (EXCETO PAE)	22.931.800
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO (PL 2201/2011)	8.471.900
REAJUSTE DO SUBSÍDIO DOS MEMBROS	11.120.800
PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA - PAE	38.576.400
SUBTOTAL (II)	139.485.600
TOTAL (I+II)	732.585.700

Ressalta-se que a projeção das despesas com pessoal e encargos sociais mantém-se abaixo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a ótica do Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, conforme Demonstrativo da Despesa com Pessoal³, constante do Anexo II da proposta.

O gráfico, a seguir, representa a projeção de gastos com pessoal ativo, inativo e do regime de previdência.

³ Os valores da Receita Corrente Líquida do Demonstrativo da Despesa com Pessoal para 2015 são aqueles constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2014 da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, corrigidos pelo IPCA estimado para o próximo ano.

Pessoal e Encargos Sociais



Os recursos para o atendimento das despesas com a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), assim como em anos anteriores, serão alocados no orçamento do MPF, cujo valor de R\$ 38.576.419,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e dezenove reais), informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) deste MPDFT, foi atualizado até abril de 2015.

2.1.1. PESSOAL ATIVO

A projeção de despesas com pessoal ativo, no valor de R\$ 556.993.600,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e noventa e três mil e seiscentos reais) representa 76,03% da despesa com pessoal e encargos sociais.

Para essa projeção, foram considerados tanto o quantitativo físico de 368 membros e 1.588 servidores no quadro do MPDFT, em abril de 2014, bem como a despesa resultante da previsão de ingresso no ano de 2015 de 276 analistas e 624 técnicos, para a ocupação de vagas originárias da Lei nº 12.321, de 8 de setembro de 2010, e ainda a nomeação de 31 promotores adjuntos, para o preenchimento do saldo de vagas remanescentes de leis anteriores.

Destaca-se também, a inclusão da despesa com o preenchimento, no exercício de 2015, de 26 cargos de promotores de justiça adjuntos, 23 cargos de promotores de justiça e 10 cargos de procuradores de justiça e ainda a implantação de 177 funções e cargos em comissão previstos no anteprojeto de lei a ser encaminhado

ao Congresso Nacional, bem como do impacto resultante do ingresso em 2014, de 25 promotores de justiça adjuntos.

A proposta orçamentária contempla recursos para cobrir despesas com a previdência complementar de membros e servidores, a ser gerida pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, instituída pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Compreende, ainda, os recursos para as despesas resultantes do Projeto de Lei nº 2.201/2011, que trata da gratificação por exercício cumulativo de cargos dos membros do Ministério Público da União, a qual será devida aos membros do MPU que forem designados em substituição, na forma do regulamento, desde que a designação importe acumulação de cargos, por período superior a três dias úteis.

Outra despesa resultante de Projeto de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, está prevista na proposta e refere-se ao PL nº 5.491/2013, que tem por objetivo principal a revisão dos valores dos Cargos em Comissão CC-7 a CC-4, no mesmo percentual concedido aos Cargos de Direção e Assessoramento Superior DAS-6 a DAS-3, respectivamente, e em relação aos Cargos em Comissão CC-1 a CC-3, no percentual aplicado ao DAS-3, constantes da Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, de modo a recompor as perdas sofridas pelo processo inflacionário, tendo em vista que o último reajuste ocorreu em 2006, por ocasião da publicação da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

A proposta prevê, também, dotação para as despesas decorrentes do PL nº 7.785/2010, ainda em tramitação no Congresso Nacional, que institui a Gratificação de Atividade de Orçamento (GAO), no âmbito do MPU.

Alocam-se recursos para o atendimento das despesas relativas a exercícios anteriores, que dizem respeito ao pagamento de juros incidentes sobre Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) e licença-prêmio em pecúnia.

Por fim, informamos que a dotação necessária à previsão de implantação do subsídio dos servidores, na forma do PL 2.199/2011, será alocada de forma consolidada para os quatro ramos do MPU, na Proposta Orçamentária do MPF.

2.1.2. APOSENTADORIAS E PENSÕES

A projeção, para o exercício de 2015, estima o valor de R\$ 92.991.100,00 (noventa e dois milhões novecentos e noventa e um mil e cem reais), o que representa 12,69% da despesa prevista com pessoal e encargos sociais.

Essa projeção considerou a manutenção do quantitativo existente no ano de 2014, o crescimento vegetativo de 1% em relação ao quadro atual de inativos e pensionistas, além do impacto, no exercício de 2015, resultante do reajuste do subsídio dos membros e da remuneração dos servidores inativos e pensionistas, nos termos Leis 12.770/2012 e 12.773/2012, respectivamente.

2.1.3. REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Essa ação refere-se ao pagamento das despesas com a contribuição patronal de membros e servidores, no percentual de 22% sobre a remuneração, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

O valor da projeção de despesas com o regime de previdência, para o exercício de 2015, é de R\$ 82.601.000,00 (oitenta e dois milhões, seiscentos e um mil reais), o que representa 11,28% da despesa prevista com pessoal e encargos sociais.

2.2. ADMINISTRAÇÃO GERAL

A Administração Geral abrange todas as demandas relativas à manutenção do Órgão alocadas na Ação⁴ Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário e na Comunicação e Divulgação Institucional.

A Ação Defesa do Interesse Público é composta por três Planos Orçamentários⁵, quais sejam: PO 001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário; PO 002 - Capacitação de Recursos Humanos; e PO 003 – Reforma da Garagem do MPDFT.

4 Ação - Operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

5 Plano Orçamentário – PO é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram num nível mais

Ressalta-se que na Administração Geral estão contempladas as demandas de custeio e de investimentos decorrentes do Orçamento Participativo, encaminhadas pela Assessoria de Políticas Institucionais.

A seguir, apresentar-se-á o detalhamento das despesas por ações e planos orçamentárias, evidenciando, por tipo de gasto, os seus respectivos desdobramentos.

2.2.1. PO 001 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO

No Plano Orçamentário Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário alocam-se dotações para o atendimento de demandas de custeio e investimentos relativas a serviços técnicos e administrativos voltados para manutenção de imóveis, expediente, manutenção de veículos, tecnologia da informação, segurança institucional, documentação e demais atividades necessárias à gestão administrativa, para, de forma desafiadora, garantir que a funcionalidade deste Ministério Público seja cada vez mais eficiente e eficaz.

A dotação alocada nesse Plano Orçamentário, no valor de R\$ 118.773.600,00 (cento e dezoito milhões, setecentos e setenta e três mil e seiscentos reais), sendo: R\$ 83.234.900,00 (oitenta e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil e novecentos reais) destinados ao atendimento de despesas classificadas em outras despesas correntes e R\$ 35.538.700,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil e setecentos reais) para despesas classificadas em investimentos, exceto os projetos de construções. O quadro abaixo evidencia esses valores.

PO 001 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO

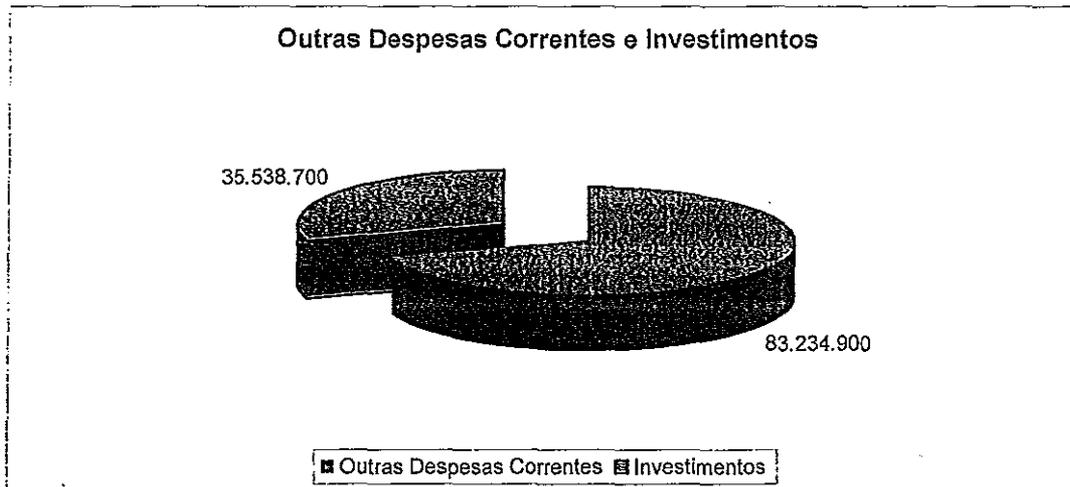
R\$ 1,00

Natureza de Despesas/Ações Orçamentárias	Lei + Créditos 2014 (a)	Proposta Orçamentária 2015 (b)	Variação	
			Absoluta (c=b-a)	Relativa (d=b/a)
Defesa do IP no Processo Judiciário				
Outras Despesas Correntes	63.780.000	83.234.900	19.454.900	30,50
Investimentos	3.947.551	35.538.700	31.591.149	800,27
Total	67.727.551	118.773.600	51.046.049	75,37

Essas dotações foram calculadas com base no art. 23 do Projeto de Lei

de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Projeto de Lei nº 3/2014 - CN), que estabelece como limite para a elaboração do orçamento do próximo exercício financeiro, o valor autorizado na Lei Orçamentária do ano em curso⁶.

O gráfico, a seguir, evidencia a dotação em outras despesas correntes e de investimentos (exceto construções de sedes próprias), para o próximo exercício.



⁶ PLDO/2015 - Art. 23. Para fins de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias para 2015, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão, como parâmetro, no que se refere às despesas classificadas nos GNDs 3 -Outras Despesas Correntes, 4 -Investimentos e 5 -Inversões Financeiras, excluídas as despesas com auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílio-transporte, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2014, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 31 de maio de 2014, exceto aqueles abertos à conta de superávit financeiro, bem como nos extraordinários.

§ 1º Serão excluídas do conjunto das dotações a que se refere o **caput** aquelas destinadas:

I - à construção e à aquisição de imóveis, desde que não tenham sido provenientes de cancelamentos de dotações de outras despesas correntes dos Poderes e do Órgão referidos no **caput**;

(...);

§ 2º Aos valores estabelecidos de acordo com o **caput** e o § 1º serão acrescidas as dotações destinadas às despesas:

I - da mesma espécie das mencionadas no § 1º e pertinentes ao exercício de 2015, exceto as de que trata o inciso I do referido parágrafo;

II - de manutenção de novas instalações em imóveis cuja aquisição ou conclusão esteja prevista para o exercício de 2014 e 2015, inclusive em imóveis cedidos por outros entes da Federação;

III - decorrentes da implantação e do funcionamento de novas varas e juizados especiais federais criados pelas Leis nos 10.259, de 12 de julho de 2001, 12.011, de 4 de agosto de 2009, e 12.762, de 27 de dezembro de 2012, de Procuradorias da República e Ofícios do Ministério Público do Trabalho criados pela Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, de varas do trabalho criadas pelas Leis nos 12.616 e 12.617, ambas de 30 de abril de 2012, pelas Leis nos 12.656, 12.657, 12.658, 12.659, 12.660 e 12.661, todas de 5 de junho de 2012, e pela Lei nº 12.674, de 25 de junho 2012, de novas zonas eleitorais e de novos órgãos da Defensoria Pública da União decorrentes da Lei nº 12.763, de 27 de dezembro de 2012;

ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS

As ações de Administração de Imóveis contemplam os projetos, as reformas e a manutenção das edificações do MPDFT em harmonia com os padrões de segurança, de economicidade e de conforto ambiental, abrangendo demandas como: energia elétrica, água e esgoto, iluminação pública, manutenção de elevadores e ar condicionado, taxas condominiais, manutenção dos bens móveis e imóveis.

Ressalta-se que, em decorrência da ação natural do tempo e de uso das sedes próprias do MPDFT, a demanda pela manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais mostra-se cada vez mais necessária, exigindo a execução de serviços de pintura, revitalização de coberturas e fachadas, impermeabilizações, dentre outros, cuja dotação apresenta-se sempre de forma expansiva a cada ano.

Há previsão de dotação para despesas com locação de imóvel para as novas Sedes da Promotoria de Justiça de Águas Claras e Recanto das Emas.

Contemplam-se ainda dotações destinadas a cobrir despesas com a permissão de uso, pelo MPDFT, de diversas áreas nos Fóruns das cidades satélites, na forma do Termo de Cessão de Direito Real de Uso – TJDFT nº 7/2011, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, bem como, para o reajuste da locação de imóveis de terceiros.

Analisando a evolução da despesa com locação de imóveis, observamos um aumento significativo da ordem de aproximadamente 41% em relação ao exercício de 2014, resultante da previsão de instalação das Promotorias de Justiça de Águas Claras e Recanto das Emas, bem como do espaço alugado no Setor de Indústrias Gráficas para a instalação de algumas unidades da área administrativa, cujo impacto orçamentário abrange o próximo exercício em sua totalidade.

Em cumprimento à Resolução do CNMP nº 81, de 31 de janeiro de 2012, estima-se dotação para a adequação das instalações físicas das unidades deste MPDFT às normas de acessibilidade e segurança.

O quadro, a seguir, evidencia o valor previsto para as despesas com administração de imóveis, no exercício de 2015.

VEÍCULO	QUANTIDADE	DESTINO
Especial I	1	Procuradoria-Geral
Serviço	5	(1) Promotoria de Justiça Brasília II (1) Promotoria de Justiça do Paranoá (1) Promotoria de Justiça de Santa Maria (2) Promotoria de Justiça de Taguatinga
Transporte	1	SECOV/DIAVE
Van	6	(1) Promotoria de Justiça do Guará (1) Promotoria de Justiça do Riacho Fundo (4) SECOV/DIAVE
Especial II	13	(2) Promotoria de Justiça do Guará (1) Promotoria de Justiça do Riacho Fundo (2) Promotoria de Justiça Brasília I (1) Promotoria de Justiça de Planaltina (1) Promotoria de Justiça do Gama (1) Promotoria de Justiça de Ceilândia (1) Promotoria de Justiça de Taguatinga (1) Promotoria de Justiça do Paranoá (1) Promotoria de Justiça de São Sebastião (2) Chefia de Gabinete
Transporte	1	SECOV/DIAVE

A aquisição de veículos no MPDFT segue os parâmetros da Portaria nº 513/PGR, de 23 de julho de 2003, que estabelece os procedimentos necessários para aquisições de veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União.

O quadro, a seguir, indica os valores programados para as despesas com administração de veículos, no exercício de 2015.

ADMINISTRAÇÃO DE VEÍCULOS

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.243.600
Material de consumo	3.3.90.30	676.600
Locação de mão de obra	3.3.90.37	89.700
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	462.700
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.90.47	14.600
INVESTIMENTOS		2.176.000
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52	2.176.000
TOTAL		3.419.600

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Compreende as ações voltadas ao planejamento das atividades de Tecnologia da Informação - TI constantes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, aprovado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, criado pela Portaria Normativa nº 032/PGJ, de 26 de janeiro de 2009.

As ações propostas estão orientadas para o enfrentamento dos desafios da gestão de TI, que incluem a manutenção da alta disponibilidade dos serviços, a geração de valor agregado aos projetos, a redução de custos e riscos, a garantia da segurança da informação e de conformidade a normas regulatórias, além da modernização do parque computacional.

Alocam-se os recursos para atender aos atuais contratos: SERPRO, FISCOSOFT, rede de contingência do MPDFT, acesso à internet, sistema de gerenciamento de pessoal, acessibilidade, manutenção de equipamentos de processamento de dados, manutenção da sala-cofre e linha de comunicação de dados. Além disso, programou-se a contratação de serviço de codificação de casos de uso e de teste em sistemas de informação (Fábrica de *software*) e de *Service Desk*, serviço de suporte à microinformática.

Do mesmo modo, são destinados recursos para a aquisição de equipamentos a fim de fomentar o processo digital, com o objetivo de aumentar a eficiência na recuperação de documentos e a racionalização do uso do espaço destinado à sua guarda.

Quanto às despesas de investimentos, há dotação para atender à aquisição de diversas licenças, a exemplo dos *softwares de backup*, de bancos de dados, de sistema operacional servidor, de correio eletrônico de usuário, de *business intelligence*, de desenho arquitetônico, de reconhecimento óptico de caracteres, de gestão de atividades da área meio, entre outras.

Ressalta-se, ainda, a aquisição de servidores de rede para substituição de equipamentos obsoletos; de bibliotecas de *backup*, para a melhoria de desempenho, velocidade e resiliência da solução de *backup* utilizada pelo MPDFT; e de *storages* para a expansão da capacidade de armazenamento de dados, entre outras.

Há a previsão, também, para a aquisição de microcomputadores, com vistas à substituição de 25% do parque computacional da Instituição e para a aquisição

recepção, de vigilância armada, de brigada de incêndio e para manutenção do sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV.

Quanto as despesas de capital há previsão de dotação para aquisição de equipamentos de raio x, de sistema de CFTV para todas as sedes próprias, portal detectores de metais, armamento cofres, sistema de rádio, entre outros.

As despesas com segurança receberam um incremento orçamentário significativo para o exercício de 2015, em decorrência da inclusão de novos postos nos blocos A e B do Edifício-Sede, nas Promotorias de Justiça de Águas Claras e Recanto das Emas, a serem implantados ao longo do próximo exercício, sendo: 25 postos de vigilância armada e desarmada, 2 de brigada de incêndio e 2 de recepção.

O quadro, a seguir, evidencia o valor programado para as despesas com segurança, no exercício de 2015.

SEGURANÇA

		R\$ 1,00
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.239.800
Material de consumo	3.3.90.30	294.900
Locação de mão de obra	3.3.90.37	21.897.900
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	47.000
INVESTIMENTOS		9.347.500
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52	9.347.500
TOTAL		31.587.300

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

As ações de Documentação e Informação objetivam garantir aos membros e servidores o acesso a publicações e informações técnicas e/ou veiculadas pela imprensa escrita. Compreende a aquisição de livros, serviços de mensageria, assinaturas de jornais, revistas, periódicos, diários oficiais (DODF, DOU e DJ) e a prestação de serviços de publicidade na Imprensa Nacional e em jornais locais.

O acervo bibliográfico constitui-se indispensável ferramenta de auxílio aos integrantes da Instituição no exercício de suas atividades profissionais e deve ser mantido constantemente atualizado, haja vista as frequentes alterações observadas na legislação brasileira, o que afeta os vários ramos do direito, com o conseqüente surgimento de novos enfoques doutrinários e jurisprudenciais.

Assim, há a previsão de recursos para a disponibilização de obras atualizadas e em quantidades suficientes de exemplares aos usuários, além da

manutenção das assinaturas do Diário de Justiça, Diário Oficial da União e Diário Oficial do Distrito Federal e Territórios, jornais locais e periódicos.

Vale destacar o aumento com serviços de mensageria, decorrente da previsão de implantação desses serviços de forma motorizada, uma vez que atualmente o MPDFT dispõe apenas de mensageria não motorizada. Fato justificado pela busca de maior celeridade nas rotinas operacionais e dos processos de trabalho e a custos menores, pois dispensaria a utilização da frota oficial, de servidores e estagiários e contaria com um sistema informatizado para rastrear processos, documentos e encomendas no âmbito do MPDFT.

O quadro, a seguir, indica os valores programados para as despesas com Documentação e Informação no exercício de 2015.

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

		R\$ 1,00
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.221.200
Locação de mão de obra	3.3.90.37	2.406.900
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	453.700
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.91.39	360.600
INVESTIMENTOS		218.500
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52	218.500
TOTAL		3.439.700

ESTAGIÁRIOS

A estimativa das despesas com estagiários foi realizada com base na Portaria nº 2005/DG, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece o quantitativo de estagiários por unidade do MPDFT, totalizando 818 bolsistas, sendo 297 de nível médio e 521 de nível superior.

Para suprir a demanda reprimida ainda no exercício de 2014, foram acrescentados para o cálculo dessa despesa mais 50 estagiários, sendo 45 de nível superior e 5 de nível médio, bem como 55 de nível superior para 2015 totalizando 923 estagiários.

Considerando esta ampliação no quadro de estagiários, estima-se um crescimento médio da despesa para o próximo exercício, da ordem de 18,5%.

Os valores para as bolsas de estágio, considerados na proposta orçamentária de 2015, definidos pela SPO/MPU, de forma padronizada para os quatro ramos do MPU, sendo de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para bolsistas de

nível superior e de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) para bolsistas de nível médio.

Consta ainda da programação, o pagamento de auxílio-transporte para estagiário, instituído pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamentado no âmbito do MPU pela Portaria nº 568/PGR, de 13 de novembro de 2008, que fixa em R\$ 7,00 (sete reais) o valor do auxílio devido aos estagiários do MPU, por dia efetivamente estagiado, além da aquisição de camisetas e contratação de seguro.

O quadro, a seguir, demonstra o valor indicado para as despesas com estagiários para o próximo exercício financeiro.

ESTAGIÁRIOS

		R\$ 1,00
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Material de consumo	3.3.90.30	22.600
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36	10.178.200
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	14.500
TOTAL		10.215.300

ADOLESCENTE APRENDIZ

Essa programação contempla as demandas do Projeto Adolescente Aprendiz, no âmbito do MPDFT.

Instituído no Ministério Público da União e dos Estados pela Portaria nº 625/PGR, de 09 de dezembro de 2010, o Projeto, a ser desenvolvido por cada ramo do Ministério Público, tem por objetivo proporcionar aos aprendizes inscritos a formação técnico-profissional, que possibilite a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, mediante atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho; ofertar condições favoráveis para receber a aprendizagem profissional e estimular a inserção, reinserção e manutenção dos aprendizes no sistema educacional, a fim de garantir o seu processo de escolarização.

A Portaria nº 221/DG, de 20 de junho de 2012, institui o Projeto MP EFICAZ - Adolescente Aprendiz, no âmbito do MPDFT.

A estimativa das despesas com Adolescente Aprendiz foi calculada com base no 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/DG/MPDFT/2012, que ampliou o quantitativo de vinte, para vinte e cinco aprendizes. Prevê-se, ainda, a contratação de mais cinco para o próximo ano.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com adolescente aprendiz, no exercício de 2015.

ADOLESCENTE APRENDIZ

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Locação de mão-de-obra	3.3.90.37	614.400
TOTAL		614.400

DIÁRIAS E PASSAGENS

Compreende a demanda com a emissão de bilhetes aéreos e pagamento de diárias a membros e servidores que se deslocarem a serviço, em caráter eventual ou transitório, da localidade de exercício para outra, e nos afastamentos autorizados para a participação em programas de treinamento; bem como o pagamento de diárias para os colaboradores eventuais, em conformidade com a Portaria Normativa nº 204/PGJ, de 7 de março de 2012, que aprovou o Manual de Normas, Procedimentos e Rotinas Administrativas referente ao Controle de Diárias e Passagens, no âmbito do MPDFT.

Conforme a Portaria Normativa nº 283/PGJ, de 14 de novembro de 2013, será concedido aos membros e servidores, nos deslocamentos aéreos, desde que não fornecido transporte pela Administração, indenização de transporte, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por trecho, destinado a cobrir despesas com o deslocamento do local de trabalho ou residência até o local de embarque; e do local de desembarque até o local de trabalho ou da residência. Diante disso, foram alocados recursos para o atendimento dessa demanda.

O quadro, a seguir, demonstra o valor indicado para as despesas com diárias e passagens para o próximo exercício.

DIÁRIAS E PASSAGENS

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Diárias - pessoal civil	3.3.90.14	650.100
Passagens	3.3.90.33	341.000
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36	5.400
Indenizações e restituições	3.3.90.93	60.000
TOTAL		1.056.500

ATENÇÃO À SAÚDE

A Atenção à Saúde abrange as atividades de assistência médica, odontológica e psicológica que visam assegurar a saúde física e mental dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como a de seus dependentes, em caráter complementar, sendo a sua competência atribuída ao Departamento de Atenção a Saúde.

Compreende os atendimentos realizados, nas dependências do MPDFT, por médicos, dentistas, psicólogos e outros profissionais da área de saúde do quadro de pessoal. Os recursos alocados destinam-se à aquisição de medicamentos, de material de consultório, de vacinas de prevenção e serviços de manutenção de equipamentos de ambulatório.

Estão previstos recursos para a realização da Semana de Saúde e Qualidade de Vida, evento direcionado à promoção da saúde e bem-estar de servidores, membros, terceirizados, estagiários e seus familiares.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com atenção à saúde, no exercício de 2015.

ATENÇÃO A SAÚDE

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Material de consumo	3.3.90.30	275.600
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	77.000
TOTAL		352.600

ÁREA-FIM

As ações da Área-Fim abrangem as demandas diretamente relacionadas às atividades finalísticas do MPDFT, na qual contemplam despesas como: honorários de perícias judiciais (para especialidades não contempladas pelos peritos do quadro de pessoal do MPDFT), serviços de tradução e o fornecimento de lanches para menores em conflito com a lei à disposição da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude, dentre outras.

Além da abrangência de demandas anteriormente mencionadas, aloca-se dotação destinada ao pagamento de ajuda de custo e restituição de transporte, tendo em vista a previsão de ingresso de promotores de justiça adjunto no próximo exercício,

na forma do art. 227, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Há, também, recursos para o pagamento de auxílio-moradia para membros do MPDFT na forma da Portaria nº 652/PGR, de 18/09/2013.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com Área-Fim, no exercício de 2015.

ÁREA-FIM

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	R\$ 1,00
		VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36	978.100
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	129.800
Indenizações e restituições	3.3.90.93	3.740.000
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.91.47	3.600
TOTAL		4.851.500

CERIMONIAL E EVENTOS

Nas ações de Cerimonial e Eventos estão agrupadas as demandas relacionadas à organização e ao apoio operacional e logístico dos eventos institucionais promovidos pelo MPDFT.

Aloca-se dotação para atender às despesas relativas à estruturação de eventos, como a prestação de serviços de recepcionista, de mestre de cerimônia e fornecimento de materiais (toldos, biombo, cadeiras) e a respectiva montagem.

Do mesmo modo, há previsão para o fornecimento de lanches e congêneres, com vistas a atender a eventos vinculados diretamente aos objetivos institucionais do MPDFT.

O quadro, a seguir, indica o valor estimado para as despesas com serviços de cerimonial, no exercício de 2015.

EVENTOS

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	R\$ 1,00
		VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Material de consumo	3.3.90.30	7.900
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	298.000
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52	8.800
TOTAL		314.700

2.2.2. PO 002 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

A programação relativa à Capacitação de Recursos Humanos é elaborada de forma a estimular o crescimento pessoal e profissional dos integrantes do MPDFT, oferecendo qualificação e aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições institucionais.

A política interna prioriza a valorização dos integrantes da Instituição, como forma de motivá-los para o desempenho de suas atividades.

A programação compõe-se basicamente de:

Cursos de pós-graduação: objetivam a ampliação do conhecimento e o aprimoramento do desempenho dos integrantes do Órgão, por meio da participação em cursos realizados no país ou no exterior, compreendendo os cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Eventos internos: ministrados por integrantes das carreiras do MPDFT, desde que detentores de conhecimentos específicos e com experiência no tema a ser abordado, ou por técnico especializado no assunto, não pertencente ao quadro de pessoal ou por prestadores de serviços de consultoria e treinamento.

Eventos externos: promovidos por empresas ou instituições externas cujos temas sejam de interesse da Instituição e que promovam a atualização do servidor em relação às técnicas e conceitos em sua área de atuação. Compreendem a participação em cursos, palestras, encontros, congressos, seminários, simpósios e correlatos.

Vale ressaltar o aumento das despesas com eventos internos, justificado pelas contratações de treinamento que passou a ser bastante demandado, principalmente pelas seguintes Unidades: Departamento de Tecnologia de Informação, Comissão de Aperfeiçoamento de Membros – CAM e Coordenadoria de Comunicação.

A proposta contempla dotação para a manutenção das atividades de treinamento dos servidores, bem como para a ampliação dos gastos decorrentes de ingresso de 26 membros e 888 servidores, previstos para o próximo exercício.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com capacitação, no exercício de 2015.

CAPACITAÇÃO

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36	190.000
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	1.690.500
Indenizações e restituições	3.3.90.93	20.000
TOTAL		1.900.500

2.2.3. PO 003 – REFORMA DA GARAGEM DO MPDFT.

Este Plano Orçamentário visa a alocação de recursos para a reforma do Edifício Garagem do MPDFT. Os projetos e estudos da referida obra estão sendo elaborados pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia no exercício corrente. O referido projeto servirá de base para a contratação da execução das obras de reforma em 2015.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com a reforma do Edifício Garagem no próximo ano.

REFORMA GARAGEM MPDFT

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
INVESTIMENTOS		
Obras e Instalações	4.4.90.51	2.000.000
TOTAL		2.000.000

2.2.4. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.

Compreende as demandas de Comunicação e Divulgação Institucional, relacionadas a assuntos de interesse ao MPDFT.

Percebe-se, nos últimos anos, um aumento da produção e da qualidade dos materiais de divulgação do MPDFT, com o objetivo de aproximar a Instituição da sociedade.

Nessa programação estão inseridas as ações de publicidade da Instituição, por meio dos veículos de comunicação do Distrito Federal e de âmbito nacional, e via *intranet* para todos os integrantes do Órgão e pelo acompanhamento diário das reportagens divulgadas na mídia local e nacional, de interesse da Instituição.

A exemplo de outros anos, a Administração Superior estabeleceu que todos os integrantes do Órgão recebam a "Agenda Anual 2015". Para tal, há a previsão

orçamentária para a confecção dessas agendas, bem como a de calendários e a impressão de cartilhas.

A proposta contempla recursos para a contratação de agência de publicidade, que será responsável pelo desenvolvimento e a criação de técnicas de propaganda, cujos objetivos são o de facilitar e potencializar a comunicação entre o MPDFT, a sociedade e seu público interno.

Destinam-se, também, recursos para a contratação de empresa para a alocação de repórteres fotográficos residentes para a cobertura de programas institucionais, palestras, reuniões e eventos.

São indicados recursos para a contratação de empresa para a criação de histórias em quadrinhos e ilustrações avulsas; para a elaboração de pesquisa e diagnóstico de reputação e imagem do MPDFT; para consultoria de comunicação interna, entre outros.

Destaca-se a alocação de recursos necessários à continuidade dos seguintes serviços:

- *Clipping* de TV/Rádio com vistas ao acompanhamento diário das reportagens de televisão e rádio;
- serviços de *clipping* impresso com o objetivo de acompanhar diariamente as matérias veiculadas em jornais e revistas nacionais, e de *clipping* eletrônico, disponibilizados *on-line*, para os integrantes do Órgão;
- criação e impressão de revistas.

A Coordenadoria prevê, ainda, a execução de serviços de *mailing* jornalístico, com o objetivo de incentivar a publicação de determinadas informações

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com publicidade e jornalismo, no exercício de 2015.

PUBLICIDADE E JORNALISMO

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Material de consumo	3.3.90.30	79.400
Material de distribuição gratuita	3.3.90.32	481.800
Locação de mão de obra	3.3.90.37	712.200
Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica	3.3.90.39	2.558.700
TOTAL		3.832.100

2.3. BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA MÉDICA

2.3.1. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Destina-se a subsidiar as despesas com a alimentação dos membros e servidores, na proporção dos dias trabalhados e concedido sob a forma de pecúnia, com caráter indenizatório (Portaria nº 666/PGR, de 12 de dezembro de 1996).

O auxílio-alimentação é devido a todos os membros e servidores do Ministério Público da União, independentemente da jornada de trabalho, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo. Conforme orientações da SPO/MPU, para proceder-se ao cálculo da dotação para o auxílio-alimentação, observou-se o parâmetro de custo individual mensal de R\$ 751,00 (setecentos e cinquenta e um reais).

Ressalta-se que, para o cálculo da despesa com auxílio-alimentação, considerou-se também o quantitativo de servidores requisitados por este MPDFT, de órgãos da Administração Pública Federal, ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada, na forma da legislação vigente, perfazendo o quantitativo de 164 servidores.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com auxílio-alimentação, no exercício de 2015.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

		R\$ 1,00
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
auxílio-alimentação	3.3.90.46	27.198.216
TOTAL		27.198.216

2.3.2. AUXÍLIO-TRANSPORTE

Os recursos estimados para essa ação destinam-se ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, pelos servidores, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho. O auxílio-transporte será concedido sob a forma de pecúnia e terá caráter de indenização (Portaria nº 350/PGR, de 14 de julho de 2010).

O auxílio-transporte é calculado, com base na diferença entre as despesas realizadas (valor correspondente ao trecho solicitado pelo servidor) e o desconto de 6% do vencimento do cargo efetivo ou em comissão ou de natureza especial ocupado pelo servidor. Quando as despesas realizadas com o transporte coletivo forem superiores a esse desconto, o servidor fará jus ao auxílio-transporte. Observou-se o parâmetro do custo individual médio mensal de R\$ 91,00 (noventa e um reais), conforme orientação da SPO/MPU.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com auxílio-transporte, no exercício de 2015.

AUXÍLIO-TRANSPORTE

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
auxílio-transporte	3.3.90.49	396.396
TOTAL		396.396

2.3.3. AUXÍLIO-CRECHE

Essa ação visa proporcionar as condições de atendimento integral aos dependentes dos membros e de servidores com as despesas de berçário, creche, maternal, jardim de infância e pré-escolar, nos seis primeiros anos de vida e aos excepcionais que tiverem deficiência mental ou intelectual, devidamente comprovada, independentemente da idade cronológica (Portaria nº 629/PGR, de 21 de novembro de 2011).

Conforme orientações da SPO/MPU, para proceder-se ao cálculo da dotação destinada à assistência pré-escolar, observou-se o parâmetro de custo individual de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais) mensais e a inclusão na base de cálculo de um beneficiário para cada três ingressos.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com Auxílio-Creche, no exercício de 2015.

AUXÍLIO-CRECHE

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
outros benefícios assistenciais	3.3.90.08	5.607.360
TOTAL		5.607.360

2.3.4. AUXÍLIO-NATALIDADE E FUNERAL

O auxílio-natalidade visa garantir a indenização devida a integrantes do Órgão, por motivo de nascimento de filho, ou a cônjuge ou companheiro, membro ou servidor, quando a parturiente não for servidora.

O valor pago atualmente para esse benefício é de R\$ 556,46 (quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos), cuja quantia equivale ao menor vencimento na Administração Pública Federal, na forma do art. 196 da Lei 8.112 de 11/12/1990.

O auxílio-funeral é devido à família do integrante do Órgão falecido na atividade, ou do aposentado(a), ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com funeral do ex-integrante. O auxílio-funeral também será devido no caso de falecimento em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, e as despesas de traslado, na forma dos arts. 226 a 228 da Lei 8.112.

O valor do auxílio-funeral equivale a um subsídio, no caso de membro, ou um mês da remuneração, em se tratando de servidor(a).

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com Auxílio-Natalidade e Funeral, no exercício de 2015.

AUXÍLIO-NATALIDADE E FUNERAL

		R\$ 1,00
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
outros benefícios assistenciais	3.3.90.08	304.500
TOTAL		304.500

2.3.5. PO 001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA.

Essa ação visa assegurar a saúde física e mental dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como a de seus dependentes, em caráter complementar. Abrange um conjunto integrado de ações destinado a proporcionar um sistema de serviços que compreende: assistência médico-hospitalar e odontológica, auxílios para órteses, próteses, transporte de pacientes, transporte e cobertura de diárias de acompanhante do paciente, entre outros.

Os beneficiários do Plan-Assiste contam com os serviços prestados por instituições e associações de médicos, previamente credenciados pelo MPDFT, para atendimento no Distrito Federal.

Para proceder-se ao cálculo da dotação destinada à assistência médica e odontológica observou-se o parâmetro de custo individual de R\$ 212,00 (duzentos e doze reais), por beneficiário⁷, considerando o número atual de beneficiários, que é de 5.109, a previsão de inclusão na base de cálculo de 153 beneficiários decorrentes de novas adesões no exercício de 2015 e o ingresso de 26 membros e 888 servidores.

O quadro, a seguir, evidencia a despesa programada para atendimento médico e odontológico, no exercício de 2015.

ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

		R\$ 1,00
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39	20.039.305
Contribuição previdenciária	3.3.91.47	101.810
Ressarcimento de assistência médica/odontológica	3.3.90.93	203.621
TOTAL		20.344.736

2.3.6. PO 002 - EXAMES PERIÓDICOS

Essa ação visa proporcionar aos servidores e empregados públicos federais e ativos condições para a manutenção da saúde física e mental, em razão dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, na forma do Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009.

Conforme orientações da SPO/MPU, para o cálculo da dotação destinada à realização dos exames periódicos observou-se o parâmetro de custo individual de R\$ 97,00 (noventa e sete reais) anuais.

O quadro, a seguir, indica o valor programado para as despesas com exames periódicos, no exercício de 2015.

⁷ Conforme orientação da Secretaria de Planos e Orçamentos do MPU, o valor de R\$ 212,00 para o cálculo de assistência médica e odontológica foi adotado de forma padronizada para os quatro ramos do MPU.

A implantação da Promotoria está programada para o ano de 2015, por conseguinte, há a previsão de recursos na ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) vislumbrando atender despesas de implantação, tais como: serviços de confecção e instalação de comunicação visual, confecção e instalação de armários embutidos, divisórias, cortinas e mobiliários.

O custo total estimado da obra, incluindo os projetos executivos, a construção e a instalação dessa Promotoria, é de R\$ 16.326.453,00 (dezesesseis milhões, trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos e cinquenta e três reais), conforme demonstrado a seguir:

CRONOGRAMA CONSOLIDADO - SÃO SEBASTIÃO

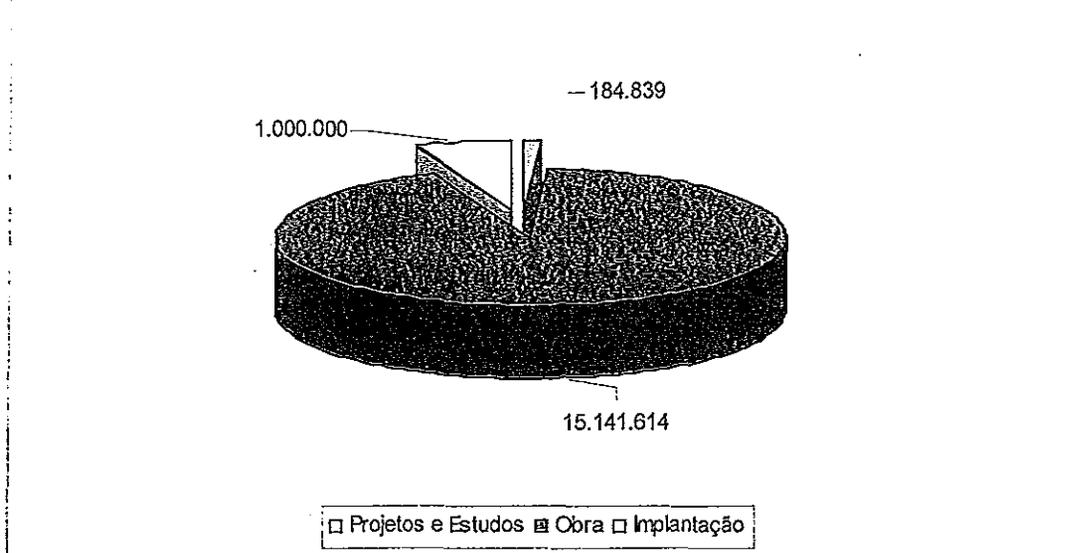
				R\$ 1,00
2012 (a)	2013 (a)	2014 (b)	2015 (c)	TOTAL (e=a+b+c+d)
3.210.120	11.116.333	1.000.000	1.000.000	16.326.453

DISCRIMINAÇÃO – SÃO SEBASTIÃO

		R\$ 1,00
ITEM	VALOR	
Projetos e Estudos	184.839	
Obra	15.141.614	
Implantação	1.000.000	
TOTAL	16.326.453	

O gráfico, a seguir, demonstra a projeção de gastos com os projetos e estudos, e a execução da obra dessa unidade.

Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião



2.4.2. AMPLIAÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA

Os recursos alocados garantem a continuação da obra de ampliação e reforma do edifício dessa Promotoria de Justiça, cujo projeto compreende a ampliação da área útil da edificação; o reforço estrutural de fundações, lajes, vigas e pilares; impermeabilizações; revestimentos internos e de fachadas; esquadrias internas; *retrofit* do sistema de ar condicionado e de instalações elétricas; sistema de proteção contra descargas atmosféricas; sistema de prevenção e combate a incêndio; adequação de área do subsolo; instalação de *brises* nas fachadas; substituição de elevadores; reforma de subestação; entre outros.

Considerando as necessidades de adequações e atualizações técnicas encontradas durante a execução da obra, alguns itens do cronograma estão sendo executados no exercício corrente: corte de blocos de ancoragem, complementação de cimbramento, locação de andaime fachadeiro, demolição de escada, serviço de ligação provisória de energia – CEB, serviços de demolição no subsolo e administração local, operação e manutenção de canteiro de obras.

O custo total estimado da obra, incluindo os projetos executivos, a construção e a instalação da sede, é de R\$ 18.802.342,00 (dezoito milhões, oitocentos e dois mil e trezentos e quarenta e dois reais), sendo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) referentes à execução da obra no exercício de 2015, conforme evidenciado nos quadros, a seguir:

CRONOGRAMA CONSOLIDADO - TAGUATINGA

R\$ 1,00

2012 (a)	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	TOTAL (e=a+b+c+d)
2.900.000	5.902.342	4.000.000	6.000.000	18.802.342

DISCRIMINAÇÃO – TAGUATINGA

R\$ 1,00

ITEM	VALOR
Projetos e Estudos	285.500
Obra	18.175.924
Implantação	340.918
TOTAL	18.802.342

O gráfico, a seguir, demonstra a projeção de gastos com os projetos e estudos, e a execução da obra dessa unidade.



2.4.3. CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAZLÂNDIA

O MPDFT adotou um projeto-padrão para as suas edificações nas Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal, com vistas a otimizar os custos de implantação e manutenção, além de criar uma identidade da Instituição com a sociedade.

A construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia baseia-se nessa concepção, com as devidas adequações relacionadas às dimensões do terreno e às necessidades locais.

Essa ação tem como finalidade desenvolver o projeto executivo e construir e implantar o Edifício-Sede dessa Promotoria, compreendendo a dotação para a instalação de sistema de prevenção e segurança para combate a incêndio; instalação de equipamentos tipo *no break* e gerador de energia; instalação de sistema de ar condicionado central, do tipo VAV (caixa de volume de ar variável), com o controle individual de temperatura, o que possibilita a economia de energia elétrica; e demais aspectos de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, exigidos pelas normas da ABNT.

O custo total estimado, incluindo o projeto executivo, a construção e a implantação dessa nova Sede, é de R\$ 17.189.550,00 (dezessete milhões, cento e oitenta e nove mil e quinhentos e cinquenta reais), sendo R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) referentes à execução da obra, no exercício de 2015, conforme evidenciado nos quadros, a seguir:

CRONOGRAMA CONSOLIDADO - BRAZLÂNDIA

R\$ 1,00

2013 (a)	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	TOTAL (e=a+b+c+d)
7.600	81.950	10.100.000	7.000.000	17.189.550

DISCRIMINAÇÃO – BRAZLÂNDIA

R\$ 1,00

ITEM	VALOR
Projetos e Estudos	89.550
Obra	14.304.740
Implantação	2.795.260
TOTAL	17.189.550

O gráfico, a seguir, demonstra a projeção de gastos com os projetos e estudos, com a execução da obra e com a implantação dessa unidade.



2.4.4. REFORMA DA 1ª ETAPA DO EDIFÍCIO-SEDE DO MPDFT

Essa ação visa aprimorar a estrutura física e organizacional da 1ª Etapa do Edifício-Sede do MPDFT, cuja reforma do 1º subsolo já está prevista em 2014. É importante mencionar que com a inauguração da 2ª Etapa do Edifício-Sede, que é interligado à 1ª Etapa, e o desgaste natural do tempo, faz-se necessária a continuidade de algumas adaptações físicas no prédio da 1ª Etapa, ressaltando-se a reforma do 2º e 3º subsolos e do 1º ao 9º andar.

De acordo com os relatórios da Divisão de Engenharia e Manutenção/DAE, foram constatados problemas nas instalações elétricas e de detecção e alarme de incêndio, caracterizando a reforma das instalações elétricas, dados, voz e fogo da 1ª Etapa do Edifício-Sede de extrema importância e urgência. Em face dessas intervenções e considerando a atualização dos padrões de acabamento de acordo com a 2ª Etapa será necessária a execução de obras civis nos pavimentos do Edifício-Sede (pisos, paredes e divisórias).

Observa-se a necessidade de atualização (*retrofit*) dos seis elevadores existentes, uma vez que estão bastante desgastados e antigos oferecendo riscos segurança dos usuários.

Recentemente foram instalados *brises* na 1ª Etapa, cujo modelo veio causando o trincamento de diversos vidros ali instalados. Portanto, para corrigir

problema será necessária a substituição das referidas esquadrias no mesmo padrão das existentes na 2ª Etapa.

Vale ressaltar que no exercício anterior foram realizadas algumas reformas no edifício em referência, tais como: impermeabilização dos reservatórios de água, instalação de *brises* na fachada oeste, reforma do restaurante, reforma do andar térreo, reforma dos banheiros, bem como, a substituição de equipamentos de ar condicionado.

O custo total estimado para atender esta ação em 2015 perfaz a importância de R\$ 21.700.000,00 (vinte e um milhões e setecentos mil reais).

2.4.5. CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOBRADINHO

A construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Sobradinho está sendo planejada para ter uma área de 4.585 m² e visa à acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas.

Esta ação tem como finalidade desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Sobradinho, adequando o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria, possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.

Os recursos orçados para o exercício de 2015 são da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) destinados à contratação dos projetos executivos dos sistemas de refrigeração, de estrutura e instalações e das instalações complementares.

O custo atual estimado desse projeto, incluindo os projetos executivos, construção e implantação dessa nova Sede é de R\$ 18.704.645,00 (dezoito milhões, setecentos e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), conforme evidenciado no quadro do cronograma consolidado a seguir:

CRONOGRAMA CONSOLIDADO - SOBRADINHO

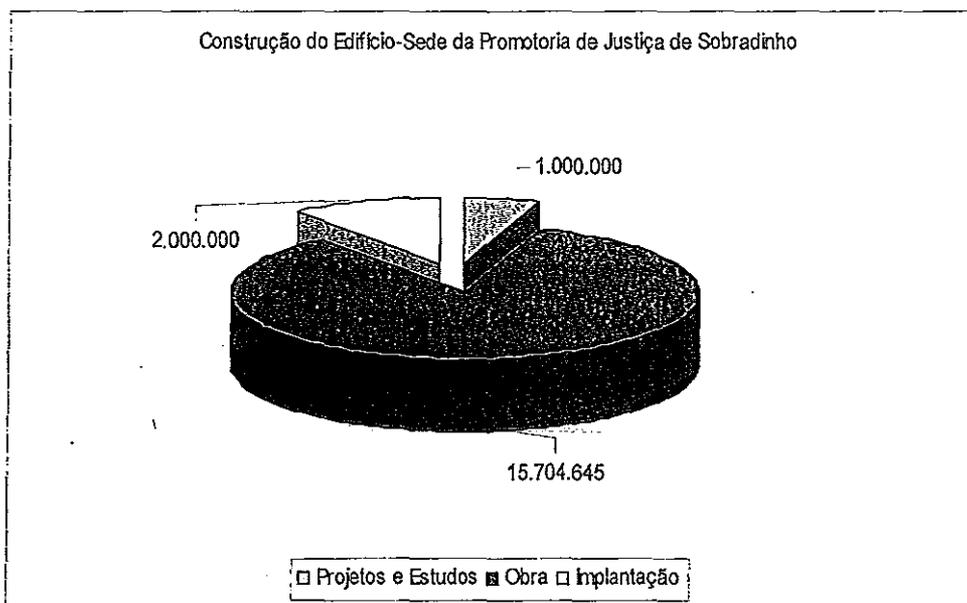
R\$ 1,00			
2015 (a)	2016 (a)	2017 (b)	TOTAL (e=a+b+c+d)
1.000.000	15.704.645	2.000.000	18.704.645

DISCRIMINAÇÃO – SOBRADINHO

R\$ 1,00

ITEM	VALOR
Projetos e Estudos	1.000.000
Obra	15.704.645
Implantação	2.000.000
TOTAL	18.704.645

O gráfico, a seguir, demonstra a projeção de gastos com os projetos e estudos, com a execução da obra e com a implantação dessa unidade.



2.4.6. BRASÍLIA II

O planejamento estratégico do MPDFT, para o período de 2010 a 2020, tem como missão “Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade”.

Para o cumprimento dessa missão, foram estabelecidos diversos objetivos estratégicos, entre os quais, o de “Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa”.

Nesse sentido e com o objetivo de adequar as instalações físicas à ampliação do quadro de membros e servidores e ao melhor atendimento à sociedade, estão previstos recursos para cobrir despesas com o início da construção do Edifício-Sede da Coordenadoria das Promotorias de Justiça Brasília II.

Vale destacar que os projetos e estudos da referida obra já está sendo elaborado pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia no exercício corrente. O referido projeto balizará a contratação da execução das obras de construção a partir de 2015. Há previsão de recursos no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), conforme evidenciado no quadro do cronograma consolidado a seguir:

CRONOGRAMA CONSOLIDADO

R\$ 1,00

PROJETO	2015	2016	2017	TOTAL
Construção Coordenadorias das Promotorias de Justiça II	5.000.000	14.190.000	9.810.000	29.000.000
TOTAL	5.000.000	14.190.000	9.810.000	29.000.000

DISCRIMINAÇÃO

R\$ 1,00

PROJETO	OBRA	IMPLANTAÇÃO	TOTAL
Construção Coordenadorias das Promotorias de Justiça II	27.179.005	1.820.995	29.000.000
TOTAL	27.179.005	1.820.995	29.000.000

3. ACRÉSCIMOS

3.2. DESPESAS CORRENTES

ACRÉSCIMOS EM DESPESAS CORRENTES

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	LEI + CRÉDITOS	INGRESSOS	AJUSTE	EXPANSÃO	PROPOSTA
	2014	2015	BASE	2015	2015
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e=a+b+c+d)
DEFESA DO IPP JUDICIÁRIO	63.780.000	1.460.000	6.915.647	12.979.753	85.135.400
P.O. 0001 - DEFESA DO IPP JUDICIÁRIO	62.380.000	1.460.000	6.775.647	12.619.253	83.234.900
P.O. 0002 - CAPACITAÇÃO DE RH	1.400.000	0	140.000	360.500	1.900.500
DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	900.000	0	109.734	2.822.366	3.832.100
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15.596.580	8.236.988	3.364.668		27.198.216
AUXÍLIO-TRANSPORTE	78.884	334.152	-16.620		396.396
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	3.080.000	2.171.664	375.696		5.607.360
AUXÍLIO-NATALIDADE E FUNERAL	276.669		27.831		304.500
ASSIST.MÉDICO E ODONTOLÓGICA	9.435.036	6.958.209	4.161.594		20.554.839
P.O. 0001 - ASSIST. MÉDICA E ODONTOLÓGICA	9.265.932	6.958.209	4.120.596		20.344.737
P.O. 0002 - EXAMES PERIÓDICOS	169.104		40.998		210.102
TOTAL	93.127.149	19.160.993	14.538.550	15.802.119	145.028.811

3.2.1. JUSTIFICATIVA DE ACRÉSCIMOS EM DESPESAS CORRENTES

Ingressos - Coluna "b"

1 - Defesa do Interesse Público: Reflete a projeção da despesa com ajuda de custo, a ser paga aos futuros promotores de justiça adjunto, na forma do art. 227, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 75/93;

2 - Capacitação: Evidencia os valores necessários à previsão de treinamento de novos membros e servidores; e

3 - Benefícios Sociais e Assistência Médica e Odontológica: O acréscimo decorre da previsão de ingressos de membros e servidores para o exercício de 2015.

Ajuste de Base - Coluna "c"

1 - Defesa do Interesse Público: Reflete o montante da despesa decorrente da aplicação do índice de 4,7% nos valores contratuais das despesas de caráter continuado e de 10% nas demais despesas de custeio, conforme orientação

da SPO/MPU; e

2 - Benefícios Sociais e Assistência Médica e Odontológica:

Reflete os projetados correspondentes a ingressos de membros no exercício de 2014 e que impactam diretamente a proposta orçamentária de 2015, tendo em vista que não compõem a base de cálculo para a projeção (mês de março de 2014), bem como o reajuste do valor *per capita* dos benefícios.

Expansão - Coluna "d"

1 - Defesa do Interesse Público: Decorre, sobretudo, das despesas com a contratação de serviço de codificação de casos de uso e de teste em sistema de informação (fábrica de *software*); com a contratação de mensageria motorizada e não motorizada, a ser prestada, a princípio, pela Empresa de Correios e Telégrafos; com a ampliação dos serviços de vigilância armada; e com a contratação de suporte técnico especializado da Microsoft;

2 - Capacitação de RH: Reflete as despesas decorrentes da previsão de treinamento dos membros e servidores do Órgão; e

2 - Divulgação Institucional: Reflete as despesas com a contratação de agência de publicidade; bem como da necessidade.

O quadro, abaixo, evidencia a "Expansão" em despesas correntes:

EXPANSÃO - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ITEM	VALOR
Serviços de mensageria motorizada e não motorizada	1.998.000
Serviços de vigilância armada	2.806.500
Suporte técnico especializado Microsoft	1.980.000
Contratação de agência de publicidade	1.500.000
Linha de comunicação de dados	1.212.700
Fábrica de software	1.500.000
Locação de imóveis	600.000
Capacitação de recursos humanos	360.500
Outros	3.844.419
TOTAL	15.802.119

R\$ 1,00

3.3. INVESTIMENTOS

ACRÉSCIMOS EM INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	LEI + CRÉDITOS	INGRESSOS	EXPANSÃO	PROPOSTA
	2014 (a)	2015 (b)	2015 (c)	2015 (d=a+b+c)
DEFESA DO IPP JUDICIÁRIO				
P.O. 001 - DEFESA DO IPP JUDICIÁRIO	3.947.551	2.446.180	29.144.969	35.538.700
P.O. 003 - REFORMA DA GARAGEM DO MPDFT			2.000.000	2.000.000
TOTAL	3.947.551	2.446.180	31.144.969	37.538.700

3.3.1. JUSTIFICATIVA DOS ACRÉSCIMOS EM INVESTIMENTOS

Ingressos - Coluna "b"

Reflete a despesa com a aquisição de mobiliários, decorrente da previsão de admissão de membros e servidores na Instituição para o próximo exercício.

Expansão - Coluna "c"

Reflete os valores necessários à implantação de sistema de automação e modernização de sedes próprias, que se refere à automação dos sistemas de ar-condicionado de algumas Promotorias de Justiça; às aquisições de sistema de CFTV (segurança institucional), microcomputadores, monitores, licença de softwares, storage, biblioteca de back up, veículos automotores, bem como os valores necessários à reforma da garagem do MPDFT.

O quadro, abaixo, evidencia os acréscimos de investimentos:

EXPANSÃO - INVESTIMENTOS

ITEM	VALOR
Sistema de CFTV	8.500.000
Microcomputadores	2.867.000
Licenças de softwares Microsoft	2.000.000
Biblioteca de backup	1.320.000
Monitores	1.540.000
Storage	1.600.000
Veículos automotores	2.176.000
Sistemas de automação e modernização de sedes	1.550.000
Softwares	3.090.437
Software de Reconhecimento Óptico de Caracteres	169.500
Servidores	2.120.000
Reforma Garagem MPDFT	2.000.000
Outros	2.212.033
TOTAL	31.144.969

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta orçamentária do MPDFT, para 2015, demonstra, discriminadamente, os recursos necessários para atender às demandas atuais para o bom funcionamento da Instituição e a prestação de serviços à sociedade de forma eficiente e eficaz.

Destaca-se a importância dada à expansão das instalações físicas que se verifica na conclusão das obras e implantação da Promotoria de São Sebastião, na continuidade das obras de ampliação da Promotoria de Taguatinga, das obras de construção do Edifício-Sede da Promotoria de Brazlândia e da Promotoria de Sobradinho, bem como das despesas com o início das obras da Sede da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília II e Reforma do Edifício Garagem.

Concorre, ainda, para a expansão, a ampliação do quadro de pessoal, tendo em vista a previsão de nomeação de novos promotores de justiça adjuntos e de servidores, bem como com a previsão do reajuste dos subsídios dos membros e do reajuste da remuneração dos servidores.

Ressalta-se que a proposta em tela deverá ser submetida à deliberação do Conselho Superior do MPU, ao Conselho Nacional do Ministério Público, posteriormente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, por fim, ao Congresso Nacional para aprovação. Durante esse trâmite é possível que

haja cortes orçamentários ou estabelecimento de limites que afetem o valor global da proposta, situação que exigirá a priorização das ações indispensáveis ao funcionamento do Órgão, quando da sanção da lei orçamentária.

Diante do atual cenário econômico e fiscal, o acréscimo observado em relação ao orçamento do ano corrente, apresenta-se ambiciosa. A obtenção de recursos adicionais faz-se necessária para a concretização das programações contidas no presente documento.

4. ANEXO I - PLANO INTERNO CONSOLIDADO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PLANO INTERNO - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - 2015

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
RECURSOS DO ÓRGÃO		
TOTAL CONSOLIDADO		954.853.210,00
Pessoal e encargos sociais		732.585.700,00
Ativo		556.993.600,00
Inativos e Pensionistas		92.991.100,00
Regime de Previdência		82.601.000,00
Outras despesas correntes e investimentos		222.267.510,00
Outras despesas correntes		143.028.810,00
Investimentos		79.238.700,00
3.062.058.142.610.050		
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO		122.674.100,00
P.O. 0001 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO		118.773.600,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		83.234.900,00
INVESTIMENTOS		35.538.700,00
Diárias - pessoal civil	3.3.90.14.00	650.100,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	3.524.400,00
Passagens e despesas c/ locomoção	3.3.90.33.00	341.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36.00	12.076.500,00
Locação de mão-de-obra	3.3.90.37.00	39.906.200,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	21.871.700,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.91.39.00	432.800,00
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.90.47.00	153.900,00
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.91.47.00	3.600,00
Indenizações e restituições	3.3.90.93.00	3.852.400,00
Indenizações e restituições	3.3.91.93.00	422.300,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.4.90.39.00	5.264.800,00
Obras e instalações	4.4.90.51.00	1.605.900,00
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52.00	28.668.000,00
10IMOVEIS - Manutenção de Imóveis MPDFT		20.121.800,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	302.800,00
material de processamento de dados		60.500,00
material para manutenção predial		145.200,00
material para manutenção de bens móveis		41.300,00
material elétrico e eletrônico		42.900,00
material de proteção e segurança		5.200,00
material para comunicações		1.100,00
suprimento de fundos		6.600,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36.00	914.800,00
locação de imóveis		914.800,00
Locação de mão-de-obra	3.3.90.37.00	5.357.700,00
serviços de jardinagem		519.700,00
manutenção e conservação predial		2.699.500,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
manutenção e conservação de sistemas de ar condicionado		2.138.500,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	11.205.300,00
taxas condominiais		457.300,00
locação de imóveis		4.442.700,00
acesso ao SINAP-SIPCI		3.000,00
manutenção e conservação de bens imóveis		2.200.000,00
manutenção e conservação de elevadores		216.100,00
manutenção e conservação de bens móveis		27.500,00
serviços de energia elétrica		2.771.500,00
serviços de água e esgoto		975.200,00
seguro de imóveis		13.200,00
serviços de controle ambiental		95.500,00
suprimento de fundos		3.300,00
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.90.47.00	139.300,00
taxa ART-CREA/RRR-CAU		1.900,00
contribuição para custeio de iluminação pública		137.400,00
Indenizações e restituições	3.3.90.93.00	52.400,00
restituições de IPTU/TLP		52.400,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.91.39.00	72.200,00
permissão de uso de áreas nos Fóruns (TJDFT)		72.200,00
Indenizações e restituições	3.3.91.93.00	422.300,00
restituições Ibama		422.300,00
Obras e instalações	4.4.90.51.00	1.605.900,00
divisórias em sedes próprias		55.900,00
sistemas de automação e modernização de sedes		1.550.000,00
Equipamentos e material Permanente	4.4.90.52.00	49.100,00
aparelhos e utensílios domésticos		21.800,00
persianas		27.300,00
35DOCUMENTO - Documentação e Informação		3.439.700,00
Locação de mão-de-obra	3.3.90.37.00	2.406.900,00
serviços de mensageria		408.900,00
serviços de mensageria motorizada e não motorizada		1.998.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	453.700,00
assinatura de jornais		36.200,00
assinatura de periódicos e anuidades		125.400,00
assinatura do DODF		1.700,00
serviços de correios		290.400,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.91.39.00	360.600,00
assinatura do DJ e DOU		1.600,00
serviços de publicidade - Imprensa Nacional		219.700,00
serviços de publicidade - jornal local		139.300,00
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52.00	218.500,00
livros diversos		218.500,00
40EXPEDIENT - Manutenção Administrativa		16.541.200,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	1.944.000,00
água mineral, café e açúcar		306.400,00
carimbos em geral		18.700,00
material de expediente		325.800,00

	NATUREZA DA DESPEZA	TOTAL GERAL
material de expediente confeccionado em gráfica		47.100,00
pastas para arquivo - DGP		33.000,00
material de processamento de dados		933.500,00
material de acondicionamento e embalagem		12.400,00
material de copa e cozinha		61.800,00
material de limpeza e produtos de higienização		110.000,00
uniformes, tecidos e aviamentos		5.300,00
material elétrico e outros		7.400,00
material de proteção e segurança		5.100,00
material de audio, vídeo e foto		1.900,00
material para comunicações		16.500,00
material de sinalização visual		53.400,00
bandeiras, flâmulas e insígnias		1.700,00
suprimento de fundos		4.000,00
Locação de mão-de-obra	3.3.90.37.00	9.539.600,00
limpeza e conservação		5.185.600,00
serviços de atendimento telefônico		951.600,00
serviços de almoxarife		72.700,00
serviços de armazenista		108.700,00
serviços de copeiragem		2.377.600,00
serviços de carregador		843.400,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	1.278.500,00
manutenção e conservação de centrais telefônicas		207.300,00
manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		5.000,00
serviços de telefonia		448.600,00
serviços de mudança		58.200,00
serviços de dedetização		30.300,00
coleta de resíduos hospitalares/odontológicos		3.400,00
serviços de reprografia		519.200,00
suprimento de fundos		4.000,00
coleta de entulhos		2.500,00
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52.00	3.779.100,00
aparelhos de medição e orientação		14.100,00
aparelhos e utensílios domésticos		23.500,00
máquinas e equipamentos gráficos		31.400,00
equipamentos para áudio.vídeo e foto		37.300,00
máquinas e utensílios e equipamentos diversos		25.900,00
máquinas,instalações e utensílios de escritório		22.700,00
mobiliário em geral		3.399.600,00
veículos diversos		24.600,00
central telefônica - Águas Claras e Recanto das Emas		200.000,00
40VEICULO - Administração de Veículos		3.419.600,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	676.600,00
combustíveis e lubrificantes automotivos		540.200,00
uniformes para motoristas		83.200,00
material para manutenção de veículos		51.900,00
recarga de extintores		1.300,00
Locação de mão-de-obra	3.3.90.37.00	89.700,00
lavador de veículos		89.700,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	462.700,00
manutenção e conservação de veículos		439.900,00
seguro obrigatório de veículos		22.800,00
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.90.47.00	14.600,00
taxas Detran		14.600,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
Equipamentos e Material Permanente veículos automotores	4.4.90.52.00	2.176.000,00 2.176.000,00
45SERVSAUDE - Atenção à Saúde		352.600,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	275.600,00
material farmacológico		22.000,00
vacinas antigripal		209.800,00
material odontológico		29.100,00
material de limpeza e produtos de higienização		3.700,00
material hospitalar		11.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	77.000,00
locação de bens móveis		29.700,00
manutenção de equipamentos médico-odontológicos		25.300,00
semana da saúde		22.000,00
50APRENDIZ - Adolescente Aprendiz		614.400,00
Locação de mão-de-obra adolescente aprendiz	3.3.90.37.00	614.400,00 614.400,00
50ESTAGIO - Estagiários		10.215.300,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	22.600,00
camisetas para estagiários		22.600,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36.00	10.178.200,00
bolsa para estagiário		8.472.400,00
auxílio transporte para estagiário		1.705.800,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	14.500,00
seguro para estagiário		14.500,00
60TI-INFO - Tecnologia da Informação		26.259.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	7.905.200,00
acesso ao SERPRO		62.000,00
certificado para intranet do MPDFT		3.500,00
fábrica de software		1.500.000,00
FISCOSOFT		3.200,00
linha comunicação de dados		2.804.300,00
manutenção de sala cofre		309.000,00
segurança de perímetro		294.600,00
serviço de acesso à internet		478.500,00
serviços de acesso à internet móvel		65.100,00
sistema de gerenciamento de pessoal		336.800,00
software de acessibilidade		68.000,00
softwares diversos		200,00
suporte técnico especializado Microsoft		1.980.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.4.90.39.00	5.264.800,00
licenças de softwares Microsoft		2.000.000,00
software de backup		760.000,00
Software de Business Intelligence		193.500,00
software de desenho arquitetônico		100.000,00
software de desenho técnico		100.000,00
software de Gestão de atividades da área meio		861.500,00
software de Reconhecimento Óptico de Caracteres		169.500,00
software de virtualização		950.000,00
software Volare		4.700,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
software diversos		125.600,00
Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00	13.089.000,00
Biblioteca de backup		1.320.000,00
coletoras biométricas		230.000,00
impressoras laser		210.000,00
impressoras térmicas		5.000,00
leituras ópticas		30.000,00
microcomputadores		2.867.000,00
monitores		1.540.000,00
multifuncionais coloridas		158.000,00
multifuncionais monocromáticas		200.000,00
notebooks		600.000,00
projetores de multimídia		150.000,00
servidor de backup		600.000,00
servidor de indexação de documentos		800.000,00
servidores tipo rack		720.000,00
solução de rede sem fio		600.000,00
Storage		1.600.000,00
switch Core		800.000,00
switch Storage		240.000,00
switches KVM		90.000,00
switches		250.000,00
tablets		79.000,00
65CI - Centro de Informação		115.800,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	115.800,00
suporte técnico do sistema Guardião		115.800,00
70EVENTOS - Promoção de Eventos		314.700,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	7.900,00
PINS de identificação pessoal		5.000,00
toalha de mesa		2.900,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	298.000,00
locação de bens móveis		4.900,00
serviços de estruturação de eventos institucionais		244.500,00
lanches para eventos institucionais		48.600,00
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52.00	8.800,00
mobiliário em geral		8.800,00
75DIARIASEPAS - Diárias e Passagens		1.056.500,00
Diárias - pessoal civil	3.3.90.14.00	650.100,00
diárias		646.800,00
diárias no exterior		3.300,00
Passagens e despesas com locomoção	3.3.90.33.00	341.000,00
passagens		341.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36.00	5.400,00
diárias para colaboradores eventuais		5.400,00
Indenizações e restituições	3.3.90.93.00	60.000,00
restituições de transporte		60.000,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
80SEGURANC - Segurança		31.587.300,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	294.900,00
munções		77.500,00
material de acondicionamento e embalagem		0,00
uniformes, tecidos e aviamentos		0,00
material de manobra e patrulhamento		0,00
material de proteção e segurança		36.200,00
aquisição de crachás		0,00
material de sinalização visual		7.700,00
cones de sinalização		19.800,00
extintores		51.300,00
suporte de solo para extintores		7.200,00
bateria para arma taser		2.300,00
bateria para equipamento detector de junções não lineares		2.000,00
bateria para equipamento vídeo pelo câmera - VPC64		500,00
marcador permanente com tinta invisível		100,00
capa de chuva descartável		500,00
algema descartável		600,00
imãs de viatura		800,00
colete balístico		81.600,00
espelho para buscas preventivas		1.600,00
sinalizador visual veicular		1.300,00
sirene eletrônica digital		3.900,00
Locação de mão de obra	3.3.90.37.00	21.897.900,00
serviços de recepção		1.269.700,00
serviços de vigilância armada		18.024.000,00
serviços de brigada de incêndio		2.529.200,00
manutenção do CFTV		75.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	47.000,00
locação de serviço móvel especializado - NEXTEL		12.400,00
locação de radiocomunicadores		4.100,00
manutenção de aparelho de raio-x		18.000,00
aquisição de up grade analisador de linhas telefônicas digitais - TALAN		12.500,00
Equipamentos e material permanente	4.4.90.52.00	9.347.500,00
aquisição de equipamentos de Raio-X		323.400,00
detectores de metais		2.100,00
equipamentos p/ áudio, vídeo e foto		0,00
sistema de CFTV		8.500.000,00
portal detectores de metal		28.100,00
armamento		227.600,00
cofre		7.000,00
rede rádio		214.300,00
lente teleobjetiva Nikon		1.500,00
detector de frequência GSM		21.000,00
detector de frequência GSM de bolso		20.000,00
carregador de bateria para detector de junção não linear		2.500,00
90AREAFIM - Área Fim		15.700,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.3.90.36.00	1.400,00
serviços de tradução		1.400,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	14.000,00
serviços de tradução		2.200,00
fornecimento de alimentação - PDIJ		7.400,00
locação de bens móveis		4.400,00

	NATUREZA DA DESPEZA	TOTAL GERAL
Obrigações Tributárias e Contributivas contribuições previdenciárias	3.3.91.47.00	300,00 300,00
90ACAM - Ajuda de Custo e Auxílio Moradia		3.740.000,00
Indenizações e restituições ajuda de custos e transporte auxílio moradia	3.3.90.93.00	3.740.000,00 1.540.000,00 2.200.000,00
90CONCURSO - Encargos de Cursos e Concursos		980.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física gratificação de concurso de promotor	3.3.90.36.00	976.700,00 976.700,00
Obrigações tributárias e contributivas contribuições previdenciárias	3.3.91.47.00	3.300,00 3.300,00
P.O. 0002 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		1.900.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.900.500,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Indenizações e restituições	3.3.90.36.00 3.3.90.39.00 3.3.90.93.00	190.000,00 1.690.500,00 20.000,00
50TREINAPESS - Capacitação de Recursos Humanos		1.900.500,00
Outros serviços de terceiros - pessoa física instrutores internos eventos internos	3.3.90.36.00	190.000,00 130.000,00 60.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica cursos de pós graduação eventos externos eventos internos	3.3.90.39.00	1.690.500,00 252.000,00 1.208.500,00 230.000,00
Indenizações e restituições restituições ressarcimento de mensalidades	3.3.90.93.00	20.000,00 18.000,00 2.000,00
P.O. 0003 - REFORMA DO EDIFÍCIO GARAGEM DO MPDFT		2.000.000,00
INVESTIMENTOS		2.000.000,00
Obras e instalações	4.4.90.51.00	2.000.000,00
PI - Reforma do Edifício Garagem do MPDFT		2.000.000,00
Obras e instalações estudos e projetos	4.4.90.51.00	2.000.000,00 2.000.000,00
03.131.0581.2549.0001 - 063794		
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL		3.832.100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.832.100,00
Material de consumo Material de distribuição gratuita Locação de mão-de-obra Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.30.00 3.3.90.32.00 3.3.90.37.00 3.3.90.39.00	79.400,00 481.800,00 712.200,00 2.558.700,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
20COMUNICA - Ações de Jornalismo e Publicidade		3.832.100,00
Material de consumo	3.3.90.30.00	79.400,00
confeção de agenda		77.000,00
material para sinalização visual e outros		2.400,00
Material de Distribuição Gratuita	3.3.90.32.00	481.800,00
impressão de cartilhas, baners e outros		481.800,00
Locação de mão-de-obra	3.3.90.37.00	712.200,00
serviços de operação de áudio e vídeo		352.200,00
serviços de repórteres fotográficos		360.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	2.558.700,00
acesso web a banco de imagens		3.300,00
clipping de TV/Rádio/Web/Impresso		188.500,00
produção de vídeo documentário		33.000,00
serviços fotográficos		20.000,00
TV por assinatura		129.700,00
criação de revistas		41.800,00
criação de histórias em quadrinhos e ilustrações		100.000,00
pesquisa e diagnóstico de imagem do MPDFT		200.000,00
consultoria de comunicação interna		100.000,00
banco de áudio		6.000,00
estúdio de áudio e vídeo		200.000,00
contratação de agência de publicidade		1.500.000,00
serviços de publicidade institucional		26.400,00
mailing jornalístico		10.000,00
03.301.0581.2004.0053		20.554.838,00
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES, EMPREGADOS E DEPENDENTES		20.554.838,00
P.O. 0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA CIVIS - 063788		20.554.838,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.554.838,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	20.249.407,00
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.91.47.00	101.810,00
Indenizações e restituições	3.3.90.93.00	203.621,00
PLAN-ASSIST - Atendimento Médico e Odontológico		20.344.736,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	20.039.305,00
serviço médico/hospitalar/odontológico e laboratorial		20.005.837,00
autorizador eletrônico		33.468,00
Obrigações tributárias e contributivas	3.3.91.47.00	101.810,00
contribuição previdenciária		101.810,00
Indenizações e restituições	3.3.90.93.00	203.621,00
ressarcimento de assistência médica/odontológica		203.621,00
P.O. 0002 - EXAMES PERIODICOS - CIVIS - 063789		210.102,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		210.102,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.3.90.39.00	210.102,00
EXAMEPERIO - Exames Periódicos		210.102,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica exames periódicos	3.3.90.39.00	210.102,00 210.102,00
03.331.0581.2012.0053 - 083888		
OUTROS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		27.198.216,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		27.198.216,00
50AUXALIM - Auxílio-alimentação		27.198.216,00
Auxílio-refeição/alimentação auxílio-alimentação	3.3.90.46.00	27.198.216,00 27.198.216,00
03.331.0581.2011.0053 - 063787		
OUTROS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		396.396,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		396.396,00
50AUXTRANS - Auxílio-transporte		396.396,00
Auxílio-transporte auxílio-transporte	3.3.90.49.00	396.396,00 396.396,00
03.331.0581.2010.0053 - 083887		
OUTROS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		5.607.360,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.607.360,00
50PREESCOL - Auxílio pré-escolar		5.607.360,00
Outros benefícios assistenciais auxílio-creche	3.3.90.08.00	5.607.360,00 5.607.360,00
03.331.0581.00M1.0053 - 083886		
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE		304.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		304.500,00
50AUXNATAL - Auxílio-natalidade e funeral		304.500,00
Outros benefícios assistenciais auxílio-funeral ativo auxílio-funeral inativo auxílio-natalidade ativo auxílio-natalidade inativo	3.3.90.08.00	304.500,00 36.400,00 97.300,00 153.700,00 17.100,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
PESINATIVO - Pessoal Inativo e Pensionista		92.991.100,00
Aposentadorias e reformas	3.1.90.01.00	61.691.100,00
proventos - pessoal civil		6.993.400,00
proventos originários de incentivo/adicional a qualificação		77.900,00
13º Salário - pessoal civil		4.769.400,00
gratificação tempo de serviço - anuênio civil		1.647.000,00
aposentadorias originárias de subsídios		33.268.000,00
licença-prêmio - inativos		639.100,00
vantagens incorporadas - pessoal civil		7.559.400,00
proventos originários de gratificação - exerc. função		1.869.700,00
proventos originários de gratificação - exerc. cargo		4.867.200,00
Pensões	3.1.90.03.00	18.926.800,00
cívís		6.151.900,00
13º salário - pessoal civil e pensionista		1.415.800,00
pensões originárias de subsídios		9.430.300,00
pensões originárias de gratificação - exerc. função		293.000,00
pensões originárias de gratificação - exerc. de cargo		669.600,00
vantagens incorporadas - pensionistas		966.200,00
Sentenças judiciais	3.1.90.91.00	465.000,00
sentença não transitada em julgado - pessoal inativo		447.200,00
sentença não transitada em julgado - pensionista civil		17.800,00
Despesas de exercícios anteriores		11.908.200,00
despesas de exercícios anteriores - inativos		11.908.200,00
03.122.0581.09HB.0001 - 063782		
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA		82.601.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS		82.601.000,00
PREVI - Regime de Previdência		
Obrigações patronais	3.1.91.13.00	82.601.000,00
contribuição patronal para o RPPS		82.601.000,00
04.122.0909.00LF.0001 - 058775		
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		
OBRIGAÇÕES PATRONAIS		0,00
PREV-COMPLE - Regime de Previdência Complementar		0,00
Contribuição a entidades fechadas de previdência complementar	31.90.07.00	0,00
complementação de previdência		0,00
03.122.0581.13C1.0053 - 063791		
CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAZLÂNDIA - DF		
INVESTIMENTOS		7.000.000,00
Obras e instalações	4.4.90.51.00	7.000.000,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
10-PJBRAZ - Construção da Promotória de Brazlândia		7.000.000,00
Obras e instalações obras e instalações	4.4.90.51.00	7.000.000,00 7.000.000,00
03.122.0581.13C9.0053 - 063793 AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAGUATINGA		
INVESTIMENTOS		6.000.000,00
Obras e instalações	4.4.90.51.00	6.000.000,00
10-PJTAGUA - Promotória de Justiça Taguatinga		6.000.000,00
Obras e instalações obras e instalações	4.4.90.51.00	6.000.000,00 6.000.000,00
03.122.0581.13C2.0053 - 063792 CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO - DF		
INVESTIMENTOS		1.000.000,00
Obras e instalações	4.4.90.51.00	1.000.000,00
10PJSEBASTI - Promotória São Sebastião		1.000.000,00
Obras e instalações implantação	4.4.90.51.00	1.000.000,00 1.000.000,00
03.122.0581.150N.0053 - 076810 REFORMA DA 1ª ETAPA DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS		
INVESTIMENTOS		21.700.000,00
Obras e instalações		21.700.000,00
10REFSEDE - Reforma da 1ª Etapa Sede		21.700.000,00
Obras e instalações obras e instalações	4.4.90.51.00	21.700.000,00 21.700.000,00
03.122.0581.N929.0053 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA - BRASÍLIA II		
INVESTIMENTOS		5.000.000,00
Obras e instalações	4.4.90.51.00	5.000.000,00
PI - Sede das Coordenadorias das Promotorias de Justiça - Brasília II		5.000.000,00
Obras e instalações obras e instalações	4.4.90.51.00	5.000.000,00 5.000.000,00

	NATUREZA DA DESPESA	TOTAL GERAL
03.122.0581.N92A.0053		
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO MPDFT		
INVESTIMENTOS		1.000.000,00
Obras e instalações		1.000.000,00
PI - Edifício Área Administrativa		1.000.000,00
Obras e instalações estudos e projetos	4.4.90.51.00	1.000.000,00 1.000.000,00

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAI/13 A ABR/14

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	649.984.690	886.161
Pessoal Ativo	556.993.586	549.084
Pessoal Inativo e Pensionistas	92.991.104	337.077
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	100.374.990	25.785
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	4.526.612	0
Despesas de Exercícios Anteriores	34.613.378	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	61.235.000	25.785
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	549.609.700	860.376
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	550.470.076	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)*	743.075.691.000	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,0741	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,092%	683.629.636	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0874%	649.448.154	

*Secretaria de Tesouro Nacional - STN, Portaria Nº 276 de 19/05/2014, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida-RCL, Projeção para Dezembro de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2014 (A)	PROPOSTA 2015 (B)
<u>I - Pessoal</u>	<u>408.635.207</u>	<u>732.585.700</u>
Pessoal e Encargos Sociais	<u>408.635.207</u>	<u>732.585.700</u>
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>93.127.149</u>	<u>145.028.810</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica	<u>28.447.149</u>	<u>54.061.310</u>
Outras Despesas Correntes	<u>64.680.000</u>	<u>90.967.500</u>
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>22.017.551</u>	<u>77.238.700</u>
Investimentos	<u>22.017.551</u>	<u>77.238.700</u>
Inversões Financeiras		
TOTAL	<u>523.779.907</u>	<u>954.853.210</u>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DISCRIMINAÇÃO	R\$ 1,00	
	LOA 2014	PROPOSTA 2015
Ativo	297.833.216	656.893.662
Folha Normal	297.833.216	344.421.250
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		3.333.280
Impacto de Ingressos		9.273.853
Gratificações e Adicional de Qualificação		1.958.079
Outras Despesas		4.368.985
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		10.585.850
Licença prêmio		12.229.446
Ingressos em 2015		109.172.081
Realuste dos Servidores em 2015		19.889.837
Gratificação de Atividade do Orçamento - GAO		24.700
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		8.177.404
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		17.978.033
PL nº 2.201/2011 - Gratificação por Exercício Cumulativo dos Membros		8.471.943
PL nº 5.491/2013 - Realuste dos valores dos Cargos em Comissão		1.300.730
PL nº 2.199/2011 - Realuste de Servidores em 2015		81.834.994
PL nº 2.199/2011 - Realuste dos valores dos cargos e comissão		8.729.883
Patronal	56.483.656	82.601.034
Folha Normal	56.483.656	63.322.576
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		633.228
Impacto de Ingressos		313.902
Gratificações e Adicional de Qualificação		
Outras Despesas		
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		39.495
Licença prêmio		
Ingressos em 2015		12.137.279
Realuste dos Servidores em 2015		2.854.204
Gratificação de Atividade do Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		1.322.770
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		1.877.584
PL nº 2.199/2011 - Realuste de Servidores em 2015		12.097.431
PL nº 2.199/2011 - Realuste dos valores dos cargos e comissão		
Inativo	56.219.335	92.991.104
Folha Normal	#####	58.010.284
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		581.088
Gratificações e Adicional de Qualificação		
Outras Despesas		
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		6.296.482
Licença prêmio		6.250.778
Realuste dos Servidores em 2015		1.011.097
Gratificação de Atividade do Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		1.620.595
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		19.620.803
PL nº 2.199/2011 - Realuste de Servidores em 2015		1.823.693
PL nº 2.199/2011 - Realuste dos valores dos cargos e comissão		
TOTAL	408.635.207	732.586.700

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS, LEI Nº 10.771/2003 E ANTERIORES		LEI Nº 12.321/2010		ANTEPROJETO DE LEI		TOTAL	
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Membros	31	10.731.742			59	9.738.261	90	20.470.003
Analistas			276	33.963.568			276	33.963.568
Técnicos			624	48.884.231			624	48.884.231
Cargos em Comissão e Funções de Confiança			439	12.252.304	194	5.739.264	633	17.991.568
FC1			112	1.543.912	11	156.795	123	1.700.707
FC2			63	1.012.458	60	965.056	123	1.977.514
FC3			14	327.662	31	710.801	45	1.038.463
CC1					34	907.272	34	907.272
CC2			250	9.368.272	29	1.095.104	279	10.463.376
CC3					12	513.635	12	513.635
CC4					10	725.722	10	725.722
CC5					5	437.124	5	437.124
CC6					2	227.755	2	227.755
CC7								
TOTAL	31	10.731.742	1.339	95.100.103	253	15.477.525	1.623	121.309.370

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	2014 BASE MARCO (A)		INGRESSOS 2014 (B)		INGRESSOS 2015 (C)		PROPOSTA 2015 D = (A+B+C)	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	R\$ 212,00	5.170	13.152.480			2.827	7.192.256	7.997	20.344.736
Assist. Pré-Escolar	R\$ 594,00	473	3.371.544	9	64.152	305	2.171.664	787	5.607.360
Auxílio-Transporte	R\$ 91,00	57	62.244			306	334.152	363	396.396
Auxílio-Alimentação	R\$ 751,00	2.077	18.717.924	27	243.324	914	8.236.968	3.018	27.198.216
Exames Periódicos	R\$ 97,00	2.139	207.483	27	2.619	-	-	2.166	210.102
Auxílio-Natalidade e Funeral									304.500
TOTAL			35.511.675		310.095		17.935.040		54.061.310

Nota:- O exame-médico periódico deve ser efetuado uma vez ao ano. Não é considerado para os ingressos de 2015, pois os servidores que ingressam apresentam os exames admissionais.

- A coluna "INGRESSOS 2014" considera a nomeação de 25 membros no mês de maio, bem como a expectativa de nomeação de outros 2 membros ainda neste exercício de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PRIORIDADES
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E CUSTEIO BÁSICO)

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2015
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		25.797.680
1	Ajuda de custo e transporte	740.000
2	Aquisição de mobiliário	2.446.180
3	Aquisição de microcomputadores e monitores	4.407.000
4	Capacitação de recursos humanos	500.500
5	Suporte técnico especializado em microsoft	1.980.000
6	Sistemas de automação e modernização de sedes (ar condicionado)	1.550.000
7	Serviços de mensageria	1.998.000
8	Contratação de agencia de publicidade	1.500.000
9	Implantação de sistema de CFTV	8.500.000
10	Aquisição de veículos	2.176.000
CONSTRUÇÕES		20.000.000
1	Construção da Promotoria de São Sebastião	1.000.000
2	Ampliação da Promotoria de Taguatinga	6.000.000
3	Construção da Promotoria de Brazlândia	7.000.000
4	Construção da Sede das Promotorias de Brasília II	5.000.000
5	Construção do Edifício Administrativo	1.000.000
REFORMAS		23.700.000
1	Reforma da 1ª Etapa do Edifício-Sede	21.700.000
2	Reforma da Garagem	2.000.000
AQUISIÇÕES		
1		
2		
TOTAL		69.497.680

CONSOLIDADO - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015 DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

UNIDADE:

20/5/2014

R\$1,00

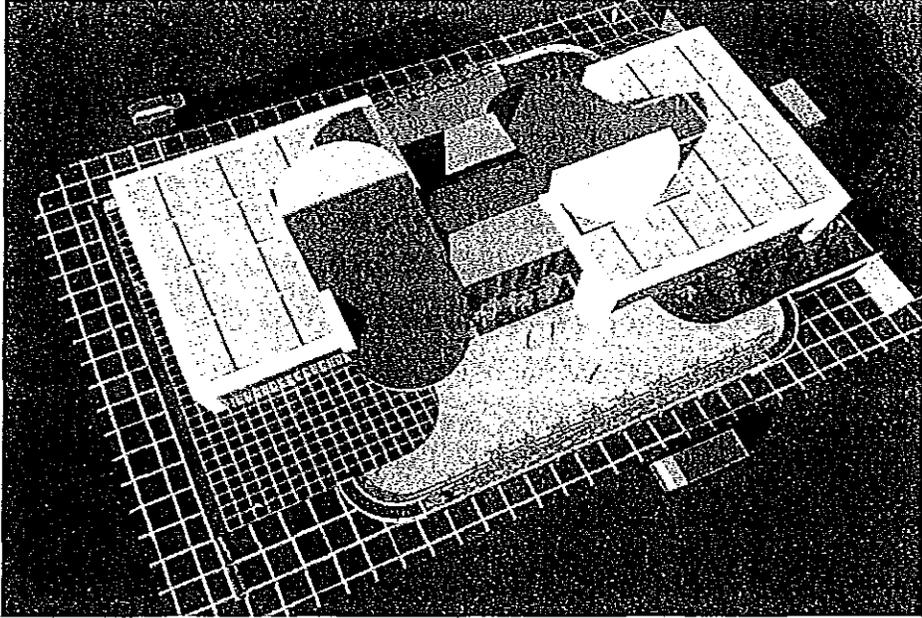
ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	13º Salário Membros e Servidores 1ª Parcela	Férias Membros e Servidores (saldo)	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	13º Salário Membros e Servidores 2ª Parcela	Férias Membros e Servidores	DEZEMBRO	SUBTOTAL
PESSOAL ATIVO	37.723.140	37.330.394	37.386.482	37.483.999	37.449.165	37.474.101	18.145.938	11.070.150	37.769.495	37.399.295	37.543.118	37.578.874	37.532.522	18.501.749	11.070.150	34.351.077	556.903.566
319007	355.811	355.811	355.811	355.811	355.811	355.811		4.278	355.811	355.811	355.811	355.811	355.811	355.811	4.278	355.811	4.034.083
319008																	
319011	36.828.938	36.434.191	36.480.260	36.587.784	36.552.963	36.577.899	18.145.938	11.665.873	36.880.263	35.502.094	36.646.915	36.680.672	36.635.319	18.145.938	11.665.873	46.880.991	511.300.910
319013																	
319113	18.780	18.780	18.780	18.780	18.780	18.780			18.780	18.780	18.780	18.780	18.780	18.780		18.780	225.361
319016	144.394	144.394	144.394	144.394	144.394	144.394			144.394	144.394	144.394	144.394	144.394	144.394		144.394	1.732.727
319091	377.218	377.218	377.218	377.218	377.218	377.218			377.218	377.218	377.218	377.218	377.218	377.218		377.218	4.526.612
319092																34.579.883	54.579.883
319192																	
319095																	
319198																	
PATRONAL (09HB)	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768			6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768		6.188.768	82.001.034
319013																	
319113	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768			6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768	6.188.768		6.188.768	82.561.539
319192																	39.495
PESSOAL INATIVO	4.755.819	4.755.819	4.755.819	4.755.819	4.755.819	4.755.819	2.377.809		4.755.819	4.755.819	4.755.819	4.755.819	4.755.819	2.377.809		35.923.681	92.991.104
319001	3.584.461	3.584.461	3.584.461	3.584.461	3.584.461	3.584.461	1.801.004		3.584.461	3.584.461	3.584.461	3.584.461	3.584.461	1.801.004		18.878.794	81.891.072
319003	1.152.411	1.152.411	1.152.411	1.152.411	1.152.411	1.152.411	576.205		1.152.411	1.152.411	1.152.411	1.152.411	1.152.411	576.205		5.087.948	16.826.875
319008																	
319091	38.747	38.747	38.747	38.747	38.747	38.747			38.747	38.747	38.747	38.747	38.747	38.747		38.747	464.966
319092																11.908.192	11.908.192
TOTAL	48.877.525	48.284.778	48.340.847	48.438.370	48.403.539	48.428.489	20.523.747	11.070.150	48.710.659	48.352.081	48.497.502	48.531.258	48.486.900	27.079.324	11.070.150	126.490.602	732.595.724

NOTA: INSERIR OUTROS ELEMENTOS DE DESPESA, SE NECESSÁRIO.

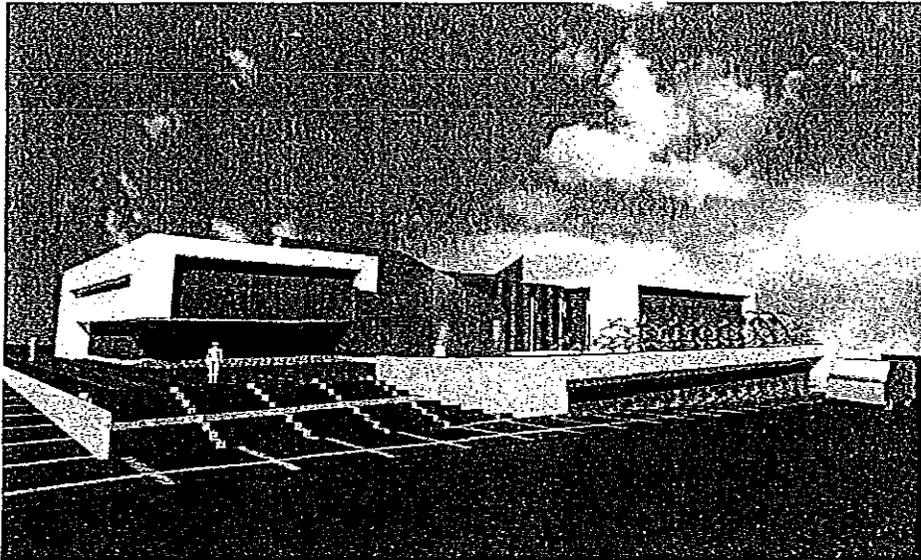
8. ANEXO V - PROJETO PADRÃO DAS PROMOTORIAS DAS CIDADES SATÉLITES

PROJETO-PADRÃO

MPDFT



Vista Superior



Fachada Principal



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

2014

28/07/14 18:51

SECRETARIA PROCESSUAL
COORDENADORIA DE PROTOCOLO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
0.00.000.001096/2014-37
APENSO II
- MPT -

REQUERENTE:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ADVOGADO DO REQUERENTE:

REQUERIDO:

CLASSE PROCESSUAL:

ANTEPROJETO DE LEI - AL

ASSUNTO:

Apresenta, para parecer deste Conselho Nacional, propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

LATOR(A)

SERVAÇÕES:

Proposta Orçamentária Exercício 2015



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

WWW.MPT.GOV.BR



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente

JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO
Vice-Presidente

JOSÉ NETO DA SILVA
Conselheiro

OTAVIO BRITO LOPES
Conselheiro

ANTÔNIO LUIZ TEIXEIRA MENDES
Conselheiro

EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI
Conselheiro

GUSTAVO ERNANI CAVALCANTE DANTAS
Conselheiro

CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO
Conselheira-Secretária

RONALDO CURADO FLEURY
Conselheiro

ROGÉRIO RODRIGO FERNANDEZ FILHO
Conselheiro

CORREGEDORIA-GERAL

MANOEL ORLANDO DE MELO GOULART
Corregedor



Índice

APRESENTAÇÃO	5
Exercício 2013	6
Pessoal e Encargos Sociais	6
Assistência Social	6
Manutenção.....	6
Locações de Imóveis.....	6
Reforma e adaptação de Imóvel.....	6
Projetos	7
Construções.....	7
Aquisições.....	7
Reforma	8
Créditos Adicionais.....	8
Exercício 2014	9
Pessoal e Encargos Sociais	9
Manutenção das Unidades do MPT	9
Tecnologia da Informação	9
Diárias, Passagens e Hospedagens.....	9
Estágio Acadêmico	9
Auxílio-Moradia	9
Concurso para Membro.....	10
Ajuda de Custo e Transporte de Bagagens	10
Auxílios e Benefícios.....	10
Capacitação de Recursos Humanos	10
Erradicação do Trabalho Escravo	10
Comunicação e Divulgação Institucional	11
Projetos	11
Exercício 2015	13
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público do Trabalho.....	16
Auxílios e Benefícios.....	19
Comunicação e Divulgação Institucional	19



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Aquisições e Construções	20
Pessoal e Encargos Sociais.....	23
Índices Utilizados na Elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício 2015.....	25
Demonstrativo das Despesas por Projeto/Atividade.....	26



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Trabalho para o exercício financeiro de 2015, em cumprimento ao disposto no inciso XVIII do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

A Proposta ora apresentada compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e foi elaborada de acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 e as orientações técnicas emanadas do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO

Procurador-Geral do Trabalho



HISTÓRICO

Exercício 2013

Encerrado o exercício financeiro de 2013, apurou-se o orçamento total de R\$ 1.223.197.987,00, sendo:

- R\$ 1.060.204.326,00 originários da Lei de Meios de 2013 (ficando contingenciado o valor de R\$ 20.658.440,00); e,
- R\$ 162.993.661,00 referentes a créditos adicionais.

Pessoal e Encargos Sociais

Os recursos alocados, neste grupo de despesas, permitiram o atendimento da folha normal de ativos, de inativos e pensionistas; do preenchimento de cargos de membros e de servidores; do preenchimento de funções comissionadas, criadas pela Lei N° 12.321 de 08 de setembro de 2010.

Foram atendidos também passivos da parcela autônoma de equivalência (PAE), parcela de juros de quintos, licenças-prêmio, reenquadramento de servidores (conforme Portaria PGR 754/2013 e decisão do CNMP) e outras despesas de exercícios anteriores.

Assistência Social

Os recursos destinados a auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio pré-escolar e assistência médica foram suficientes para o pagamento àqueles que solicitaram o benefício.

Manutenção

Foram atendidas todas as despesas com a manutenção da Procuradoria-Geral do Trabalho, das Procuradorias Regionais do Trabalho e das Procuradorias do Trabalho nos Municípios.

Locações de Imóveis

Foram descentralizados recursos para locação de imóveis e/ou salas para a Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC e para as Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Patos de Minas/MG, Passo Fundo/RS, Santo Antônio de Jesus/BA, São José dos Campos/SP e Araguaína/TO.

Reforma e adaptação de Imóvel

Entre os recursos alocados para essa finalidade, merecem destaque os relativos às seguintes reformas e/ou adaptações:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

- Edifícios-Sedes das Procuradorias Regionais do Trabalho da 4ª Região/RS, 5ª Região/BA, 6ª Região/PE, 8ª Região/PA, 17ª Região/ES, 22ª Região/PI e 24ª Região/MS;
- Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Trabalho;
- Procuradorias do Trabalho nos seguintes municípios: Campo Mourão - 9ª Região; Criciúma - 12ª Região; Palmas - 10ª Região; Picos - 22ª Região.

Acessibilidade

Foram atendidos os pleitos das Unidades Regionais, exceto as da 12ª Região/SC, 14ª Região/RO, 15ª Região/CAMPINAS, 18ª Região/GO, 21ª Região/RN e 24ª Região/MS, as quais não solicitaram recursos para tal finalidade.

Veículos

Foram alocados recursos a fim de suprir as demandas de renovação e/ou ampliação da frota do órgão.

Livros

Foram destinados recursos para renovação e/ou ampliação de acervos do MPT.

Projetos

Foram consignados recursos na lei de orçamento anual do Ministério Público do Trabalho para os seguintes projetos:

Construções

- Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília/DF;
- Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza/CE;
- Edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Recife/PE;
- Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Eunápolis/BA;
- Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Rio Branco/AC;
- Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Bom Jesus/PI;
- Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Araguaína/TO;
- Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Ji-Paraná/RO;

Aquisições

- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho/GO;
- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho/MT;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Três Lagoas/MS;
- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Niterói/RJ;

Reforma

- Reforma, adaptação e ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Belém/PA

Créditos Adicionais

Visando complementar as ações definidas como prioritárias, foram autorizados créditos adicionais para suplementação dos seguintes Projetos/Atividades:

- Aquisição de Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho/SC;
- Aquisição de Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Caxias do Sul/RS;
- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Niterói/RJ;
- Aquisição de Imóvel para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande/MS;
- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho/PE¹;
- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho/CE¹;
- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Ji-Paraná/RO¹;
- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Cascavel/PR;
- Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário: (Capacitação de recursos humanos e concurso público/Fonte 150);
- Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares;
- Auxílio-alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares;
- Pagamento de Pessoal Ativo da União;
- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cívicos – Nacional;
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;

¹ Recursos oriundos de Emenda Parlamentar



Exercício 2014

Pessoal e Encargos Sociais

A Lei Orçamentária anual de 2014 estabeleceu o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais no patamar de R\$ 786.728.293,00 destinados a atender o pagamento da folha normal de servidores ativos, inativos e obrigações patronais. Os recursos destinados ao pagamento das despesas decorrentes de ingressos relativos à Lei nº 12.321/2010 constam do anexo V da Lei de Meios e são repassados pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF por meio de créditos adicionais ao MPT.

Manutenção das Unidades do MPT

Estão assegurados recursos para manutenção básica de todas as Unidades do Ministério Público do Trabalho.

As Necessidades Adicionais serão atendidas com base nas disponibilidades orçamentárias.

Tecnologia da Informação

Foram alocados recursos da ordem R\$ 33.968.660,00, sendo R\$ 25.273.460,00 para atender despesas de custeio e R\$ 8.695.200,00 para despesas de capital. Esse valor é aproximadamente 18% superior ao disponibilizado na lei de orçamento do exercício passado.

Diárias, Passagens e Hospedagens

Foram definidos recursos anuais de R\$ 18.700.000,00 para despesas com diárias, passagens e hospedagens. Esse valor corresponde a um acréscimo de 10% em relação ao valor executado no exercício de 2013.

Estágio Acadêmico

Foram estimados recursos correspondentes ao quantitativo autorizado de 1.017 estagiários para atender às áreas finalísticas e administrativas do MPT. A Gratificação por Encargo de Concurso de Estagiário demandará R\$ 600.000,00.

Auxílio-Moradia

Para o auxílio-moradia, estimaram-se recursos correspondentes à expectativa do preenchimento de 168 vagas até o mês de dezembro do presente exercício.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Concurso para Membro

Para essa finalidade, previram-se recursos no montante de R\$ 1.200.000,00 na atividade “Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público do Trabalho”.

Ajuda de Custo e Transporte de Bagagens

Asseguraram-se recursos para o pagamento de ajuda de custo e transporte de bagagens a membros a serem empossados em 2014 e de servidores que venham a ser removidos de ofício.

Auxílios e Benefícios

A Lei Orçamentária para o presente exercício assegurou recursos para o respectivo pagamento, nos quantitativos e valores a seguir relacionados:

Discriminação	Valor Mensal / Beneficiário	Quantitativo Físico	Dotação LOA
Auxílio-Alimentação	710,00	3.141	26.760.000
Assistência Médica e Odontológica	169,00	7.033	14.262.924
Auxílio-Pré-Escolar	561,00	758	5.100.000
Auxílio-Transporte	163,00	137	268.392
Assistência Médica – Exames Periódicos	98,00	3.039	297.804

Vale destacar que os auxílios e benefícios referentes aos ingressos de novos servidores serão avaliados pela Secretaria de Orçamento Federal, sendo concedidos recursos para essa finalidade por meio de crédito adicional.

Capacitação de Recursos Humanos

Foi disponibilizado para este Plano Orçamentário R\$ 1.800.000,00, que serão utilizados nos projetos de capacitação de servidores e membros, cursos de pós-graduação, treinamentos e projetos de educação à distância.

Erradicação do Trabalho Escravo

Este Plano Orçamentário dispõe de R\$ 2.700.000,00 para a realização de ações de combate ao trabalho análogo ao de escravo, sendo R\$ 1.350.000,00 para despesas correntes e R\$ 1.350.000,00 para investimentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Comunicação e Divulgação Institucional

A referida ação dispõe de dotação de R\$ 3.500.000,00, necessária à política de comunicação e divulgação do Ministério Público do Trabalho.

Projetos

Os projetos compõem-se de aquisições, construções e reforma de edifícios-sede das unidades do Ministério Público do Trabalho, conforme especificado a seguir.

Inversões financeiras

A Lei Orçamentária 2014 estabeleceu dotação total de R\$ 22.260.829,00 para projetos de aquisição de imóveis, conforme detalhado a seguir:

Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em São Luís/MA	8.000.000
Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Petrópolis/RJ	100.000
Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Vitória/ES	12.760.829
Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Dourados/MS	1.400.000

Investimentos

A Lei Orçamentária 2014 estabeleceu dotação total de R\$ 96.250.000,00 para os projetos de construções e aquisição de terreno, a seguir relacionados:

Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília/DF	1.500.000
Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre/RS	4.000.000
Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Recife/PE	27.100.000
Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Campina Grande/PB	1.200.000
Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Mossoró/RN	1.050.000
Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná/RO	850.000
Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Bom Jesus/PI	2.150.000
Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Cascavel/PR	950.000
Edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza/CE	29.500.000
Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Patos/PB	300.000
Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Araguaína/TO	1.350.000
Anexo do Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho em Salvador/BA	18.000.000
Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Uberlândia/MG	1.550.000
Edifício Anexo da Procuradoria do Trabalho em Campos dos Goytacazes/RJ	500.000
Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Juazeiro/BA	250.000
Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Vitória da Conquista/BA	250.000



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Antônio de Jesus/BA	250.000
Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília/DF	5.000.000
Aquisição de Terreno para Ampliação da Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes/RJ	500.000

Reforma, Adaptação e Ampliação

A Lei Orçamentária previu dotação de R\$ 190.753,00 para reforma, adaptação e ampliação do edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região/PA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Exercício 2015

A Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, resumida, apresenta valores expressos em reais (alguns itens de gasto tiveram seus valores arredondados), com a seguinte configuração:

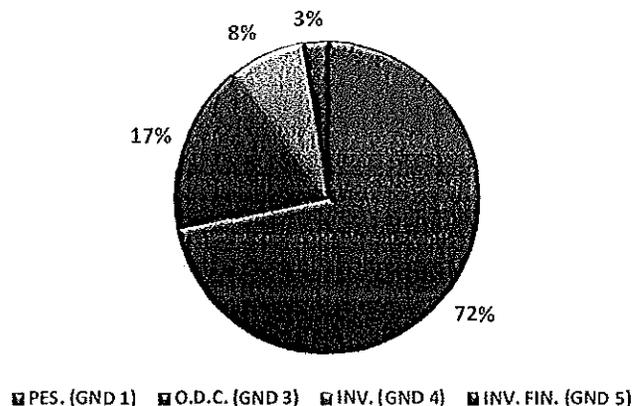
R\$ 1,00					
AÇÃO	PESSOAL (GND 1)	OUTRAS DESPESAS CORRENTES (GND 3)	INVESTIMENTOS (GND 4)	INVERSÕES FINANCEIRAS (GND 5)	TOTAL
Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.208.221.794				1.208.221.794
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	226.313.172				226.313.172
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	174.025.735				174.025.735
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Ações para Erradicação do Trabalho Escravo - Capacitação de Recursos Humanos		265.811.830	70.036.200		335.848.030
Comunicação e Divulgação Institucional		8.026.800			8.026.800
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exame Periódico		42.464.000			42.464.000
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		12.153.000			12.153.000
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados		57.537.000			57.537.000
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados		2.828.000			2.828.000
Aquisições de Terrenos e Edifícios-sede para as Procuradorias Regionais e Procuradorias do Trabalho nos Municípios			2.500.000	57.900.000	60.400.000
Construções, incluindo PGT, de Edifícios-sede para as Procuradorias Regionais e Procuradorias do Trabalho nos Municípios			109.326.584		109.326.584
TOTAL	1.608.560.701	388.820.630	181.862.784	57.900.000	2.237.144.115



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

A representação gráfica da Proposta Orçamentária em nível dos seus grupos de despesas obedece à seguinte distribuição:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS



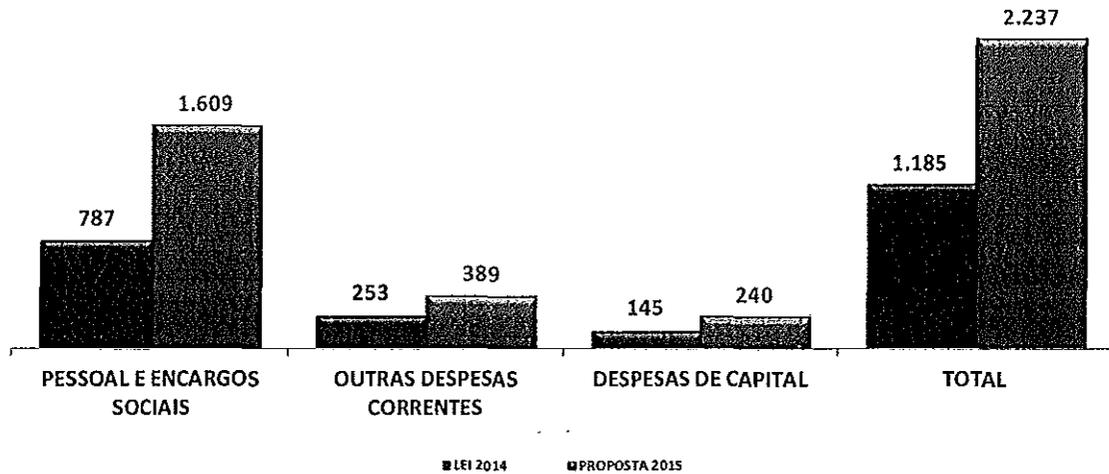
A Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, em nível de grupos de despesas, comparada ao orçamento aprovado para o exercício de 2014, pode ser visualizada no demonstrativo e gráfico a seguir:

R\$ 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	LEI 2014	PROPOSTA 2015	VARIAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	786.728.293	1.608.560.701	104,46
Ativo	547.625.341	1.208.221.794	120,63
Inativo	136.018.245	226.313.172	66,38
CPSS	103.084.707	174.025.735	68,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	253.203.392	388.820.630	53,56
Custeio Básico (+ Comunicação)	206.156.000	273.838.630	32,83
Auxílio Alimentação	26.760.000	57.537.000	115,01
Auxílio Transporte	268.392	2.828.000	953,68
Assistência Pré-Escolar	5.100.000	12.153.000	138,29
Auxílio Natalidade e Funeral	358.272	-	-100,00
Assistência Médica e Odontológica	14.262.924	41.533.000	191,20
Assistência Médica/Exame Periódico	297.804	931.000	212,62
DESPESAS DE CAPITAL	145.267.829	239.762.784	65,05
Construções e Aquisições de terreno	96.440.753	111.826.584	15,95
Inversões Financeiras	22.260.829	57.900.000	160,10
Equipamentos e Material Permanente	26.566.247	70.036.200	163,63
TOTAL	1.185.199.514	2.237.144.115	88,76



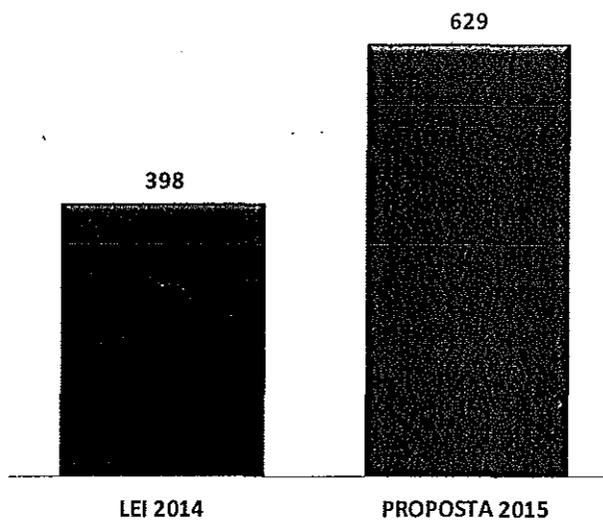
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

LEI 2014 x PROPOSTA 2015
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS
R\$ MILHÕES



O crescimento das dotações dos grupos de despesas – Outras Despesas Correntes e Capital, constante da Proposta Orçamentária 2015, em relação ao orçamento do exercício de 2014, apresenta aumento de aproximadamente 58%.

LEI 2014 x PROPOSTA 2015
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL
R\$ MILHÕES





Objetivos e Metas para o Exercício de 2015

A Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2015 tem como norteador principal o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – **PLDO** e está alinhada à estratégia de “adequar qualitativa e quantitativamente os recursos orçamentários e financeiros à estrutura organizacional e às ações institucionais do MPT, em uma visão sistêmica, com foco na transparência, na eficiência e eficácia da aplicação dos recursos e no atendimento da sociedade”.

Foram previstos recursos para o desenvolvimento das atividades fim e meio do Ministério Público do Trabalho, de acordo com os objetivos e metas abaixo enumerados.

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público do Trabalho.

Meta: Parecer Elaborado (unidade): 1.520.308

Manutenção das Unidades do Ministério Público do Trabalho

Assegurar recursos para manutenção da Procuradoria-Geral do Trabalho, das Procuradorias Regionais do Trabalho e das Procuradorias do Trabalho nos Municípios.

Ingresso de Membros

Assegurar recursos para o pagamento de ajuda de custo, mobiliário e transporte de bagagens decorrentes do ingresso de 12 membros no cargo de Procurador do Trabalho no exercício de 2015.

Estagiários

Assegurar recursos para a contratação de 1.072 estagiários para atendimento às áreas finalísticas e administrativas do Ministério Público do Trabalho.

Manutenção de novas instalações

Pretende-se assegurar recursos, conforme especificado a seguir.

Manutenção:

- PRT 1ª Região/RJ (término da construção do edifício-sede);
- PRT 4ª Região/RS (reforma do edifício-sede a ser cedido pela Procuradoria Regional da República, por meio da Secretaria do Patrimônio da União);
- PRT 17ª Região/ES (gastos decorrentes da ocupação parcial de edifício-sede a ser adquirido);
- PRT 22ª Região/PI (espaço cedido pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Manutenção e aquisição de mobiliário:

- PRT 16ª Região/MA (aquisição de nova sede);
- PTM de Itaguaí/RJ (conforme Portaria PGT nº 981, de 19 de dezembro de 2013);
- PTM de Cascavel/PR (término da construção da nova sede);
- PTM de Bom Jesus/PI (término da construção da nova sede);
- PTM de Três Lagoas/MS (aquisição de nova sede);
- PTM de Dourados/MS (aquisição de nova sede);
- PTM de Joaçaba/SC (aquisição de nova sede).

Tecnologia da Informação

O Departamento de Tecnologia da Informação em consonância com as áreas de TI das Regionais vem realizando seu planejamento da tecnologia da informação assentada em 10 ações estruturantes, essencialmente necessárias para dotar o Ministério Público do Trabalho com as condições adequadas para o desempenho de suas atividades constitucionais, inclusive no que se refere à consolidação do processo eletrônico da área finalística e administrativa e a interoperabilidade junto a outros órgãos, em especial com o sistema de processo eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) bem assim, buscar elevar o grau de maturidade da tecnologia da informação no MPT a um patamar satisfatório.

Principais ações estruturantes previstas para 2015:

- Infraestrutura para o Processo Virtual – segunda versão do MPT-Digital;
- Implementação de arquitetura nacional de segurança lógica.
- Datacenter de contingência para a PGT
- Aquisição e instalação de salas seguras para todas as PRT.
- Atualização tecnológica de equipamentos e softwares; e
- Aquisição de sala-cofre para o Datacenter do MPT.

Adolescente Aprendiz

Assegurar recursos para cobrir despesas com o Programa Adolescente Aprendiz, conforme a Resolução nº 76 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Elaboração e Execução dos Projetos de Acessibilidade para Adequação dos Edifícios do MPT

Contratar empresas para elaboração e execução de Projetos de Acessibilidade para Adequação das Edificações e Serviços do MPT; conforme resolução nº 81, de 31/01/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.



Ampliação dos Atuais Alugueis

Assegurar recursos para atender despesas com a PRT da 15ª Região/Campinas que terá sua sede ampliada via aluguel, bem como da mudança de sede das PTM's de Nova Friburgo/RJ (locação de espaço complementar), Pelotas/RS, Presidente Prudente/SP e Ribeirão Preto/SP.

Reformas

Assegurar recursos para as Reformas da PRT da 21ª Região/RN, bem como com das PTM's de Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages/SC.

Mobiliário para novos Membros e Servidores

Assegurar recursos para o referido item, tendo em vista que haverá ingressos de 12 Membros e de 2.160 servidores no exercício de 2015.

Terceirização de Motoristas

Assegurar recursos para cobrir despesas com a contratação de condutores de veículos oficiais no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Auxílio Moradia para os Membros

Assegurar recursos para o respectivo item, a membros com exercício em local cujas condições de moradia forem particularmente difíceis ou onerosas, conforme especificado na Portaria PGR nº 652/2013.

Segurança Institucional para os Membros

Preservar a Instituição e seus direitos, assim como a proteção do meio ambiente, dos bens tangíveis e intangíveis e sua integridade, de maneira que ela possa cumprir suas atribuições livre de pressões e ameaças de qualquer natureza. O exercício de segurança deve proporcionar a completa salvaguarda da instituição, contra qualquer tipo de ameaça, estruturando-se em medidas ativas, preventivas, reativas, e na governança corporativa, que é o centro gestor organizacional. Devido à maior inserção do Ministério Público do Trabalho nas crescentes demandas da sociedade e, conseqüentemente, ao aumento de suas responsabilidades, faz-se necessário garantir a integridade da Instituição, uma vez que as ações do Parquet trabalhista têm repercussões econômicas e políticas na sociedade brasileira.

Capacitação de Recursos Humanos

Meta: Servidor Capacitado (unidade): 5.500



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Assegurar recursos para atender despesas de capacitação tendo em vista o aumento do quadro de membros e servidores, incremento nas metas de capacitação com a gestão estratégica do Ministério Público do Trabalho, assim como atender recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e do Tribunal de Contas da União – TCU para o aperfeiçoamento da Governança em Gestão de Pessoas no âmbito do MPT.

Erradicação do Trabalho Escravo

Meta: Ação Desenvolvida (unidade): 600

Assegurar recursos para as despesas com as ações para erradicação do trabalho em condições análogas às de escravo, ações orientadas ao combate do tráfico de seres humanos e atividades direcionadas à proteção do trabalho indígena, buscando maior eficiência da atuação nessas ações.

Auxílios e Benefícios

Assegurar os recursos visando manter e atender o aumento do quantitativo de membros e servidores, em virtude de realização de concurso público.

- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Meta: Pessoa Beneficiada (unidade): 1.625
- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Meta: Pessoa Beneficiada (unidade): 6.376
- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Meta: Criança Atendida (unidade): 1.705
- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes
Meta: Pessoa Beneficiada (unidade): 16.098
- Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Meta: Pessoa Beneficiada (unidade): 4.234

Comunicação e Divulgação Institucional.

Meta: Matéria Veiculada (unidade): 555

Assegurar recursos para atender tanto à comunicação quanto à divulgação da imagem da Instituição na sociedade.



Aquisições e Construções

Aquisições:

- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Maceió/AL. Área total: 7.000 m²

Meta: Edifício Adquirido (Unidade): 1

- Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Aracaju/SE. Área total: 600,00m²

Meta: Terreno Adquirido (Unidade): 1

- Aquisição de imóvel complementar ao Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no município de Novo Hamburgo/RS. Área total: 600,00m²

Meta: Edifício Adquirido (Unidade):1

- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no município de Santo Ângelo/RS. Área total: 1.100,00m²

Meta: Edifício Adquirido (Unidade):1

- Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em João Pessoa/PB. Área total: 506,25m²

Meta: Terreno Adquirido (Unidade): 1

- Aquisição de Terreno para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Patos/PB. Área total: 1.050,00m²

Meta: Terreno Adquirido (Unidade):1

- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Corumbá/MS. Área total: 1.000,00m²

Meta: Edifício Adquirido (Unidade): 1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

- Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Joaçaba/SC. Área total: 650,00m²

Meta: Edifício Adquirido (Unidade): 1

Construções: Conforme cronogramas físico-financeiros das obras

Construção de edifícios-sede para a Procuradoria-Geral e as Procuradorias Regionais do Trabalho:

- Procuradoria-Geral do Trabalho

Meta: Edifício Construído (% de execução física): 1,63

- 4ª Região/RS

Meta: Edifício Construído (% de execução física): 71,94

- 5ª Região/BA

Meta: Edifício Construído (% de execução física): 4,76

- 6ª Região/PE

Meta: Edifício Construído (% de execução física): 4,76

- 7ª Região/CE

Meta: Edifício Construído (% de execução física): 2,45

- 10ª Região/DF

Meta: Edifício Construído (% de execução física): 67,65

- 22ª Região/PI

Meta: Edifício Construído (% de execução física): 100,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Construção de edifícios-sede para as Procuradorias do Trabalho nos Municípios:

- Campos dos Goytacazes/RJ

Meta: Edifício construído (% de execução física): 75,00

- Juazeiro/BA

Meta: Edifício construído (% de execução física): 92,31

- Vitória da Conquista/BA

Meta: Edifício construído (% de execução física): 92,31

- Santo Antônio de Jesus/BA

Meta: Edifício construído (% de execução física): 92,31

- Araguaína/TO

Meta: Edifício construído (% de execução física): 37,71

- Campina Grande/PB

Meta: Edifício construído (% de execução física): 75,98

- Patos/PB

Meta: Edifício construído (% de execução física): 92,35

- Ji-Paraná/RO

Meta: Edifício construído (% de execução física): 32,91

- Mossoró/RN

Meta: Edifício construído (% de execução física): 84,47



Pessoal e Encargos Sociais

Foram previstos recursos para atender despesas com:

- Força de trabalho atual (base março 2014) já acrescida de crescimento vegetativo de 1%, que englobam as despesas com promoção de membros e reposicionamento de servidores.

- Pagamento de despesas decorrentes de ressarcimento a requisitados, licenças-prêmio indenizadas, adicional de qualificação e gratificações de perícia, projeto, segurança, orçamento e atividade penosa, Gratificação por exercício cumulativo, além de despesas com dobra de jornada de médicos e progressões.

- Atendimento das despesas decorrentes de cargos criados por leis anteriores, a saber:

- ✓ Ingresso de Membros em janeiro de 2015: 12 (vagos)

- ✓ Ingresso de novos Servidores em janeiro de 2015: 73, sendo 21 analistas e 52 técnicos (Lei 10.771/2003 e leis anteriores).

- ✓ Preenchimento de cargos em comissão em janeiro de 2015: 250 (50% dos cargos em comissão criados – CCs - Lei 12.321/2010).

- ✓ Ingresso de novos Servidores em janeiro de 2015: 2.087, sendo 1057 analistas e 1030 técnicos (Lei 12.321/2010).

- Despesas com exercícios anteriores relativas a ressarcimento a outras entidades decorrentes da cessão de servidores ao MPT;

- Implementação da terceira parcela no percentual de 5% do Plano de Cargos e Salários dos servidores a partir de janeiro de 2015;

- Implementação da terceira parcela no percentual de 5% do subsídio dos membros, a partir de janeiro de 2015;

Tendo em vista orientação constante da planilha elaborada pela Secretaria de Planos e Orçamento/MPF, não foram computadas despesas decorrentes da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), relativas a exercícios anteriores. Isso ocorreu porque toda a despesa relativa à parcela será incluída na Proposta Orçamentária do Ministério Público Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, está estimada em R\$ 1.608.560.701 assim distribuídos:

Discriminação	Valor (R\$ 1,00)
Ativo	
Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	1.208.221.794
Patronal	
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	174.025.735
Inativos e Pensionistas	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional	226.313.172
Total	1.608.560.701



ANEXO I

Índices Utilizados na Elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício 2015

Diárias – Pessoal Civil	5% 6,54% (crescimento).
Material de Consumo	5,5% de correção de preços (sobre o custeio básico da PGT, PRTs e PTMs) e 5% de crescimento real do custeio básico PTMs.
Passagens e Despesas com Locomoção	10% de correção de preços e 6,54% de crescimento real.
Locações de Imóvel	reajuste de 5,5% (correção).
Locação de Mão-de-Obra	reajuste de 9,6% da programação de 2014 da PGT, PRTs e PTMs e 5% de crescimento real nas PTMs.
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	reajuste de 5,5% da programação da PGT, PRTs e PTMs e 5% de crescimento real nas PTMs.
Obrigações Tributárias e Contributivas	5,5% de correção da programação de 2014 da PGT, PRTs e PTMs e 5% de crescimento real nas PTMs.
Indenizações e Restituições:	
• Indenizações	5,5% de correção da programação de 2014 da PGT, PRTs e PTMs.
• Ajuda de Custo	5%
• Auxílio-Moradia	5%



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

ANEXO II

Demonstrativo das Despesas por Projeto/Atividade

DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO

DESPESAS CORRENTES	265.811.830
INVESTIMENTOS	70.036.200
TOTAL	335.848.030

MANUTENÇÃO

DESPESAS CORRENTES	261.511.830
INVESTIMENTOS	68.236.200

I - Procuradorias Regionais do Trabalho e Procuradoria-Geral do Trabalho 185.855.751

Despesas Correntes 168.109.551

Diárias	13.896.000
Material de Consumo	4.328.000
Passagens Aéreas	8.001.000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física <i>Estagiários, adolescente aprendiz, etc.</i>	16.724.000
Locação de Mão-de-Obra <i>Terceirização de motoristas, contratos de vigilância, etc.</i>	51.733.055
Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica <i>Transporte de bagagens, projetos de acessibilidade, reforma de PTMs, etc.</i>	64.227.760
Obrigações Tributárias e Contributivas	197.000
Indenizações e Restituições <i>Ajuda de custo, auxílio moradia, etc.</i>	9.002.736

Investimentos 17.746.200

Veículos	4.352.000
Ar Condicionado	536.000
Livros	1.250.000
Mobiliário	10.007.000
Segurança Institucional	1.401.200



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Projetos de Acessibilidade	200.000
II - Tecnologia da Informação	72.658.079
Despesas Correntes	31.908.079
Material de Consumo	2.983.558
Manutenção da rede do MPT e demais contratos vigentes/expansão	28.924.521
Investimentos	40.750.000
III - Procuradorias do Trabalho nos Municípios	71.234.200
Despesas Correntes	61.494.200
Material de Consumo	2.502.000
Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Física	3.609.000
<i>Locação de imóveis (pessoa física), etc.</i>	
Locação de Mão-de-Obra	30.126.000
<i>Contratos de limpeza e conservação, vigilância, etc.</i>	
Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica	25.112.200
<i>Locação de imóveis (pessoa jurídica), energia elétrica, etc.</i>	
Obrigações Tributárias e Contributivas	60.000
Indenizações e Restituições	85.000
Investimentos	9.740.000
Veículos	6.740.000
Ar Condicionado	1.000.000
Livros	1.000.000
Mobiliário	1.000.000
AÇÕES PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	
DESPESAS CORRENTES	1.900.000
INVESTIMENTOS	1.800.000



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPESAS CORRENTES 2.400.000

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

DESPESAS CORRENTES 8.026.800

**ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS
DEPENDENTES**

DESPESAS CORRENTES 41.533.000

**ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS
DEPENDENTES – EXAMES PERIÓDICOS**

DESPESAS CORRENTES 931.000

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

DESPESAS CORRENTES 12.153.000

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

DESPESAS CORRENTES 57.537.000

AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

DESPESAS CORRENTES 2.828.000

CONSTRUÇÕES E AQUISIÇÕES DE EDIFÍCIOS-SEDES

INVESTIMENTOS 109.326.584

INVERSÕES FINANCEIRAS 60.400.000

TOTAL 169.726.584

Projetos que terão Continuidade em 2015

Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª

Região/RS 28.058.000

Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª

Região/PE 765.000



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região/CE	1.200.000
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF	25.616.544
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Araguaína/TO	817.230
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná/RO	2.007.070
Construção do Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Salvador/BA	600.000
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Campina Grande/PB	3.796.120
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Patos/PB	3.620.000
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Mossoró/RN	5.711.620
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes/RJ	1.500.000
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Vitória da Conquista/BA	3.000.000
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Antônio de Jesus/BA	3.000.000
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Juazeiro/BA	3.000.000
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília/DF	5.935.000

Nova Construção

Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região/PI	20.700.000
---	------------

Aquisições de Edifícios-Sede

Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Maceió/AL	50.000.000
--	------------



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

Aquisição de imóvel complementar ao edifício-sede da Procuradoria do Trabalho em Novo Hamburgo/RS	2.500.000
Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santo Ângelo/RS	1.200.000
Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em João Pessoa/PB	800.000
Aquisição de Terreno para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Patos/PB	1.000.000
Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Aracaju/SE	700.000
Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Corumbá/MS	1.200.000
Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Joaçaba/SC	3.000.000



*Este documento foi
elaborado pelo
Departamento de
Orçamento e Finanças -
DOF, com base nas
prioridades Institucionais,
e informações fornecidas
pela Diretoria Geral,
Departamentos da PGT,
Plan-Assiste e demais
Unidades do MPT.*

Junho de 2014



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

2014

28/07/14 18:45

SECRETARIA PROCESSUAL
COORDENADORIA DE PROTOCOLO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
0.00.000.001096/2014-37
APENSO III
- MPM -

REQUERENTE:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ADVOGADO DO REQUERENTE:

REQUERIDO:

CLASSE PROCESSUAL:

ANTEPROJETO DE LEI - AL

ASSUNTO: Apresenta, para parecer deste Conselho Nacional, propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

ATOR(A)

SERVAÇÕES:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO**

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

ORÇAMENTO FISCAL

E

DA SEGURIDADE SOCIAL

Brasília, 10 de junho de 2014

Aprovada na 211ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do MPM

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral de Justiça Militar

CONSELHEIROS DO CONSELHO SUPERIOR

ROBERTO COUTINHO
Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar

MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Vice-Presidente do Conselho Superior

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar

EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar

PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ
Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão

ALEXANDRE CONCESI
Subprocurador-Geral de Justiça Militar

ARILMA CUNHA DA SILVA
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça Militar

HERMÍNIA CÉLIA RAYMUNDO
Corregedora-Geral

ANETE VASCONCELOS DE BORBOREMA
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar

MARIA DE NAZARÉ GUIMARÃES DE MORAES
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar

GIOVANNI RATTACASO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Diretor-Geral

JAYME AUGUSTO BARBOSA-FILHO
Diretor do Departamento de Orçamento e Finanças

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público Militar,

Em conformidade com o disposto no inciso XVII do art. 124 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, submeto à apreciação de Vossas Excelências a **Proposta Orçamentária do Ministério Público Militar para o exercício financeiro de 2015**.

A proposta ora apresentada está de acordo com as determinações legais vigentes e, em especial, com a Constituição da República (§ 3º Art. 127), com o Plano Plurianual para o quadriênio de 2012-2015, com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000) e com a Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).

A presente proposta orçamentária compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e foi elaborada com a participação das unidades administrativas do Ministério Público Militar, segundo as definições estratégicas da administração superior deste Ministério Público, bem como em conformidade com as orientações técnicas dispostas pelo Departamento de Orçamento e Finanças, pela Secretaria de Planos e Orçamento do Ministério Público da União, responsável pela coordenação dos trabalhos, e com as normas técnicas da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que são respectivamente, Órgão Setorial e Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, da Administração Federal.

As prioridades que nortearam a definição das despesas na elaboração desta proposta foram:

- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro-RJ;
- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar em Bagé-RS;
- Manutenção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar e das Procuradorias de Justiça Militar nos estados.

Com relação aos investimentos direcionados para execução de projetos, foram priorizados aqueles constantes do Plano Plurianual.

A despesa total deste MPM para o exercício de 2015 está fixada em **R\$ 277.620.994** (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e vinte mil e novecentos e noventa e quatro reais), sendo composta da seguinte forma:

ESPECIFICAÇÃO	PROPOSTA 2015 (A)	LEI - CREDITOS 2014 (B)	VARIACÃO	
			ABSOLUTA (A-B)	RELATIVA (A/B)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	206.393.446	128.895.959	77.497.487	1,60
Pessoal - Ativo	119.601.432	78.177.618	41.423.814	1,53
Pessoal - Inativo	67.696.496	36.449.505	31.246.991	1,86
Obrigações Patronais/ PSSS	19.095.518	14.268.836	4.826.682	1,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.921.152	38.215.563	8.705.589	1,23
Auxílio-Transporte	252.000	171.228	80.772	1,47
Auxílio-Alimentação	6.019.008	4.416.432	1.602.576	1,36
Assistência Pré-Escolar	969.408	627.636	341.772	1,54
Assistência Médica e Odontológica	5.356.040	3.436.560	1.919.480	1,56
Benefícios Assistencias	127.944	120.707		
Outros custeios/Manutenção Administrativa	34.196.208	29.443.000	4.753.208	1,16
INVESTIMENTOS	24.306.396	17.650.000	6.656.396	1,38
Construção do Ed. Sede da PJM/RJ	16.878.618	15.900.000	978.618	1,06
Construção do Ed. Sede da PJM/Bagé	1.663.778	250.000	1.413.778	
Equipamentos e Material Permanente	5.764.000	1.500.000	4.264.000	3,84
INVERSÕES FINANCEIRAS	0	0	0	0,00
Aquisições	0	0	0	0,00
TOTAL	277.620.994	184.761.522	92.859.472	1,50

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

Procurador-Geral de Justiça Militar

ÍNDICE

1. PRIORIDADES	7
2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10
4. INVESTIMENTOS	10
5. ORÇAMENTO FISCAL	11
5.1. AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL	12
5.1.1. ATIVIDADES	12
5.1.2. PROJETOS	13
5.1.3. OPERAÇÕES ESPECIAIS	13
6. PROPOSTAS ATIVIDADES DO ORÇAMENTO FISCAL	14
6.1. 03.122.0581.20TP.0001 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO	15
6.1.1. DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE	16
6.2. 03.062.0581.4263.0001 – DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	18
6.2.1. DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE	19
6.2.2. DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS DESPESAS	41
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	41
REFORMAS E READAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS PROCURADORIAS NOS ESTADOS	41
AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO MPM	41
ORDEM DO MÉRITO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	41
MOBILIÁRIO – PGJM E PROCURADORIAS REGIONAIS	42
DIÁRIAS E PASSAGENS	43
CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO E AUXÍLIO-MORADIA	50
CONTINUIDADE DO PROGRAMA DE ESTÁGIO NO MPM	51
PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ	52
INFORMÁTICA - PGJM E PROCURADORIAS DE JUSTIÇA MILITAR NOS ESTADOS	53
6.3. 03.331.0581.2010.0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	54
6.4. 03.331.0581.2011.0001- AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	56
6.5. 03.331.0581.2012.0001 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	58
7. PROPOSTAS PROJETOS DO ORÇAMENTO FISCAL	60
7.1. 03.122.0581.12DN.3341 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DE PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR NO RIO DE JANEIRO-RJ	61
7.2. 03.122.0581.13BZ.4732 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO – SEDE DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BAGÉ – RS	61
8. PROPOSTAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DO ORÇAMENTO FISCAL	62
8.1. 03.122.0581.09HB.0001 – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	63
8.2. 03.331.0581.00M1.0001 – BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE	62

<i>8.1.1. DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE</i>	<u>64</u>
<i>9. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</i>	<u>65</u>
9.1 AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	66
9.1.1 ATIVIDADES	66
9.1.2 OPERAÇÕES ESPECIAIS	66
<i>10. ATIVIDADES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</i>	<u>67</u>
10.1. 03.301.0581.2004.0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	68
<i>11. OPERAÇÕES ESPECIAIS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</i>	<u>72</u>
11.1. 09.272.0089.0181.0001 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	73
<i>11.1.1. DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE</i>	<u>74</u>
<i>12. GLOSSÁRIO</i>	<u>75</u>

1. PRIORIDADES

A programação orçamentária do Ministério Público Militar para o exercício de 2015 tem como base as seguintes ações:

- Atendimento do custeio básico, fundamental para o funcionamento das atividades fim e meio;
- Benefícios aos membros e servidores:

✓ Auxílio Alimentação	R\$ 751,00 (por servidor)
✓ Auxílio Transporte	R\$ 120,00 (por técnico)
✓ Assistência Pré-Escolar	R\$ 594,00 (por dependente)
✓ Assistência Médica e Odontológica	R\$ 212,00 (por beneficiário)
✓ Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	R\$ 97,00 (anual por servidor)
✓ Estagiários	
- Nível Superior	R\$ 850,00
- Nível Médio	R\$ 590,00
- Auxílio-Transporte	R\$ 7,00
✓ Adolescente Aprendiz	R\$ 1.625,58

- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro-RJ;
- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar em Bagé-RS;
- Manutenção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar e das Procuradorias Regionais de Justiça Militar;

2. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 206.393.446 (duzentos e seis milhões, trezentos e noventa e três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), foi calculada conforme o estabelecido no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO - para 2015, e assim distribuída:

R\$ 1,00

TIPO DE DESPESA	VALOR
FOLHA NORMAL (base março/2014)	145.451.898
CRESCIMENTO VEGETATIVO (1% da folha normal)	1.446.798
IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE MEMBROS EM 2014 - 3 promotores - cargos vagos (Anexo V - LOA 2014)	1.295.953
IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE SERVIDORES EM 2014 - cargos vagos e Lei nº 12.321/10 (Anexo V - LOA 2014)	530.165
GRATIFICAÇÕES E ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO DECORRENTE DOS INGRESSOS	196.624
REPOSICIONAMENTO DE SERVIDORES NA CARREIRA (progressão funcional/promoção - Art. 8º da Lei 11.415/06)	1.036.943
LICENÇA-PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA (Processo CNMP nº 0.00.000.000652/2006-48/Despacho PGR, no Processo PGR/MPF nº 1.00.000.000877/2004-87, de 21/12/2007)	6.653,95
PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA - PAE	23.667.027
Proposta para o ANEXO V - LOA 2015:	26.114.044
REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS EM 2015 - 5% (a partir de jan/15) - Lei 12.770/12	3.415.709
REAJUSTE DOS SERVIDORES EM 2015 - (GAMPU elevada de 75,2% para 90%) - Lei 12.773/12	6.013.448
INGRESSO DE MEMBROS EM 2015 - 2 promotores - cargos vagos/aposentadorias - Lei 10.771/03 e Anteriores	807.822
INGRESSO DE SERVIDORES EM 2015 - 2 analistas e 5 técnicos - cargos vagos/aposentadorias - Lei 10.771/03 e Anteriores	651.612
INGRESSO DE SERVIDORES/FUNÇÕES EM 2015 - saldo da Lei nº 12.321/10	14.354.441
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO - PL 2201/2011	317.186
REAJUSTE DOS VALORES DOS CARGOS EM COMISSÃO - PL 5491/2013	553.825
TOTAL	206.393.446

De acordo com o art. 72 do PLDO 2015, foi utilizada como base de projeção a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2014, feitas as devidas exclusões (gratificação natalina e férias), acrescida de despesas legais de 2014 nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 - LDO 2014 (impacto das reposições e Anexo V da Lei Orçamentária Anual - LOA 2014), considerando ainda proposta de acréscimos legais para 2015 (Anexo V da LOA 2015), conforme art. 77 do PLDO 2015.

O valor total das despesas com Pessoal e Encargos Sociais representa 74,34% do total global da Proposta Orçamentária do Ministério Público Militar para o ano de 2015.

Do total previsto para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 139.281.749 (cento e trinta e nove milhões, duzentos e oitenta e um mil e setecentos e quarenta e nove reais) estão alocados no Orçamento Fiscal, e R\$ 67.696.496 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e seis mil e quatrocentos e noventa e seis reais) no Orçamento da Seguridade Social, representando 67,89% e 92,67% dos respectivos orçamentos.

Para cobertura em 2015 dos **ingressos de 2014**, estimou-se despesa de R\$ 1.826.118 (um milhão, oitocentos e vinte e seis mil e cento e dezoito reais): 3 membros e 6 servidores nos termos dos artigos 77 e 81 da LDO para 2014 - reposições com impacto em 2015 e cargos e funções constantes do Anexo V da LOA 2014.

Quantos aos **ingressos em 2015**, considerando membros e servidores a partir de janeiro, haverá impacto da ordem de R\$ 1.459.434 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e trinta e quatro reais) no orçamento de 2015, referentes às nomeações de:

- 2 (dois) membros em cargos vagos (prováveis aposentadorias);
- 2 (dois) analistas, sendo 2 prováveis aposentadorias em 2014;
- 5 (cinco) técnicos em vagas oriundas de prováveis aposentadorias em 2014.

Ainda em relação aos **ingressos de 2015**, para a implantação do saldo dos cargos e funções previstos na Lei 12.321/10, também a partir de janeiro, projetou-se despesa da ordem de R\$ 14.354.441 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e um reais), conforme detalhamento a seguir:

Lei 12.321/2010 - Criação de Cargos e Funções no Âmbito do MPU

ANEXO III
Ministério Público Militar

R\$ 1,00

Cargo/Função	Qtd	Previsão Ingresso (SALDO)	Impacto em 2015
Analista	83	56	7.043.816
Técnico	31	12	960.113
CC-2	79	59	3.121.076
FC-3	50	29	653.590
FC-2	130	114	1.801.276
FC-1	100	57	774.569
Total	473	327	14.354.441

Destaca-se ainda a previsão de R\$ 6.653.994 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e novecentos e noventa e quatro reais), conforme valores fornecidos pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal/DGP, para pagamento das **licenças-prêmio convertidas em pecúnia**, que poderão ser deferidas caso os membros/servidores preencham os requisitos.

A projeção das despesas em 2015 com reajustes de membros e servidores está assim discriminada:

- 5% de reajuste dos subsídios dos membros, impactando a despesa em R\$ 3.415.709 (três milhões, quatrocentos e quinze mil e setecentos e nove reais), conforme determina a Lei nº 12.770/12;
- Gratificação de Atividade do MPU elevada de 75,2% para 90% sobre o vencimento básico dos servidores, despesa estimada em R\$ 6.013.448 (seis milhões, treze mil e quatrocentos

e quarenta e oito reais), nos termos da Lei nº 12.773/12.

3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Compreende as despesas com aquisição de material de consumo, capacitação de recursos humanos, pagamento de estagiários, de diárias e de serviços públicos e privados (água e esgoto, energia elétrica, vigilância, limpeza, telefonia e comunicação de dados, manutenção predial e de equipamentos, aluguel de imóveis etc.). Incluem-se, também, as despesas com os benefícios assistenciais aos membros, servidores públicos e seus dependentes, como os auxílios alimentação, transporte, pré-escolar e assistência médica e odontológica.

Os seguintes indicadores (índices de correção) foram considerados para a estimativa da despesa em 2015:

- Reajustes contratuais (exceções tratadas isoladamente):
 - Dissídio coletivo: 4,7%;
 - Reajuste contratual: 4,7%;

Obs.: nos contratos que envolvem locação de mão-de-obra (elemento de despesa 37), aplicam-se os dois índices acumulados ($1,047 * 1,047 = 1,0962$ ou 9,62%)

- Reajuste do custeio básico: 10%;
- INPC 2015: 5,5% (para aluguéis e condomínios);
- Reajuste salário mínimo: R\$ 781,92 (8%).

4. INVESTIMENTOS

Este grupo de despesa engloba os dispêndios com a execução de obras de construção ou de reformas, bem como a aquisição de instalações, equipamentos e materiais permanentes.

5. ORÇAMENTO FISCAL

6. PROPOSTAS ATIVIDADES DO ORÇAMENTO FISCAL

PROGRAMA 0581**Defesa da Ordem Jurídica****AÇÕES****6.1. 03.122.0581.20TP.0001 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO**

	R\$ 1,00
NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
31.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas	114.003.441
31.90.16 - Substituições/Horas-Extras	772.056
31.90.07 - FUNPRESP	450.740
31.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores (PAE)	3.611.735
31.91.13- Obrigações Patronais/ INSS	763.460
TOTAL	119.601.432

6.1.1. DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE

MEMÓRIA DE CÁLCULO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2015
Base: Março/2014
(PLDO 2015 - Art. 72)

Função da Despesa	Programação LOA 2014	Acréscimos Legais	Ajuste Legal	Ajuste de Base	Expansão	Proposta 2015
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO - 03.122.0581.20TP.0001	78.193.612	23.143.133	4.674.306	13.590.381	0	119.601.432
31.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	77.357.619	22.339.468	1.048.398	13.257.957		114.003.442
FOLHA NORMAL*	77.357.619			12.096.333		89.453.952
Cargos efetivos - membros/servidores	68.571.644			10.588.253		79.159.897
Cargos em comissão/funções	8.785.975			1.508.080		10.294.055
CRESCIMENTO VEGETATIVO (1% sobre FOLHA NORMAL)				894.540		894.540
IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE SERVIDORES EM 2014 - REPOSIÇÃO (4 técnicos)				267.084		267.084
IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE MEMBROS EM 2014 - 3 promotores - Cargos vagos (Anexo V - LOA 2014)		1.144.669				1.144.669
IMPACTO EM 2015 DAS NOVAS FUNÇÕES DE 2014 - Lei nº 12.321/10 (Anexo V - LOA 2014)		0				0
IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE SERVIDORES EM 2014 - Cargos vagos e Lei nº 12.321/10 (Anexo V - LOA 2014)		175.812				175.812
GRATIFICAÇÕES E ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO DECORRENTE DOS INGRESSOS			180.431			180.431
REPOSICIONAMENTO DE SERVIDORES NA CARREIRA (progressão funcional/promoção - Lei 11.415/06, Art. 8º)			867.967			867.967
Proposta para o ANEXO V - LOA 2015:		21.018.987				21.018.987
REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS EM 2015 - 5% (a partir de jan/15)		1.614.422				1.614.422
REAJUSTE DOS SERVIDORES EM 2015 - GAMPU elevada de 75,2% para 90% (a partir de jan/15)		4.436.831				4.436.831
INGRESSO DE MEMBROS EM 2015 - 2 promotores - cargos vagos/aposentadorias (a partir de jan/15)		736.587				736.587
INGRESSO DE SERVIDORES EM 2015 - 2 analistas e 5 técnicos - cargos vagos/aposentadorias (a partir de jan/15)		551.936				551.936
INGRESSO DE SERVIDORES/FUNÇÕES EM 2015 - saldo da Lei nº 12.321/10 (a partir de jan/15)		12.903.251				12.903.251
GAO - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ORÇAMENTO		0				0
GCI - GRATIFICAÇÃO DE CONTROLE INTERNO		0				0
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO - PL 2201/2011		259.988				259.988
REAJUSTE DOS VALORES DOS CARGOS EM COMISSÃO - PL 5491/2013		515.971				515.971

Natureza da Despesa	Programação LOA 2014	Acréscimos Legais	Ajuste Legal	Ajuste de Base	Expansão	Proposta 2015 (1) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
31.90.07 - FUNPRESP	15.994	411.015	14.173	9.558		450.740
FOLHA NORMAL*	15.994			9.305		
CRESCIMENTO VEGETATIVO (1% sobre FOLHA NORMAL)				253		
IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE MEMBROS EM 2014 - 3 promotores - Cargos vagos (Anexo V - LOA 2014)		46.123				46.123
IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE SERVIDORES EM 2014 - Cargos vagos e Lei nº 12.321/10 (Anexo V - LOA 2014)		4.868				4.868
GRATIFICAÇÕES E ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO DECORRENTE DOS INGRESSOS			14.173			14.173
Proposta para o ANEXO V - LOA 2015:		360.024				360.024
REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS EM 2015 - 5% (a partir de jan/15)		6.978				6.978
REAJUSTE DOS SERVIDORES EM 2015 - GAMPÚ elevada de 75,2% para 90% (a partir de jan/15)		52.561				52.561
INGRESSO DE MEMBROS EM 2015 - 2 promotores - cargos vagos/aposentadorias (a partir de jan/15)		46.123				46.123
INGRESSO DE SERVIDORES EM 2015 - 2 analistas e 5 técnicos - cargos vagos/aposentadorias (a partir de jan/15)		11.783				11.783
INGRESSO DE SERVIDORES/FUNÇÕES EM 2015 - Saldo da Lei nº 12.321/10 (a partir de jan/15)		242.579				242.579
31.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	420.000		0	352.056		772.056
FOLHA NORMAL* (Substituições/ horas extras)	420.000		0	352.056		772.056
31.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			3.611.735			3.611.735
EXERCÍCIOS ANTERIORES (exceto - PAE)						
PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA (PAE)			3.611.735			3.611.735
31.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RGPS/ INSS	399.999	392.650		-29.190		763.460
FOLHA NORMAL* (Obrigação patronal sobre CC's integrais)	399.999			-32.861		367.138
CRESCIMENTO VEGETATIVO (1% sobre FOLHA NORMAL)				3.671		3.671
Proposta para o ANEXO V - LOA 2015:		392.650				392.650
NOVAS FUNÇÕES DE 2015 - saldo da Lei nº 12.321/10 - 50% das CC2 consideradas pelo valor integral		354.797				354.797
REAJUSTE DOS VALORES DOS CARGOS EM COMISSÃO - PL 5491/2013		37.854				37.854

6.2. 03.062.0581.4263.0001 – DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO

A programação da despesa com o custeio e investimento baseou-se nos valores orçamentários de 2014, corrigidos pelos índices percentuais. Essas despesas totalizam o valor de R\$ 39.960.208 (trinta e nove milhões, novecentos e sessenta mil e duzentos e oito reais), assim distribuídas:

NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015	R\$ 1,00
33.90.14 - Diárias		1.496.521
33.90.30 - Material de consumo		1.140.954
33.90.31 - Premiações cult., art., cient., desp. e outr.		77.000
33.90.33 - Passagens		550.500
33.90.36 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Física		1.843.147
33.90.37 – Locação de mão-de-obra		16.367.466
33.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica		10.547.416
33.90.47 - Obrigações tributárias e contributivas		17.000
33.90.93 - Restituições, ajuda de custo e auxílio moradia		1.762.100
33.91.39 - Publicação de matérias em jornais oficiais		189.716
33.91.47 - Obrigações patronais		41.000
33.90.30/39 – Empenhos Ordinários		163.388
SUBTOTAL CUSTEIO		34.196.208
44.90.52 - Equipamentos e material permanente		5.764.000
TOTAL		39.960.208

6.2.1.DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE

MEMÓRIA DE CÁLCULO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS (EXCETO BENEFÍCIOS)
(PLDO 2015 - Art. 23)

AÇÃO 4263 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROC. JUDICIÁRIO

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014	Acrescimos Legais	Ajuste Legal	Ajuste de base (índices de correção)	Expansão	Proposta 2015
Procuradoria	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)

DESPESAS CORRENTES

PLANO ORÇAMENTÁRIO 01 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	28.943.000	0	1.368.909	1.876.012	1.354.144	33.496.208
---	------------	---	-----------	-----------	-----------	------------

339014 - DIÁRIAS	1.438.921	0	0	0	57.600	1.496.521
339014.00	1.438.921	0	0	0	57.600	1.496.521
DIÁRIAS	1.438.921	0	0	0	57.600	1.496.521
MPM	1.438.921			0	57.600	1.496.521
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	1.042.698	0	0	98.257	0	1.140.954
339030.01	208.560	0	0	20.856	0	229.416
COMBUSTÍVEIS VEÍCULOS	198.000	0	0	19.800	0	217.800
PGJM	198.000			10,00%	19.800	217.800
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS	10.560	0	0	1.056	0	11.616
PGJM	6.720			10,00%	672	7.392
PJM/RJ	1.920			10,00%	192	2.112
PJM/SP	1.920			10,00%	192	2.112

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014	Acrescimos Legais	Ajuste Legal	Ajuste de base (índices de correção)	Expansão	Proposta 2015
Procuradoria	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)
339030.07	75.969	0	0		7.597	83.566
ÁGUA MINERAL, CAFÉ, AÇÚCAR, ADOÇANTE	75.969	0	0		7.597	83.566
PJM/SM	2.087			10,00%	209	2.296
PJM/JF	1.438			10,00%	144	1.582
PJM/PO	1.120			10,00%	112	1.232
PJM/PR	8.725			10,00%	872	9.597
PJM/BG	2.998			10,00%	300	3.298
PJM/PE	2.844			10,00%	284	3.128
PJM/AM	7.604			10,00%	760	8.364
PJM/PA	2.277			10,00%	228	2.505
PJM/CE	3.736			10,00%	374	4.110
PJM/MS	5.779			10,00%	578	6.357
PJM/RJ	7.510			10,00%	751	8.261
PGJM	20.021			10,00%	2.002	22.023
PJM/SP	9.831			10,00%	983	10.814
339030.16	170.012	0	0		17.001	187.013
MATERIAL DE EXPEDIENTE	156.012	0	0		15.601	171.613
PGJM	156.012			10,00%	15.601	171.613
FORNECIMENTO DE CARIMBOS	14.000	0	0		1.400	15.400
PGJM	14.000			10,00%	1.400	15.400

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Procuradoria	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índice de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)
339030.17		229.419	0	0		0	252.361
MATERIAL PROCESSAMENTO DE DADOS		229.419	0	0		0	252.361
	PGJM	229.419			10,00%		252.361
339030.21		22.700	0	0		0	24.970
MATERIAL DE COPA E COZINHA		22.700	0	0		0	24.970
	PGJM	22.700			10,00%		24.970
339030.23		10.662	0	0		0	11.729
UNIFORMES		10.662	0	0		0	11.729
	PGJM	10.662			10,00%		11.729
339030.24		19.963	0	0		0	21.959
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS (INSTALAÇÕES)		19.963	0	0		0	21.959
	PGJM	19.963			10,00%		21.959
339030.25		99.031	0	0		0	104.287
PECAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS		11.345	0	0		0	12.480
	PGJM	11.345			10,00%		12.480
PECAS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO		68.840	0	0		0	72.076
	PGJM	58.370			4,70%		61.114
	PJM/CE	2.094			4,70%		2.192
	PJM/MS	2.094			4,70%		2.192
	PJM/PO	2.094			4,70%		2.192
	PJM/PR	2.094			4,70%		2.192
	PJM/BA	2.094			4,70%		2.192

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Procuradoria	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES		18.846	0	0		886	19.732
	PGJM	2.094			4,70%	98	2.192
	PJM/CE	2.094			4,70%	98	2.192
	PJM/SP	14.658			4,70%	689	15.347
339030.26		15.125	0	0		1.513	16.638
MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO PREDIAL		15.125	0	0		1.513	16.638
	PGJM	15.125			10,00%	1.513	16.638
339030.28		20.266	0	0		953	21.219
SERVIÇOS DE CHAVEIRO		20.266	0	0		953	21.219
	PGJM	11.890			4,70%	559	12.449
	PJM/RJ	2.605			4,70%	122	2.727
	PJM/SP	5.771			4,70%	271	6.042
339030.31		15.500	0	0		1.259	16.759
MANUTENÇÃO DE JARDINS		15.500	0	0		1.259	16.759
	PJM/AM	5.500			4,70%	259	5.759
	PJM/BA	2.000			10,00%	200	2.200
	PJM/CE	2.000			10,00%	200	2.200
	PJM/MS	2.000			10,00%	200	2.200
	PJM/PO	2.000			10,00%	200	2.200
	PJM/PR	2.000			10,00%	200	2.200

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acréscimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
339030.39	55.440	0	0		5.544	60.984
FILTROS DE ÓLEO E DE AR	1.440	0	0		144	1.584
PGJM	1.440			10,00%	144	1.584
PEÇAS PARA VEÍCULOS	54.000	0	0		5.400	59.400
PGJM	18.000			10,00%	1.800	19.800
PJM/SP	18.000			10,00%	1.800	19.800
PJM/RJ	18.000			10,00%	1.800	19.800
339030.44	10.950	0	0		1.095	12.045
FORNECIMENTO DE CRACHÁS	950	0	0		95	1.045
PGJM	950			10,00%	95	1.045
SINALIZAÇÃO VISUAL	10.000	0	0		1.000	11.000
PGJM	10.000			10,00%	1.000	11.000
339030.96	89.100	0	0		8.910	98.010
SUPRIMENTO DE FUNDOS	89.100	0	0		8.910	98.010
MPM	89.100			10,00%	8.910	98.010
339031 - PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTRAS	70.000	0	0		7.000	77.000
339031.05	70.000	0	0		7.000	77.000
MATERIAL DA ORDEM DO MÉRITO	70.000	0	0		7.000	77.000
PGJM	70.000			10,00%	7.000	77.000
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	550.000	0	0		0	550.500
339033.01	550.000	0	0		0	550.500
PASSAGENS AÉREAS	550.000	0	0		0	550.500
MPM	550.000				0	550.500

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.693.037	0	85.200		4.911	1.783.147
339036.01	21.546	0	0		1.185	22.731
CONDOMÍNIO	21.546	0	0		1.185	22.731
PJM/PA	21.546			5,50%	1.185	22.731
339036.07 - ESTAGIÁRIOS	1.603.748	0	85.200		0	1.688.948
BOLSA	1.363.200	0	85.200		0	1.448.400
PGJM	1.363.200		85.200		0	1.448.400
AUXÍLIO-TRANSPORTE	240.548	0	0		0	240.548
PGJM	240.548				0	240.548
339036.15	59.143	0	0		3.253	62.395
ALUGUEL	57.732	0	0		3.175	60.907
PJM/PA	57.732			5,50%	3.175	60.907
LOCAÇÃO DE GARAGEM	1.411	0	0		78	1.488
PJM/BG	1.411			5,50%	78	1.488
339036.17	8.600	0	0		473	9.073
IPU - PESSOA FÍSICA	8.600	0	0		473	9.073
PGJM	8.600			5,50%	473	9.073

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)	
339037 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15.006.329	0	0		1.361.137	0	16.367.466
339037.01	1.062.242	0	0		102.197	0	1.164.439
CARGA E DESCARGA DE MOBILIÁRIO	287.300	0	0		27.641	0	314.941
PGJM	287.300			9,62%	27.641		314.941
RECEPCIONISTAS SEDE	591.430	0	0		56.901	0	648.331
PGJM	591.430			9,62%	56.901		648.331
RECEPCIONISTAS	183.511	0	0		17.655	0	201.167
PJM/JF	39.160			9,62%	3.768		42.927
PJM/CE	47.352			9,62%	4.556		51.907
PJM/PE	43.971			9,62%	4.230		48.201
PJM/SP	53.029			9,62%	5.102		58.131
339037.02	2.510.272	0	0		241.511	0	2.751.783
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.510.272	0	0		241.511	0	2.751.783
PJM/AM	66.413			9,62%	6.390		72.803
PJM/BA	29.134			9,62%	2.803		31.937
PJM/BG	30.292			9,62%	2.914		33.207
PJM/CE	108.331			9,62%	10.422		118.753
PJM/JF	28.758			9,62%	2.767		31.524
PJM/MS	41.784			9,62%	4.020		45.804
PJM/PA	27.801			9,62%	2.675		30.476
PJM/PE	24.823			9,62%	2.388		27.211
PGJM/PJM/DF	1.608.002			9,62%	154.704		1.762.707

Natureza da Despesa-Detalhada Tipo de Despesa	Procuradoria	Programação LOA 2014 (a)	Acréscimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (Índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
	PGJM	58.715			9,62%	5.649	64.364
	PJM/PO	44.414			9,62%	4.273	48.687
	PJM/PR	60.220			9,62%	5.794	66.014
	PJM/RJ	169.495			9,62%	16.307	185.802
	PJM/SM	31.493			9,62%	3.030	34.523
	PJM/SP	180.598			9,62%	17.375	197.973
339037.03		5.814.702	0	0		476.820	6.291.521
VIGILÂNCIA		5.814.702	0	0		476.820	6.291.521
	PJM/AM	191.985			9,62%	18.471	210.456
	PJM/CE	259.602			9,62%	24.976	284.578
	PJM/JF	93.759			9,62%	9.020	102.779
	PJM/MS	174.708			9,62%	16.808	191.516
	PJM/PA	38.867			9,62%	3.739	42.607
	PJM/PE	352.709			9,62%	33.934	386.643
	PGJM	3.326.338			9,62%	237.417	3.563.755
	PJM/PO	155.110			9,62%	14.923	170.033
	PJM/PR	215.882			9,62%	20.770	236.652
	PJM/RJ	439.999			9,62%	42.332	482.331
	PJM/SP	565.741			9,62%	54.429	620.170

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014	Acrescimos Legais	Ajuste Legal	Ajuste de base (índices de correção)	Expansão	Proposta 2015
Procuradoria	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)
339037.04	2.645.191	0	0		254.491	2.899.683
JARDINAGEM	63.168	0	0		6.077	69.246
PGJM	63.168			9,62%	6.077	69.246
MANUTENÇÃO PREDIAL	2.582.023	0	0		248.414	2.830.437
PGJM	2.268.523			9,62%	218.252	2.486.776
PJM/SP	313.500			9,62%	30.162	343.662
339037.05	1.017.955	0	0		97.936	1.115.891
COPEIRAGEM	1.017.955	0	0		97.936	1.115.891
PGJM	628.456			9,62%	60.463	688.919
PJM/CE	47.743			9,62%	4.593	52.337
PJM/JF	22.600			9,62%	2.174	24.775
PJM/MS	24.879			9,62%	2.394	27.273
PJM/PE	22.272			9,62%	2.143	24.414
PJM/RJ	216.806			9,62%	20.859	237.665
PJM/SP	55.198			9,62%	5.311	60.508
339037.06	482.900	0	0		46.459	529.359
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	482.900	0	0		46.459	529.359
PGJM/PJM/DF	482.900			9,62%	46.459	529.359
339037.07	1.473.067	0	0		141.722	1.614.789
BRIGADA DE INCÊNDIO	1.473.067	0	0		141.722	1.614.789
PGJM	1.473.067			9,62%	141.722	1.614.789

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	7.717.829	0	585.209		396.191	1.296.044
339039.01	85.960	0	0		4.040	90.000
ASSINATURAS	85.960	0	0		4.040	90.000
	MPM	85.960		4,70%	4.040	90.000
339039.02	116.762	0	0		4.503	101.662
LOCAÇÃO DE GARAGEM	533	0	0		29	563
	PJM/BG	533		5,50%	29	563
PAGAMENTO DE CONDOMÍNIO	116.229	0	0		4.474	101.100
	PJM/BA	14.484		5,50%	797	15.281
	PJM/BG	4.463		5,50%	245	4.708
	PJM/JF (Sede)	31.820		5,50%	1.750	33.570
	PJM/JF (Aluguel - reforma)	20.400				
	PJM/PE	25.738		5,50%	1.416	27.154
	PJM/RJ	10.000		5,50%	550	10.550
	PJM/SM	9.324		5,50%	513	9.837
339039.03	9.000	0	0		900	9.900
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO COMBUSTÍVEL	8.400	0	0		840	9.240
	PGJM	8.400		10,00%	840	9.240
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FILTRO/ÓLEO/LAVAGEM	600	0	0		60	660
	PGJM	600		10,00%	60	660

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
339039.05	149.362	0	0		7.020	156.382
APOIO TÉCNICO (IMAGEM E SOM)	50.400	0	0		2.369	52.769
PGJM	50.400			4,70%	2.369	52.769
CALÍGRAFO	550	0	0		26	576
PGJM	550			4,70%	26	576
GINÁSTICA LABORAL	98.412	0	0		4.625	103.037
PJM/CE	4.994			4,70%	235	5.229
PJM/JF	4.900			4,70%	230	5.130
PJM/PA	9.300			4,70%	437	9.737
PJM/PO	7.244			4,70%	340	7.585
PGJM	44.170			4,70%	2.076	46.246
PJM/RJ	6.408			4,70%	301	6.709
PJM/MS	10.259			4,70%	482	10.741
PJM/SM	5.099			4,70%	240	5.339
PJM/PR	6.038			4,70%	284	6.322
339039.08	191.454	0	0		8.998	200.452
MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARES	191.454	0	0		8.998	200.452
PGJM	191.454			4,70%	8.998	200.452

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014	Adesivos Legais	Ajuste Legal	Ajuste de base (índices de correção)	Expansão	Proposta 2015
Procuradoria	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b+c+d-e)
339039.10	138.040	0	0	6.148	0	117.935
ALUGUEL	134.631	0	0	5.961	0	114.338
	PJM/BA 26.254			5,50%		
	PJM/JF 108.377			5,50%	5.961	114.338
LOCAÇÃO DE GARAGEM	3.409	0	0	188	0	3.597
	PJM/BG 2.120			5,50%	117	2.236
	PJM/SM 1.290			5,50%	71	1.361
339039.11	14.907	0	0	701	0	15.608
LICENÇA PARA USO DE REVISTA ELETRÔNICA	14.907	0	0	701	0	15.608
	PGJM 14.907			4,70%	701	15.608
339039.12	63.380	0	0	2.979	0	66.359
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO	34.551	0	0	1.624	0	36.175
	PGJM 34.551			4,70%	1.624	36.175
MONITORAMENTO DE SEGURANÇA	28.829	0	0	1.355	0	30.184
	PJM/BG 2.280			4,70%	107	2.388
	PJM/MS 6.805			4,70%	320	7.125
	PJM/JF 754			4,70%	35	789
	PJM/PR 17.398			4,70%	818	18.216
	PJM/SM 1.591			4,70%	75	1.666
339039.15	16.607	0	0	781	0	17.387
PAGAMENTO DE IPTU/PESSOA JURÍDICA	16.607	0	0	781	0	17.387
	PGJM 16.607			4,70%	781	17.387

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Procuradoria	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a) + (b) + (c) + (e)
339039.16		914.597	0	0		1.159.787	2.079.218
MANUTENÇÃO DE JARDINS		82.327	0	0		0	86.196
	PJM/AM	29.943			4,70%	1.407	31.351
	PJM/BA	11.911			4,70%	560	12.470
	PJM/CE	20.464			4,70%	962	21.426
	PJM/MS	9.926			4,70%	467	10.392
	PJM/PO	3.278			4,70%	154	3.432
	PJM/PR	6.805			4,70%	320	7.125
SERVIÇOS DE CHAVEIRO		20.530	0	0		0	21.495
	PGJM	11.999			4,70%	564	12.563
	PJM/RJ	2.760			4,70%	130	2.890
	PJM/SP	5.771			4,70%	271	6.042
REFORMAS		811.740	0	0		1.159.787	1.971.527
	PJM/AM	112.741				400.000	512.741
	PJM/PE	698.999				-698.999	0
	PJM/JF					208.786	208.786
	PJM/PO					500.000	500.000
	PJM/BG					120.000	120.000
	PJM/CE					120.000	120.000
	PJM/MS					120.000	120.000
	PJM/PA					120.000	120.000
	PJM/SM					150.000	150.000
	PJM/SP					120.000	120.000

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acréscimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
Procuradoria	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b+c+d+e)
339039.17	194.208	0	0	9.128	0	203.336
MANUTENÇÃO DE EQUIP. MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	56.083	0	0	2.636	0	58.719
PGJM	56.083			4,70%	2.636	58.719
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	60.594	0	0	2.848	0	63.442
PJM/AM	11.144			4,70%	524	11.668
PJM/CE	24.275			4,70%	1.141	25.416
PJM/MS	9.033			4,70%	425	9.457
PJM/PO	4.613			4,70%	217	4.830
PJM/PR	5.528			4,70%	260	5.788
PJM/BA	6.000			4,70%	282	6.282
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	77.531	0	0	3.644	0	81.175
PGJM	56.538			4,70%	2.657	59.195
PJM/CE	3.032			4,70%	142	3.174
PJM/SP	17.961			4,70%	844	18.805
339039.19	34.800	0	0	1.636	0	36.436
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	18.000	0	0	846	0	18.846
PGJM	6.000			4,70%	282	6.282
PJM/RJ	6.000			4,70%	282	6.282
PJM/SP	6.000			4,70%	282	6.282
LAVAGEM DE VEÍCULOS OFICIAIS	16.800	0	0	790	0	17.590
PGJM	16.800			4,70%	790	17.590

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
339039.20	6.587	0	0		0	6.897
MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	6.587	0	0		0	6.897
PGJM	6.587			4,70%	310	6.897
339039.27	188.460	0	0		0	197.318
SUPORTE À INFRAESTRUTURA DE T.I.	188.460	0	0		0	197.318
PGJM	188.460			4,70%	8.858	197.318
339039.43	1.068.415	0	0		0	1.175.256
ENERGIA ELÉTRICA	1.068.415	0	0		0	1.175.256
PJM/AM	11.413			10,00%	1.141	12.555
PJM/BA	13.300			10,00%	1.330	14.630
PJM/BG	5.040			10,00%	504	5.544
PJM/CE	37.727			10,00%	3.773	41.500
PJM/DF	8.399			10,00%	840	9.239
PJM/MS	12.605			10,00%	1.261	13.866
PJM/PA	12.371			10,00%	1.237	13.608
PJM/PE	20.097			10,00%	2.010	22.107
PGJM	853.827			10,00%	85.383	939.210
PJM/PO	10.332			10,00%	1.033	11.365
PJM/PR	11.896			10,00%	1.190	13.086
PJM/RJ	10.000			10,00%	1.000	11.000
PJM/SM	15.120			10,00%	1.512	16.632
PJM/SP	46.286			10,00%	4.629	50.915

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Procuradoria	Programação LOA 2014 (a)	Adesimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)	
339039.44		237.457	0	0		23.746	0	261.203
ÁGUA E ESGOTO		237.457	0	0		23.746	0	261.203
	PJM/AM	1.746			10,00%	175		1.921
	PJM/BA	3.498			10,00%	350		3.848
	PJM/BG	2.642			10,00%	264		2.906
	PJM/CE	25.074			10,00%	2.507		27.581
	PJM/MS	8.036			10,00%	804		8.839
	PGJM	169.344			10,00%	16.934		186.278
	PJM/PE	4.952			10,00%	495		5.447
	PJM/PO	1.562			10,00%	156		1.718
	PJM/PR	4.121			10,00%	412		4.534
	PJM/SP	16.482			10,00%	1.648		18.130
339039.45		1.474	0	0		147	0	1.622
GÁS CANALIZADO		1.474	0	0		147	0	1.622
	PJM/SP	1.474			10,00%	147		1.622
339039.46		6.582	0	0		309	0	6.891
SERVIÇOS DE LAVANDERIA		6.582	0	0		309	0	6.891
	PGJM	6.582			4,70%	309		6.891
339039.47		244.000	0	0		11.468	0	255.468
SERVIÇOS DE CORREIO		244.000	0	0		11.468	0	255.468
	PGJM	244.000			4,70%	11.468		255.468

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)
Procuradoria						
339039.51	1.000	0	0		0	1.047
SERVÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS (ANÁLISE DA ÁGUA)	1.000	0	0		0	1.047
PJM/SP	1.000			4,70%	47	1.047
339039.58	883.920	0	0		0	925.465
SERVÇOS DE TELEFONIA	883.920	0	0		0	925.465
PJM/AM	33.007			4,70%	1.551	34.558
PJM/BA	31.580			4,70%	1.484	33.064
PJM/BG	24.822			4,70%	1.167	25.989
PJM/CE	32.980			4,70%	1.550	34.530
PJM/DF	32.711			4,70%	1.537	34.248
PJM/MS	30.180			4,70%	1.418	31.598
PJM/PA	31.580			4,70%	1.484	33.064
PJM/PE	29.013			4,70%	1.364	30.377
PGJM	274.956			4,70%	12.923	287.879
PJM/PO	31.580			4,70%	1.484	33.064
PJM/PR	31.580			4,70%	1.484	33.064
PJM/RJ	197.897			4,70%	9.301	207.198
PJM/SM	27.622			4,70%	1.298	28.920
PJM/SP	74.413			4,70%	3.497	77.910
339039.69	14.000	0	0		0	14.658
SEGUROS EM GERAL	10.000	0	0		0	10.470
MPM	10.000			4,70%	470	10.470
SEGURO DE VIDA ESTAGIÁRIOS	4.000	0	0		0	4.188
MPM	4.000			4,70%	188	4.188

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Procuradoria	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
339039.74		150.000	0	0		0	157.050
TRANSPORTE AÉREO DE CARGAS E TRANSPORTE DE BENS		150.000	0	0		0	157.050
	MPM	150.000			4,70%	7.050	157.050
339039.78		35.105	0	0		0	36.755
DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO		26.433	0	0		0	27.676
	PJM/CE	3.216			4,70%	151	3.367
	PJM/AM	2.804			4,70%	132	2.936
	PJM/MS	2.292			4,70%	108	2.399
	PGJM	7.849			4,70%	369	8.218
	PJM/PR	1.414			4,70%	66	1.481
	PJM/PO	2.144			4,70%	101	2.244
	PJM/RJ	4.265			4,70%	200	4.466
	PJM/SP	2.450			4,70%	115	2.565
COLETA DE RESÍDUOS SETOR DE SAÚDE		6.186	0	0		0	6.477
	PGJM	6.186			4,70%	291	6.477
LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA		2.485	0	0		0	2.602
	PJM/SP	2.485			4,70%	117	2.602
339039.79		0	0	585.209		0	585.209
ADOLESCENTE APRENDIZ		0	0	585.209		0	585.209
	MPM			585.209		0	585.209
339039.83		144.000	0	0		0	150.768
SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO E IMPRESSÃO		144.000	0	0		0	150.768
	PGJM	144.000			4,70%	6.768	150.768

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índice de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
	10.000	0	0		0	10.470
339039.95	10.000	0	0		470	10.470
MANUT. E CONS. EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.000	0	0		470	10.470
PGJM	10.000			4,70%	470	10.470
339039.96	59.664	0	0		5.966	65.630
SUPRIMENTO DE FUNDOS	59.664	0	0		5.966	65.630
MPM	59.664			10,00%	5.966	65.630
339039.97	2.738.088	0	0		128.690	3.003.035
COMUNICAÇÃO DE DADOS	2.738.088	0	0		128.690	3.003.035
PGJM	5.401			4,70%	254	5.655
PGJM	5.277			4,70%	248	5.525
PGJM	8.161			4,70%	384	8.544
PGJM	22.593			4,70%	1.062	23.654
PGJM	2.696.656			4,70%	126.743	2.959.656
339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17.000	0	0		0	17.000
339047.10	17.000	0	0		0	17.000
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	17.000	0	0		0	17.000
PGJM	17.000				0	17.000
339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.033.599	0	698.500	0	0	1.732.100
339093.02	22.920	0	0		0	22.920
RESSARCIMENTOS PESSOAL ATIVO	22.920	0	0		0	22.920
PGJM	22.920				0	22.920
339093.03	55.978	0	698.500	0	0	754.479
AJUDA DE CUSTO	55.978	0	698.500	0	0	754.479
PGJM	55.978		698.500		0	754.479

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Procuradoria	Programação LOA 2014 (a)	Acréscimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
339093.07		954.701	0	0	0	0	954.701
AUXÍLIO MORADIA		954.701	0	0	0	0	954.701
	PGJM	954.701			0		954.701
339139 - OUTROS SERV. TERCEIROS - PES. JURÍD - OP. INTRA-ORÇAM.		181.200	0	0	8.516	0	189.716
339139.47		181.200	0	0	8.516	0	189.716
PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS OFICIAIS		140.000	0	0	6.580	0	146.580
	PGJM	140.000			4,70%	6.580	146.580
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE		41.200	0	0	1.936	0	43.136
	PGJM	41.200			4,70%	1.936	43.136
339147 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		29.000	0	0	0	0	29.000
339147.18		11.000	0	0	0	0	11.000
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - SOBRE SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA FÍSICA		11.000	0	0	0	0	11.000
	PGJM	11.000			0		11.000
339147.20		18.000	0	0	0	0	18.000
OBRIGAÇÕES PATRONAIS		18.000	0	0	0	0	18.000
	PGJM	18.000			0		18.000
EMPENHOS ORDINÁRIOS 1/2: 33.90.30 + 1/2: 33.90.39	(163.388			-	0	163.388

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acréscimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (índices de correção) (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (F) = (a+b+c+d+e)
Procuradoria						
PLANO ORÇAMENTÁRIO 02 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	500.000	0	0	0	200.000	700.000
339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	45.600	0	0	0	14.400	60.000
339036.28	45.600	0	0	0	14.400	60.000
SERVIÇOS DE TREINAMENTO - PESSOA FÍSICA	45.600	0	0	0	14.400	60.000
MPM	45.600			0	14.400	60.000
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	424.580	0	0	0	173.420	598.000
339039.48	424.580	0	0	0	173.420	598.000
SERVIÇOS DE TREINAMENTO - PESSOA JURÍDICA	424.580	0	0	0	173.420	598.000
MPM	424.580			0	173.420	598.000
339147 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.520	0	0	0	3.480	12.000
339147.18	8.520	0	0	0	3.480	12.000
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - SOBRE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA (20%)	8.520	0	0	0	3.480	12.000
MPM	8.520			0	3.480	12.000
339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	21.300	0	0	0	8.700	30.000
339093.11	21.300	0	0	0	8.700	30.000
RESTITUIÇÕES/RESSARCIMENTO	21.300	0	0	0	8.700	30.000
MPM	21.300			0	8.700	30.000
TOTAL CUSTEIO (1) - PO 01 - PO 02	29.443.000	0	1.368.909	1.876.012	1.554.144	34.196.208

Natureza da Despesa Detalhada Tipo de Despesa	Programação LOA 2014	Acrescimos Legais	Ajuste Legal	Ajuste de base (índices de correção)	Expansão	Proposta 2015
Procuradoria	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b+c+d+e)

DESPESAS DE CAPITAL

PLANO ORÇAMENTÁRIO 01 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO - INVESTIMENTO (II)	1.500.000	0	0	0	4.264.000	5.764.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000					100.000
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	400.000				3.754.000	4.154.000
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	300.000				490.000	790.000
MOBILIÁRIO	100.000					100.000
BIBLIOTECA	80.000				20.000	100.000
VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO - PJM/RJ (4)	520.000					520.000
TOTAL CUSTEIO - INVESTIMENTO (I+ II)	30.943.000	0	1.368.909	1.876.012	5.818.144	39.960.208

6.2.2. DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS DESPESAS**CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS****RS 700.000**

33.90.36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	60.000
33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	598.000
33.90.93 - Restituições	30.000
33.91.47 - Obrigações Patronais - Pessoa Física	12.000
TOTAL	700.000
Memória de cálculo:	
Pós-graduação	100.000
Cursos internos	250.000
Cursos externos	150.000
Desenvolvimento gerencial	150.000
Programa de capacitação de membros (inscrições)	50.000

REFORMAS E READAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS PROCURADORIAS NOS ESTADOS**RS 1.971.527**

Objetiva manter os edifícios nos quais funcionam as Procuradorias Regionais nos municípios de Manaus-AM, Juiz de Fora-MG, Santa Maria-RS, Bagé-RS, Fortaleza-CE, Campo Grande-MS, Belém-PR, São Paulo-SP e Porto Alegre-RS com instalações satisfatórias e adequação à Norma Brasileira – ABNT NBR 9050 – Acessibilidade, garantindo as condições de ocupação necessárias ao desempenho das atividades.

AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO MPM**RS 100.000**

Realização de significativo investimento na aquisição de obras diversas, principalmente, livros de doutrina jurídica, sendo:

- R\$ 50.000,00: Aquisição de títulos para ampliação da Biblioteca da PGJM
- R\$ 50.000,00: Aquisição de bibliografia básica para as PJM

ORDEM DO MÉRITO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**RS 77.000**

Cumpra atender despesas com a confecção de diplomas e medalhas com o objetivo de condecorar personalidades que prestarem meritórios serviços à Instituição.

MOBILIÁRIO – PGJM E PROCURADORIAS REGIONAIS**RS 100.000**

Atendimento das demandas acerca de mobiliário (ampliação e substituição) para atender à PGJM e às PJM nos estados.

DIÁRIAS E PASSAGENS

RS 1.746.613

**Diárias
RS 1.385.545**

**Passagens
RS 550.500**

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR - VIAGENS DE REPRESENTAÇÃO

RS 113.581

Diárias **RS 63.581**
Passagens **RS 50.000**

valores estimados

PASSAGENS AÉREAS				DIÁRIAS				
	Nº de Viagens	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Nacional	20	1.500,00	30.000,00	3,00	20	932,97	150	58.978,20
Internacional	1	20.000,00	20.000,00	5,00	1	424,08	150	4.602,81
TOTAL			50.000					63.581

VIAGENS DE REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAIS

RS 70.579

Diárias **RS 30.579**
Passagens **RS 40.000**

Obs.: Previsão de gastos considerando viagem de 2 membros (definir qual o cargo), 17 diárias p/ cada, calculadas com o valor de diária de Subprocurador-Geral.

valores estimados

UNIDADES	PASSAGENS AÉREAS				DIÁRIAS (SUBPROCURADOR / PROCURADOR)					DIÁRIAS (PROMOTOR)				
	Nº de Viagens/membro	Nº de Membros	Valor Unitário	Total	Média de Diárias/viagem/membro	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total	Média de Diárias/viagem/membro	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
PGJM	1	2	20.000,00	40.000,00	17	2	424,08	150	30.579,12					
PJM/DF				0,00					0,00					0,00
PJM/RJ				0,00					0,00					0,00
PJM/SP				0,00					0,00					0,00
Demais PJM				0,00					0,00					0,00
TOTAL		2		40.000		2			30.579		0			0

ENCONTRO COLEGIO DOS PROCURADORES**RS 251.342**

Diárias R\$ 170.342
Passagens R\$ 81.000

valores estimados

PASSAGENS AÉREAS				DIÁRIAS (PROCURADOR)					DIÁRIAS (PROMOTOR)				
UNIDADES	Nº de Membros	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total	Média de Diárias	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
PJM/RJ	20	1.500,00	30.000,00	3,5	6	886,32	150	19.512,72	3,5	14	842,01	150	43.358,49
PJM/SP	6	1.500,00	9.000,00	3,5	2	886,32	150	6.504,24	3,5	4	842,01	150	12.388,14
Demais PJM	28	1.500,00	42.000,00	3,5	12	886,32	150	39.025,44	3,5	16	842,01	150	49.552,56
	54				20					34			
TOTAL			81.000,00					65.042,40					105.299,19

CCR PLANO DE ACOMPANHAMENTO AS PJM**RS 103.139**

Diárias R\$ 58.139
Passagens R\$ 45.000

VALORES ESTIMADOS

PASSAGENS AÉREAS				DIÁRIAS			
	Nº de Viagens	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Total
Coordenador	15	1.500,00	22.500,00	3,00	15	932,97	41.983,65
Pessoal de apoio	15	1.500,00	22.500,00	3,00	15	359,00	16.155,00
TOTAL			45.000,00				58.138,65

PLANO DE CORREICOES ORDINARIAS

R\$ 168.066

Diárias R\$ 112.566
 Passagens R\$ 55.500

Correições Ordinárias								
valores estimados								
PASSAGENS AÉREAS				DIÁRIAS				
	Nº de Viagens	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Corregedor	16	1.500,00	24.000,00	4,50	16	932,97	150	69.573,84
Pessoal de apoio	16	1.500,00	24.000,00	4,50	16	359,00	150	28.248,00
TOTAL			48.000					97.822

Encontros do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União								
valores estimados								
PASSAGENS AÉREAS				DIÁRIAS				
	Nº de Viagens	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Corregedor	5	1.500,00	7.500,00	3,00	5	932,97	150	14.744,55
TOTAL			7.500,00				150	14.744,55

DILIGENCIAS/INSPECOES CARCERARIAS**RS 450.794**

Diárias R\$ 450.794

Obs.: somente diárias planejadas para estas ações, sem passagens aéreas.

							valores estimados				
DIÁRIAS (PROCURADOR)							DIÁRIAS (PROMOTOR)				
	Nº de Viagens	Média de Diárias/viagem	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total	Média de Diárias/viagem	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
PJM/DF	2	3	2	886,32	150	11.235,84	3	3	842,01	150	16.056,18
PJM/RJ	2	3	6	886,32	150	33.707,52	3	12	842,01	150	64.224,72
PJM/SP	2	3	2	886,32	150	11.235,84	3	4	842,01	150	21.408,24
Demais PJM	2	3	12	886,32	150	67.415,04	3	16	842,01	150	85.632,96
TOTAL			22			123.594,24		35			187.322,10

valores estimados					
DIARIAS					
	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Servidor/motor	3	114	359,00	150	139.878,00
TOTAL					139.878,00

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO**RS 370.716**

Diárias R\$ 252.216

Passagens R\$ 118.500

UNIDADES	valores estimados												
	PASSAGENS AÉREAS			DIÁRIAS (SUBPROCURADOR/PROCURADOR)					DIÁRIAS (PROMOTOR)				
	Nº de Membros	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total	Média de Diárias	Nº de Membros	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
PGJM	13	1.500,00	19.500,00	3,5	13	932,97	150	44.400,14	-	-	-	-	-
PJM/RJ	20	1.500,00	30.000,00	3,5	6	886,32	150	19.512,72	3,5	14	842,01	150	43.358,49
PJM/SP	6	1.500,00	9.000,00	3,5	2	886,32	150	6.504,24	3,5	4	842,01	150	12.388,14
Demais PJM	40	1.500,00	60.000,00	3,5	14	886,32	150	45.529,68	3,5	26	842,01	150	80.522,91
	79				35					44			
TOTAL			118.500,00					115.946,78					136.269,54

NÚCLEO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**RS 148.735**

Diárias R\$ 69.235

Passagens R\$ 79.500

	valores estimados							
	PASSAGENS AÉREAS			DIÁRIAS				
	Nº de Viagens/para 1 servidor	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	TOTAL
PJM/RJ	26	1.500,00	39.000,00	3	26	378,00	150	34.566,85
PJM/BG	5	1.500,00	7.500,00	3	5	378,00	150	6.420,00
Demais PJM	22	1.500,00	33.000,00	3	22	378,00	150	28.248,00
TOTAL			79.500,00					69.234,85

CENTRO DE APOIO A INVESTIGACAO - CPADSI**RS 27.840**

Diárias R\$ 12.840
Passagens R\$ 15.000

valores estimados								
PASSAGENS AÉREAS				DIÁRIAS				
	Nº de Viagens	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Servidor	10	1.500,00	15.000,00	3	10	378,00	150	12.840,00
TOTAL			15.000,00					12.840,00

VIAGENS ADMINISTRATIVAS**RS 224.173**

Diárias R\$ 161.173
Passagens R\$ 63.000

valores estimados								
PASSAGENS AÉREAS				DIARIAS				
	Nº de Participantes	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Participantes	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Membros	30	1.500,00	45.000,00	4,50	30	886,32	150	124.153,20
TOTAL			45.000					124.153

PASSAGENS AÉREAS				DIARIAS				
	Nº de Participantes	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Participantes	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Servidores	12	1.500,00	18.000,00	4,50	20	378,00	150	37.020,00
TOTAL			18.000,00					37.020,00

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**RS 7.080**

Diárias RS 4.080
 Passagens RS 3.000

valores estimados

PASSAGENS AÉREAS				DIARIAS				
	Nº de Viagens	Valor Unitário	Total	Média de Diárias	Nº de Viagens	Valor Unitário	Indeniz adicional/viagem	Total
Servidor	2	1.500,00	3.000,00	5	2	378,00	150	4.080,00
TOTAL			3.000,00					4.080,00

CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO E AUXÍLIO-MORADIA**R\$ 1.709.180****AJUDA DE CUSTO****R\$ 754.479**

Decorrente de promoções de membros: promoções em virtude das aposentarias em 2014 e 2015 (prováveis) de até 3 (três) Subprocuradores-Gerais, ocasionando vacância de 3 (três) cargos de Promotor.

Para cada promoção e nomeação, prevê-se o pagamento de até três vencimentos, respectivamente (Art. 227, Inciso I, a, LC 75/93):

Promoção de 1 (um) Procurador (3x R\$ 29.388,59) - R\$ 88.165,77

Promoção de 1 (um) Promotor (3x R\$ 27.919,16) - R\$ 83.757,48

Nomeação de 1 (um) Promotor (3x R\$ 26.523,20) - R\$ 79.569,60

- Aposentadoria de 3 (três) Subprocuradores-Gerais – gera promoção de 3 Procuradores, promoção de 3 Promotores e nomeação de 3 Promotores:

$(R\$ 88.165,77 + R\$ 83.757,48 + R\$ 79.569,60) \times 3 = R\$ 754.478,55$

Total= R\$ 754.478,55

AUXÍLIO-MORADIA**R\$ 954.701**

Caracteriza-se pela continuidade do pagamento da referida vantagem aos membros que atualmente a percebem, nos termos da Portaria nº 484/PGR, de 19/9/2006.

Despesa mensal em março/2014 para 21 beneficiários:

$R\$ 79.558,42 \times 12 \text{ meses} = R\$ 954.701,04$

CONTINUIDADE DO PROGRAMA DE ESTÁGIO NO MPM

PORTARIA Nº 105/PGJM, 12 DE ABRIL DE 2011
Regulamenta o Programa de Estágio no âmbito do Ministério Público Militar

RS 1.688.948

- Manutenção do quadro atual de 142 estagiários, lotados na PGJM e nas Procuradorias Regionais, nos termos da Resolução CNMP nº 42, de 16/06/2009;
- Valor da bolsa mensal: R\$ 850,00;
- Valor do Auxílio Transporte: R\$ 7,00 /dia trabalhado.

BOLSA **R\$ 1.448.400** (I)

Proposta LOA 2015:

- 1) 142 estagiários atuais x R\$ 850,00 x 12 meses = R\$ 1.448.400,00
(BASE 2014)

AUXÍLIO-TRANSPORTE **R\$ 240.548** (II)

Proposta LOA 2015:

- 2) 142 estagiários atuais x R\$ 7,00 x 22 dias x 11 meses = R\$ 240.548,00
(BASE 2014)

Art. 16. É assegurado ao estagiário recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, a ser gozado, preferencialmente, no período de férias escolares, sempre que o período de duração do estágio for igual ou superior a 1 (um) ano.

(PORTARIA Nº 105 /PGJM, 12 DE ABRIL DE 2011)

PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ

RESOLUÇÃO CNMP Nº 76/2011, DE 9/8/2011 (ART. 1º)

Dispõe sobre o Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados

PORTARIA PGR/MPU Nº 625, DE 9/12/2010

Institui o Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Ministério Público da União

R\$ 585.209

- 30 beneficiários, sendo: 10 para o DF (PGJM, 1º e 2º Ofícios), 01 por Ofício para SP e RJ (08) e 01 para demais PJM (12).

		Custo Unitário	Quant. Menores* 30	Custo Anual
GRUPO "A"		(R\$)	(R\$)	(R\$)
DIREITOS TRABALHISTAS OBRIGATÓRIOS	Salário Mínimo	781,92	23.457,60	281.491,20
	13º Salário 1/12 avos por mês	65,16	1.954,80	23.457,60
	Férias 1/12 avos por mês	65,16	1.954,80	23.457,60
	1/3 férias por mês	21,72	651,60	7.819,20
TOTAL DO GRUPO "A"		933,96	28.018,80	336.225,60
GRUPO "B"		(R\$)	(R\$)	(R\$)
ENCARGOS TRABALHISTAS BÁSICOS	Previdência Social (INSS) (20% Patronal e 1% SAT x Grupo "A")	196,13	5.883,90	70.606,80
	FGTS (2,00% x Grupo "A")	18,68	560,40	6.724,80
	PIS sobre folha de pagamento (1,00% x Grupo "A")	9,34	280,20	3.362,40
TOTAL DO GRUPO "B"		224,15	6.724,50	80.694,00
GRUPO "C"		(R\$)	(R\$)	(R\$)
ENCARGOS SOCIAIS	Auxílio Enfermidade até 15 dias (1,00% x R\$ SM)	3,91	117,30	1.407,60
	Vale-Transporte [(88 x R\$ 3,00) deduzido (6% x R\$ SM)]	217,08	6.512,40	78.148,80
	Vale-Refeição [22 x R\$ 5,00]	110,00	3.300,00	39.600,00
TOTAL DO GRUPO "C"		330,99	9.929,70	119.156,40
GRUPO "D"		(R\$)	(R\$)	(R\$)
DESPESAS INDIRETAS REEMBOLSÁVEIS	Uniformes Obrigatórios	5,33	159,90	1.918,80
	Atestado de Saúde Ocupacional	3,33	99,90	1.198,80
	Seguro de Vida	7,82	234,60	2.815,20
TOTAL DO GRUPO "D"		16,48	494,40	5.932,80
GRUPO "E"		(R\$)	(R\$)	(R\$)
CURSO APRENDIZ		120,00	3.600,00	43.200,00
TOTAL DO GRUPO "E"		120,00	3.600,00	43.200,00
TOTAL GERAL DO CONVENIO	[(A) + (B) + (C) + (D) + (E)]	1.625,58	48.767,40	585.209

INFORMÁTICA - PGJM E PROCURADORIAS DA JUSTIÇA MILITAR NOS ESTADOS

R\$ 8.174.108

Aquisição e manutenção de microcomputadores, impressoras, periféricos, suprimentos e *softwares* para atendimento das demandas da PGJM e Procuradorias de Justiça Militar nos estados, assim como manutenção do contrato da rede corporativa do MPM. Inclui ainda implantação de infraestrutura adequada e segura para a proteção do investimento em TI e das informações institucionais armazenadas.

R\$ 1,00

DESPESAS	Qtde	Valor
----------	------	-------

DESPESAS CORRENTES		
Contrato anual referente à Rede Única de Dados	-	2.959.656
Manutenção e atualização de softwares e hardware	-	200.452
Suprimentos de informática (peças de reposição para manutenção dos equipamentos, bem como insumos para as impressoras, como cartuchos de tinta e tonner)	1	70.000
Sub-Total (D)		3.230.108

DESPESAS DE CAPITAL		
Softwares - Aquisição de licenças do NAS	1	100.000
Softwares - Aquisição de licenças do Microsoft System Center	1	150.000
Softwares - Aquisição de licenças do Microsoft Office	700	490.000
Softwares diversos	1	50.000
Instalação de sala-cofre	1	2.800.000
Impressora a laser, de rede - monocromática	60	54.000
Impressora a laser, de rede - colorida	50	55.000
Impressora a laser, de rede, multifuncional - monocromática	30	45.000
Aquisição de Microcomputadores	200	520.000
Aquisição de <i>Appliances UTM</i>	1	150.000
Aquisição de <i>Nobreak</i>	100	35.000
Aquisição de Robô de backup	1	100.000
Aquisição de <i>Scanner</i>	10	45.000
Aquisição de Servidor de rede para <i>rack</i>	5	350.000
Sub-Total (E)		4.944.000

Total (D+E)		8.174.108
--------------------	--	------------------

6.3. 03.331.0581.2010.0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Base de projeção para 2015: março/2014
(PLDO 2015 - Art. 85)

R\$ 1,00	
NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
33.90.08 - Assistência Pré-Escolar	969.408
TOTAL	969.408

R\$1,00

Unidade	2014 Nº de Crianças Atendidas* (a)	2015 Nº de Crianças Atendidas (b)	2014 LOA (c)	Ajuste de Base (d)	Ajuste Legal (e)	Expansão (f)	2015 Proposta g=(c+d+e+f)	Diferença h=(g-c)	Incremento i=(h/c)
MPM	101	136	627.636	33.276	270.864	37.632	969.408	341.772	54,45%

Nota: Valor mensal da despesa por dependente: R\$ 594,00 - conforme orientação SPO/MPU.

* Provável execução física em 2014, após ingressos previstos para o exercício

- Meta física LOA 2014: 93
- Quantitativo físico executado em março/14: 98
- 9 ingressos previstos para 2014: 3 novos beneficiários
 - 5 Técnicos (cargos vagos da Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 1 Analista (Lei 12.321/10);
 - 3 Membros (cargos vagos).
- 106 ingressos de servidores/funções previstos para janeiro/15: 35 novos beneficiários
 - 2 Membros (cargos vagos/aposentadorias);
 - 2 Analistas e 5 Técnicos (Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 56 Analistas, 12 Técnicos e 29 CC2 (saldo dos cargos e funções previstos na Lei 12.321/10 - das 59 CC2 previstas, 50% consideradas pelo valor integral).

Memória de Cálculo:

Despesa em 2015:

98 beneficiários em março/2014 * R\$ 594 * 12 meses =	698.544
3 novos beneficiários 2014 (ingressos/3) * R\$ 594 * 12 meses =	21.384
35 novos beneficiários 2015 (ingressos/3) * R\$ 594 * 12 meses =	249.480
	969.408

Ajuste de base/ Acréscimos legais:

1) Provável Execução 2014 (base: março)/ LOA 2014:

(98 beneficiários em março 2014 / 93 beneficiários na LOA 2014)

 $5 * R\$ 562 * 12 \text{ meses} = 33.276$

2) Aumento do valor do benefício: R\$ 32,00

(R\$ 562,00 em 2014 e R\$ 594,00 em 2015)

base março/2014

 $98 * R\$ 32,00 * 12 \text{ meses} = 37.632$

2) Impacto em 2015 dos ingressos 2014

 $3 * R\$ 594 * 12 \text{ meses} = 21.384$

3) Previsão de ingresso em 2015 de 35 beneficiários:

janeiro/2015

 $35 * R\$ 594 * 12 \text{ meses} = 249.480$ **TOTAL: 341.772**

6.4. 03.331.0581.2011.0001- AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Base de projeção para 2015: março/2014
(PLDO 2015 - Art. 85)

		R\$ 1,00
NATUREZA DA DESPESA		PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
33.90.49 - Auxílio-Transporte		252.000
TOTAL		252.000

R\$1,00									
Unidade	2014 Nº de Servidores Beneficiados* (a)	2015 Nº de Servidores Beneficiados (b)	2014 LOA (c)	Ajuste de Base (d)	Ajuste Legal (e)	Expansão (f)	2015 Proposta g=(c+d+e+f)	Diferença h=(g-c)	Incremento i=(h/c)
MPM	122	168	171.228	-2.748	76.500	7.020	252.000	80.772	47,17%

Nota: Valor médio por beneficiário para 2015: R\$ 125,00 - conforme orientação SPO/MPU

* Provável execução física em 2014, após ingressos previstos para o exercício.

- Meta física LOA 2014: 119
- Quantitativo físico executado em março/14: 117
- 5 ingressos de servidores previstos para 2014
 - 5 Técnicos (cargos vagos da Lei 10.771/03 e anteriores);
- 46 ingressos de servidores previstos para janeiro/15
 - 5 Técnicos (Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 12 Técnicos e 29 CC2 (saldo dos cargos e funções previstos na Lei 12.321/10 - das 59 CC2 previstas, 50% consideradas pelo valor integral).

Memória de Cálculo:

Despesa em 2015:

117 servidores em março/2014 * R\$ 125 * 12 meses =	175.500
5 novos servidores 2014 (ingressos) * R\$ 125 * 12 meses =	7.500
46 novos servidores 2015 (ingressos) * R\$ 125 * 12 meses =	69.000
	252.000

Ajuste de base/ Acréscimos legais:

1) Provável Execução 2014 (base: março)/ LOA 2014:

(117 beneficiários em março 2014 / 119 beneficiários na LOA 2014)

 $(2) * R\$120,00 * 12 \text{ meses} = (2.748)$

2) Aumento do valor do benefício: R\$ 5,00

(R\$ 120,00 em 2014 e R\$ 125,00 em 2015)

base março/2014

 $117 * R\$ 5,00 * 12 \text{ meses} = 7.020$

3) Impacto em 2015 dos ingressos 2014

 $5 * R\$ 125 * 12 \text{ meses} = 7.500$

4) Previsão de ingresso em 2015 de 46 beneficiários:

janeiro/2015

 $46 * R\$ 125 * 12 \text{ meses} = 69.000$ **TOTAL: 80.772**

6.5. 03.331.0581.2012.0001 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Base de projeção para 2015: março/2014
(PLDO 2015 - Art.85)

R\$ 1,00	
NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
33.90.46 - Auxílio-Alimentação	6.019.008
TOTAL	6.019.008

R\$1,00									
Unidade	2014 Quantidade de Beneficiários*	2015 Quantidade de Beneficiários	2014 LOA	Ajuste de Base	Ajuste Legal	Expansão	2015 Proposta	Diferença	Incremento
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	g=(c+d+e+f)	h=(g-c)	i=(h/c)
MPM	561	667	4.416.432	286.608	1.037.760	278.208	6.019.008	1.602.576	36,29%

Nota: Valor mensal da despesa por beneficiário: R\$ 752,00 - conforme orientação SPO/MPU.

* Provável execução física em 2014, após ingressos previstos para o exercício.

- Meta física LOA 2014: 518
- Quantitativo físico executado em março/14: 552
- 9 ingressos previstos para 2014
 - 5 Técnicos (cargos vagos da Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 1 Analista (Lei 12.321/10);
 - 3 Membros (cargos vagos).
- 106 ingressos de servidores/funções previstos para janeiro/15
 - 2 Membros (cargos vagos/aposentadorias);
 - 2 Analistas e 5 Técnicos (Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 56 Analistas, 12 Técnicos e 29 CC2 (saldo dos cargos e funções previstos na Lei 12.321/10 - das 59 CC2 previstas, 50% consideradas pelo valor integral).

Memória de Cálculo:

Despesa em 2015:

552 servidores em março/2014 * R\$ 752 * 12 meses =	4.981.248
9 novos servidores 2014 (ingressos) * R\$ 752 * 12 meses =	81.216
106 novos servidores 2015 (ingressos) * R\$ 752 * 12 meses =	956.544
	6.019.008

Ajuste de base/ Acréscimos legais.

1) Provável Execução 2014 (base: março)/ LOA 2014:

(552 beneficiários em março 2014 / 518 beneficiários na LOA 2014)

 $34 * R\$ 710 * 12 \text{ meses} = 286.608$

2) Aumento do valor do benefício: R\$ 42,00

(R\$ 710,00 em 2014 e R\$ 752,00 em 2015)

base março/2014

 $552 * R\$ 42,00 * 12 \text{ meses} = 278.208$

2) Impacto em 2015 dos ingressos 2014

 $9 * R\$ 752 * 12 \text{ meses} = 81.216$

3) Previsão de ingresso em 2015 de 106 beneficiários:

janeiro/2015

 $106 * R\$ 752 * 12 \text{ meses} = 956.544$ **TOTAL: 1.602.576**

7. PROPOSTAS PROJETOS DO ORÇAMENTO FISCAL

PROGRAMA 0581
Defesa da Ordem Jurídica

ACÕES

**7.1. 03.122.0581.12DN.3341 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA
DE JUSTIÇA MILITAR NO RIO DE JANEIRO-RJ**

		R\$ 1,00
NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTARIA 2015	
44.90.51 – Construção de Imóvel		16.878.618
TOTAL		16.878.618

Construção de imóvel para sediar a Procuradoria de Justiça Militar na cidade do Rio de Janeiro/RJ, conferindo-lhe instalações físicas condizentes com a demanda processual daquela Regional, a qual compreende seis Offícios.

- Início: junho/2011
- Término: dezembro/2017
- Área aproximada do imóvel: 20.037 m²

**7.2. 03.122.0581.13BZ.4732 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO – SEDE DA PROCURADORIA
DE JUSTIÇA MILITAR EM BAGÉ – RS**

		R\$ 1,00
NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTARIA 2015	
44.90.51 – Construção de Imóvel		1.663.778
TOTAL		1.663.778

Construção de imóvel para sediar a Procuradoria de Justiça Militar na cidade de Bagé/RS, conferindo-lhe instalações físicas condizentes com a demanda processual daquela Regional.

- Início: janeiro/2014
- Término: dezembro/2016
- Área aproximada do imóvel: 1.500 m²

8. PROPOSTAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DO ORÇAMENTO FISCAL

PROGRAMA 0581
Defesa da Ordem Jurídica

ACÕES

8.1. **03.122.0581.09HB.0001** – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

R\$ 1,00	
NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
31.91.13 – Obrigações Patronais/ PSSS	19.095.518
TOTAL	

8.2. **03.331.0581.00M1.0001** – BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE

R\$ 1,00	
NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
33.90.08 – Benefícios Assistenciais / Auxílio-Funeral e Natalidade	127.944
TOTAL	

8.1.1. DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE

MEMÓRIA DE CÁLCULO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2015
 Base: Março/2014
 (PLDO 2015 - Art. 72)

Natureza da Despesa	Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acréscimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
CONTRIBUIÇÃO DA UNIAO P/O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS: 03.122.058 (09HB.000)		14.268.836	2.256.017	893.342	1.677.323	0	19.095.518
31.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS		14.268.836	2.256.017	170.995	1.677.323		18.373.171
	FOLHA NORMAL*	14.268.836			1.450.286		15.719.122
	CRESCIMENTO VEGETATIVO (1% sobre FOLHA NORMAL)				157.191		157.191
	IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE SERVIDORES EM 2014 - REPOSIÇÃO (5 técnicos)				69.846		69.846
	IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE MEMBROS EM 2014 - 3 promotores - Cargos vagos (Anexo V - LOA 2014)		105.161				105.161
	IMPACTO EM 2015 DOS INGRESSOS DE SERVIDORES EM 2014 - Cargos vagos e Lei nº 12.321/10 (Anexo V - LOA 2014)		12.556				12.556
	GRATIFICAÇÕES E ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO DECORRENTE DOS INGRESSOS (somente sobre as reposições)			2.019			2.019
	REPOSICIONAMENTO DE SERVIDORES NA CARREIRA (progressão funcional/promoção - Lei 11.415/06, Art. 8º)			168.976			168.976
	Proposta para o ANEXO V - LOA 2015:		2.138.299				2.138.299
	REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS EM 2015 - 5% (a partir de jan/15)		298.623				298.623
	REAJUSTE DOS SERVIDORES EM 2015 - GAMPU elevada de 75,2% para 90% (a partir de jan/15)		815.660				815.660
	INGRESSO DE MEMBROS EM 2015 - 2 promotores - cargos vagos/aposentadorias (a partir de jan/15)		25.112				25.112
	INGRESSO DE SERVIDORES EM 2015 - 2 analistas e 5 técnicos - cargos vagos/aposentadorias (a partir de abr/15)		87.893				87.893
	INGRESSO DE SERVIDORES/FUNÇÕES EM 2015 - Saldo da Lei nº 12.321/10 (a partir de jan/15)		853.814				853.814
	GAO - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ORÇAMENTO		0				0
	GCI - GRATIFICAÇÃO DE CONTROLE INTERNO		0				0
	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO (PL 2201/2011)		57.198				57.198
31.91.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				722.347			722.347
	EXERCÍCIOS ANTERIORES (exceto - PAE)						
	PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA (PAE)			722.347			722.347

9. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

9.1 AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

9.1.1 ATIVIDADES

9.1.1.1 AÇÃO 2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

9.1.1.1.1 - PO 01 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – PLAN-ASSISTE

OBJETIVO: Assegurar a saúde física e mental dos servidores públicos civis: ativos, inativos e pensionistas, bem como de seus dependentes, em caráter complementar.

9.1.1.1.2 - PO 02 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – EXAMES PERIÓDICOS

OBJETIVO: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

9.1.2 OPERAÇÕES ESPECIAIS

9.1.2.1 AÇÃO 0181 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

OBJETIVO: Garantir remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário, Legislativo e do Ministério Público da União e/ou seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.

10. ATIVIDADES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PROGRAMA 0581
Defesa da Ordem Jurídica

AÇÕES

10.1. 03.301.0581.2004.0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

10.1.1 - PO 01 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – PLAN-ASSISTE

Base de projeção para 2015: março/2014
(PLDO 2015 - Art. 85)

NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015	R\$ 1,00
33.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica		4.857.014
33.90.36 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Física		151.999
33.90.93 - Restituições		142.209
33.91.47 - Obrigações Patronais – Serv. Terceiros		83.598
TOTAL		5.234.820

R\$1,00

Unidade	2014 Quantidade de Beneficiários* (a)	2015 Quantidade de Beneficiários (b)	2014 LOA** (c)	Ajuste de Base (d)	Ajuste Legal (e)	Expansão (f)	2015 Proposta g=(c+d+e+f)	Diferença h=(g-c)	Incremento i=(h/c)
MPM	1711	2029	3.386.760	28.392	890.100	929.568	5.234.820	1.848.060	54,57%

Nota: Valor da despesa por beneficiário: R\$ 215,00 - conforme orientação SPO/MPU

* Provável execução física em 2014, após ingressos previstos para o exercício.

** Exclui a dotação destinada ao PO Exames Periódicos

- Meta física LOA 2014: **1.670**
- Quantitativo físico executado em março/14: **1.684**
- 9 ingressos previstos para 2014: **27 novos beneficiários**
 - 5 Técnicos (cargos vagos da Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 1 Analista (Lei 12.321/10);
 - 3 Membros (cargos vagos).
- 106 ingressos de servidores/funções previstos para janeiro/15: **318 novos beneficiários**
 - 2 Membros (cargos vagos/aposentadorias);
 - 2 Analistas e 5 Técnicos (Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 56 Analistas, 12 Técnicos e 29 CC2 (saldo dos cargos e funções previstos na Lei 12.321/10 - das 59 CC2 previstas, 50% consideradas pelo valor integral).

Memória de Cálculo:

Despesa em 2015:

1684 beneficiários em março/2014 * R\$ 215 * 12 meses =	4.344.720
27 novos beneficiários 2014 (ingressos*3) * R\$ 215 * 12 meses =	69.660
318 novos beneficiários 2015 (ingressos*3) * R\$ 215 * 12 meses =	<u>820.440</u>
	5.234.820

Ajuste de base/ Acrescimos legais:

1) Provável Execução 2014 (base: março)/ LOA 2014:

(1684 beneficiários em março 2014 / 1670 beneficiários na LOA 2014)

$$14 * R\$ 169 * 12 \text{ meses} = 28.392$$

2) Aumento do valor do benefício: R\$ 46,00

(R\$ 169,00 em 2014 e R\$ 215,00 em 2015)

$$\text{base março/2014} \quad 1684 * R\$ 46,00 * 12 \text{ meses} = 929.568$$

3) Impacto em 2015 dos ingressos 2014

$$27 * R\$ 215 * 12 \text{ meses} = 69.660$$

4) Previsão de ingresso em 2015 de 318 beneficiários:

$$\text{janeiro/2015} \quad 318 * R\$ 215 * 12 \text{ meses} = 820.440$$

TOTAL	1.848.060
--------------	------------------

10.1.2 - PO 02 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – EXAMES PERIÓDICOS

Base de projeção para 2015: março/2014
(PLDO 2015 - Art. 85)

RS 1,00

NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
33.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	121.220
TOTAL	121.220

RS1,00

Unidade	2014 Quantidade de Beneficiários* (a)	2015 Quantidade de Beneficiários (b)	2014 LOA (c)	Ajuste de Base (d)	Ajuste Legal (e)	Expansão (f)	2015 Proposta g=(c+d+e+f)	Diferença h=(g-c)	Incremento i=(h/c)
MPM	551	551	49.800	2.232	1.980	67.208	121.220	71.420	143,41%

Nota: Valor da despesa por beneficiário: R\$ 220,00 - conforme orientação SPO/MPU.

O exame médico periódico é regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 301 de 05/06/2012.

* Provável execução física em 2014, após ingressos previstos para o exercício.

- Meta física 2014: 519 (fonte: Limites SOF 2014)
- Quantitativo físico em março/14: 542
- 9 ingressos previstos para 2014: 9 novos beneficiários
 - 5 Técnicos (cargos vagos da Lei 10.771/03 e anteriores);
 - 1 Analista (Lei 12.321/10);
 - 3 Membros (cargos vagos).

Memoria de Cálculo:**Despesa em 2015:**

542 beneficiários em março/2014 * R\$ 220 =	119.240
9 novos beneficiários 2014 * R\$ 220 =	<u>1.980</u>
	121.220

Ajuste de base/ Acréscimos legais:

1) Provável Execução 2014 (base: março)/ LOA 2014:

(542 beneficiários em março 2014 / 519 beneficiários na LOA 2014)

$$23 * R\$ 96 = 2.232$$

2) Aumento do valor do benefício: R\$ 124,00

(R\$ 96,00 em 2014 e R\$ 220,00 em 2015)

base março/2014

$$542 * R\$ 124 = 67.208$$

3) Impacto em 2015 dos ingressos 2014

$$9 * R\$ 220 = 1.980$$

TOTAL 71.420

11. OPERAÇÕES ESPECIAIS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PROGRAMA 0089**Previdência de Inativos e Pensionistas da União****AÇÕES****11.1. 09.272.0089.0181.0001 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES**

R\$ 1,00

NATUREZA DA DESPESA	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
31.90.01 - Aposentadorias	32.212.094
31.90.03 - Pensões	16.151.457
31.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores (PAE)	19.332.945
TOTAL	67.696.496

11.1.1. DETALHAMENTO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS E AJUSTES DE BASE

MEMÓRIA DE CÁLCULO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2015
Base: Março/2014
(PLDO 2015 - Art. 72)

Natureza da Despesa	Tipo de Despesa	Programação LOA 2014 (a)	Acrescimos Legais (b)	Ajuste Legal (c)	Ajuste de base (d)	Expansão (e)	Proposta 2015 (f) = (a+b+c+d+e)
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - 09.272.0089.0181.0001		36.449.505	2.204.083	25.986.939	3.055.969	0	67.696.496
31.90.01 - APOSENTADORIAS		21.499.505	1.593.703	6.653.994	2.464.892		32.212.094
	FOLHA NORMAL*	21.499.505			2.227.621		23.727.126
	CRESCIMENTO VEGETATIVO (1% sobre FOLHA NORMAL)				237.271		237.271
	LICENÇA-PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA			6.653.994			6.653.994
	Proposta para o ANEXO V - LOA 2015:		1.593.703				1.593.703
	REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS EM 2015 - 5% (a partir de jan/15)		1.059.829				1.059.829
	REAJUSTE DOS SERVIDORES EM 2015 - GAMPU elevada de 75,2% para 90% (a partir de jan/15)		533.873				533.873
31.90.03 - PENSÕES		14.950.000	610.380		591.077		16.151.457
	FOLHA NORMAL*	14.950.000			437.205		15.387.205
	CRESCIMENTO VEGETATIVO (1% sobre FOLHA NORMAL)				153.872		153.872
	Proposta para o ANEXO V - LOA 2015:		610.380				610.380
	REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS EM 2015 - 5% (a partir de jan/15)		435.858				435.858
	REAJUSTE DOS SERVIDORES EM 2015 - GAMPU elevada de 75,2% para 90% (a partir de jan/15)		174.523				174.523
31.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				19.332.945			19.332.945
	EXERCÍCIOS ANTERIORES (exceto - PAE)						
	PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA (PAE)			19.332.945			19.332.945

12. GLOSSÁRIO

GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

É um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais;
- 2 - Juros e Encargos da Dívida;
- 3 - Outras Despesas Correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões Financeiras;
- 6 - Amortização da Dívida; e
- 9 - Reserva de Contingência.

ELEMENTOS DE DESPESA

Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Os códigos dos elementos de despesa estão definidos no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS

Despesas com pagamentos de inativos civis, militares reformados e segurados do plano de benefícios da previdência social.

03 - PENSÕES

Despesas com pensionistas civis e militares; pensionistas do plano de benefícios da previdência social; pensões concedidas por lei específica ou por sentenças judiciais.

08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Despesas com: Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar; Auxílio-Reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio-Creche ou Assistência Pré-Escolar e Auxílio-Invalidez pagos diretamente ao servidor ou militar.

14 - DIÁRIAS -CIVIL

Cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana, com o servidor público estatutário ou celetista que se deslocar de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

30 - MATERIAL DE CONSUMO

Despesas com álcool automotivo; gasolina automotiva; diesel automotivo; lubrificantes automotivos; combustível e lubrificantes de aviação; gás engarrafado; outros combustíveis e lubrificantes; material biológico, farmacológico e laboratorial; animais para estudo, corte ou abate; alimentos para animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico; sementes e mudas de plantas; gêneros de alimentação; material de construção para reparos em imóveis; material de manobra e patrulhamento; material de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; material de expediente; material de cama e mesa, copa e cozinha, e produtos de higienização; material gráfico e de processamento de dados; aquisição de disquete; material para esportes e diversões; material para fotografia e filmagem; material para instalação elétrica e eletrônica; material para manutenção, reposição e aplicação; material odontológico, hospitalar e ambulatorial; material químico; material para telecomunicações; vestuário, uniformes, fardamento, tecidos e aviamentos; material de acondicionamento e embalagem; suprimento de proteção ao vôo; suprimento de aviação; sobressalentes de máquinas e motores de navios e esquadra; explosivos e munições; bandeiras, flâmulas e insígnias e outros materiais de uso não-duradouro.

33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

Despesas com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamento, pedágios, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens em decorrência de mudanças de domicílio no interesse da administração.

36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; diárias a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias; e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.

37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado.

39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-transporte; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres.

46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Despesas com auxílio-alimentação pago em pecúnia diretamente aos militares e servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta.

47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

Despesas decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas (Imposto de Renda, ICMS, IPVA, IPTU, Taxa de Limpeza Pública, COFINS, PIS/PASEP, CPMF, etc.), exceto as incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.

49 - AUXÍLIO-TRANSPORTE

Despesas com auxílio-transporte pago em pecúnia diretamente aos militares, servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalhotrabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.

51 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.

52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Despesas com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar; aparelhos e equipamentos para esporte e diversões; aparelhos e utensílios domésticos; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações, equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas e utensílios de oficina; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; veículos ferroviários; veículos rodoviários; outros materiais permanentes.

61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

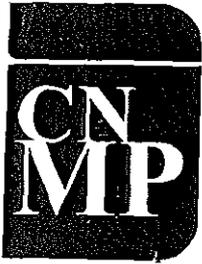
Despesas com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras ou para sua pronta utilização.

92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Cumprimento do art. 37 da Lei no 4.320, de 1964, que dispõe: "Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica".

93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Despesas com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições, devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

2014

28/07/14 18:45

SECRETARIA PROCESSUAL
COORDENADORIA DE PROTOCOLO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
0.00.000.001096/2014-37
APENSO IV
- ESMPU -

REQUERENTE:
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ADVOGADO DO REQUERENTE:

REQUERIDO:

CLASSE PROCESSUAL:
ANTEPROJETO DE LEI - AL

ASSUNTO: Apresenta, para parecer deste Conselho Nacional, propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

LATOR(A)

SERVAÇÕES:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO**

***ESCOLA SUPERIOR
DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO***

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015

**ORÇAMENTO FISCAL
E
DA SEGURIDADE SOCIAL**

- ABRIL DE 2014 -

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

DIREÇÃO GERAL

Dr. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Procurador da República – Diretor-Geral

Dr. MAURÍCIO CORREIA DE MELLO
Procurador Regional do Trabalho – Diretor-Geral Adjunto

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Dr. UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República – Conselheiro MPF

Dra. GISELE SANTOS FERNANDES GOES
Procuradora do Trabalho – Conselheira MPT

Dr. ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE
Promotor de Justiça – Conselheiro MPDFT

Dr. SAMUEL PEREIRA
Procurador de Justiça Militar – Conselheiro MPM

COORDENADORES DE ENSINO

Dr. BRUNO CALABRICH - MPF
Procurador da República

Dr. ERICSON DOS SANTOS CERQUEIRA - MPDFT
Promotor de Justiça Adjunto

Dr. RAFAEL GARCIA RODRIGUES - MPT
Procurador do Trabalho

Dra. NAJLA NASSIF PALMA - MPM
Promotora de Justiça Militar

ADMINISTRAÇÃO GERAL

SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL
Secretária de Administração e Tecnologia

VOLKER EGON BOHNE
Secretário de Planejamento e Projetos

NELSON DE SOUSA LIMA
Secretário de Atividades Acadêmicas

JOAQUIM PAULA DOS SANTOS
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Administrativo da Escola Superior do Ministério Público da União,

Em conformidade com o disposto no Inciso VII do Art. 6º do Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria PGR/MPU nº 905, de 16 de dezembro de 2013, no qual compete ao Conselho Administrativo (CONAD) aprovar o plano de atividades, bem como o orçamento correspondente, submeto à apreciação de Vossas Excelências a Proposta Orçamentária da Escola Superior do Ministério Público da União para o exercício financeiro de 2015.

A proposta ora apresentada está de acordo com as determinações legais vigentes e, em especial, com a Constituição da República (§ 3º do Art. 127), com o Plano Plurianual para o quadriênio de 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013), com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000) e com a Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986).

A presente proposta orçamentária compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e foi elaborada pelas Secretarias de Administração e Tecnologia; de Planejamento e Projetos; e de Atividades Acadêmicas da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU. Seguindo as definições estratégicas traçadas pela Administração Superior, a presente proposta foi elaborada em conformidade com as normas técnicas da Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MPOG), Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal da Administração Federal, e sob as orientações técnicas definidas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério Público da União (SPO/SG/PGR/MPU), responsável pela coordenação dos trabalhos e consolidação das propostas no âmbito do MPU.

A partir do exercício de 2013, a SOF/MPOG passou a adotar uma nova metodologia, na qual a ação **Gestão e Administração da ESMPU** consolidou, em uma única atividade, os Planos Orçamentários 001 - Gestão e Administração da ESMPU, 002 – Capacitação de Recursos Humanos, e 003 – Pesquisa na Área Jurídica.



As principais prioridades que nortearam a definição das despesas na elaboração desta proposta foram:

No Plano Orçamentário **001 - Gestão e Administração da ESMPU**, destinado à manutenção das atividades administrativas, são realizadas despesas com o funcionamento da estrutura física da ESMPU, tais como contratos para prestação dos serviços de limpeza e conservação; apoio administrativo; copeiragem; reprodução de documentos; manutenção de equipamentos, dentre outros. É, também, nesta Ação, que são realizados investimentos em sistemas, equipamentos, mobiliário e outros materiais permanentes e de consumo. Para o exercício de 2015, este Plano Orçamentário contemplará o montante de R\$ 7.559.000,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil reais).

Ainda em 2015, a ESMPU dará continuidade à construção de seu centro de treinamento e sede e estima uma dotação de R\$ 2.310.000,00 (dois milhões, trezentos e dez mil reais), cuja previsão encontra-se no Plano Plurianual – PPA:

AÇÃO	RS 1,00				
	2014		2015	2016	2017
	LEI	CONTING.	PPA		
1. AQUISIÇÕES (I)					
2. CONSTRUÇÕES (II)					
11EQ - Centro de Treinamento da Escola Superior do MPU	374.000	69.356	2.310.000	18.330.000	
TOTAL (I+II)	374.000	69.356	2.310.000	18.330.000	

Os recursos que estão sendo previstos serão destinados à segunda etapa da obra e contemplará a parte de arquitetura (vedações, revestimentos, pisos, acabamentos, cobertura impermeabilização), os elementos de urbanismo, e as instalações dos serviços auxiliares e administrativos.

No Plano Orçamentário **002 - Capacitação de Recursos Humanos**, a Escola necessita de uma dotação de R\$ 13.645.000,00 (treze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil reais) e de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) no Plano Orçamentário **003 - Pesquisa na Área Jurídica**. A Emenda Constitucional nº 45/2004, denominada “Reforma do Judiciário”, tornou obrigatória, aos membros do MPU, a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento como requisito para promoção por merecimento na carreira. No que diz respeito aos servidores, a aprovação da Lei nº 11.415 de 15/12/2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do MPU, prevê como requisito para promoção na carreira a participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação oferecidos,

preferencialmente, pelo órgão. Dessa forma, a prioridade da ESMPU para 2015 é dar continuidade ao processo de expansão das ações de capacitação que envolvam a atividade-fim, exercendo uma atitude proativa de forma que, além de atender às demandas dos ramos do MPU, passe a propor ações de capacitação para membros e servidores.

Constam, também, da proposta, despesas com pessoal, em virtude da possibilidade da aprovação do Projeto de Lei nº 2.200/2011, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da ESMPU. O Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encontra-se, atualmente, no Senado Federal. Para essa nova Ação são estimados recursos no montante de R\$ 14.555.000,00 (quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais) para 2015.

Totalizando, a ESMPU necessita de recursos orçamentários e financeiros no valor total de R\$ 38.769.000,00 (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), para 2015, da seguinte forma:

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PROPOSTA 2015 (A)	LEI 2014 (B)	LIMITE SOF (C)	VARIÇÃO	
				ABSOLUTA (D)-(A-B)	RELAT. % (E)-(A/B)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.555.000			14.555.000	-
ATIVIDADES	21.904.000	13.404.000		8.500.000	63,41
PROJETOS	2.310.000	374.000		1.936.000	517,65
TOTAL	38.769.000	13.778.000		24.991.000	181,38

O detalhamento e as justificativas para as despesas estão relacionados adiante.

Brasília, 28 de abril de 2014.



CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Diretor-Geral da ESMPU

ÍNDICE

1. HISTÓRICO	1
1.1. O EXERCÍCIO DE 2012	1
1.2. O EXERCÍCIO DE 2013	9
1.3. O EXERCÍCIO DE 2014	24
2. PLANO PLURIANUAL	31
3. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2015	32
4. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33
5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57
6. INVESTIMENTOS	36
6.1. OBRAS	36
7. ORÇAMENTO FISCAL	37
7.1. AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL	38
7.1.1. ATIVIDADE: AÇÃO 20HP – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESMPU	38
PLANO ORÇAMENTÁRIO – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	38
PLANO ORÇAMENTÁRIO – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	38
PLANO ORÇAMENTÁRIO – PESQUISA NA ÁREA JURÍDICA	38
7.1.2. PROJETOS	39
7.1.2.1. AÇÕES DE CONSTRUÇÕES E AQUISIÇÕES	39
7.1.2.1.1. AÇÃO 11EQ – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	39
8. PROPOSTAS DAS ATIVIDADES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	40
8.1. AÇÃO 20HP – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESMPU	41
8.1.1. PLANO ORÇAMENTÁRIO – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	41
8.1.2. PLANO ORÇAMENTÁRIO – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	48
8.1.3. PLANO ORÇAMENTÁRIO – PESQUISA NA ÁREA JURÍDICA	56
9. PROPOSTAS DO PROJETO DO ORÇAMENTO FISCAL	58
9.1. AÇÃO 11EQ – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	59

ÍNDICE

<i>10. EXPANSÃO E REFLEXOS</i>	<i>60</i>
10.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61
10.2. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61
10.3. INVESTIMENTOS	67
<i>11. RESUMO DA PROPOSTA - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</i>	<i>70</i>
11.1. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - POR GRUPO DE DESPESA (CONSOLIDADO)	71

1. HISTÓRICO

Para entender a evolução orçamentária da ESMPU, e contextualizar a Proposta Orçamentária de 2015, apresentamos um breve histórico da dotação e da execução orçamentária e financeira dos últimos exercícios.

1.1. O EXERCÍCIO DE 2012

Gestão e Administração da ESMPU

No exercício de 2012, foi aprovada, inicialmente, para esta ação, uma dotação no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), dos quais R\$ 100.000,00 (cem mil reais) foram planejados com a realização de gastos em despesas de capital.

Por meio da Portaria PGR nº 768, de 11/12/2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 240, de 13/12/2012, foi realizada a suplementação de dotação no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), oriundos das ações 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU e 4268 – Pesquisa na Área Jurídica. Desse valor, R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais) foi destinado a despesas correntes e o restante, R\$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais), foi destinado aos gastos com despesas de capital.

Também, por meio da Medida Provisória - MP nº 598, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 27/12/2012, foi aberto um crédito extraordinário no montante de R\$ 123.334,00 (cento e vinte e três mil, trezentos e trinta e quatro reais), que permaneceu bloqueado ao final do exercício de 2012.

Desta forma, o orçamento total aprovado para a ação de Gestão e Administração da ESMPU foi de R\$ 4.273.334,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil e trezentos e trinta e quatro reais). Deste orçamento, disponibilizou-se efetivamente à ESMPU para utilização em 2012, o montante de R\$ 4.150.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta mil reais). Deste montante, empenhou-se R\$ 3.261.032,36 (três milhões, duzentos e sessenta e um mil, trinta e dois reais e trinta e seis centavos), gasto com diárias, passagens, material de consumo, outros serviços de terceiros - pessoas físicas e jurídicas, locação de mão de obra, material permanente e outros.

Do valor total empenhado, foram realizadas e pagas despesas no valor de R\$ 2.607.483,58 (dois milhões, seiscentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos) e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 653.548,78 (seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos), referentes à aquisição de material de consumo, locação de mão de obra, serviços de terceiros – pessoas físicas e jurídicas, restituições e material permanente.

Ainda, nesta ação, descentralizou-se o montante de R\$ 824.937,27 (oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos), com o fito de ressarcir as despesas realizadas com pagamento de estagiários alocados na ESMPU, com passagens aéreas, com suporte logístico para a execução das atividades acadêmicas promovidas pela ESMPU, e com pagamentos de despesas da Rede Nacional de Comunicação do MPU.

Dos recursos efetivamente disponibilizados para esta ação, a *ESMPU executou, diretamente, 78,58% do total da despesa fixada.*

Os principais itens de gasto desta ação foram:

DESCRIÇÃO	VALOR
339014 - Diárias nacionais e internacionais	135.167,64
339030 - Aquisição de material de consumo e expediente.	87.781,61
339031 – Premiações – ordens honoríficas	250,00
339036 - Despesas com colaboradores eventuais, contratação de serviços técnicos profissionais, serviços de comunicação em geral, e treinamento	123.186,60
339037 - Despesas com locação de mão de obra (limpeza, copeiragem, apoio administrativo e outros).	1.902.242,13
339039 e 339139 - Contratação de serviços diversos (manutenção de software, locação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, serviços gráficos e editoriais, limpeza e conservação e outros).	805.776,67
339047 e 339147 - Contribuições previdenciárias patronais, taxas e outros.	13.849,78
339092 e 339192 - Despesas de exercícios anteriores	7.985,58
339093 - Restituições a membros e servidores do MPU, participantes dos diversos eventos promovidos pela ESMPU, por pagamento de despesas como passagem, alimentação, transporte, e outros.	28.563,38
449039 - Aquisição de softwares	10.420,00
449052 - Aquisição de mobiliário, equipamentos de proteção, segurança e socorro, máquinas, instalações e utensílios de escritório, e materiais bibliográficos.	145.808,97
TOTAL	3.261.032,36

Ø

Além dos valores citados acima, a inscrição em Restos a Pagar foi realizada da seguinte forma:

Em R\$ 1,00

UG 200234 - ESMPU	
Natureza de Despesa	Valor
339030 – Material de consumo	18.472,05
339036 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	86.777,19
339037 – Locação de mão de obra	223.597,17
339039 e 339139 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	181.876,62
339093 – Indenizações e Restituições	2.376,00
339147 – Contribuições Previdenciárias	5.755,36
449039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	10.420,00
449052 – Equipamentos e material permanente	124.274,36
TOTAL	653.548,78

Capacitação de Recursos Humanos

A ESMPU, seguindo os objetivos principais de sua constituição, desenvolveu, no ano de 2012, ações de capacitação em diversas modalidades: seminários, cursos, simpósios, reuniões, encontros e outros eventos, que tiveram a participação de membros, servidores e público externo.

Para esta ação foi fixada uma dotação inicial de R\$ 3.335.000,00 (três milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais). Deste montante, foram empenhados R\$ 3.287.307,19 (três milhões, duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e sete reais e dezenove centavos). Do total empenhado, R\$ 3.265.084,55 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) foram realizados no próprio exercício e, R\$ 22.222,64 (vinte e dois mil, duzentos e dois reais e sessenta e quatro centavos), inscritos em Restos a Pagar.

Ainda nesta ação, a Escola concedeu provisões no montante de R\$ 22.692,81 (vinte e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos), para as Unidades Gestoras Estaduais, com o objetivo de executar despesas necessárias para a realização de eventos promovidos pela ESMPU nos respectivos Estados.

Ademais, realizou-se a movimentação externa de créditos, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil), para atender o Termo de Cooperação firmado entre a ESMPU a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, para fins da execução do curso de Pós-graduação Direito Sanitário.

Dos recursos destinados para esta ação, *a ESMPU executou, diretamente, 98,57% do total da despesa fixada.*

As atividades de capacitação realizadas no exercício de 2012 foram:

Cursos de Aperfeiçoamento a Distância:

- Curso de Ambientação Online; Curso de Formação de Tutores; Curso de Formação de tutores de cursos a distância hospedados no Moodle - Turma 2; Curso de Formação de tutores de cursos a distância hospedados no Moodle - Turma 3; Desenvolvimento Pessoal e Gerencial; Economia Aplicada à Gestão de Políticas Públicas; Ética e Responsabilidade Social; Improbidade Administrativa; Licitação e Gestão de Contratos Públicos; Noções da Atuação do MPT; Orçamento e Finanças Públicas; Tendências e Inovações do Direito.

Cursos de Aperfeiçoamento Presenciais:

- Análise de Vínculos/i2 - Módulo Gestão (Turma 1); Análise dos aspectos teóricos e práticos na improbidade administrativa; Approche Pénale des Atteintes à L'Environnement & à La Santé; As Reformas Pontuais do Código de Processo Penal; Atuação Ambiental Interdisciplinar: Estudo de Casos de Licenciamentos de Hidrelétricas; Atuação do Ministério Público do Trabalho em Grandes Obras; Atualização em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica; Atualização em Direito Eleitoral; Atualização em Direito Eleitoral; Atualização em Direito Eleitoral (Turma 1); Atualização em Direito Eleitoral (Turma 2); Atualização em Direito Indigenista; Atualização em Processo Penal; Cálculos Trabalhistas; Colaboração premiada, Proteção de testemunhas e do Réu colaborador; Construção Civil: Saúde e Segurança do trabalhador; Controle Externo da Atividade Policial; Controle Externo da Atividade Policial; Cooperação Internacional e Recuperação de ativos; CPR - Contas a Pagar e a Receber – 2013; Crimes Cibernéticos e Preservação da Prova Digital; Curso de Capacitação da ASSPA; Curso de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais; Desenvolvimento de Competências Institucionais; Direito Penal Econômico; Discriminação e Assédio nas Relações de Trabalho: Aspectos práticos na atuação do MPT; Estratégias de Investigação das Fraudes nas Relações de Emprego; Execução Penal; Fiscalização de Contratos Administrativos com ênfase na fiscalização das Administrações Regionais; Formation de Formateurs; Improbidade Administrativa; Inclusão de

Pessoas com Deficiência; Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho - Novos Contornos; Instrumentos de Atuação na Tutela Coletiva; La Corruption: Détection, Prévention, Répression; Líder Coach; Líder Coach (Turma 2); Líder Coach (Turma 3); Mecanismos de Combate às Organizações Criminosas; Medicina Legal; Medidas Cautelares Reais no Processo Penal; Método de Operação do Trabalho Portuário e Aquaviário; Novas Formas de Criminalidade; Novas Formas de Criminalidade - Turma 2; Novas perspectivas no enfrentamento e combate ao trabalho escravo; Novas Tecnologias e o Direito do Trabalho; O Ministério Público do Trabalho como Órgão Interveniente; O papel do Poder Judiciário na Segurança de Vão; O Trabalho Infantil e a Aprendizagem Profissional: Ações do MPT; O Uso de Tecnologia na Atividade de Inteligência Policial - TAIP; Perícia Técnica: Balística, psiquiatria (sanidade mental (dependência química) e papiloscopia (Turma 1); Perícia Técnica: Balística, psiquiatria (sanidade mental e dependência química) e papiloscopia (Turma 2); Previdência e Assistência Social: Custeio e Benefícios; Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público: Técnicas e estratégias; Processo Coletivo; Quelle Organisation Judiciaire Face à La Criminalité Organisée?; Recurso de Revista e Recurso Extraordinário; Recursos para Tribunais Superiores (Turma 1); Recursos para Tribunais Superiores (Turma 2); Recursos para Tribunais Superiores: Questões práticas para integração entre as instâncias; Recursos Trabalhistas; Regulação de Transportes: Transportes Terrestre, Aéreo e Aquaviário; Relações Sociais e Direito do Trabalho Rural; Resolução de crises, Mediação e Negociação: Papel do Procurador; Semiótica Jurídica: a teoria (linguagem e o direito - nova via de acesso ao mundo jurídico; Sistemas de Controle Governamental na Internet; Soluções Alternativas de Conflitos Trabalhistas; Técnicas de Controle e Investigação em Atividades Portuárias e Aeroportuárias; Técnicas de Denúncia; Técnicas de Detecção e Prevenção de Fraudes; Técnicas de Entrevista e Interrogatório; Técnicas de Investigação Criminal; Técnicas de Pesquisa de Informação Jurídica para Instrução Processual; Técnicas Específicas de Atuação Judicial e Extrajudicial na Tutela Coletiva; Temas Especiais de Direito Eleitoral: O Ministério Público nas Eleições de 2012; Teoria da Prova no Enfrentamento à Criminalidade Graduada; Termo de Ajuste de Conduta - Dano Moral coletivo; Trabalho Decente; Trabalho em Frigoríficos; Trabalho em Plataforma de Petróleo; Trabalho na Pesca; Tráfico de Seres Humanos: Migração e Imigração.

Dos recursos destinados para esta ação, *a ESMPU executou, diretamente, 98,57% do total da despesa fixada.*

As atividades de capacitação realizadas no exercício de 2012 foram:

Cursos de Aperfeiçoamento a Distância:

- Curso de Ambientação Online; Curso de Formação de Tutores; Curso de Formação de tutores de cursos a distância hospedados no Moodle - Turma 2; Curso de Formação de tutores de cursos a distância hospedados no Moodle - Turma 3; Desenvolvimento Pessoal e Gerencial; Economia Aplicada à Gestão de Políticas Públicas; Ética e Responsabilidade Social; Improbidade Administrativa; Licitação e Gestão de Contratos Públicos; Noções da Atuação do MPT; Orçamento e Finanças Públicas; Tendências e Inovações do Direito.

Cursos de Aperfeiçoamento Presenciais:

- Análise de Vínculos/i2 - Módulo Gestão (Turma 1); Análise dos aspectos teóricos e práticos na improbidade administrativa; Approche Pénale des Atteintes à L'Environnement & à La Santé; As Reformas Pontuais do Código de Processo Penal; Atuação Ambiental Interdisciplinar: Estudo de Casos de Licenciamentos de Hidrelétricas; Atuação do Ministério Público do Trabalho em Grandes Obras; Atualização em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica; Atualização em Direito Eleitoral; Atualização em Direito Eleitoral; Atualização em Direito Eleitoral (Turma 1); Atualização em Direito Eleitoral (Turma 2); Atualização em Direito Indigenista; Atualização em Processo Penal; Cálculos Trabalhistas; Colaboração premiada, Proteção de testemunhas e do Réu colaborador; Construção Civil: Saúde e Segurança do trabalhador; Controle Externo da Atividade Policial; Controle Externo da Atividade Policial; Cooperação Internacional e Recuperação de ativos; CPR - Contas a Pagar e a Receber – 2013; Crimes Cibernéticos e Preservação da Prova Digital; Curso de Capacitação da ASSPA; Curso de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais; Desenvolvimento de Competências Institucionais; Direito Penal Econômico; Discriminação e Assédio nas Relações de Trabalho: Aspectos práticos na atuação do MPT; Estratégias de Investigação das Fraudes nas Relações de Emprego; Execução Penal; Fiscalização de Contratos Administrativos com ênfase na fiscalização das Administrações Regionais; Formation de Formateurs; Improbidade Administrativa; Inclusão de

Pessoas com Deficiência; Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho - Novos Contornos; Instrumentos de Atuação na Tutela Coletiva; La Corruption: Détection, Prévention, Répression; Líder Coach; Líder Coach (Turma 2); Líder Coach (Turma 3); Mecanismos de Combate às Organizações Criminosas; Medicina Legal; Medidas Cautelares Reais no Processo Penal; Método de Operação do Trabalho Portuário e Aquaviário; Novas Formas de Criminalidade; Novas Formas de Criminalidade - Turma 2; Novas perspectivas no enfrentamento e combate ao trabalho escravo; Novas Tecnologias e o Direito do Trabalho; O Ministério Público do Trabalho como Órgão Interveniente; O papel do Poder Judiciário na Segurança de Vôo; O Trabalho Infantil e a Aprendizagem Profissional: Ações do MPT; O Uso de Tecnologia na Atividade de Inteligência Policial – TAIP; Perícia Técnica: Balística, psiquiatria (sanidade mental e dependência química) e papiloscopia (Turma 1); Perícia Técnica: Balística, psiquiatria (sanidade mental e dependência química) e papiloscopia (Turma 2); Previdência e Assistência Social: Custeio e Benefícios; Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público: Técnicas e estratégias; Processo Coletivo; Quelle Organisation Judiciaire Face à La Criminalité Organisée?; Recurso de Revista e Recurso Extraordinário; Recursos para Tribunais Superiores (Turma 1); Recursos para Tribunais Superiores (Turma 2); Recursos para Tribunais Superiores: Questões práticas para integração entre as instâncias; Recursos Trabalhistas; Regulação de Transportes: Transportes Terrestre, Aéreo e Aquaviário; Relações Sociais e Direito do Trabalho Rural; Resolução de crises, Mediação e Negociação: Papel do Procurador; Semiótica Jurídica: a teoria da linguagem e o direito - nova via de acesso ao mundo jurídico; Sistemas de Controle Governamental na Internet; Soluções Alternativas de Conflitos Trabalhistas; Técnicas de Controle e Investigação em Atividades Portuárias e Aeroportuárias; Técnicas de Denúncia; Técnicas de Detecção e Prevenção de Fraudes; Técnicas de Entrevista e Interrogatório; Técnicas de Investigação Criminal; Técnicas de Pesquisa de Informação Jurídica para Instrução Processual; Técnicas Específicas de Atuação Judicial e Extrajudicial na Tutela Coletiva; Temas Especiais de Direito Eleitoral: O Ministério Público nas Eleições de 2012; Teoria da Prova no Enfrentamento à Criminalidade Graduada; Termo de Ajuste de Conduta - Dano Moral coletivo; Trabalho Decente; Trabalho em Frigoríficos; Trabalho em Plataforma de Petróleo; Trabalho na Pesca; Tráfico de Seres Humanos: Migração e Imigração.

Cursos de Especialização:

- Curso de Ingresso e Vitaliciamento

Encontro:

- Encontro Mundial de Juristas de Meio Ambiente para o Rio + 20

Oficinas:

- Atuação Conjunta dos Ramos do MPU na Tutela dos Direitos Difusos no Âmbito do Direito Militar; Atuação nas Ações de Garantia da Lei e da Ordem; Combate ao Tráfico de Pessoas; Estudos Temáticos do CPM e do CPPM; Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental.

Palestra:

- Código de Defesa do Consumidor e as Reflexões de suas Atualidades na Vida do Cidadão

Seminários:

- "Protección de Intereses Difusos" - especial énfasis Medio Ambiente y Derechos del consumidor; Criminalidad Informática - Desafios actuales para el Ministerio Público; Desconstruindo a crise civilizacional - um olhar sobre a Rio + 20; Seminário Franco-Brasileiro sobre a Luta contra a Lavagem de dinheiro e Recuperação de ativos; Trabalho Escravo.

Simpósios:

- "Colóquio Internacional Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental"; A responsabilidade das indústrias farmacêuticas diante de doenças negligenciadas; Direito Sanitário: O Direito Fundamental à Saúde; Encontro da Rede ibero-americana de Procuradores Especializados no combate ao Tráfico de Pessoas; Jornada de Direito Eleitoral; Simpósio Internacional Brasil/França sobre corrupção e improbidade administrativa: instrumentos de prevenção e repressão.

Os principais itens de gasto desta ação foram:

Em R\$ 1,00	
DESCRIÇÃO	VALOR
339014 - Diárias nacionais e internacionais	1.623.314,76
339030 - Aquisição de material de consumo e expediente.	1.940,62
339033 - Passagens aéreas nacionais e internacionais	756.032,19
339036 - Despesas com colaboradores eventuais, contratação de serviços técnicos profissionais, e treinamento	446.647,79
339039 - Contratação de serviços diversos (serviços de infraestrutura em eventos, serviços de seleção e treinamento, alimentação e outros).	349.042,76
339092 - Despesas de exercícios anteriores	15.464,08
339093 - Restituições a membros e servidores do MPU, participantes dos diversos eventos promovidos pela ESMPU, por pagamento de despesas como passagem, alimentação, transporte, e outros.	14.385,27
339147 - Contribuições previdenciárias patronais	80.479,46
TOTAL	3.287.307,19

Além dos valores citados acima, a inscrição em Restos a Pagar foi realizada da seguinte forma:

Em R\$ 1,00	
UG 200234 - ESMPU	
Natureza de Despesa	Valor
339036 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	9.753,24
339039 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	11.876,00
339147 - Contribuições Previdenciárias	593,40
TOTAL	22.222,64

Pesquisa na Área Jurídica

Foram aprovados, inicialmente, para esta ação recursos orçamentários no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Entretanto, por meio da Portaria PGR nº 768, de 11/12/2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 240, de 13/12/2012, realizou-se cancelamento de dotação da ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado à suplementação da ação 20HP - Gestão e Administração da ESMPU, para atender às necessidades de execução das despesas planejadas.

Desta forma, a dotação final para a ação de Pesquisa na Área Jurídica foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Deste montante, foram empenhados R\$ 176.320,00 (cento e setenta e seis mil, trezentos e vinte reais), sendo realizadas despesas com o desenvolvimento das

pesquisas “Avaliação e desenvolvimento de competências conversacionais”, “Perfil Socioprofissional e Concepções de Política Criminal do MPF”, “A atuação do MPF na defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural” e “Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do DF para a redução da violência doméstica contra a mulher”.

Do total empenhado, foram realizadas e pagas no exercício despesas no valor de R\$ 172.480,00 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais) e inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais).

Dos recursos destinados para esta ação, *a ESMPU executou, diretamente, 88,16% do total da despesa fixada.*

Os principais itens de gasto desta ação foram:

Em R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
339036 – Despesas com contratação de serviços técnicos profissionais	99.600,00
339039 - Contratação de serviços de apoio ao ensino	56.800,00
339147 - Contribuições previdenciárias patronais	19.920,00
TOTAL	176.320,00

Além dos valores citados acima, a inscrição em Restos a Pagar foi realizada da seguinte forma:

Em R\$ 1,00

UG 200234 - ESMPU	
Natureza de Despesa	Valor
339036 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	3.200,00
339147 – Contribuições Previdenciárias	640,00
TOTAL	3.840,00

Construção do Edifício-Sede da Escola Superior do Ministério Público da União

Foram aprovados, inicialmente, para esta ação recursos orçamentários no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Entretanto, por meio da Portaria PGR nº 768, de 11/12/2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 240, de 13/12/2012, realizou-se cancelamento de dotação da ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado à suplementação da ação 20HP – Gestão e Administração da ESMPU, com o objetivo de suprir a execução das atividades planejadas.

Também, por meio da Medida Provisória - MP nº 598, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 27/12/2012, foi aberto um crédito extraordinário no montante de R\$ 2.666.667,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais), que permaneceu bloqueado ao final do exercício de 2012.

Dessa forma, o orçamento total aprovado para a ação de Construção do Edifício-Sede da Escola Superior do Ministério Público da União foi de R\$ 3.066.667,00 (três milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais). Deste orçamento, disponibilizou-se efetivamente à ESMPU para utilização em 2012, o montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Todavia, não houve execução da dotação destinada a esta ação por parte da ESMPU, haja vista a ocorrência de problemas no processo licitatório destinado à contratação de empresa para elaboração de projetos complementares, que foram elaborados em parceria com a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral da República - CEA/PGR, objeto do edital da Tomada de Preços nº 001/2012, uma vez que nenhum participante foi habilitado.

1.2. O EXERCÍCIO DE 2013

I) AÇÃO 20HP – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESMPU

a) Plano Orçamentário 001 - Gestão e Administração da ESMPU

Para este Plano Orçamentário foi aprovada, inicialmente, uma dotação no valor de R\$ 4.396.000,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil reais), da qual R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) foi planejada para a realização de gastos em despesas de capital.

Por meio da Portaria PGR nº 640, de 17/9/2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 19/9/2013, foi realizada a suplementação de dotação no montante de R\$ 1.596.391,00 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil, trezentos e noventa e um reais), para adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU, sendo: R\$ 186.391,00 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e um reais), oriundos do Plano Orçamentário 003 – Pesquisa na Área Jurídica; e R\$ 1.410.000,00 (um milhão, quatrocentos e dez mil reais),

vindos da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU. Desse montante, R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais) foram destinados para gastos em despesas correntes e o restante, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), aos gastos com despesas de capital.

Dessa forma, o orçamento total aprovado para o Plano Orçamentário 001 - Gestão e Administração da ESMPU foi de R\$ 5.992.391,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil e trezentos e noventa e um reais). Deste orçamento, empenhou-se o montante de R\$ 5.367.297,66 (cinco milhões, trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos), gastos com diárias, passagens, material de consumo, outros serviços de terceiros - pessoas físicas e jurídicas, locação de mão de obra, material permanente e outros.

Do valor total empenhado, foram realizadas e pagas despesas no valor de R\$ 3.451.843,26 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e três reais e vinte e seis centavos) e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 1.915.454,40 (um milhão, novecentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), referentes a despesas com aquisição de material de consumo, locação de mão de obra, serviços de terceiros – pessoas físicas e jurídicas, restituições e material permanente.

Ainda, neste Plano, descentralizou-se internamente o montante de R\$ 253.476,23 (duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e três centavos), que se destinou ao ressarcimento de despesas realizadas com pagamento de estagiários alocados na ESMPU, bem como aos pagamentos de despesas com realização de treinamento para servidor, com passagens aéreas e com contratações de empresas especializadas em infraestrutura para eventos para fins de execução das atividades acadêmicas promovidas pela ESMPU.

Dos recursos efetivamente disponibilizados para este Plano Orçamentário, *a ESMPU executou, diretamente, 89,57% do total da despesa fixada.*

As atividades realizadas neste Plano Orçamentário durante o exercício de 2013 foram:

i) Produção editorial:

Em 2013, a Escola Superior do Ministério Público da União, registrada sob o prefixo editorial 88652, publicou 14 (catorze) títulos, todos em formato impresso.

Publicações da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) Exercício 2013			
TÍTULO	ANO PUBLIC	TIRAGEM	CUSTO IMPRESSÃO
<i>1. Temas de Direito Eleitoral no Século XXI</i>	2013	3.200	30.877,44
<i>2. Manuais de Moçambique – Coedição ABC/MRE</i>	2013	4.500	<i>Pela ABC/MRE</i>
<i>3. Cem perguntas e respostas sobre improbidade administrativa – 2ª edição</i>	2013	3.200	10.016,00
<i>4. Boletim Científico n. 34 (ref. 1º semestre 2011)</i>	2013	3.200	15.052,80
<i>5. Formação Profissional Desportiva (Série Manuais de Atuação ESMPU – vol. 9)</i>	2013	1.140	7.923,00
<i>6. Boletim Científico n. 35 (ref. 2º semestre 2011)</i>	2013	3.500	15.446,20
<i>7. Boletim Científico n. 36 (ref Edição Especial 2011 – 20 anos da Lei de Improbidade Administrativa)</i>	2013	3.500	30.368,80
<i>8. Direito Sanitário em perspectiva – coedição FIOCRUZ - (Série Pós-Graduação ESMPU – vol.2)</i>	2013	4.000	<i>Pela FIOCRUZ</i>
<i>9. Boletim Científico n. 37 (ref Edição Especial 2012 – Direito à não discriminação)</i>	2013	3.500	28.530,57
<i>10. Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero – (projeto de pesquisa)</i>	2013	2.500	21.804,13

Publicações da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) Exercício 2013			
TÍTULO	ANO PUBLIC	TIRAGEM	CUSTO IMPRESSÃO
<i>11. Edição comemorativa aos 10 anos do Código Civil</i>	2013	3.500	28.000,00
<i>12. Boletim Científico n. 38 (ref. 1º semestre 2012)</i>	2013	3.500	21.060,57
<i>13. Boletim Científico n. 39 (ref. 2º semestre 2012)</i>	2013	3.500	23.101,97
<i>14. Cartilha: Corrupção e improbidade administrativa</i>	2013	1.000	4.546,28
TOTAL		43.740	236.727,76

Para o contrato de impressão gráfica para grandes tiragens em 2013/2014, com vigência de 9/12/13 a 8/12/2014, foi previsto um valor global de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), tendo sido emitidas as Notas de Empenho n. 372/2013 e 373/2013 nos valores de R\$ 132.245,00 (cento e trinta e dois mil duzentos e quarenta e cinco reais e R\$ 19.755,00 (dezenove mil setecentos e cinquenta e cinco reais), respectivamente. Restou, do valor global para a referida contratação, o montante de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), para utilização no exercício de 2014.

ii) Produção de materiais didáticos:

No exercício de 2013 houve uma produção média de 12.369 (doze mil, trezentas e sessenta e nove) peças impressas e outros materiais institucionais, relativos à divulgação das 132 (cento e trinta e duas) atividades acadêmicas que constaram no Plano de Atividades, bem como extra-plano para as quais foi previsto um valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com emissão da Nota de Empenho 2013NE000374, no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) e o saldo restante, R\$ 48.800,00 (quarenta e oito mil e oitocentos reais), a ser executado em 2014.

Material	Total produzido
Fôlderes	1.690
Filipetas	2.025
Cartazes	511
Banners	63
Banners eletrônicos	20
Faixas	0
Crachás	0
Convites	50
Capas Cds	65
Certificados	3.714
Capas apostilas	811
Etiquetas CD/DVD	0
Livretos	240
Cartões	3.171
Identificação de pastas	0
Adesivos em vinil	9
TOTAL	12.369

iii) Biblioteca:

Dentro da política de desenvolvimento de coleções, atualização e ampliação do acervo, foram elaboradas em 2013 listas de aquisições, segundo sugestões de coordenadores e docentes das atividades acadêmicas, bem como para atender às necessidades dos servidores e membros do MPU e dos projetos da ESMPU e pesquisas nos catálogos de editoras e livrarias. Conseqüentemente foram adquiridos 363 (trezentos e sessenta e três) exemplares/volumes. O valor do contrato de 2013, celebrado com a empresa LIVRARIA LITUDO LTDA, perfazia o montante de R\$ 44.334,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais).

Com relação a periódicos, em 2013 foi renovada a assinatura do CORREIO BRAZILIENSE, sendo que os gastos totalizaram R\$ 630,99 (seiscentos e trinta reais e noventa e nove centavos).

Ademais, realizou-se a aquisição de assinatura da base de dados para acesso ilimitado a informações relativas às áreas de direito e ciências afins, incluindo jurisprudências, livros e periódicos jurídicos, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Serviços	Quantidade	Valores
Empréstimos	1.153	
Devoluções	1.104	
Consultas internas ao acervo	329	
Renovações	383	
Acesso à Internet local		
Aquisições de títulos	175	R\$ 18.178,23
Exemplares adquiridos	188	
Periódicos	1	R\$ 630,99
Doações	390	
Catálogo de títulos	456	
Catálogo de exemplares	577	
Materiais adicionais	11	
TOTAL		R\$ 18.809,22

iv) Serviços de obras e engenharia:

Execução dos projetos básicos, dos certames licitatórios e das respectivas emissões de empenhos para as aquisições de divisórias especiais e de arquivos deslizantes para atendimento ao almoxarifado.

Os principais itens de gastos deste Plano foram:

Em R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
339014 - Diárias nacionais e internacionais	564.395,52
339030 - Aquisição de materiais de consumo	369.125,19
339031 - Premiações culturais e ordens honoríficas	24.307,76
339033 - Passagens aéreas nacionais e internacionais	33.555,93
339036 - Despesas com colaboradores eventuais, contratação de serviços técnicos profissionais, serviços de seleção e treinamento	277.592,85
339037 - Despesas com locação de mão de obra (limpeza, copeiragem, apoio administrativo e outros).	2.135.436,38
339039 e 339139 - Contratação de serviços diversos (manutenção de software, locação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de bens móveis, serviços gráficos e editoriais, limpeza e conservação e outros).	886.751,05
339047 e 339147 - Contribuições previdenciárias patronais, taxas e outros.	1.431,79
339092 e 339192 - Despesas de exercícios anteriores	49.571,61
339093 - Restituições a membros e servidores do MPU, participantes dos diversos eventos promovidos pela ESMPU.	30.512,18
449052 - Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos, materiais bibliográficos, equipamentos de processamento de dados, e mobiliário em geral.	994.617,40
TOTAL	5.367.297,66

Além dos valores citados acima, a inscrição em Restos a Pagar foi realizada da seguinte forma:

Em R\$ 1,00

UG 200234 - ESMPU	
Natureza de Despesa	Valor
339030 - Material de consumo	306.512,32
339036 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	72.033,20
339037 - Locação de mão de obra	184.041,31
339039 e 339139 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	370.467,33
449052 - Equipamentos e material permanente	982.400,24
TOTAL	1.915.454,40

b) Plano Orçamentário 002 - Capacitação de Recursos Humanos

A ESMPU, seguindo os objetivos precípuos de sua constituição, desenvolveu, no ano de 2013, ações de capacitação em diversas modalidades: seminários, cursos, simpósios, reuniões, encontros e outros eventos, que tiveram a participação de membros, servidores e público externo.

Para esta ação foi fixada uma dotação inicial de R\$ 5.284.000,00 (cinco milhões, duzentos e oitenta e quatro mil reais).

Por meio da Portaria PGR nº 640, de 17/9/2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 19/9/2013, foi realizada a suplementação de dotação no montante de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), para adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU, oriundos da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU.

Dessa forma, o orçamento total aprovado Plano Orçamentário 002 - Capacitação de Recursos Humanos foi de R\$ 5.704.000,00 (cinco milhões, setecentos e quatro mil reais). Deste orçamento, empenhou-se o montante de R\$ 5.548.805,85 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos), gastos com diárias, passagens aéreas nacionais e internacionais, outros serviços de terceiros - pessoas físicas e jurídicas, indenizações e restituições, e obrigações tributárias e contributivas.

Do total empenhado, R\$ 5.449.574,29 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos) foram realizados no próprio exercício e, R\$ 99.231,56 (noventa e nove mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), inscritos em Restos a Pagar.

Ainda neste Plano Orçamentário, a Escola concedeu provisões internas no montante de R\$ 103.194,15 (cento e três mil, cento e noventa e quatro reais e quinze centavos), para outras Unidades Gestoras, com o objetivo de executar despesas necessárias para a realização de eventos promovidos pela ESMPU.

Ademais, realizou-se a movimentação externa de créditos, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), para atender o Termo de Cooperação firmado entre a ESMPU a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, para fins da execução do curso de Pós-graduação Direito Sanitário.

Dos recursos destinados para esta ação, a *ESMPU executou, diretamente, 97,28% do total da despesa fixada.*

As atividades de capacitação realizadas no exercício de 2013 ocorreram da seguinte forma:

Tipo de Atividade	Planejado LOA 2013	Planejado PA 2013	Execução
Aperfeiçoamento e Oficinas - presenciais	105	78	87
Aperfeiçoamento - EAD	35	23	28
Atividades de Extensão (Conferência, Congresso, Seminário e Simpósio)	46	-	17
CIVs*	2	2	1
Especializações**	5	2	3
Treinamento Servidor ESMPU	0	0	9
Total	193	105	145

Observações:

* Foi iniciado o CIV/MPDFT com previsão de finalização em 2014.

** Foi iniciada Especialização em Gestão de Pessoas com previsão de finalização em 2014.

- 1) As atividades de extensão não integram o Plano de Atividades, pois são demandas enviadas dos ramos à ESMPU no decorrer do ano.
- 2) Os CIVs e as Especializações que foram iniciados em 2013 e não finalizados, não estão computados na coluna "Execução".
- 3) O número de atividades executadas supera o número de planejadas devido a novas atividades aprovadas no decorrer do ano.

Atividades realizadas no exercício de 2013	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Ação Penal 470 - análise do precedente e a atuação do Ministério Público Federal	001042/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Análise dos aspectos teóricos e práticos na Improbidade Administrativa	000957/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Análise e melhoria de processos de trabalho	000971/2013	EAD	Aperfeiçoamento
As reformas pontuais do Código de Processo Penal	000963/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Aspectos civis no combate à corrupção: controvérsias sobre Improbidade Administrativa	000958/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Aspectos civis no combate à corrupção: controvérsias sobre Improbidade Administrativa (turma 2)	001051/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Aspectos civis no combate à corrupção: controvérsias sobre Improbidade Administrativa (turma 3)	001053/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
ASSPA	001004/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação do Ministério Público do Trabalho em grandes obras	000909/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Atualização de Capacitadores	001012/2013	Presencial	Aperfeiçoamento

Atividades realizadas no exercício de 2013	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Atualização de defesa da concorrência e regulação econômica	000937/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Atualização em Direito Indigenista	000938/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Autonomia sindical e atuação do Ministério Público	000911/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Autores para produção de material didático para EAD	001005/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Auxiliar de Biblioteca	001244/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Avaliação e Gestão de Desempenho	000997/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Cálculos Trabalhistas	000927/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Colaboração premiada, proteção de testemunhas e do réu colaborador	000939/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Combate ao Tráfico de seres humanos: migração e imigração	000968/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Comunicação Interpessoal	000998/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Construção Civil: Saúde e Segurança	000928/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Construção civil: saúde e segurança do trabalhador	000912/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Controle Externo da Atividade Policial	000900/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Controle externo da atividade policial	000940/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Controle externo da atividade policial	000941/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Cooperação internacional e recuperação de ativos	000942/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Crimes Cibernéticos: estratégias de enfrentamento	000946/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Curso Básico em Inteligência	000901/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Curso de Ambientação Online	001003/2012	EAD	Aperfeiçoamento
Dano Moral Coletivo	000913/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Desenvolvimento pessoal e gerencial	000984/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Desenvolvimento pessoal e gerencial (turma 2)	001060/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Direito de Patrimônio Cultural	001025/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Direito Indigenista	001019/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Direito Penal Econômico	000959/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Direito Processual e as técnicas de inquirição e interrogatório	000947/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Discriminação: Novas Discussões	000914/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Estratégias de Investigação das Fraudes nas Relações de Emprego	000915/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Ética e Responsabilidade social	000986/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Exames em Locais de Crimes Contra o Patrimônio: análise e interpretação de vestígios em local de crime	000902/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Formation de Formateurs	001009/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Grandes empreendimentos e os impactos no mundo do trabalho	000926/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
II Curso de Processo Eletrônico	001050/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Improbidade Administrativa	000840/2012	EAD	Aperfeiçoamento
Improbidade administrativa	000979/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Improbidade Administrativa (2012)	000743/2012	Presencial	Aperfeiçoamento
Inglês Jurídico	001018/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: novos contornos	000916/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Instrumentos de atuação na tutela coletiva	000960/2013	Presencial	Aperfeiçoamento

Atividades realizadas no exercício de 2013	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Instrumentos do CPADSI à disposição da investigação	000991/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Inteligência Institucional	001017/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Introdução ao IBM SPSS Statistics e Estatística Avançada com IBM SPSS Statistics	001014/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Inventário e Partilha: aspectos práticos	000903/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
La Corruption: Détection, Prévention, Répression	001217/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Lei de Responsabilidade Fiscal	001037/2013	EAD	Aperfeiçoamento
L'enquête économique & financière - (Investigação econômica e financeira)	001013/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Licitação e gestão de contratos públicos	000987/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Licitação e gestão de contratos públicos (turma 2)	001059/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Liderança	000980/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Língua Portuguesa e Redação Oficial	000989/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Medidas cautelares reais no Processo Penal	000950/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Método de operação do trabalho portuário e aquaviário	000917/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Negociação, Conflito e Mediação	001030/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Novas perspectivas no enfrentamento e combate ao trabalho escravo	000920/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Novas perspectivas no Processo Penal	000952/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Novos contornos das relações de trabalho no âmbito da administração pública	000921/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
O Ministério Público do Trabalho como órgão interveniente	000919/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
O papel do Ministério Público no controle de políticas públicas	000905/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
O Papel do Poder Judiciário na Segurança de Voo	001058/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
O que muda no sistema de registro de preços com o novo Decreto nº 7.892/13.	001027/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
O trabalho infantil e a aprendizagem profissional: aspectos polêmicos	000918/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual	000904/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Orçamento e finanças públicas	000983/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Orçamento e Finanças Públicas (turma 2)	001061/2013	EAD	Aperfeiçoamento
PAD e sindicância	000975/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Parcerias Público-privadas	000974/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Português Jurídico	000802/2012	EAD	Aperfeiçoamento
Potencializando o uso da internet como ferramenta de trabalho	000908/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Previdência e assistência social: custeio e benefícios	000953/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Procedimento investigatório criminal do Ministério Público: experiências e estratégias	000954/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Procedimentos Fiscais para Prestadores e Tomadores de Serviços	001006/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Processo Coletivo 1	000923/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Processo Coletivo 2	000924/2013	Presencial	Aperfeiçoamento

Atividades realizadas no exercício de 2013	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Programa de Desenvolvimento Gerencial de Procuradores-Chefes do Ministério Público Federal	001031/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Programa de Desenvolvimento Gerencial de Procuradores-Chefes do Ministério Público Federal	000892/2012	EAD	Aperfeiçoamento
Qualidade de vida no trabalho	000977/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Questões práticas para integração entre as instâncias: prequestionamentos e recursos	000955/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Recurso de revista e Recurso extraordinário	000925/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Recursos para Tribunais Superiores (Turma 2)	000962/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Recursos para tribunais superiores e outras formas autônomas de impugnação - turma 1	000961/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Recursos Trabalhistas	000929/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Resolução de crises e negociação: a atuação não contenciosa do Ministério Público	000956/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Responsabilidade dos Agentes nas Contratações Públicas e as Sanções por Atos e Decisões	001026/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
SIAFI e CPR	000976/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Técnicas de detecção e prevenção de fraudes	000965/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Técnicas de pesquisa de informação jurídica para instrução processual	000964/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Técnicas de secretariado	000982/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Técnicas e Parcerias na Prevenção e no Combate às Fraudes na Administração Pública Federal	001237/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Técnicas específicas de atuação judicial e extrajudicial na tutela coletiva	000966/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Teoria da prova no enfrentamento à criminalidade graduada	000967/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Teoria e Prática do Design Instrucional	001069/2013	EAD	Aperfeiçoamento
Termo de Ajuste de Conduta	000931/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Trabalho Decente	000932/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Trabalho em Plataforma de Petróleo	000933/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
Uso da tecnologia na atividade de inteligência policial	000898/2013	Presencial	Aperfeiçoamento
III Conferência Global de Trabalho Infantil	001078/2013	Presencial	Conferência
Reflexões acadêmicas para superar a miséria e a fome - Lançamento da ASAP no Brasil	001155/2013	Presencial	Conferência
18º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental	001043/2013	Presencial	Congresso
19º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância e mini-curso 11 - Direitos autorais para gestores de EaD	001067/2013	Presencial	Congresso
Congresso Brasileiro de Pregoeiros	001015/2013	Presencial	Congresso
XII Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum	001039/2013	Presencial	Congresso
Curso de Ingresso e Vitaliciamento - 26º Concurso	000945/2013	Presencial	Curso de Ingresso e Vitaliciamento
Direito Sanitário	000640/2011	EAD	Especialização
Globalização, Justiça e Segurança Humana	000569/2011	EAD	Especialização
X Master em Protección Internacional de los Derechos Humanos	001068/2013	Presencial	Especialização
Controle Externo da Atividade Policial Militar	000992/2013	Presencial	Oficina

Atividades realizadas no exercício de 2013	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Crimes de Guerra	000993/2013	Presencial	Oficina
Elaboração de Manual de Cooperação Internacional	001010/2013	Presencial	Oficina
Estudo da Utilização de Sistemas Informatizados de Controle	001008/2013	Presencial	Oficina
Estudos Temáticos do CPM e do CPPM: Crimes Militares Próprios	000996/2013	Presencial	Oficina
Instrumentos processuais à disposição do MPM para reforço da tutela penal	000994/2013	Presencial	Oficina
O Poder das Redes Sociais	001076/2013	Presencial	Oficina
Recursos no Processo Penal Militar	000995/2013	Presencial	Oficina
Sugestões ao novo anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação	001048/2013	Presencial	Oficina
Workshop Negociação e Gestão de Conflitos	001047/2013	Presencial	Oficina
Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - Temas polêmicos e os entendimentos do TCU	001072/2013	Presencial	Seminário
Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos e Obras e Técnicas de Investigações Psíquicas de Crianças e Adolescentes	001029/2013	Presencial	Seminário
Liberdade Religiosa e Estado Laico	001073/2013	Presencial	Seminário
Ministério Público e Comunicação Social: Garantia dos Direitos Humanos na Veiculação de Obras Audiovisuais	001218/2013	Presencial	Seminário
Questões Atuais do Direito Penal	001044/2013	Presencial	Seminário
Repatriação de bens culturais e o papel da UNESCO	001062/2013	Presencial	Seminário
Seminário Sul e Norte-Americano de Direito Constitucional e Militar	001038/2013	Presencial	Seminário
Diálogos Interdisciplinares para enfrentamento da Violência Doméstica contra Mulheres	000969/2013	Presencial	Simpósio
Ministério Público da União e os 20 anos da Lei Orgânica	001028/2013	Presencial	Simpósio
Simpósio Internacional Brasil-França	001011/2013	Presencial	Simpósio
Sistemas de Investigação Criminal	001049/2013	Presencial	Simpósio
A GFIP como instrumento de trabalho do Gestor/Fiscal de contratos	001035/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Contabilidade Pública e Seus Aspectos Patrimoniais e Legais - Uma Nova Contabilidade	001235/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Desenvolvimento de competências institucionais na perspectiva da Inteligência Emocional	001080/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Microsoft 6425C: Configuring and Troubleshooting Windows Server 2008 Active Directory Domain Service	001070/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão	001074/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Processo administrativo disciplinar, sindicância e técnicas de entrevista	001040/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Programa em Comunicação Digital Imersão em Facebook e Monitoramento	001045/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Revisão, Reajuste e Repactuação dos Contratos Administrativos	001034/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU
Sistema de Registro de Preços - Como Instituir e Gerenciar de Acordo com o Decreto nº 7.892/13	001052/2013	Presencial	Treinamento servidor ESMPU

Os principais itens de gasto desta ação foram:

Em R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
339014 - Diárias nacionais e internacionais	1.751.791,17
339033 – Passagens aéreas nacionais e internacionais	2.187.291,35
339036 - Despesas com colaboradores eventuais e contratação de serviços técnicos profissionais e de treinamentos	974.695,54
339039 - Contratação de serviços diversos (serviços de infraestrutura em eventos, serviços de seleção e treinamento).	453.283,50
339092 - Despesas de exercícios anteriores	3.132,01
339093 - Restituições a membros e servidores do MPU, participantes dos diversos eventos promovidos pela ESMPU, por pagamento de despesas como passagem, alimentação, transporte, e outros.	57.612,28
339147 - Contribuições previdenciárias patronais	121.000,00
TOTAL	5.548.805,85

Além dos valores citados acima, a inscrição em Restos a Pagar foi realizada da seguinte forma:

Em R\$ 1,00

UG 200234 - ESMPU	
Natureza de Despesa	Valor
339036 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	73.825,92
339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	14.629,09
339093 – Indenizações e Restituições	8.562,27
339147 – Contribuições Previdenciárias	2.214,28
TOTAL	99.231,56

c) Plano Orçamentário 003 - Pesquisa na Área Jurídica

Foram aprovados, inicialmente, para esta ação recursos orçamentários no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Entretanto, por meio da Portaria PGR nº 640, de 17/9/2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 19/9/2013, realizou-se o cancelamento de dotação da ordem de R\$ 186.391,00 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e um reais), o qual foi alocado no Plano Orçamentário 001 – Gestão e Administração da ESMPU, para fins de adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU.

P

Desta forma, a dotação final para o Plano Orçamentário 003 - Pesquisa na Área Jurídica foi de R\$ 213.609,00 (duzentos e treze mil, seiscentos e nove reais). Deste montante, foram empenhados R\$ 185.573,69 (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos), sendo realizadas despesas com pagamento de diárias e passagens aéreas internacionais para o desenvolvimento da pesquisa "Instrumentos processuais de responsabilização antecipada do agressor, em casos de violência contra a mulher", e da contratação de empresas para a realização da pesquisa "Avaliação da efetividade da intervenção do Sistema de Justiça do DF para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher" e para a realização de duas pesquisas para composição do processo de levantamento de necessidade de treinamento, com a finalidade de fomentar a elaboração do plano de atividades da ESMPU, de 2015 a 2017.

Do total empenhado, foram realizadas e pagas no exercício despesas no valor de R\$ 148.193,69 (cento e quarenta e oito mil, cento e noventa e três reais e sessenta e nove centavos) e inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 37.380,00 (trinta e sete mil, trezentos e oitenta reais).

Dos recursos destinados para esta ação, a *ESMPU executou, diretamente, 86,88% do total da despesa fixada.*

As atividades de pesquisas na área jurídica realizadas no exercício de 2013 foram:

Nome da pesquisa	PAC
Instrumentos processuais de responsabilização antecipada do agressor, em casos de violência doméstica contra a mulher, para submissão a acompanhamentos psicossociais: uma pesquisa de direito comparado.	1016/2013
Pesquisa sobre Levantamento das Necessidades de Treinamento	1278/2013

Os principais itens de gasto desta ação foram:

DESCRIÇÃO	Em R\$ 1,00 VALOR
339014 – Diárias internacionais	27.012,23
339033 – Passagens aéreas internacionais	14.181,46
339036 – Despesas com contratação de serviços de seleção e treinamento	27.000,00
339039 - Contratação de serviços de apoio ao ensino	117.380,00
TOTAL	185.573,69

Além dos valores citados acima, a inscrição em Restos a Pagar foi realizada da seguinte forma:

Em R\$ 1,00

UG 200234 - ESMPU	
Natureza de Despesa	Valor
339039 - Contratação de serviços de apoio ao ensino	37.380,00
TOTAL	37.380,00

II) AÇÃO 11EQ – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Foram aprovados, inicialmente, para esta ação recursos orçamentários no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Entretanto, por meio da Portaria PGR nº 640, de 17/9/2013, publicada no DOU de 19/9/2013, realizou-se cancelamento de dotação da ordem de R\$ 1.830.000,00 (um milhão, oitocentos e trinta mil reais), destinado à suplementação da ação 20HP – Gestão e Administração da ESMPU, com o objetivo de suprir a execução das atividades planejadas.

Também, por meio das Leis nºs 12.914 e 12.915, de 18/12/2013, publicadas no Diário Oficial da União - DOU de 19/12/2013, foi anulado o montante de R\$ 6.170.000,00 (seis milhões, cento e setenta mil reais).

Dessa forma, após as alterações orçamentárias promovidas, não houve orçamento a ser executado na ação de Construção do Edifício-Sede da Escola Superior do Ministério Público da União no exercício de 2013.

Como atividades realizadas nesta ação durante o exercício de 2013, destaca-se a conclusão da primeira fase da obra de construção do Centro de Treinamento da ESMPU, que se iniciou em 2011 com a divulgação do edital de concorrência nº 003/2011 da Procuradoria Geral da República – PGR e respectiva contratação da empresa PW CONSTRUÇÕES LTDA, cujo valor contratual de R\$ 7.641.507,50 (sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, quinhentos e sete reais e cinquenta centavos) foi empenhado e inscrito em restos a pagar. Este contrato compreendeu as fases de execução de fundações, impermeabilização de fundações, superestrutura, e instalações primárias do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

1.3. O EXERCÍCIO DE 2014**D) AÇÃO 20HP – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESMPU****a) Plano Orçamentário 001 - Gestão e Administração da ESMPU**

Para este Plano Orçamentário, foi estimada uma dotação no valor de R\$ 5.504.000,00 (cinco milhões, quinhentos e quatro mil reais), da qual R\$ 653.000,00 (seiscentos e cinquenta e três mil reais) destinam-se a despesas de capital, planejadas para serem executadas da seguinte forma:

	Em R\$
- Aquisição de softwares e atualização de licenças de uso	130.000,00
- Aquisição de utensílios domésticos	2.140,00
- Aquisição de material bibliográfico (atualização do acervo da biblioteca)	70.000,00
- Aquisição de equipamentos para áudio, vídeo e foto	240.000,00
- Aquisição de equipamentos de processamento de dados	129.720,00
- Aquisição de mobiliário em geral	48.430,00
- Aquisição de veículos diversos	1.164,00
- Aquisição de outros equipamentos	31.546,00
TOTAL	653.000,00

Os recursos orçados para as despesas correntes serão destinados à realização de despesas com: taxa de licenciamento e seguro de veículos; com serviços de transporte (passagens e despesas com locomoção); com manutenção, reparos, peças e acessórios de veículos; combustíveis e lubrificantes; seguros em geral; locação de mão de obra para serviços de limpeza, recepção e copeiragem; conservação, reforma e adaptação de imóveis; água, luz, gás e outros serviços afins de utilidade pública; prevenção de incêndio; viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços postais e com comunicação administrativa; assinatura de jornais, periódicos e afins; serviços de telefonia fixa e celular e de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo e expediente, além de outras despesas administrativas, dentre as quais se destacam:

⊕

i) Produção editorial:

No ano de 2014, além de 4 (quatro) edições dos volumes 40 a 43 do Boletim Científico, a Escola pretende publicar, em média, mais 7 (sete) títulos até o final do ano, que conta com a previsão do valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

ii) Produção de materiais didáticos:

Para o exercício de 2014, há a previsão de confecção de materiais para atender 130 (cento e trinta) atividades, em média, excluindo-se materiais para composição de kits.

Para atividades extra-plano, foi previsto um valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

iii) Biblioteca:

Para o exercício de 2014, está sendo previsto o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) que se destinará à aquisição de material bibliográfico e às renovações de assinaturas de periódicos para atualização e ampliação do acervo institucional.

iv) Serviços de obras e engenharia:

Não foram planejadas novas ações relacionadas com o Núcleo de Engenharia para esse exercício. Contudo há ações em acompanhamento desde o exercício anterior.

b) Plano Orçamentário 002 - Capacitação de Recursos Humanos

Foram estimados para este Plano Orçamentário recursos no montante de R\$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais), que serão destinados às atividades de capacitação conforme abaixo:

Atividades acadêmicas:

Atividades realizadas no exercício de 2014	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Ação Penal 470 - análise do precedente e reflexos na atuação do Ministério Público Federal	001131/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Acessibilidade e inserção de pessoas com deficiência	001122/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Ações e Recursos Eleitorais - 1ª e 5ª Regiões	001143/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Ações e recursos eleitorais - 2ª, 3ª e 4ª Região	001145/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Análise de Vínculos/i2 Módulo Gestão	001101/2014	Presencial	Aperfeiçoamento

Atividades realizadas no exercício de 2014	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Análise e Melhoria de Processos de Trabalho	001082/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Análise econômica do Direito	001126/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Aspectos Cíveis Relacionados à Previdência e Assistência Social: Custeio e Benefícios	001132/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Aspectos críticos da formulação de denúncias: estratégias de imputação	001135/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Aspectos Processuais e Penais dos crimes de prefeito, previdenciário e de licitações	001216/2014	EAD	Aperfeiçoamento
ASSPA	001176/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atendimento ao público e Acessibilidade	001203/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Atendimento ao público e Acessibilidade - elaboração de conteúdo	001270/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Atuação do Ministério Público do Trabalho em grandes obras	001104/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação do Ministério Público do Trabalho em Razão da Exposição Ocupacional ao Amianto	001172/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação Ministerial em Políticas Públicas	001105/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação Prática do Ministério Público na Defesa do Meio Ambiente no Âmbito Cível e Criminal	001102/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação preventiva do MPT na Copa do Mundo no combate ao trabalho infantil	001175/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação preventiva do MPT na Copa do Mundo no combate ao trabalho infantil	001177/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação preventiva do MPT na Copa do Mundo no combate ao trabalho infantil	001179/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atuação preventiva do MPT na Copa do Mundo no combate ao trabalho infantil	001182/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atualização de capacitadores (turma 1)	001139/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atualização de capacitadores (turma 2)	001140/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Atualização de defesa da concorrência e regulação econômica	001194/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Avaliação e gestão de desempenho	001200/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Colaboração Premiada, Proteção de Testemunhas e do Réu Colaborador	001149/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Combate à Escravidão Contemporânea	001178/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Comunicação interpessoal	001210/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Conhecimentos de geoprocessamento	001138/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Contratação Direta sem Licitação - Treinamento de Servidor ESMPU	001272/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Controle Externo da Atividade Policial	001106/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Controle externo da atividade policial	001148/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Cooperação internacional e recuperação de ativos	001141/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Crimes Cibernéticos: técnicas de investigação e estratégias de enfrentamento	001150/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Critérios para cálculo e aplicação de pena	001183/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Curso Básico de Direito Tributário	001158/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Deficiência auditiva e a língua brasileira de sinais - LIBRAS	001081/2014	EAD	Aperfeiçoamento

Atividades realizadas no exercício de 2014	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Desenvolvimento pessoal e gerencial	001211/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Diferentes Configurações Familiares e os Desafios na Atuação do Ministério Público	001121/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Direito Agrário : Bens da União, Reforma Agrária e Regularização Fundiária	001188/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Direito do Patrimônio Cultural	001204/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Direito Indigenista	001205/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Direito Processual e as técnicas de inquirição e interrogatório	001191/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Direito, Justiça e Política: interlocuções necessárias	001146/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Direitos Fundamentais Emancipatórios, com ênfase nos direitos à saúde, à educação e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	001093/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Economia Aplicada à gestão de Políticas Públicas	001197/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	001085/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência - elaboração de conteúdo	001262/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Enfrentamento à Discriminação de Minorias	001160/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Espionagem Militar	001100/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Estratégias de Investigação das Fraudes nas Relações de Emprego	001114/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Ética e responsabilidade social	001208/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Fiscalização das Verbas Públicas Utilizadas na Propaganda Governamental	001154/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Formação de Conteudistas - Planejamento e Produção de Material Didático em EAD	001209/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Formação de Gestores	001163/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Formação de Gestores -	001240/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Formação de Tutores - Turma 1	001241/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Formação de Tutores - Turma 2	001242/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Gestão administrativa para membros	001152/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações Públicas	001092/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Gestão da informação e do conhecimento nas organizações públicas - elaboração de conteúdo	001266/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Gestão de conflitos: o Ministério Público Federal, grupos sociais e a interação interinstitucional	001195/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Gestão de gabinete (PRs e PRRs)	001134/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Gestão Estratégica	001086/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Gestão por Competências	001213/2014	EAD	Aperfeiçoamento
GFIP	001201/2014	EAD	Aperfeiçoamento
GFIP - elaboração de conteúdo	001264/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Improbidade Administrativa	001087/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Inovação na atuação ministerial	001184/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Instrução de Ações Cíveis Públicas	001168/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Inventário e Partilha: aspectos práticos	001113/2014	Presencial	Aperfeiçoamento



Atividades realizadas no exercício de 2014	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Investigação criminal pelo Ministério Público: experiências e estratégias	001151/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Judicialização da política e ativismo: a reflexão	001133/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Lei de Responsabilidade Fiscal	001088/2014	EAD	Aperfeiçoamento
LibreOffice	001083/2014	EAD	Aperfeiçoamento
LibreOffice - elaboração de conteúdo	001263/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Licitação avançado	001091/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Licitação avançado - elaboração de conteúdo	001267/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Licitação e gestão de contratos públicos	001198/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Liderança	001212/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Língua Portuguesa e Redação Oficial	001156/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Língua portuguesa e técnicas de elaboração de pareceres	001206/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Litígio Estratégico em Direitos Humanos	001109/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Medidas cautelares reais no Processo Penal	001128/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Método de operação do trabalho portuário	001123/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Métodos de Análise Ergonômica: ISO 1122-1	001107/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Migrações, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	001173/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Nova lei anticorrupção (Lei 12.846/2013)	001129/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Novas perspectivas no Processo Penal com ênfase na nova Lei do Crime organizado	001153/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO	001166/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Novas Tendências do Processo Civil	001248/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Novos contornos da responsabilidade civil	001174/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Novos contornos das relações de trabalho no âmbito da administração pública	001167/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
O Ministério Público do Trabalho como órgão interveniente	001165/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
O Papel do Ministério Público no Controle das Políticas Públicas	001117/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
O trabalho infantil artístico	001110/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
PAD e Sindicância	001157/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Parcerias Público Privadas	001142/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Plataformas eletrônicas do Pje	001170/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Português Jurídico	001207/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Potencializando o uso da internet como ferramenta de trabalho	001161/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Preparando recursos para os Tribunais Superiores: do prequestionamento em 1ª instância até o julgamento final	001186/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Preparando recursos para os Tribunais Superiores: do prequestionamento em 1ª instância até o julgamento final	001187/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Qualidade de vida no trabalho	001089/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Qualidade de vida no trabalho - elaboração de conteúdo	001269/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Qualificação de peritos para a atuação nas Normas Regulamentadoras: 7, 12 e 17	001164/2014	Presencial	Aperfeiçoamento

Atividades realizadas no exercício de 2014	Nº do PAC	Modalidade	Tipo de Atividade
Questões práticas e controvertidas sobre indígenas e demais populações tradicionais	001190/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Recurso de Revista e Recurso Extraordinário	001111/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Recursos Trabalhistas	001115/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Regime Diferenciado de Contratações	001180/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
SIAFI e CPR	001090/2014	EAD	Aperfeiçoamento
SIAFI Gerencial	001094/2014	EAD	Aperfeiçoamento
SIAFI gerencial - elaboração de conteúdo	001271/2014	EAD	Aperfeiçoamento
Técnicas de denúncias e recursos	001185/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
Técnicas de detecção e prevenção de Fraudes (SUS, FUNDEB, Licitações e Programa Farmácia Popular)	001192/2014	Presencial	Aperfeiçoamento
9º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	001249/2014	Presencial	Congresso
II Curso de Ingresso e Vitaliciamento- MPDFT	001274/2014	Presencial	Curso de Ingresso e Vitaliciamento
Direitos Humanos e Trabalho	001108/2014	EAD	Especialização
Direitos Humanos e Trabalho- elaboração de conteúdo	001276/2014	EAD	Especialização
Especialização em Direito Aplicado ao Ministério Público - elaboração de conteúdo	001275/2014	EAD	Especialização
Especialização em Direito aplicado ao MPU	001215/2014	EAD	Especialização
Master en Derecho Constitucional	001260/2014	Presencial	Especialização
Argumentação no Plenário do Tribunal do Júri	001124/2014	Presencial	Oficina
Atuação do MPM em missões de paz	001096/2014	Presencial	Oficina
Debates sobre a Justiça Militar	001095/2014	Presencial	Oficina
Fiscalização de produtos controlados	001099/2014	Presencial	Oficina
Migração e Imigração e o Mundo do Trabalho	001238/2014	Presencial	Oficina
MPT na Escola	001230/2014	Presencial	Oficina
O Ministério Público Militar nas ações de garantia da Lei da Ordem	001098/2014	Presencial	Oficina
O papel do Ministério Público no asseguramento dos Direitos Fundamentais da população em situação de rua	001125/2014	Presencial	Oficina
Preservação do patrimônio público histórico sob administração militar	001097/2014	Presencial	Oficina
Reforma do Código Processual Penal	001196/2014	Presencial	Oficina
Sistema de Justiça Militar - Panorama, Realidade e Perspectivas	001144/2014	Presencial	Oficina
Seminário Internacional 10 anos da Convenção 169 - OIT	001257/2014	Presencial	Seminário
Simpósio Direito à Educação Básica	001251/2014	Presencial	Simpósio
Sistema Prisional Militar à luz dos Direitos Humanos	001103/2014	Presencial	Simpósio
Sistemas Informatizados do Ministério da Educação	001252/2014	Presencial	Simpósio
Acessibilidade e inserção de pessoas com deficiência	001225/2014	EAD	Videoaula
Contornos de responsabilidade civil	001221/2014	EAD	Videoaula
Corrupção	001227/2014	EAD	Videoaula
Democracia e eleições	001228/2014	EAD	Videoaula
Direitos Humanos e Ministério Público	001226/2014	EAD	Videoaula
Execução penal e sistema penitenciário	001222/2014	EAD	Videoaula
Judicialização da política e ativismo: a reflexão	001220/2014	EAD	Videoaula
Lavagem de dinheiro	001229/2014	EAD	Videoaula

c) Plano Orçamentário 003 - Pesquisa na Área Jurídica

Foram aprovados para este Plano recursos orçamentários no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), que serão destinados à execução de despesas com os projetos de pesquisa que serão definidos pela Câmara de Desenvolvimento Científico da ESMPU.

Pesquisas iniciadas em 2014:

Nome da pesquisa	PAC
A Investigação dos Crimes contra a Administração Pública no Brasil	1243/2013

II) AÇÃO 11EQ – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Esta ação conta com uma dotação orçamentária no montante de R\$ 374.000,00 (trezentos e setenta e quatro mil reais), que serão destinados à continuidade efetiva da obra, tão logo sejam concluídos os projetos complementares, que estão sendo elaborados pela Subsecretaria de Infraestrutura da PGR.

	Em R\$
1) Vedações, revestimentos, pisos, acabamentos, cobertura e impermeabilização.	350.000,00
2) Instalações	24.000,00
TOTAL	374.000,00

Os projetos complementares, para a execução da obra da segunda etapa de construção do edifício-sede da ESMPU eram, inicialmente, de responsabilidade das empresas CLIMART, CINNANTI e RR CONSULTORIA.

As empresas CLIMART e CINNANTI tiveram seus trabalhos prejudicados pelos diversos atrasos e descumprimentos provocados pela empresa RR CONSULTORIA. Os projetos da CLIMART e os da CINNANTI foram concluídos no exercício de 2011. O contrato com a empresa RR CONSULTORIA foi rescindido e os projetos sob sua responsabilidade foram novamente licitados.

Entretanto, houve duas tentativas de contratar empresas para elaboração dos projetos complementares de instalações prediais. Na primeira tentativa, o certame licitatório foi fracassado devido à ausência de empresas com habilitação técnica necessária. Na segunda tentativa, houve o entedimento da Administração de que o caráter competitivo foi prejudicado, resultando na revogação do certame licitatório.

Nesse sentido, com o objetivo de dar prosseguimento à obra de construção do Centro de Treinamento da ESMPU, a Subsecretaria de Infraestrutura da PGR assumiu o compromisso de realizar a elaboração dos referidos projetos complementares.

2. PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual - PPA (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012) é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. As diretrizes que norteiam o PPA são:

- I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;
- II - a ampliação da participação social;
- III - a promoção da sustentabilidade ambiental;
- IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;
- V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;
- VI - a garantia da soberania nacional;
- VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos;
- VIII - o crescimento econômico sustentável; e
- IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

O Plano Plurianual 2012-2015 (PPA 2012-2015) assenta-se sobre uma série de elementos que visam aperfeiçoar e democratizar o processo de decisão, implementação e gestão da alocação de recursos públicos, de modo a assegurar o alcance dos objetivos centrais da Orientação Estratégica de Governo. Tem, como elemento organizativo central, o programa,

entendido como um conjunto articulado de ações (projetos, atividades e operações especiais), que também funciona como unidade de integração entre o planejamento e o orçamento.

A Escola Superior do Ministério Público da União integra o PPA 2012-2015 com o **Programa 0581 - Defesa da Ordem Jurídica**, que tem como objetivo defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

3. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2015

As ações previstas na programação orçamentária da ESMPU para 2015 são as seguintes:

1. Atendimento do custeio básico, essencial para o funcionamento das atividades da Escola;
2. Ingressos de servidores concursados e seus reflexos;

Em virtude da possibilidade de aprovação do PL 2.200/2011, que cria o quadro de pessoal da ESMPU, no exercício de 2015, haverá impactos na programação orçamentária no que se refere a despesas com pessoal.

O ingresso de novos servidores refletirá, também, em investimento, na medida em que será necessário adquirir mobiliário, microcomputadores, aparelhos telefônicos, além do aumento das despesas com material, água, café, energia elétrica, dentre outros.

3. Obras em andamento: Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União;
4. Ampliação das ações de capacitação para atendimento aos membros e servidores do Ministério Público da União;
5. Investimento em projetos de pesquisa na área jurídica, destinadas ao aperfeiçoamento da atividade dos membros MPU.

4. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A Escola Superior do Ministério Público da União não possui quadro próprio de pessoal. Utiliza-se de servidores dos ramos do MPU para execução dos seus serviços administrativos, conforme previsto no artigo 7º da Lei 9.628/2014.

Para o crescimento das atividades acadêmicas e a evolução da Escola, é indispensável a criação do quadro próprio de pessoal, razão pela qual foi encaminhado ao Congresso Nacional, em 2011, o Projeto de Lei nº 2.200, que cria 203 cargos efetivos e 83 cargos em comissão para a Escola Superior do Ministério Público da União. O PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encontra-se em tramitação no Senado Federal. Também consta, no anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2014 a criação dos 286 cargos. Para 2015 estamos solicitando autorização para o provimento desses cargos, que deverá constar no anexo V da LOA/2015, conforme detalhado nos quadros abaixo:

Técnico Administrativo – 319111											
Quantidade	Vencimento Base	GAMPU (2015) 90%	GAMPU (2014) 75,2%	VPI lei 10698/2003	13º Salário	Total Remuneração Individual Mensal (2014)	Reajuste (GAMPU)	Total 2015 Mensal Remuneração	Total 2015 Reajuste	Total 2015 Remuneração Anual	Total 2015 Técnico + Reajuste
99	2.824,17	2.541,75	2.123,78	59,87	3.755,86	5.007,82	417,98	495.773,77	403.452,45	4.833.794,24	5.237.246,69

Analista Administrativo – 319111											
Quantidade	Vencimento Base	GAMPU (2015) 90%	GAMPU (2014) 75,2%	VPI lei 10698/2003	13º Salário	Total Remuneração Individual Mensal (2014)	Reajuste (GAMPU)	Total 2015 Mensal Remuneração	Total 2015 Reajuste	Total 2015 Remuneração Anual	Total 2015 Analista
33	4.633,67	4.170,30	3.484,52	59,87	6.133,54	8.178,06	685,78	269.875,97	220.650,73	2.631.290,75	2.851.941,49

RPPS mensal – OCH7											Total RPPS Anual (Analista + Técnico)
Analistas				13º Analista	Técnicos				13º Técnico		
Quantidade	Teto INSS	Percentual	Total		Quantidade	Teto INSS	Percentual	Total			
33	4.390,24	22,00%	31.873,14	23.904,85	99	4.390,24	22,00%	95.619,43	69.464,57	1.243.052,55	

FUNPRESP.mensal – OC04											Total FUNPRESP Anual (Analista + Técnico + GAMPU)
Analistas - 3107				13º Analista	Técnicos - 3107				13º Técnico	Reajuste Gampu	
Quantidade	Acima do teto INSS	Percentual	Total		Quantidade	Acima do teto INSS	Percentual	Total			
33	3.787,82	8,50%	10.624,83	7.968,62	99	617,58	8,50%	5.196,94	3.897,67	5.441,00	207.311,62

FUNÇÃO COMISSONADA E CARGO EM COMISSÃO					
Tipo	Valor Base	Mês de Ingresso			Subtotal
		Abril	Julho	Outubro	
FC-1	1.091,17	3,00	0,00	6,00	53.194,54
FC-2	1.185,05	1,00	2,00	1,00	30.811,30
FC-3	1.690,32	13,00	14,00	7,00	406.481,40
CC-1	2.984,45	0,00	0,00	0,00	0,00
CC-2	4.277,75	26,00	0,00	0,00	1.084.409,63
CC-3	4.726,70	0,00	0,00	0,00	0,00
CC-4	7.945,86	3,00	0,00	1,00	258.240,45
CC-5	9.106,74	5,00	0,00	0,00	443.953,58
CC-6	10.352,52	1,00	0,00	0,00	100.937,07
TOTAL ANUAL					2.378.027,96

Reajuste Anual dos valores dos cargos em comissão
350.937,86

BENEFÍCIOS				
	Valor Base	Quantidade	Meses (Base- Abril)	Subtotal
Auxílio Alimentação	751,00	150,00	9	1.013.850,00
Assistência Médica	212,00	450,00	9	858.600,00
Assistência Pré-Escolar	594,00	50,00	9	267.300,00
Auxílio Transporte	163,00	99,00	9	145.233,00
TOTAL				2.284.983,00

5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias e contratação de serviços (energia elétrica, vigilância e limpeza, manutenção, material de consumo, contratação de serviços de terceiros, pagamento de diárias e passagens e outros).

A proposta considerou para as áreas administrativas e de ensino, participantes da estrutura administrativa desta ESMPU, os seguintes indicadores para a estimativa da despesa:

- Auxílio Alimentação – por servidor R\$ 751,00
- Auxílio Transporte R\$ 120,00 – MPM
R\$ 91,00 – MPDFT
R\$ 163,00 – MPT

• Assistência Pré-escolar – por dependente	R\$ 594,00
• Plano de saúde – Plan-Assiste – por beneficiário	R\$ 212,00
• Exames Periódicos (por beneficiário/ano)	R\$ 97,00
• Estagiários	
→ Nível Superior	R\$ 800,00
→ Nível Médio	R\$ 540,00
→ Auxílio Transporte	R\$ 7,00
• Contratos	
→ Dissídio coletivo	4,7%
→ Reajuste contratual	4,7%
• Custeio básico	10,0%
• INPC 2015	5,5%
• Reajuste salário mínimo (8%)	R\$ 781,92

6. INVESTIMENTOS

Este grupo de despesa engloba os dispêndios com a execução de obras, aquisição de imóveis, necessários à execução destas últimas, bem como a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

6.1. OBRAS

- Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, que prevê a seguinte estrutura:
 - **Áreas operacionais** – sala de motoristas, oficina e conservação de veículos oficiais, depósito de jardinagem, oficina e centro de controle predial, almoxarifado, depósito de bens, arquivo, gráfica, reprografia, central técnica para atividades de áudio, biblioteca, setor técnico de informática, serviço médico e outras áreas operacionais.
 - **Áreas específicas** – recepção, 3 (três) auditórios, área livre para expositores e eventos, restaurante, garagem, ala técnica para ar-condicionado, estúdios para gravação/vídeo-conferência, salas de reunião, salas de apoio ao ensino, salas para o diretor-geral e conselho, salas de aula, sanitários e outras áreas específicas.

7. ORÇAMENTO FISCAL

7.1. AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

7.1.1. ATIVIDADE: AÇÃO 20HP – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESMPU

Plano Orçamentário 001 - Gestão e Administração da ESMPU

OBJETIVO: O foco deste plano orçamentário é o apoio à implementação das ações de capacitação previstas e necessárias ao desenvolvimento eficiente das atividades constantes do Plano de Trabalho, o que inclui o dispêndio de recursos com toda a estrutura administrativa, tais como: pagamento de pessoal e benefícios; diárias, passagens aéreas; aquisição de material de consumo; contratos de terceirização de mão de obra; contratação de serviços de consultoria e de terceiros – pessoas físicas e jurídicas – e, aquisição de equipamento e material permanente.

No âmbito desse plano, está sendo disponibilizado o suporte necessário à execução das atividades-fim da ESMPU materializada nos demais planos orçamentários do Programa, bem como das atividades necessárias ao seu desenvolvimento.

Plano Orçamentário 002 - Capacitação de Recursos Humanos

OBJETIVO: Promover de forma integrada a capacitação de membros e servidores dos quadros de pessoal dos quatro ramos do Ministério Público da União, por intermédio de cursos, seminários, palestras, simpósios, encontros e outras atividades, de modo que se obtenham melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade e qualidade na execução dos serviços.

Plano Orçamentário 003 - Pesquisa na Área Jurídica

OBJETIVO: Proporcionar o desenvolvimento de projetos de pesquisa na área jurídica, principalmente quando relacionados à atuação do Ministério Público da União na defesa da ordem jurídica e no desempenho de sua missão institucional definida na Constituição Federal.

7.1.2. PROJETOS**7.1.2.1. AÇÕES DE CONSTRUÇÕES E AQUISIÇÕES**

OBJETIVO: Dotar a Escola Superior do Ministério Público da União de espaço físico adequado às suas reais necessidades, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores, possibilitando, portanto, maior eficiência no desempenho de sua missão como escola profissionalizante.

7.1.2.1.1. AÇÃO 11EQ – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

OBJETIVO: Construir o centro de treinamento e sede da Escola Superior do Ministério Público da União, que contará com espaço adequado para toda a estrutura administrativa, além de salas de aula, auditórios, estúdios, salas para ensino a distância, área para exposições e eventos, restaurante e salas de reunião.

Q

**8. PROPOSTAS DAS ATIVIDADES DO ORÇAMENTO FISCAL
E DA SEGURIDADE SOCIAL**

8.1. AÇÃO 20HP – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESMPU**8.1.1. PLANO ORÇAMENTÁRIO 001 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESMPU**

Para este plano orçamentário estão sendo propostos recursos orçamentários no montante de R\$ 7.559.000,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil reais), necessários à manutenção da máquina administrativa, que serão utilizados na realização dos seguintes itens de gastos:

		Em RS
Natureza da despesa	Descrição	Valor
339014	- Pagamento de diárias:	180.000,00
	* diárias no país	150.000,00
	* diárias no exterior	30.000,00
339030	- Aquisição de material de consumo:	206.000,00
	* combustíveis e lubrificantes	15.000,00
	* gás e outros materiais engarrafados	3.000,00
	> Recarga de extintores	3.000,00
	* gêneros de alimentação	55.000,00
	> Água mineral	40.000,00
	> Café	10.000,00
	> Açúcar	5.000,00
	* material de expediente	50.000,00
	* material de processamento de dados (DITEC/ESMPU)	8.000,00
	> Aquisição de peças e componentes para manutenção	5.000,00
	> Aquisição de HD externos	3.000,00
	* material de acondicionamento e embalagem	1.000,00
	* material de cama, mesa e banho	1.000,00
	* material de copa e cozinha	15.000,00
	* material de limpeza e produtos de higienização	2.000,00
	* uniformes, tecidos e aviamentos	15.000,00
	* material para manutenção de bens imóveis	10.000,00
	* material para manutenção de bens móveis	1.000,00
	* material elétrico e eletrônico	1.000,00
* material de proteção e segurança	2.000,00	
* material para comunicações	1.000,00	
* material para manutenção de veículos (Ticket)	14.000,00	
* material para utilização em gráfica	10.000,00	
* material de sinalização visual e outros	2.000,00	
> Crachás	2.000,00	
339031	- Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	20.000,00
	* premiações culturais	20.000,00
339033	- Passagens e Despesas com Locomoção	50.000,00
	* passagens para o país (ADM/ESMPU)	40.000,00
	* passagens para o exterior (ADM/ESMPU)	10.000,00

		Em RS
Natureza da despesa	Descrição	Valor
339036	- Serviços de terceiros - Pessoa Física:	500.000,00
	* diárias e colaboradores eventuais (ADM/ESMPU)	10.000,00
	* estagiários	330.000,00
	* serviços técnicos profissionais	60.000,00
	* serviços de seleção e treinamento (contratação de docentes)	100.000,00
339037	- Locação de mão de obra	3.300.000,00
	* Apoio administrativo, técnico e operacional	1.574.000,00
	> Empresa terceirizada (Mezan)	1.274.000,00
	> Empresa terceirizada para operador de áudio e vídeo (SAAC)	300.000,00
	* limpeza e conservação	1.180.000,00
	* serviços de copa e cozinha	546.000,00
339039 e 339139	- Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica:	2.281.000,00
	* assinatura e periódicos	42.000,00
	> Base de dados Vlex	40.000,00
	> Correio Braziliense e outros jornais	2.000,00
	* comissões e coretagens (Ticket)	3.000,00
	* manutenção de software	600.000,00
	> Sistema SIE	600.000,00
	* locação de máquinas e equipamentos (Type)	64.000,00
	* manutenção e conservação de bens imóveis	110.000,00
	> Reforma das esquadrias	50.000,00
	> Aquisição de persianas	60.000,00
	* manutenção e cons. de máq. e equipamentos	1.000,00
	* manutenção e conservação de veículos (Ticket)	38.000,00
	* manutenção de bens móveis outras naturezas	9.000,00
	> Manutenção de extintores	1.000,00
	> Chaveiro	3.000,00
	> Reforma de sofá	5.000,00
	* serviços domésticos	5.000,00
	> Lavagem de toalhas	5.000,00
	* serviços de comunicação em geral	189.000,00
	> ECT	95.000,00
	> EBC (339139)	69.000,00
	> Imprensa Nacional (339139)	25.000,00
* serviços de seleção e treinamento (capacitação servidores da ESMPU)	189.000,00	
> Outros Treinamentos ESMPU	189.000,00	
* serviços de áudio, vídeo e foto	87.000,00	
> Really Produções e Eventos	87.000,00	
* serviços gráficos e editoriais	512.000,00	
> Gráfica Ideal	333.000,00	
> Designer (Ideorama)	111.000,00	
> Olivieri (Qualytá)	56.000,00	
> ISBN	2.000,00	
> M&R Comercial	10.000,00	
*seguros em geral	27.000,00	
> Seguro de veículos	2.000,00	
> Seguro de estagiários	2.000,00	
> Seguro do prédio	23.000,00	

		Em RS
Natureza da despesa	Descrição	Valor
339039 e 339139	* limpeza e conservação	8.000,00
	> Serviços de desinsetização e desratização	8.000,00
	* serviços de manut. de equip. de processamento de dados (DITEC)	30.000,00
	* despesas de teleprocessamento	367.000,00
	> EMBRATEL	317.000,00
	> Telefonia móvel	50.000,00
339047	- Obrigações tributárias e contributivas (Detran)	1.000,00
339147	- Obrigações tributárias e contributivas (INSS Patronal)	20.000,00
SOMA - DESPESAS DE CUSTEIO		6.558.000,00
449039	- Aquisição de softwares	299.000,00
	> Aquisição de software de correio eletrônico	118.000,00
	> Aquisição de software WmWare	75.000,00
	> Aquisição de pacote criativo da Adobe	2.000,00
	> Aquisição de Micrisoft System Center	42.000,00
	> Aquisição de Windows Server 2012 (12 licenças)	38.000,00
	> Aquisição de Windows Word e Excell (50 licenças)	24.000,00
449052	- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes:	702.000,00
	* aparelhos e utensílios domésticos	6.000,00
	* coleções e materiais bibliográficos	70.000,00
	* máquinas e equipamentos energéticos	36.000,00
	> Aquisição de no-breaks	36.000,00
	* equipamentos para áudio, vídeo e foto	0,00
	* equipamentos de processamento de dados	405.000,00
	> Aquisição de computadores	306.000,00
	> Aquisição de notebooks (5 notebooks x R\$ 5.000,00)	25.000,00
	> Aquisição de coletores de dados e tablets	68.000,00
	> Aquisição de 3 impressoras laser	6.000,00
	* mobiliário em geral	115.000,00
	> Confecção de mobiliário sob medida (NUMA)	100.000,00
	> Aquisição de mobiliário (DITEC)	15.000,00
* veículos de tração mecânica	70.000,00	
> Aquisição de veículo de representação	70.000,00	
* veículos diversos	0,00	
* outros equipamentos / Reserva	0,00	
SOMA - DESPESAS DE CAPITAL		1.001.000,00
TOTAIS		7.559.000,00

Programa de Estágio ESMPU

O Programa de Estágio no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União objetiva proporcionar, respeitada a exigência legal de estrita correlação com a respectiva área de formação acadêmica:

I – a preparação para o trabalho produtivo, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino;

II – o desenvolvimento de habilidades próprias da atividade profissional;

III – o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico;

IV – a contextualização curricular, mediante aplicação de conhecimentos teóricos; e

V – participação em atividades de cunho social, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã.

Atualmente, a ESMPU conta com um quadro de 25 (vinte e cinco) estagiários. Os valores devidos a título de bolsa estágio são regulamentados pela Portaria PGR Nº 378/2010, estando fixados atualmente em R\$ 800,00 (oitocentos reais) para os de carga horária de 4 horas diárias, além de auxílio transporte no valor de R\$ 7,00 por dia.

Para o exercício de 2015, estima-se um orçamento de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), que se destina à cobertura de despesas com pagamento de 30 (trinta) bolsas-estágio e auxílio-transporte, considerando, ainda, a possibilidade de extensão da carga horária para 6 (seis) horas diárias.

Este acréscimo orçamentário ocorre em virtude da necessidade de incremento da força de trabalho para atender à atividade-fim da Escola. Os valores da bolsa e do auxílio-transporte são fixados por ato do Procurador Geral da República.

Tipo de despesa	Detalhamento	Quadro de estagiários 2014	Valor mensal 2014	Quadro de estagiários 2015	Valor mensal 2015
Estagiários	Bolsa	25	R\$ 800,00	30	R\$ 800,00
	Transporte	25	R\$ 154,00	30	R\$ 154,00
Total/ano		R\$ 286.200,00 (12 meses com 25 estagiários)		R\$ 329.130,00 (3 meses com 25 e 9 meses com 30 estagiários)	

Seguro de estagiários

Em virtude da necessidade de incremento do número de estagiários e da obrigatoriedade de atendimento ao estabelecido no art 7º da Portaria PGR Nº 378/2010, que trata da contratação de seguro contra acidentes pessoais.

Tipo de despesa	Quantidade de segurados 2014	Valor per capita mensal 2014	Quantidade de segurados 2015	Valor per capita mensal 2015 (acréscimo 10%)
Seguro de estagiários	25	R\$ 3,49	30	R\$ 3,80
Total/ano	R\$ 1.047,00		R\$ 1.368,00	

Crachás de identificação pessoal

Em virtude da possibilidade de incremento do número de servidores e estagiários, decorrente da aprovação do PL 2.200/2011, que cria o quadro de pessoal da ESMPU, além da necessidade de reposição de crachás com desgaste natural, alterações cadastrais, perdas, roubos ou furtos.

Tipo de despesa	Detalhamento	Quantidade em 2014	Valor individual	Projeção de quantidade em 2015	Valor per capita mensal 2015 (acréscimo 10%)
Crachás	Crachá de identificação	90	R\$ 7,00	130	R\$ 7,70
	Cordão para crachá	90	R\$ 2,50	130	R\$ 2,75
	Role clip	90	R\$ 2,80	130	R\$ 3,08
	Placa de suporte	90	R\$ 1,50	130	R\$ 1,65
Total		90	R\$ 13,80	130	R\$ 15,18
Total/ano		R\$ 1.242,00		R\$ 1.973,40	

Treinamento de servidores

Em virtude da possibilidade de incremento do número de servidores, decorrente da aprovação do PL 2.200/2011, que cria o quadro de pessoal da ESMPU, mantido o valor per capita do exercício 2014.

Tipo de despesa	Quadro de servidores em 2014	Valor per capita 2014	Quadro de servidores em 2015	Valor per capita 2015
Treinamentos	70	R\$ 1.428,57	132	R\$ 1.428,57
Total	R\$ 100.000,00		R\$ 188.571,42	

Produção Editorial ESMPU

Para o exercício de 2015, a Escola pretende publicar, além de 2 (duas) edições do Boletim Científico, 1 (uma) edição de Manual de Atuação e 5 (cinco) títulos, em média, com tiragem de grande vulto. Considerando, ainda, que já existem, no mínimo, 13 (treze) indicações feitas pelos coordenadores das atividades acadêmicas para publicação de trabalhos de conclusão

de curso a serem analisadas pela Comissão Editorial da ESMPU e que comporão, a princípio, pelo menos 2 (dois) volumes da série "Capacitar", conclui-se que os gastos estimados para impressão gráfica dos títulos a serem publicados monta o total estimativo de R\$ 333.000,00 (trezentos e e trinta e três mil reais).

Núcleo de Programação Visual

Em razão do aumento do público destinatário e da cota que será estocada para comercialização, a tiragem-padrão para os títulos publicados aumentou de 1.500 (um mil e quinhentos) para 3.200 (três mil e duzentos) exemplares.

Para o ano de 2015, estima-se um orçamento médio de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a realização de confecção de materiais a serem utilizados nas atividades acadêmicas promovidas pela ESMPU, excluindo-se os materiais para composição de kits.

Biblioteca

A previsão de gastos para o exercício de 2015 é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), que se destinará à aquisição de livros, periódicos e outros materiais bibliográficos.

Setor de Transporte

A frota da ESMPU é antiga e possui apenas 02 (dois) veículos com relativo tempo de uso (3 anos). Os demais veículos, 5 (cinco), no exercício de 2015, já terão ultrapassado os 05 (cinco) anos de utilização, completando inclusive o prazo fixado para renovação, conforme Parágrafo Único do Art. 1º da Portaria PGR nº 513, de 23 de julho de 2003.

Assim, em 2015, a ESMPU planeja adquirir pelo menos 1 (um) veículo novo, destinado a compor a frota oficial.

VEÍCULO	PLACA	ANO/MODELO	TEMPO DE USO em 2015
Zafira	JFQ 5105	2005/2005	10 anos
Peugeot 206 SW	JJQ 1283	2007/2007	7 anos
Boxer	JJU 1781	2009/2010	6 anos
Zafira	JJU 1701	2010/2010	5 anos
Sentra	JFO 0899	2010/2011	5 anos
Doblô	JJU 6787	2012/2012	3 anos
Ducato	JJU 6478	2012/2013	3 anos

Núcleo de Cerimonial – NUCER

Para 2015, o Núcleo de Cerimonial – NUCER prevê a necessidade de contratação de empresa para a prestação de serviços de lavanderia, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para dar continuidade e manter seus serviços institucionais essenciais, prestando apoio à realização das diversas atividades acadêmicas que visam à capacitação permanente dos membros e servidores do MPU.

Além dos serviços de lavanderia, o NUCER planeja contratar empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de operador de áudio e vídeo para as atividades acadêmicas promovidas pela ESMPU, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), haja vista que o atual contrato não abrange os serviços de inspeção do conjunto do sistema de áudio, instalação, montagem, teste, desmontagem e guarda dos equipamentos.

Com o aumento da demanda por estes serviços e em razão do processo de expansão das atividades acadêmicas da ESMPU a cada exercício, além dos serviços de operação do sistema de sonorização, são imprescindíveis a inspeção e revisão periódica dos conjuntos dos ~~Sistemas de Sonorização e Comunicação Visual~~, tais como mesas de som, microfones, conectores, amplificadores, caixas acústicas, alto falantes, notebooks e todos os equipamentos inerentes aos conjuntos de sistemas, de modo a mantê-los em condições adequadas de uso e garantir o seu funcionamento com segurança.

O intenso fluxo de atividades acadêmicas nas instalações físicas da ESMPU, portanto, não pode prescindir de uma solução sistemática adequada ao funcionamento regular de sua infraestrutura de som e comunicação visual, sob pena de inviabilizar a execução de projetos, estudos e pesquisas que demandam longos períodos de planejamento.

Assim, diante do fato de que o MPU não possui técnicos em seu quadro permanente de pessoal com essas atribuições, a ESMPU necessita prover solução efetiva de serviços que abranjam adequadamente a revisão, inspeção, montagem e desmontagem, instalação, testes e operação dos equipamentos de som e de comunicação visual da Escola.

Serviços de manutenção de bens imóveis

Para esta ação estão sendo propostos recursos no montante de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). Os recursos serão destinados à contratação de serviços para manutenção do Edifício Sede da ESMPU, conforme detalhamento:

	Em R\$
Reforma de esquadrias	50.000,00
Substituição de persianas	60.000,00
TOTAL	110.000,00

8.1.2. PLANO ORÇAMENTÁRIO 002 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A ESMPU, no artigo 99 de seu Regimento Interno, define que tem por missão “facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU, para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais”.

Para atingir esse desiderato, a ESMPU oferece aos 2.308 membros e 11.957 servidores, atividades que predominantemente tratam de matérias do Direito, por se consistir na atuação finalística do MPU. Assim, são projetos e programas de pesquisa na área jurídica; capacitação de habilidades técnicas, como cursos de aperfeiçoamento e em nível de pós-graduação lato sensu e também oficinas, simpósios e outras modalidades de estudo e intercâmbio de informações. Realiza também cursos de iniciação para formação de novos membros do Ministério Público da União para o desempenho de suas funções institucionais; conforme prevê o inciso I do artigo supracitado.

Para promover uma formação mais duradoura, em virtude da complexidade de alguns temas cuja atualização dos membros e servidores se faz imprescindível, a Escola oferece cursos de pós-graduação lato sensu. Para os servidores que atuam na área administrativa, a ESMPU oferece cursos de pós-graduação com temas gerais sobre Administração.

Os cursos propostos são executados nas modalidades a distância ou presencial.

A fase de elaboração da Proposta Orçamentária consiste em uma boa oportunidade para analisar o nível real e o ideal de abrangência das atividades da ESMPU, no que tange à quantidade de servidores atingidos e aquela que se pretende atingir; assim como quanto ao realizado diante da possibilidade da Escola, considerando-se o seu papel no MPU.

A partir de 2015, a ESMPU terá como proposta uma reestruturação a partir de dois pontos:

- Alcançar a totalidade dos Membros e servidores do MPU.
- Direcionar sua atuação para a oferta de uma formação mais profunda, com debates, agregação de novos conhecimentos e troca de experiências. Entende-se que esse propósito se concretizará com a oferta de cursos de aperfeiçoamento. As atividades de extensão serão acessórias, ocorrendo em menor quantidade.

Para 2015, a ESMPU realizou planejamento de atividades com o objetivo de atingir a meta 3 apresentada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2016: “Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola junto a membros e servidores do MPU” A meta é que até o final do quadriênio 2012-2015 “todo servidor da área administrativa do MPU participe de 1 curso e, todos os da área finalística, de 2 (dois) cursos”.

O objetivo da ESMPU é expandir, gradativamente, a oferta de atividades acadêmicas a cada ano. Para 2015, pretende-se elevar a oferta de vagas de curso de aperfeiçoamento em 40%, para membros e servidores da área-fim, e 34%, para servidores da área administrativa. Para que essa expansão não seja muito onerosa, pretende-se investir em cursos na modalidade a distância, principalmente para atender a capacitação dos servidores. Tais propósitos de expansão se justificam em virtude do contexto no qual os membros e servidores do MPU atuam, cuja tendência é de que as necessidades de capacitação sejam maiores, para que eles consigam atingir a eficiência, eficácia e a efetividade esperada de sua atuação institucional. A este contexto associa-se a Reforma do Judiciário, iniciada com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que busca melhorar a qualidade da prestação jurisdicional e agilizar a Justiça, por meio do combate à morosidade e a ampliação do acesso à justiça. Assim, a adoção de ações com vistas à celeridade e melhoria dos serviços judiciários prestados aos cidadãos impacta diretamente no trabalho desenvolvido pelo Ministério Público, uma vez que estas duas instituições – MP e Judiciário - atuam de forma associada. Desta maneira, para obter um MPU mais célere e eficiente, é preciso que seus membros e servidores reflitam essas características em seus desempenhos.

Dessa Emenda Constitucional, tornou-se obrigatória, aos membros do MPU, a frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento como requisito para promoção por merecimento na carreira. No que respeita aos servidores, a aprovação da Lei nº 11.415 de 15/12/2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do MPU, prevê como requisito para promoção na carreira a participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação oferecidos, preferencialmente, pelo órgão.

Inserir-se também nesse cenário, os Cursos de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) promovidos pela ESMPU, segundo o disposto no art.93, inciso IV, da Constituição da República, aplicável por força do art.129, § 4º, ambos com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, constituem-se em etapa obrigatória do estágio probatório no cargo de Procurador e Promotor das carreiras dos ramos do MPU. O CIV demanda custeio de passagens aéreas e diárias aos capacitadores, pagamento de retribuição financeira aos docentes e outros serviços de infraestrutura. Com 360 h/a, são formatados de forma a oferecer subsídios teóricos e experiência prática aos Procuradores e Promotores recém-empossados no cargo, a partir de aulas ministradas por Procuradores que atuam com o tema abordado ou Especialistas no assunto.

Com a finalidade de atingir as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2016, pretende-se para 2015, a oferta 173 cursos de aperfeiçoamento, 5 pós-graduações, 41 atividades de extensão e 3 cursos de ingresso e vitaliciamento. A ESMPU prevê o treinamento de 14.535 (quatorze mil quinhentos e trinta e cinco mil) participantes em ações de formação, atualização e aperfeiçoamento profissional.

ESTIMATIVA DE CUSTOS

Cursos de Aperfeiçoamento - MPF E MPT

Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria: Serviços Gráficos		
Cartaz de Sinalização	3	R\$ 3,00
Banner	1	R\$ 36,00
Filipeta	35	R\$ 21,00
Categoria: Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	3,2	R\$ 428,00
Capacitador - Mestre	16	R\$ 2.138,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	19,2	R\$ 514,00
Categoria: Passagens Aéreas Participantes		
Passagem nacional para participante	23	R\$ 27.600,00
Categoria: Passagens Aéreas Capacitadores		
Passagem nacional para capacitador	4	R\$ 4.800,00
Categoria: Kit		
Kit Completo	35	R\$ 54,00
Categoria: Infraestrutura para realização de eventos		
Serviço de operador e técnico de som e projeção (diária de 8 horas)	3	R\$ 270,00
Coffee Break Tipo 3 (por pessoa)	70	R\$ 945,00
Categoria: Bolsa-Capacitação / Diária		
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Participante	58	R\$ 31.900,00
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Docente	10	R\$ 5.500,00
		R\$ 74.209,00

Oficinas - MPM

Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria: Serviços Gráficos		
Cartaz de Sinalização	3	R\$ 3,00
Banner	1	R\$ 36,00
Filipeta	15	R\$ 9,00
Categoria: Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	3,2	R\$ 428,00
Capacitador - Mestre	240	R\$ 32.069,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	243,2	R\$ 6.499,00
Categoria: Passagens Aéreas Participantes		
Passagem nacional para participante	15	R\$ 18.000,00
Categoria: Kit		
Kit Completo	15	R\$ 23,00
Categoria: Infraestrutura para realização de eventos		
Serviço de operador e técnico de som e projeção (diária de 8 horas)	3	R\$ 270,00
Coffee Break Tipo 3 (por pessoa)	30	R\$ 405,00
Categoria: Bolsa-Capacitação / Diária		
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Docente	38	R\$ 20.900,00
		R\$ 78.642,00

Cursos de Aperfeiçoamento - MPDFT

Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria: Serviços Gráficos		
Cartaz de Sinalização	3	R\$ 3,00
Banner	1	R\$ 36,00
Filipeta	35	R\$ 21,00
Categoria: Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	3,2	R\$ 428,00
Capacitador - Mestre	16	R\$ 2.138,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	19,2	R\$ 514,00
Categoria: Passagens Aéreas Participantes		
Passagem nacional para participante	1	R\$ 1.200,00
Categoria: Passagens Aéreas Capacitadores		
Passagem nacional para capacitador	3	R\$ 3.600,00
Categoria: Kit		
Kit Completo	35	R\$ 54,00
Categoria: Infraestrutura para realização de eventos		
Serviço de operador e técnico de som e projeção (diária de 8 horas)	4	R\$ 360,00
Coffee Break Tipo 3 (por pessoa)	140	R\$ 1.890,00
Apartamento Single (diária)	17,5	R\$ 9.100,00
Categoria: Bolsa-Capacitação / Diária		
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Participante - 1/2 Bolsa	7,5	R\$ 2.063,00
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Docente - 1/2 Bolsa	14	R\$ 3.850,00
		R\$ 25.257,00

Cursos de Aperfeiçoamento EAD

COM PRODUÇÃO DE CONTEÚDO		
Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	24	R\$ 3.207,00
Tutor - Mestre	240	R\$ 16.040,00
Tutor (Ambientação online) - Mestre	10	R\$ 668,00
Conteudista - Mestre	60	R\$ 8.018,00
Encargos patronais (20%) - Conteudista	60	R\$ 1.604,00
Encargos patronais (20%) - Orientador - Mestre	24	R\$ 642,00
Encargos patronais (20%) - Tutor - Mestre	240	R\$ 3.207,00
		R\$ 33.386,00

SEM PRODUÇÃO DE CONTEÚDO		
Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	12	R\$ 1.604,00
Tutor - Mestre	240	R\$ 16.040,00
Tutor (Ambientação online) - Mestre	10	R\$ 668,00
Conteudista - Mestre	20	R\$ 2.673,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	72	R\$ 1.924,00
Encargos patronais (20%) - Tutor - Mestre	240	R\$ 3.207,00
		R\$ 26.116,00

Cursos Presenciais Regionais

Descrição do Produto	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Serviços Gráficos		
Banner	1	R\$ 36,00
Cartaz de Sinalização	3	R\$ 3,00
Filipeta	35	R\$ 21,00
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Capacitador - Mestre	16	R\$ 2.138,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	19,2	R\$ 514,00
Orientador Pedagógico - Mestre	3,2	R\$ 428,00
Categoria : Passagens Aéreas Capacitadores		
Passagem nacional para capacitador	4	R\$ 4.800,00
Categoria : Kit		
Kit Completo	35	R\$ 54,00
Categoria : Infraestrutura para realização de eventos		
Coffee Break Tipo 1 (por pessoa)	70	R\$ 1.260,00
Serviço de operador e técnico de som e projeção (diária de 8 horas)	3	R\$ 150,00
Categoria : Bolsa-Capacitação / Diária		
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Docente	10	R\$ 5.500,00
		R\$ 14.904,00

Especialização

COM PRODUÇÃO DE CONTEÚDO (150 vagas)		
Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	144	R\$ 19.242,00
Tutor - Mestre	1.080	R\$ 72.155,00
Avaliador de TCC - Mestre	3.000	R\$ 200.430,00
Orientador de TCC - Mestre	1.500	R\$ 100.215,00
Conteudista - Mestre	360	R\$ 48.104,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	504	R\$ 13.467,00
Encargos patronais (20%) - Tutor - Mestre	5.580	R\$ 24.850,00
		R\$ 478.463,00

SEM PRODUÇÃO DE CONTEÚDO (150 vagas)		
Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	72	R\$ 9.621,00
Tutor - Mestre	1.080	R\$ 72.155,00
Avaliador de TCC - Mestre	3.000	R\$ 200.430,00
Orientador de TCC - Mestre	1.500	R\$ 100.215,00
Conteudista - Mestre	80	R\$ 48.104,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	152	R\$ 4.062,00
Encargos patronais (20%) - Tutor - Mestre	5.580	R\$ 24.850,00
		R\$ 459.437,00

CIV MPF

Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Serviços Gráficos		
Cartaz de Sinalização	4	R\$ 4,00
Banner	4	R\$ 144,00
Livreto	100	R\$ 30,00
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	145,6	R\$ 19.456,00
Avaliador de TCC	340	R\$ 22.716,00
Orientador de TCC	170	R\$ 11.358,00
Capacitador - Mestre	1921	R\$ 256.684,00
Encargos patronais (20%) - Tutor - Mestre	510	R\$ 6.815,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	2066,6	R\$ 55.220,00
Categoria : Passagens Aéreas Capacitadores		
Passagem nacional para capacitador	85	R\$ 102.000,00
Categoria : Kit		
Kit Completo	85	R\$ 130,00
Categoria : Contratação de Pessoa Jurídica		
Contratação de pessoa jurídica	6	R\$ 209.400,00
Categoria : Bolsa-Capacitação / Diária		
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Docente	170	R\$ 93.500,00
		R\$ 777.457,00

CIV MPT

Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Serviços Gráficos		
Cartaz de Sinalização	4	R\$ 4,00
Banner	4	R\$ 144,00
Livreto	50	R\$ 15,00
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	144	R\$ 19.242,00
Avaliador de TCC	160	R\$ 10.690,00
Orientador de TCC	80	R\$ 5.345,00
Capacitador - Mestre	182	R\$ 24.319,00
Encargos patronais (20%) - Tutor - Mestre	240	R\$ 3.207,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	326	R\$ 8.711,00
Categoria : Passagens Aéreas Capacitadores		
Passagem nacional para capacitador	31	R\$ 37.200,00
Categoria : Kit		
Kit Completo	40	R\$ 61,00
Categoria : Contratação de Pessoa Jurídica		
Contratação de pessoa jurídica	3	R\$ 104.700,00
Categoria : Bolsa-Capacitação / Diária		
Bolsa-Capacitação-Membro MPU - Docente	74	R\$ 40.700,00
		R\$ 254.338,00

CIV MPDFT

Item de Custo	Quantidade Prevista	Valor Previsto
Categoria : Serviços Gráficos		
Cartaz de Sinalização	4	R\$ 4,00
Banner	4	R\$ 144,00
Livreto	130	R\$ 39,00
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Orientador Pedagógico - Mestre	144	R\$ 19.242,00
Avaliador de TCC	520	R\$ 34.742,00
Orientador de TCC	260	R\$ 17.371,00
Capacitador - Mestre	789	R\$ 105.427,00
Encargos patronais (20%) - Tutor - Mestre	780	R\$ 10.423,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	933	R\$ 24.930,00
Categoria : Kit		
Kit Completo	130	R\$ 198,00
Categoria : Contratação de Pessoa Jurídica		
Contratação de pessoa jurídica	3	R\$ 176.700,00
		R\$ 389.220,00

VIDEOAULA

Item de Custo	Quantidade Execução	Valor Execução
Categoria : Retribuição financeira de docentes		
Capacitador - Mestre	4	R\$ 535,00
Encargos patronais (20%) - Capacitador/Conteudista/Orientador - Mestre	4	R\$ 107,00
Categoria : Passagens Aéreas Capacitadores		
Passagem nacional para capacitador	1	R\$ 1.200,00
Categoria : Bolsa-Capacitação / Diária		
Bolsa-Capacitação Membro MPU - Docente	1,5	R\$ 825,00
		R\$ 2.667,00

DETALHAMENTO DE CUSTOS POR ATIVIDADE - ORÇAMENTO 2015

CURSOS PRESENCIAIS	%	Vagas	Cursos	Valor unitário	Valor total	Total de vagas
MPF	46%	35	53	R\$ 74.209,00	R\$ 3.933.077,00	1.855
MPT	34%	35	39	R\$ 74.209,00	R\$ 2.894.151,00	1.365
MPDFT	17%	35	20	R\$ 25.257,00	R\$ 505.140,00	700
MPM	3%	15	4	R\$ 78.642,00	R\$ 314.568,00	60
Total			116		R\$ 7.646.936,00	3.980

CURSOS EAD	Cursos	Valor unitário	Valor total	Total de vagas
Conteúdo pronto	26	R\$ 26.116,00	R\$ 679.016,00	3.900
Elaborar conteúdo	21	R\$ 33.386,00	R\$ 701.106,00	3.150
Total	47		R\$ 1.380.122,00	7.050

CURSOS PRESENCIAIS REGIONAIS	Cursos	Valor unitário	Valor total	Vagas	Total de vagas
Cursos Presenciais	10	R\$ 14.904,00	R\$ 149.040,00	35	350

ESPECIALIZAÇÕES	Cursos	Valor unitário	Valor total	Total de vagas
Conteúdo pronto - Área fim	1	R\$ 459.437,00	R\$ 459.437,00	150
Conteúdo pronto - Área Administrativa	1	R\$ 459.437,00	R\$ 459.437,00	150
Elaborar conteúdo - Área fim	1	R\$ 478.463,00	R\$ 478.463,00	150
Elaborar conteúdo - Área Administrativa	1	R\$ 478.463,00	R\$ 478.463,00	150
Direito Sanitário (parceria) - Área fim	1	R\$ 281.492,00	R\$ 281.492,00	150
Total	5		R\$ 2.157.292,00	750

CIVS	Valor	Total de vagas
MPF	R\$ 777.457,00	84
MPT	R\$ 254.338,00	40
MPDFT	R\$ 389.220,00	130
Total	R\$ 1.421.015,00	254

VIDEOAULAS	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Videoaula	22	R\$ 2.667,00	R\$ 58.674,00

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Simpósios, Congressos e Seminários	41	R\$ 10.104,00	R\$ 414.264,00

ESTIMATIVA DOS ITENS DE INFRAESTRUTURA	
Serviço de tradução simultânea	R\$ 18.000,00
Serviço de transporte	R\$ 6.000,00
Sala até 50 pessoas	R\$ 139.200,00
Sala/Auditório 2 até 150 pessoas	R\$ 19.500,00
Contratação Pessoa Jurídica	R\$ 200.000,00
Outros itens de infraestrutura	R\$ 35.000,00
Total	R\$ 417.700,00

TOTAL GERAL	R\$ 13.645.043,00
--------------------	--------------------------

RESUMO POR ELEMENTO DE DESPESA

ELEMENTO DE DESPESA	TOTAL
339014 - Diárias	3.850.010,00
339030 - Material de Consumo	7.069,00
339033 - Passagens	3.362.400,00
339036 - Pessoa Física	3.874.947,00
339039 - Pessoa Jurídica	1.967.876,00
339147 - Obrigações Tributárias e Contributivas	582.741,00
TOTAL - CAPACITAÇÃO	13.645.043,00

8.1.3. PLANO ORÇAMENTÁRIO 003 – PESQUISA NA ÁREA JURÍDICA

Em cumprimento ao objetivo da ESMPU de desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica, para o exercício de 2015, a ESMPU propõe o desenvolvimento de 6 (seis) pesquisas, no montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), uma vez que essa ação corresponde à produção de conhecimento que também deve ser incentivada pela ESMPU. Ademais, além das propostas de pesquisas realizadas pelos membros do MPU, a ESMPU possui Câmaras Editoriais e de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indicam à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.

Dessa forma, a ESMPU, em 2015, planeja alcançar os seguintes pontos:

- Atingir a meta 1 apresentada no PDI (página 104): “Fomentar a pesquisa aplicada na área jurídica da ESMPU, incrementando em 133%(*) os recursos para esse fim, até 2015”. (*) incremento de 100.000,00 por ano, partindo de R\$ 300.000,00. A meta é investir R\$ 700.000 em pesquisa em 2015.
- A Diretoria-Geral da ESMPU está com planos para implantação de cursos de Mestrado futuramente. É pré-requisito para a implantação de mestrado que existam linhas de pesquisa na ESMPU, o que está sendo planejado para 2015.

RESUMO POR ELEMENTO DE DESPESA

Em R\$	
ELEMENTO DE DESPESA	TOTAL
339039 - Pessoa Jurídica	700.000,00
TOTAL - PESQUISA	700.000,00

9. PROPOSTAS DO PROJETO DO ORÇAMENTO FISCAL

9.1. AÇÃO 11EQ – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Para esta ação estão sendo propostos recursos no montante de R\$ 2.310.000,00 (dois milhões, trezentos e dez mil reais), os quais estão previstos no PPA 2012-2015.

Os recursos serão destinados à continuidade efetiva da obra, conforme detalhamento:

	Em R\$
Arquitetura (vedações, revestimentos, pisos, acabamentos, cobertura e impermeabilização) e elementos de urbanismo	1.027.000,00
Instalações	962.000,00
Serviços auxiliares e administrativos	321.000,00
TOTAL	2.310.000,00

Ⓟ

10. EXPANSÃO E REFLEXOS

10.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Atualmente a Escola Superior do Ministério Público da União não possui quadro próprio de pessoal. Utiliza-se de servidores dos ramos do MPU para execução dos seus serviços administrativos, conforme previsto no artigo 7º da Lei 9.628/2014.

Com o aumento das atividades acadêmicas, tornou-se necessária a criação do quadro próprio de pessoal da Escola, razão pela qual foi encaminhado ao Congresso Nacional, em 2011, o Projeto de Lei nº 2.200, que cria 203 cargos efetivos e 83 cargos em comissão para a Escola Superior do Ministério Público da União.

Assim, em razão da possibilidade da aprovação do Projeto de Lei nº 2.200/2011, a ESMPU, no exercício de 2015, estima realizar despesas com pessoal, incluindo-se os benefícios, no montante de R\$ 14.555.000,00 (quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais).

10.2. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	LEI 2014	ACRÉSCIMOS LEGAIS ⁽¹⁾	PROPOSTA 2015	EXPANSÃO
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c)-[(a)+(b)]
Custeio	12.751.000		20.903.000	8.152.000
Auxílio-Alimentação			1.013.850	1.013.850
Auxílio-Transporte			145.233	145.233
Assistência Pré-Escolar			267.300	267.300
Assistência Médica e Odontológica			858.600	858.600
TOTAL	12.751.000		23.187.983	10.436.983

RS 1,00

NOTA:
(1) De acordo com o conceito MP/SOF. Dependerá dos limites a serem recebidos.

JUSTIFICATIVA DA EXPANSÃO DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES**Gestão e Administração da ESMPU**

Neste plano orçamentário houve uma expansão de 35,19% em relação ao aprovado para o exercício de 2014, que corresponde a um acréscimo de R\$ 1.707.000,00 (um milhão, setecentos e sete mil reais), oriundo dos principais itens de gastos:

- **Gêneros de alimentação (R\$ 18.500,00):** Aumento de 50% decorre do aumento de 68% no quadro de pessoal. Para café e açúcar, o aumento não é proporcional, mas é considerável. Porém, para água mineral o aumento no consumo é proporcional.
- **Material de expediente (R\$ 14.000,00):** Aumento de 37% decorrente do aumento no quadro de pessoal, que resultará em uma maior demanda de materiais de expediente diversos, bem como, à maior demanda solicitada pelas áreas acadêmicas.
- **Material de copa e cozinha (R\$ 5.000,00):** O aumento de 50% é decorrente do aumento no quadro de pessoal, aliado ao aumento na demanda de copos descartáveis, solicitados pela área que administra os espaços de treinamento.
- **Crachás de identificação pessoal (R\$ 1.000,00):** Em virtude da possibilidade de incremento do número de servidores e estagiários, decorrente da aprovação do PL 2.200/2011, que cria o quadro de pessoal da ESMPU, além da necessidade de reposição de crachás com desgaste natural, alterações cadastrais, perdas, roubos ou furtos.
- **Programa de estágio (R\$ 43.000,00):** Em virtude da possibilidade de incremento do número de estagiários, decorrente da aprovação do PL 2.200/2011, que cria o quadro de pessoal da ESMPU, conforme percentual de 30%, estabelecido pela Portaria PGR N° 378/2010 Art 21, §1º, II, b. Valores da bolsa e do auxílio transporte são fixados por ato do Procurador Geral da República. Estabelece, ainda, a obrigatoriedade (art 7º da referida portaria) de contratação pela unidade gestora do programa de seguro contra acidentes pessoais.
- **Treinamento de servidores (R\$ 89.000,00):** Em virtude da possibilidade de incremento do número de servidores, decorrente da aprovação do PL 2.200/2011, que cria o quadro de pessoal da ESMPU, mantido o valor per capita do exercício 2014.

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de operador de áudio e vídeo nas atividades acadêmicas promovidas pela ESMPU, no montante de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, haja vista que o atual contrato, que atende às necessidades da ESMPU de assegurar serviços de operador de Sistema de Sonorização em atividades acadêmicas realizadas pela Escola, não abrange os serviços de inspeção do conjunto do sistema de áudio, instalação, montagem, teste, desmontagem e guarda dos equipamentos. Do mesmo modo, não contempla os serviços de operação e inspeção do conjunto do Sistema de Comunicação Audiovisual (projetores de vídeo/multimídia, notebooks, telas, gravadores, DVDs e demais equipamentos inerentes ao conjunto do sistema), instalação, montagem, teste, desmontagem e guarda dos referidos equipamentos.
- **Serviços de manutenção de bens imóveis:** Estão sendo propostos recursos no montante de **R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**, que serão destinados à contratação de serviços de reforma de esquadrias e substituição de persianas, necessários à manutenção do Edifício Sede da ESMPU.
- Contrato de empresa para manutenção e suporte do Sistema SIE com manutenção corretiva e evolutiva do sistema, onde serão atualizados os módulos administrativos, no valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.
- Contrato do link de dados com a empresa Embratel que provê acesso à Internet, no valor de **R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais)**.
- Contrato de manutenção e suporte do Firewall, no valor de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**. Em 2013 foram comprados 2 (dois) equipamentos firewall que realizam o serviço de proteção e permissões de acesso aos serviços de rede da ESMPU. A garantia destes equipamentos termina em dezembro de 2014. Para garantir o pleno funcionamento destes equipamentos depois do período de garantia do fabricante, faz-se necessária a contratação de empresa licenciada pela fabricante para prestar manutenção e suporte para estes equipamentos.

- O restante do valor, no montante de **R\$ 705.500,00 (setecentos e cinco mil e quinhentos reais)**, refere-se aos dissídios coletivos das empresas terceirizadas de mão de obra contratadas e das repactuações contratuais destinadas à prestação de serviços de manutenção de software; serviços de manutenção de veículos; locação de máquinas e equipamentos; serviços de comunicação em geral; serviços de áudio, vídeo e fotos, serviços gráficos e editoriais e outros serviços necessários à manutenção administrativa da ESMPU.

Capacitação de Recursos Humanos

De acordo a Secretaria de Planejamento e Projetos desta ESMPU, a expansão de 86,92% neste plano orçamentário, no valor de R\$ 6.345.000,00 (seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil reais), destinar-se-á ao custeio de atividades acadêmicas, segundo as justificativas abaixo:

a) Cursos de Aperfeiçoamento Área Fim - Bases de cálculos:

Com o objetivo de atingir a meta 3 apresentada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2016: “Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola junto a membros e servidores do MPU” (PDI – Critério Pessoas, página 87). A ampliação da oferta de vagas permitirá o atingimento da meta apresentada no PDI que até o final do quadriênio 2012-2015, todo membro e servidor da área finalística participe de 2 cursos.

A partir da quantidade de cursos previstos por ano, obteve-se a quantidade prevista de capacitados, multiplicando-se o nº de cursos por 35 (quantidade de vagas ofertadas nos cursos presenciais).

O valor total a ser gasto no ano de 2015 foi calculado considerando o valor unitário dos cursos de acordo com o ramo (MPF e MPT: 74.205,97; MPDFT: R\$ 28853,47 e MPM: R\$ 78.639,73) multiplicado pela quantidade de cursos por ramo, além da soma de serviços de infraestrutura que não são comuns a todas as atividades, mas podem se necessários ao longo da realização dos cursos (ex.: tradução simultânea, serviço de transporte, aluguel de sala/auditório, entre outros, conforme contrato de infraestrutura). A quantidade de cursos por ramo será proporcional ao quadro de membros e servidores (MPF: 53 cursos; MPT: 39 cursos; MPDFT: 20 cursos; MPM: 4 cursos).

b) Cursos de Aperfeiçoamento Área Administrativa - Bases de cálculos:

Como objetivo de atingir a meta 3 apresentada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2016: "Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola junto a membros e servidores do MPU" (PDI – Critério Pessoas, página 87). A ampliação da oferta de vagas permitirá o atingimento da meta apresentada no PDI "que todo servidor da área administrativa do MPU participe de 1 curso e, todos os da área finalística, de 2" (PDI – Critério Pessoas, página 87);

A quantidade de cursos foi definida dividindo-se a meta total de capacitados por 150 que é a média de vagas ofertadas por curso.

O valor total a ser gasto foi calculado considerando o valor unitário dos cursos que já possuem conteúdo pronto e serão reaplicados (26 cursos, valor unitário R\$ 28.032,66) e dos cursos que necessitam de elaboração de conteúdo (21 cursos, valor unitário R\$ 36.904,98).

c) Pós-graduação área fim e 4 Pós-graduação Área Administrativa - Bases de cálculos

Com o objetivo de cumprir as seguintes metas apresentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2016 (PDI):

* Meta 4, página 101: "Oferecer cursos de especialização em nível de pós-graduação Lato Sensu, em parceria com outras Instituições de reconhecida competência";

* Meta e cronograma página 117: "A Escola pretende promover outros cursos em parceria com Instituições de Ensino Superior, de acordo com o cronograma do quadro 38, a serem ofertados aos servidores que atuam nas diversas áreas do MPU, sendo uma pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos e, o outro, uma especialização em Gestão Pública". O cronograma prevê a oferta de 25 turmas de pós-graduação até o ano de 2016. Até 2014 serão ofertadas 20 turmas. Para 2015 o objetivo é ofertar mais 6 turmas para novos cursos, além de replicar os cursos ofertados anteriormente."

O valor total a ser gasto foi calculado considerando o valor unitário dos cursos que já possuem conteúdo pronto e serão reaplicados (2 cursos, valor unitário R\$ 459.434,68), dos cursos que necessitam de elaboração de conteúdo (2 cursos, valor unitário R\$ 478.460,76) e o curso realizado em parceria (Direito Sanitário), considerando que houve aumento de 20% nos custos do Curso de Especialização Direito Sanitário em comparação ao ano de 2012.

A quantidade de capacitados foi determinada pela multiplicação da quantidade de cursos por 150 que serão as vagas ofertadas por curso.

d) Atividades de Extensão - Bases de cálculos

O valor calculado para Atividades de Extensão corresponde a 5% do previsto para cursos de aperfeiçoamento presenciais.

Para determinar a quantidade de cursos por ano foi dividido o valor total do ano pelo custo médio dos cursos de extensão (valor obtido R\$ 10.000,00).

A quantidade de capacitados foi determinada pela multiplicação da quantidade de cursos por 50 que é a média de capacitados por atividade de extensão.

e) CIV's - Bases de cálculos

Foram estimados os custos para a realização de CIVs para os seguintes ramos: MPF, MPT e MPDFT. Não foi estimado CIV para o MPM, pois o ramo não realiza concurso anual e o último CIV está em andamento em 2014.

Para determinar o valor total a ser gasto com os CIVs foram considerados os valores unitários conforme o ramo (MPF: R\$ 777.452,16; MPT: R\$ 254.334,52; MPDFT: R\$ 317.214,58).

Para determinar a quantidade de capacitados, utilizou-se como referência os últimos CIVs anteriores realizados pelos ramos (MPF: 84; MPT: 40; MPDFT: 130).

Pesquisa na Área Jurídica

A expansão neste plano orçamentário, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correspondente a 16,67%, destinar-se-á ao custeio de pesquisas, segundo as justificativas abaixo:

“Em cumprimento ao objetivo da ESMPU de desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica, para o exercício de 2015, a ESMPU propõe o desenvolvimento de 6 (seis) pesquisas, no montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), uma vez que essa ação corresponde à produção de conhecimento que também deve ser incentivada pela ESMPU. Ademais, além das propostas de pesquisas realizadas pelos membros do MPU, a ESMPU possui Câmaras Editoriais e de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indicam à Escola

as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.

Dessa forma, a ESMPU, em 2015, planeja alcançar os seguintes pontos:

- Atingir a meta 1 apresentada no PDI (página 104): “Fomentar a pesquisa aplicada na área jurídica da ESMPU, incrementando em 133%(*) os recursos para esse fim, até 2015”. (*) incremento de 100.000,00 por ano, partindo de R\$ 300.000,00. A meta é investir R\$ 700.000 em pesquisa em 2015.
- A Diretoria-Geral da ESMPU está com planos para implantação de cursos de Mestrado futuramente. É pré-requisito para a implantação de mestrado que existam linhas de pesquisa na ESMPU, o que está sendo planejado para 2015”.

Custeio – Benefícios Assistenciais

A expansão neste item de gasto, no montante de R\$ 2.284.983,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil e novecentos e oitenta e três reais), destinar-se-á ao pagamento de despesas com ingressos de servidores e de cargos em comissão, segundo a possibilidade de aprovação do Projeto de Lei nº 2.200, que cria o quadro próprio da ESMPU.

10.3. INVESTIMENTOS

ESPECIFICAÇÃO	LEI 2014 (a)	ACRÉSCIMOS LEGAIS ⁽¹⁾ (b)	PROPOSTA 2015 (c)	EXPANSÃO (d)=(c)-[(a)+(b)]
Obras	374.000,00		2.310.000,00	1.936.000,00
Equipamentos e Material Permanente	653.000,00		1.001.000,00	348.000,00
TOTAL	1.027.000,00		3.311.000,00	2.284.000,00

NOTA:
(1) De acordo com o conceito MP/SOF. Dependerá dos limites a serem recebidos.

JUSTIFICATIVA DA EXPANSÃO DE INVESTIMENTOS**Gestão e Administração da ESMPU**

Para este plano orçamentário, a ESMPU está propondo uma expansão de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais), correspondente a 53,29%, em relação ao aprovado para o exercício de 2014. Este montante refere-se aos seguintes itens de gastos:

- Aquisição de softwares, no montante de **R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais)**, compreendendo:
 - software de correio eletrônico para substituir o Groupwise,
 - software WmWare. A ESMPU utiliza, com objetivo de otimizar o uso de seus servidores de rede, o recurso de virtualização. Para isso, atualmente usamos versões gratuitas do software VmWare que tem atendido até certo ponto nossa demanda. Com a aquisição da versão solicitada, a gerência poderá ser feita de modo mais eficiente, pois será possível otimizar o desempenho das máquinas virtuais, unificar o gerenciamento das máquinas virtuais em um único ambiente e o aproveitamento pleno dos recursos de hardware dos servidores, hoje limitado pela versão gratuita.
 - Pacote criativo da Adobe destinado a atender a solicitação da ASCOM para a utilização na criação de material de divulgação de campanhas institucionais.
 - Micrisoft System Center. Trata-se de sistema que auxilia no gerenciamento remoto tanto de servidores de rede quanto de máquinas dos usuários. Com ele, é possível automatizar tarefas, implementar atualizações, realizar inventários e reinstalar programas remotamente de modo rápido e seguro.
 - Windows Server 2012. A versão do sistema operacional existente em alguns servidores de rede da ESMPU está obsoleta, ocasionando lentidão, incompatibilidade com alguns aplicativos e dificuldades adicionais na manutenção, limitando possibilidades e novas tecnologias que otimizariam o uso da rede de computadores e seus serviços.

- Windows Word e Excell. Há na ESMPU aproximadamente 50 licenças do Microsoft Office, instaladas nas mais diversas áreas. Todavia, trata-se de versão antiga, a qual não é mais provida de suporte pela fabricante, estando assim vulnerável. Some-se a isso o fato de que não manipulam adequadamente os arquivos gerados em versões mais recentes, gerando perda de dados ou retrabalho em função da perda de formatação.
- Aquisição de 1 (um) veículo, no montante estimado de **R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)**. A frota da ESMPU é antiga e possui apenas 2 (dois) veículos com relativo tempo de uso (3 anos). Os demais veículos (5), no exercício de 2015, já terão ultrapassado os 5 (cinco) anos, completando inclusive o prazo fixado para renovação, conforme Parágrafo Único do Art. 1º da Portaria PGR nº 513, de 23 de julho de 2003.
- O valor restante de **R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais)**, estão previstos para a realização de despesas com aquisições de equipamentos energéticos e de informática, destinados a atender a nova estrutura da ESMPU, cujo Projeto de Lei nº 2.200, de 31/8/2011, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, compreendendo aquisições de no-breaks, computadores, notebooks, coletores de dados, tablets, e impressoras a laser.

Construção do Edifício-Sede da ESMPU

Para esta ação estão sendo propostos recursos no montante de R\$ 2.310.000,00 (dois milhões, trezentos e dez mil reais), os quais estão previstos no PPA 2012-2015.

Os recursos serão destinados à continuidade efetiva da obra, conforme detalhamento:

	Em R\$
Arquitetura (vedações, revestimentos, pisos, acabamentos, cobertura e impermeabilização) e elementos de urbanismo	1.027.000,00
Instalações	962.000,00
Serviços auxiliares e administrativos	321.000,00
TOTAL	2.310.000,00

**11. RESUMO DA PROPOSTA - ORÇAMENTOS FISCAL
E DA SEGURIDADE SOCIAL**

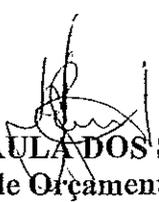
11.1. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - POR GRUPO DE DESPESA (CONSOLIDADO)

RS 1,00

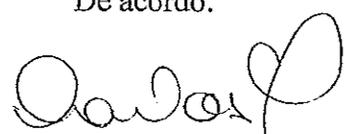
ESPECIFICAÇÃO	PROPOSTA 2015 (A)	LEI + CRÉDITOS 2014 (B)	VARIACÃO	
			ABSOLUTA (A-B)	RELATIVA (A/B) %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.270.000		12.270.000	100
PESSOAL – ATIVO	10.819.000		10.819.000	100
PESSOAL – INATIVO				
CPSS	1.451.000		1.451.000	100
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.188.000	12.751.000	10.437.000	81,85
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.013.850		1.013.850	100
AUXÍLIO-TRANSPORTE	145.250		145.250	100
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	267.300		267.300	100
PLAN-ASSISTE	858.600		858.600	100
OUTROS CUSTEIOS	20.903.000	12.751.000	8.152.000	63,93
INVESTIMENTOS	3.311.000	1.027.000	2.284.000	222,40
CONSTRUÇÕES	2.310.000	374.000	1.936.000	517,65
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.001.000	653.000	348.000	53,29
INVERSÕES FINANCEIRAS				
TOTAL	38.769.000	13.778.000	24.991.000	181,38

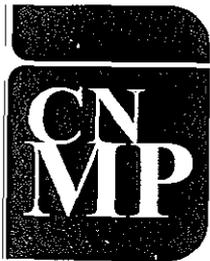
Brasília, 28 de abril de 2014.


SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL
 Secretária de Administração e Tecnologia
 ESMPU


JOAQUIM PAULA DOS SANTOS
 Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças
 ESMPU

De acordo.


CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
 Diretor-Geral da ESMPU



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
0.00.000.001096/2014-37

2014

28/07/14 19:01

SECRETARIA PROCESSUAL
COORDENADORIA DE PROTOCOLO, AUTUAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO

COADE

REQUERENTE:
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ADVOGADO DO REQUERENTE:

REQUERIDO:

CLASSE PROCESSUAL:
ANTEPROJETO DE LEI - AL

ASSUNTO: Apresenta, para parecer deste Conselho Nacional, propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

LATOR(A)

LEONARDO CARVALHO

SERVAÇÕES:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório de Autuação

Usuário: ALCIDIAA
Data: 28/07/2014
Hora: 18:55
Página: 1

1. Dados básicos

Nr Procedimento: 0.00.000.001096/2014-37
Data de autuação: 28/07/2014
Data de entrada no CNMP: 28/07/2014
Documento de Origem: PROJUR/CNMP-4989/2014
Local de Origem: Brasília/DF
Localização atual: Secretaria do CNMP
Classe Processual: Anteprojeto de Lei

Resumo:

Apresenta, para parecer deste Conselho Nacional, propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

Interessados

Ministério Público da União	Requerente
Ministério Público Militar	Interessado
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Interessado
Ministério Público do Trabalho	Interessado
Escola Superior do MPU	Interessado

Ocorrências

Número: 0001.00 - AUTUAÇÃO
Data: 28/07/2014 Autuado com 02 folhas conforme despacho de fls. 01.

Número: 0002.00 - ABERTURA DE APENSO
Data: 28/07/2014 Abertura dos Apensos I (MPDFT), II (MPT), III (MPM) e IV (ESMPU).

Número: 0003.00 - DISTRIBUIÇÃO
Data: 28/07/2014 Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, conforme Relatório de fls. 03.

Número: 0004.00 - OFÍCIO EXPEDIDO
Data: 28/07/2014 Ofício COPAD/CNMP-158/2014 comunicando ao requerente a autuação e distribuição de sua petição, conforme cópia de fls. 04.

Número: 0005.00 - ENVIO AO GABINETE DO RELATOR
Data: 28/07/2014 01 volume e Apensos I a IV

Observação:

FIM


Alcidia Souza
Coordenadora de Protocolo, Autuação
e Distribuição
Matrícula: 5239



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA GERAL

PROJUR/CNMP 4989/2014

OFÍCIO SG/GAB/Nº 36 80

Brasília, 28 de JULHO de 2014.

Senhor Secretário-Geral,

3 Diretrizes - n no
torno regulamentar
28/07/14
Blal Yassine Dalloul
Secretário-Geral do CNMP

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 trata do encaminhamento da proposta orçamentária do Ministério Público da União em seu art. 22, §§ 1º e 2º, *in verbis*:

"Art. 22. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, até 15 de agosto de 2014, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, observadas as disposições desta Lei. (grifo nosso)

§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput, deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, respectivamente, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, até 28 de setembro de 2014, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (grifo nosso)

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público." (grifo nosso)

Assim, para cumprimento do dispositivo legal, encaminho a Vossa Excelência as propostas orçamentárias do Ministério Público Militar (MPM), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Ministério Público do Trabalho (MPT), aprovadas por seus respectivos Conselhos, e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), para apreciação.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor BLAL YASSINE DALLOUL
Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público
Brasília - DF

Ressalto que as referidas propostas foram aprovadas pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU), em reunião realizada em 22 de julho de 2014.

Atenciosamente,


LAURO PINTO CARDOSO NETO
Procurador Regional da República
Secretário-Geral



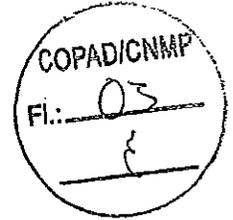


Conselho Nacional do Ministério Público

Sessão de Distribuição Automática de Processos Quantitativo de Processos na Distribuição

Usuário: ALCIDIAA
Data: 28/07/2014
Hora: 18:46
Página: 1

Sessão: 1544 Data: 28/07/2014
Processo: 0.00.000.001096/2014-37
Classe: Anteprojeto de Lei



Conselheiro	Total Geral
Alexandre Berzosa Saliba	47
Antônio Pereira Duarte	47
Esdras Dantas de Souza	47
Marbas Soares Júnior	47
Jeferson Luiz Pereira Coelho	47
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho	47
Luiz Moreira Gomes Junior	47
Walter de Agra Júnior	47
Cláudio Henrique Portela do Rego	48
Fábio George Cruz da Nóbrega	48
Marcelo Ferra de Carvalho	48
Leonardo de Farias Duarte	49

O quadro acima mostra o quantitativo de processos para os Conselheiros habilitados para a distribuição.

Processo: 0.00.000.001096/2014-37

Distribuído ao (à) Conselheiro(a): Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Critério de Distribuição: Distribuição Aleatória

Alcídia Souza
Coordenadora de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Ofício nº 158/2014/SPR/COPAD

Brasília, 28 de julho de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral do Ministério Público da União
SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C
70050-900 – Brasília/DF

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, informo a Vossa Excelência que o Ofício SG/GAB/nº 3680 encaminhado a este Conselho ensejou a instauração do Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37, que foi distribuído ao Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho.

Informo ainda que o acompanhamento do processo mencionado acima poderá ser realizado no sítio deste Conselho na internet, no seguinte endereço eletrônico: www.cnmp.mp.br

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO

BLAL YASSINE DALLOUL
Secretário-Geral do CNMP

Favor mencionar a numeração deste ofício e/ou processo em qualquer correspondência, inclusive no envelope de encaminhamento.



OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 1020

Brasília, 28 de JULHO de 2014.

Senhor Conselheiro,

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 trata do encaminhamento da proposta orçamentária do Ministério Público da União em seu art. 22, §§ 1º e 2º, *in verbis*:

"Art. 22. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, até 15 de agosto de 2014, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, observadas as disposições desta Lei. (grifo nosso)

§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput, deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, respectivamente, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, até 28 de setembro de 2014, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (grifo nosso)

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público." (grifo nosso)

Assim, para cumprimento do dispositivo legal, encaminho a Vossa Excelência os quadros-resumo das propostas de orçamento do Ministério Público Militar (MPM), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Ministério Público do Trabalho (MPT), aprovadas por seus respectivos Conselhos, e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), para apreciação.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público
Brasília - DF



Informo, ainda, que as propostas detalhadas de orçamento do Ministério Público da União, aprovadas pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU), em reunião realizada em 22 de julho de 2014, foram encaminhadas ao Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.

Atenciosamente,


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



Ministério Público da União
Secretaria Geral
Secretaria de Planejamento e Orçamento

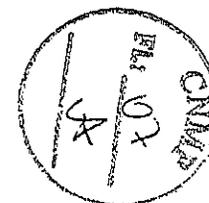
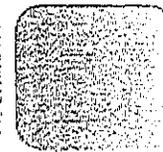
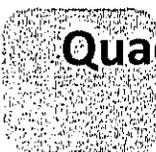
Proposta Orçamentária 2015

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público da União - MPU

Quadros de Apoio

CNMP





Ministério Público da União
Secretaria Geral
Secretaria de Planejamento e Orçamento

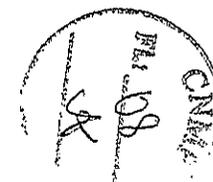
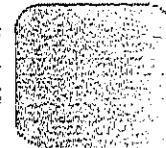
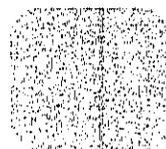
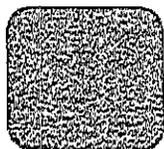
Proposta Orçamentária 2015

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público Militar - MPM

Quadros de Apoio

CNMP



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,00		
DISCRIMINAÇÃO	LOA 2014	PROPOSTA 2015
Ativo	78.177.618	120.186.231
Folha Normal	78.177.618	90.618.445
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		898.464
Impacto de Ingressos		1.638.555
Gratificações e Adicional de Qualificação		194.604
Outras Despesas		867.967
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		-
Ingressos em 2015		14.847.056
Reajuste dos Servidores em 2015		4.489.392
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		1.621.400
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		3.611.735
PL nº 2.201/2011 - Gratificação por Exercício Cumulativo dos Membros		259.988
PL nº 5.491/2013 - Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão		1.138.624
Patronal	14.268.836	19.095.518
Folha Normal	14.268.836	15.719.122
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		157.191
Impacto de Ingressos		187.563
Gratificações e Adicional de Qualificação		2.019
Outras Despesas		168.976
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		
Ingressos em 2015		966.819
Reajuste dos Servidores em 2015		815.660
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		298.623
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		722.347
PL nº 2.201/2011 - Gratificação por Exercício Cumulativo dos Membros		57.198
Inativo	36.449.505	67.696.496
Folha Normal	36.449.505	39.114.331
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		391.143
Gratificações e Adicional de Qualificação		
Outras Despesas ⁽¹⁾		6.653.994
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		
Reajuste dos Servidores em 2015		708.396
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		1.495.687
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		19.332.945
TOTAL	128.895.959	206.978.245

(1) Referem-se a despesas com Licença Prêmio Convertida em Pecúnia



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES EM 2015

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS LEI Nº 10.771/ 2003 E ANTERIORES		LEI Nº 12.321/ 2010		TOTAL	
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Membros	2	807.822			2	807.822
Analistas	2	251.565	56	7.043.816	58	7.295.381
Técnicos	5	400.047	12	960.113	17	1.360.161
Cargos em Comissão e Funções de Confiança	-	-	259	6.350.512	259	6.350.512
FC1			57	774.569	57	774.569
FC2			114	1.801.276	114	1.801.276
FC3			29	653.590	29	653.590
CC1					-	-
CC2			59	3.121.076	59	3.121.076
CC3					-	-
CC4					-	-
CC5					-	-
CC6					-	-
CC7					-	-
TOTAL	9	1.459.434	327	14.354.441	336	15.813.875



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

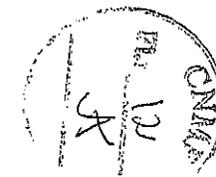
BENEFÍCIO	PER CAPITA	2014 - BASE MARCO		INGRESSOS 2014		INGRESSOS 2015		PROPOSTA 2015	
		(A)		(B)		(C)		D = (A+B+C)	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	215	1.684	4.344.720	27	69.660	318	820.440	2.029	5.234.820
Assist. Pré-Escolar	594	98	698.544	3	21.384	35	249.480	136	969.408
Auxílio-Transporte	125	117	175.500	5	7.500	46	69.000	168	252.000
Auxílio-Alimentação	752	552	4.981.248	9	81.216	106	956.544	667	6.019.008
Exame Periódico	220	542	119.240	9	1.980	-	-	551	121.220
Auxílio-Funeral e Natalidade									127.944
TOTAL			10.319.252		181.740		2.095.464		12.724.944

Nota: O exame-médico periódico não foi considerado para os ingressos de 2015, pois os servidores que ingressam apresentam os exames admissionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PRIORIDADES
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E CUSTEIO BÁSICO)

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2015
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		37.697.467
1	Manutenção MPM	
	Carga e descarga de mobiliário	314.841
	Limpeza e Conservação	2.751.783
	Vigilância	6.291.521
	Brigada	1.614.789
	Recapcionista/Copelragem/Jardinagem	2.120.831
	Manutenção Predial	3.504.413
	Energia Elétrica	1.175.256
	Água e Esgoto	261.203
	Rede Única de Dados	2.888.850
	Telefonia	925.465
	Aluguéis e condomínios	304.723
2	Informática	5.214.452
3	Estagiários	1.688.948
4	Ajuda de custo + auxílio moradia	1.709.180
5	Equipamentos e materiais permanentes	820.000
6	Adolescente aprendiz	585.209
7	Capacitação	700.000
8	Diárias e passagens	1.746.618
9	Material de consumo	1.140.954
10	Outras despesas	1.858.336
CONSTRUÇÕES		18.542.396
1	Construção do Edifício-sede da Procuradoria da Justiça Militar do Rio de Janeiro-RJ	16.878.618
2	Construção do Edifício-sede da Procuradoria da Justiça Militar em Bagé/RS	1.663.778
REFORMAS		2.262.741
1	Adaptações e adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de Manaus-AM	512.741
2	Adaptações e adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar do Porto	500.000
3	Adaptações e adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de Santa Maria	150.000
4	Adaptações e adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de Juiz de Fora	500.000
5	Adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de Bagé-RS	120.000
6	Adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de Fortaleza-CE	120.000
7	Adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de Campo Grande-MS	120.000
8	Adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de Belém-PA	120.000
9	Adequação à NBR 9050/2004 (acessibilidade) para a Procuradoria da Justiça Militar de São Paulo-SP	120.000
AQUISIÇÕES		
1		
2		
TOTAL		58.502.604





Ministério Público da União
Secretaria Geral
Secretaria de Planejamento e Orçamento

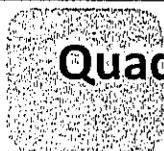
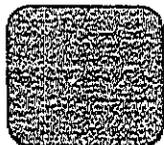
Proposta Orçamentária 2015

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público do Distrito Federal e
Territórios - MPDFT

Quadros de Apoio

CNMP



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2014	PROPOSTA 2015
<u>I - Pessoal</u>	<u>408.635.207</u>	<u>732.585.700</u>
Pessoal e Encargos Sociais	408.635.207	732.585.700
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>93.127.149</u>	<u>145.028.810</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica	28.447.149	54.061.310
Outras Despesas Correntes	64.680.000	90.967.500
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>22.017.551</u>	<u>77.238.700</u>
Investimentos	22.017.551	77.238.700
Inversões Financeiras		
TOTAL	523.779.907	954.853.210



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,00		
DISCRIMINAÇÃO	LOA 2014	PROPOSTA 2015
Ativo	297.833.216	556.993.662
Folha Normal	297.833.216	344.421.250
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		3.333.260
Impacto de Ingressos		9.273.853
Gratificações e Adicional de Qualificação		1.959.079
Outras Despesas		4.366.985
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		16.585.850
Licença prêmio		12.229.446
Ingressos em 2015		109.172.091
Reajuste dos Servidores em 2015		19.689.837
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		24.700
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		8.177.404
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		17.978.033
PL nº 2.201/2011 - Gratificação por Exercício Cumulativo dos Membros		8.471.943
PL nº 5.491/2013 - Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão		1.300.730
Patronal	56.463.656	82.601.024
Folha Normal	56.463.656	63.322.575
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		633.226
Impacto de Ingressos		313.902
Gratificações e Adicional de Qualificação		
Outras Despesas		
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		39.495
Licença prêmio		
Ingressos em 2015		12.137.279
Reajuste dos Servidores em 2015		2.654.204
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		1.322.770
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		1.977.584
Inativo	54.218.335	92.391.104
Folha Normal	54.218.335	58.610.284
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		561.066
Gratificações e Adicional de Qualificação		
Outras Despesas		
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE) ⁽¹⁾		11.908.192
Licença prêmio		639.068
Reajuste dos Servidores em 2015		1.011.097
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		1.620.595
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		16.620.803
TOTAL	406.635.207	732.585.700



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CARGOS VAGOS LEI Nº 10.771/2003 E ANTERIORES		LEI Nº 12.321/2010		ANTEPROJETO DE LEI		TOTAL	
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Membros	31	10.731.742			59	9.738.261	90	20.470.003
Analistas			276	33.963.568			276	33.963.568
Técnicos			624	48.884.231			624	48.884.231
Cargos em Comissão e Funções de Confiança			439	12.252.304	194	5.739.264	633	17.991.568
FC1			112	1.543.912	11	156.795	123	1.700.707
FC2			63	1.012.458	60	965.056	123	1.977.514
FC3			14	327.662	31	710.801	45	1.038.463
CC1					34	907.272	34	907.272
CC2			250	9.368.272	29	1.095.104	279	10.463.376
CC3					12	513.635	12	513.635
CC4					10	725.722	10	725.722
CC5					5	437.124	5	437.124
CC6					2	227.755	2	227.755
CC7								
TOTAL	31	10.731.742	1.339	95.100.103	253	15.477.525	1.623	121.309.370



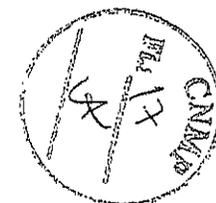
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	2014 BASE MARCO (A)		INGRESSOS 2014 (B)		INGRESSOS 2015 (C)		PROPOSTA 2015 D = (A+B+C)	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	212	5.170	13.152.480			2.827	7.192.256	7.997	20.344.736
Assist. Pré-Escolar	594	473	3.371.544	9	64.152	305	2.171.664	787	5.607.360
Auxílio-Transporte	91	57	62.244			306	334.152	363	396.396
Auxílio-Alimentação	751	2.077	18.717.924	27	243.324	914	8.236.968	3.018	27.198.216
Exames Periódicos	97	2.139	207.483	27	2.619	-	-	2.166	210.102
Auxílio-Natalidade e Funeral									304.500
TOTAL			35.511.675		310.095		17.935.040		54.061.310

Notas: - O exame-médico periódico não foi considerado para os ingressos de 2015, pois os servidores que ingressam apresentam os exames admissionais.

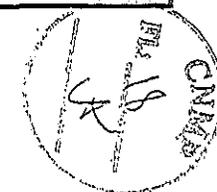
- A coluna "INGRESSOS 2014" considera a nomeação de 25 membros no mês de maio, bem como a expectativa de nomeação de outros 2 membros ainda neste exercício de 2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PRIORIDADES
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E CUSTEIO BÁSICO)

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2015
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		25.797.680
1	Ajuda de custo e transporte	740.000
2	Aquisição de mobiliário	2.446.180
3	Aquisição de microcomputadores e monitores	4.407.000
4	Capacitação de recursos humanos	500.500
5	Suporte técnico especializado em microsoft	1.980.000
6	Sistemas de automação e modernização de sedes (ar condicionado)	1.550.000
7	Serviços de mensageria	1.998.000
8	Contratação de agência de publicidade	1.500.000
9	Implantação de sistema de CFTV	8.500.000
10	Aquisição de veículos	2.176.000
CONSTRUÇÕES		20.000.000
1	Construção da Promotoria de São Sebastião	1.000.000
2	Ampliação da Promotoria de Taguatinga	6.000.000
3	Construção da Promotoria de Brazlândia	7.000.000
4	Construção da Sede das Promotorias de Brasília II	5.000.000
5	Construção da Promotoria de Sobradinho	1.000.000
REFORMAS		23.700.000
1	Reforma da 1ª Etapa do Edifício-Sede	21.700.000
2	Reforma da Garagem	2.000.000
AQUISIÇÕES		
1		
2		
TOTAL		69.497.680





Ministério Público da União
Secretaria Geral
Secretaria de Planejamento e Orçamento

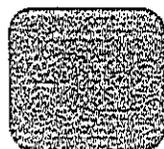
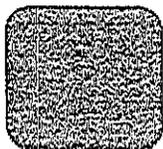
Proposta Orçamentária 2015

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ministério Público do Trabalho - MPT

Quadros de Apoio

ENMP

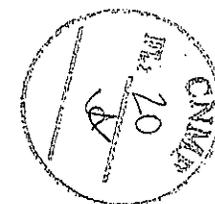


MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2014	PROPOSTA 2015
<u>I - Pessoal</u>	<u>786.728.293</u>	<u>1.608.560.701</u>
Pessoal e Encargos Sociais	786.728.293	1.608.560.701
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>253.203.392</u>	<u>388.820.630</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica e Exames Periódicos	47.047.392	114.982.000
Outras Despesas Correntes	206.156.000	273.838.630
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>145.267.829</u>	<u>239.762.784</u>
Investimentos	123.007.000	181.862.784
Inversões Financeiras	22.260.829	57.900.000
Total	1.185.199.514	2.237.144.115



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,00		
DISCRIMINAÇÃO	LOA 2014	PROPOSTA 2015
Ativo	547.625.341	1.208.221.724
Folha Normal	547.625.341	636.447.461,38
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		6.364.475,00
Impacto de Ingressos de 2014 em 2015		34.300.174,00
Gratificações e Adicional de Qualificação		1.853.383,00
Outras Despesas		6.139.126,13
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		52.322.357,00
Ingressos em 2015		222.387.140,00
Reajuste dos Servidores em 2015 (5%)		40.890.006,00
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		553.485,00
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		14.662.418,00
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		18.081.352,00
Gratificação por Exercício Cumulativo (PL 2201/2011)		8.329.164,00
Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão - PL 5491/2013		3.022.861,00
Reajuste de servidores em 2015 - PL 2.199/2011		162.634.280,00
Patronal	103.084.707	174.025.735
Folha Normal	103.084.707	119.223.301
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		1.192.233
Impacto de Ingressos		2.697.450
Gratificações e Adicional de Qualificação		
Outras Despesas		1.306.957
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		242.000
Ingressos em 2015		27.121.147
Reajuste dos Servidores em 2015 (5%)		4.905.804
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		118.725
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		2.698.219
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		521.079
Gratificação por Exercício Cumulativo (PL 2201/2011)		1.832.416
Reajuste de servidores em 2015 - PL 2.199/2011		12.166.405
Inativo	136.018.245	226.313.172
Folha Normal	136.018.245	149.719.299
Crescimento Vegetativo (1% da folha normal)		1.497.193
Gratificações e Adicional de Qualificação		
Outras Despesas		812.241
Exercícios Anteriores (exceto Parcela Autônoma de Equivalência - PAE)		9.583.875
Reajuste dos Servidores em 2015 (5%)		3.110.405
Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO		
Subsídio dos Membros para 2015 (5%)		3.837.071
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE		50.896.310
Reajuste de servidores em 2015 - PL 2.199/2011		6.756.777
TOTAL	786.728.293	1.608.560.701



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES em 2015

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LEI Nº 10.771/2003 E ANTERIORES		LEI Nº 12.321/2010		TOTAL	
	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
Membros	12	4.201.377			12	4.201.377
Analistas	21	2.584.185	1.057	130.070.623	1.078	132.654.808
Técnicos	52	4.073.689	1.030	80.690.377	1.082	84.764.066
Cargos em Comissão e Funções de Confiança	-	-	633	27.888.036	633	27.888.036
FC1			91	1.205.678	91	1.205.678
FC2			13	200.273	13	200.273
FC3			30	659.225	30	659.225
CC1					-	-
CC2			499	25.822.860	499	25.822.860
CC3					-	-
CC4					-	-
CC5					-	-
CC6					-	-
CC7					-	-
TOTAL	85	10.859.251	2.720	238.649.036	2.805	249.508.287



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	2014 - BASE MARCO (A)		INGRESSOS 2014 (B)		INGRESSOS 2015 (C)		PROPOSTA 2015 D=(A+B+C)	
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	215	8.103	20.905.740	729	1.880.820	7.266	18.746.280	16.098	41.532.840
Assist. Pré-Escolar	594	817	5.823.576	81	577.368	807	5.752.296	1.705	12.153.240
Auxílio-Transporte	145	162	281.880	131	227.940	1.332	2.317.680	1.625	2.827.500
Auxílio-Alimentação	752	3.711	33.488.064	243	2.192.832	2.422	21.856.128	6.376	57.537.024
Exame Periódico	220	3.991	878.020	243	53.460			4.234	931.480
TOTAL			61.377.280		4.932.420		48.672.384		114.982.000

Nota: O exame-médico periódico não foi considerado para os ingressos de 2015, pois os servidores que ingressam apresentam os exames admissionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PRIORIDADES
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E CUSTEIO BÁSICO)

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2015
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		79.424.767
1	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	74.897.967
	1.1 - Manutenção	73.297.967
	1.2 - Ações para Erradicação do Trabalho Escravo	1.000.000
	1.3 - Capacitação de Recursos Humanos	600.000
2	Comunicação e Divulgação Institucional	4.526.800
CONSTRUÇÕES		20.700.000
1	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI	20.700.000
REFORMAS		
1		
AQUISIÇÕES		60.400.000
1	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Maceió - AL - No Município de Maceió - AL	50.000.000
2	Aquisição de Imóvel Complementar ao Edifício-Sede da PTM de Novo Hamburgo - RS - No Município de Novo Hamburgo - RS	2.500.000
3	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santo Ângelo - RS - No Município de Santo Ângelo - RS	1.200.000
4	Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em João Pessoa - PB - No Município de João Pessoa - PB	800.000
5	Aquisição de Terreno para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Patos - PB - No Município de Patos - PB	1.000.000
6	Aquisição de Terreno para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Aracaju - SE - No Município de Aracaju - SE	700.000
7	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Corumbá - MS - No Município de Corumbá - MS	1.200.000
8	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Joaçaba - SC - No Município de Joaçaba - SC	3.000.000
TOTAL		160.524.767





Ministério Público da União
Secretaria Geral
Secretaria de Planejamento e Orçamento

Proposta Orçamentária 2015

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Escola Superior do Ministério Público da
União - ESMPU

Quadros de Apoio

CNMP



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2014	PROPOSTA 2015
<u>I - Pessoal</u>		<u>15.849.000</u>
<u>II - Despesas Correntes</u>	<u>12.751.000</u>	<u>24.204.000</u>
Auxílios e Assistência Médica e Odontológica		3.301.000
Outras Despesas Correntes	12.751.000	20.903.000
<u>III - Despesas de Capital</u>	<u>1.027.000</u>	<u>3.311.000</u>
Investimentos	1.027.000	3.311.000
Inversões Financeiras		
Total	13.778.000	43.364.000



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

RS 1,00

DISCRIMINAÇÃO	PROPOSTA 2015
<u>Ativo</u>	13.915.000
Ingressos em 2015	12.951.000
Reajuste de Servidores em 2015	832.000
PL nº 5.491/2013 - Reajuste dos valores dos Cargos em Comissão	132.000
<u>Patronal</u>	1.934.000
Ingressos em 2015	1.863.000
Reajuste de Servidores em 2015	71.000
TOTAL	15.849.000



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
 DEMONSTRATIVO DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	PROJETO DE LEI Nº 2.200/2011		TOTAL	
	FÍSICO	FINANCEIRO ⁽¹⁾	FÍSICO	FINANCEIRO
Membros				
Analistas	33	7.560.490	33	7.560.490
Técnicos	99	5.158.940	99	5.158.940
Cargos em Comissão e Funções de Confiança	83	3.129.570	83	3.129.570
FC1	9	119.250	9	119.250
FC2	4	61.630	4	61.630
FC3	34	747.130	34	747.130
CC1				
CC2	26	1.239.650	26	1.239.650
CC3				
CC4	4	360.260	4	360.260
CC5	5	507.400	5	507.400
CC6	1	94.250	1	94.250
CC7				
TOTAL	215	15.849.000	215	15.849.000

(1) O financeiro dos Ingressos contém o reajuste de servidores (Lei nº 12.773/12) e o reajuste dos cargos em comissão (PL nº 5.491/13)

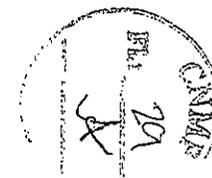


ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS

R\$ 1,00

BENEFÍCIO	PER CAPITA	PROPOSTA 2015	
		FÍSICO	FINANCEIRO
Assist. Médica e Odontológica	212	450	1.240.000
Assist. Pré-Escolar	594	50	386.000
Auxílio-Transporte	163	99	210.000
Auxílio-Alimentação	751	150	1.465.000
Exames Periódicos			
TOTAL			3.301.000

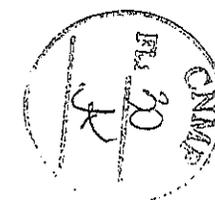
Nota: O exame-médico periódico não foi considerado para os ingressos de 2015, pois os servidores que ingressam apresentam os exames admissionais.



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015
PRIORIDADES
(EXCETO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E CUSTEIO BÁSICO)

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PROPOSTA 2015
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		21.904.000
1	20HP - Gestão e Administração da ESMPU	21.904.000
	PO - Gestão e Administração da ESMPU	7.559.000
	Diárias	180.000
	Material de Consumo	206.000
	Premiações Culturais, Artísticas e Científicas	20.000
	Passagens e Desp. Com Locomoção	50.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	500.000
	Locação de mão-de-obra	3.300.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.281.000
	Obrigações Tributárias e Contributivas	21.000
	Aquisições de Softwares	299.000
	Equipamentos e Material Permanente	702.000
	PO - Capacitação de Recursos Humanos	13.645.000
	Diárias	3.850.000
	Material de Consumo	7.200
	Passagens e Desp. Com Locomoção	3.362.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.875.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.968.000
	Obrigações Tributárias e Contributivas	582.800
	PO - Pesquisa na Área Jurídica	700.000
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	700.000
CONSTRUÇÕES		2.310.000
2	11EQ - Centro de Treinamento da ESMPU	2.310.000
REFORMAS		
AQUISIÇÕES		
TOTAL		24.214.000





Anteprojeto de Lei Nº 0.00.000.001096/2014-37

RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Ministério Público da União

DESPACHO

Trata-se de encaminhamento de propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para parecer deste Conselho Nacional e consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

Considerada a complexidade do objeto destes autos, a exigir conhecimentos técnicos específicos, solícite-se à Secretaria de Planejamento Orçamentário parecer circunstanciado sobre a regularidade das propostas orçamentárias apresentadas.

Brasília (DF), 29 de julho de 2014.


LEONARDO CARVALHO

Conselheiro relator



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Nota Técnica nº 001/2014-SPO/CNMP

Brasília, DF, 30 de julho de 2014.

Do: Coordenador de Planos e Avaliação
À: Secretária de Planejamento Orçamentário
Assunto: Anteprojeto de Lei (AL) nº 0.00.000.001096/2014-37 – PLOA2015 MPU.

1. Trata-se de despacho exarado (fl. nº 31) no bojo do expediente Anteprojeto de Lei (AL) nº 0.00.000.001096/2014-37, composto de 5 (cinco) volumes, no qual o eminente Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho solicita que esta SPO emitá parecer circunstanciado sobre a regularidade das propostas orçamentárias dos Ministérios Públicos Militar (MPM), do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Trabalho (MPT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

2. Inicialmente, cabe destacar que, à semelhança da Lei nº 12.919/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 -, o Projeto de Lei nº 3/2014-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – PLDO 2015), estabelece nos §§ 1º e 2º, do Art. 22, que as propostas orçamentárias dos Ramos do Ministério Público da União, exceto o Ministério Público Federal, deverão ser objeto de parecer do CNMP, a ser enviado para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, até 28 de setembro de 2014, *in verbis*:

Art. 22. (...)

§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput, deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, respectivamente, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, até 28 de setembro de 2014, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

3. Ademais, a legislação em vigor assevera que:
a. o Ministério Público da União elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 23; da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993);

b. compete ao Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União opinar sobre a proposta orçamentária do Ministério Público da União, após a aprovação pelos respectivos Conselhos Superiores (Arts. 30, 98, 124 e 165, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993);

c. o orçamento deve ser compatibilizado com o Plano Plurianual (Art. 165, § 7º, da Constituição da República);

d. as ações orçamentárias, que integram o Plano Plurianual, serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais (Art. 8º, § 1º da Lei nº 12.593/2012 – Lei do PPA 2012-2015).

4. Quanto às propostas orçamentárias, ora em análise, infere-se que as Unidades Orçamentárias (UOs) do Ministério Público da União (MPM, MPDFT, MPT e ESMPU) observaram as diretrizes elencadas no Art. 23 (parâmetros monetários para as despesas discricionárias, enquadradas nos Grupos de Naturezas de Despesas 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras) e nos Arts. 72 e 85 (parâmetros para as despesas obrigatórias, classificadas nos GNDs 1 - Pessoal e Encargos Sociais e 3 - Outras Despesas Correntes, concernentes aos Benefícios aos Servidores), todos do PL nº 3/2014-CN.

5. Há que se ressaltar que os referenciais monetários são indicativos para a elaboração da proposta orçamentária 2015, pois os valores finais são negociados com o Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal, até 15 de agosto de 2014, e fixados pelo Congresso Nacional (Art. 48, CF), a princípio, até 31 de dezembro de 2014.

6. Dessa maneira, as programações fixadas para 2014 e as propostas para integrar a Lei Orçamentária de 2015, referentes aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estão resumidas, respectivamente, no quadro nº 1 a seguir.

Quadro nº 1: Resumo das Dotações Fixadas para 2014 e Previstas para 2015

ESPECIFICAÇÃO	MPM		MPDFT		MPT		ESMPU	
	LOA 2014	PROPOSTA 2015	LOA 2014	PROPOSTA 2015	LOA 2014	PROPOSTA 2015	LOA 2014	PROPOSTA 2015
Pessoal e Encargos Sociais	128.895.959	206.393.446	408.635.207	732.585.700	786.728.293	1.608.560.701	0	12.270.000
Outras Despesas Correntes	38.215.563	46.920.608	97.074.700	180.567.510	253.203.392	388.820.630	12.751.000	23.188.000
Benefícios aos Servidores	8.772.563	12.724.400	28.447.149	54.061.310	47.047.392	114.982.000	0	2.285.000
Outras Despesas Correntes (Exceto Benefícios aos Servidores)	29.443.000	34.196.208	68.627.551	126.506.200	206.156.000	273.838.630	12.751.000	20.903.000
Investimentos	17.650.000	24.306.396	18.070.000	41.700.000	123.007.000	181.862.784	1.027.000	3.311.000
Inversões Financeiras	0	0	0	0	22.260.829	57.900.000	0	0
TOTAL	184.761.522	277.620.450	523.779.907	954.853.210	1.185.199.514	2.237.144.115	13.778.000	38.769.000

Fonte: Propostas orçamentárias, aprovadas pelos respectivos Órgãos.

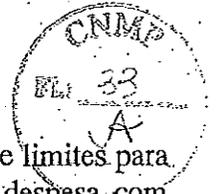
7. De uma forma geral, observa-se que, nas programações propostas, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais possui o maior peso, em termos proporcionais ao conjunto das programações, conforme demonstrado no quadro nº 2. Exceção é feita à Escola Superior do MPU, a qual, no momento, não possui quadro de pessoal, mas, de acordo com informações da página 61 (da sua proposta orçamentária), há a possibilidade de criação de seu quadro de pessoal, por intermédio da aprovação do PL nº 2.200/2011, motivo pelo qual é estimada a despesa para 2015.

Quadro nº 2: Composição Percentual da Proposta Orçamentária para 2015

Grupo de Natureza da Despesa	MPM	MPDFT	MPT	ESMPU
1 – Pessoal e Encargos Sociais	74,34%	76,72%	71,90%	31,65%
3 – Outras Despesas Correntes	16,90%	18,91%	17,38%	59,81%
4 – Investimento	8,76%	4,37%	8,13%	8,54%
5 – Inversão Financeira	0,00%	0,00%	2,59%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Propostas orçamentárias, aprovadas pelos respectivos Órgãos.

AR



8. Considerando que o Art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para o crescimento da despesa com pessoal e encargos do MPU, identifica-se que a despesa com Pessoal e Encargos Sociais do MPDFT está abaixo dos limites estabelecidos, conforme demonstrado na folha 56, da respectiva proposta orçamentária.

9. Alhures, não é possível proceder à análise semelhante, em relação aos demais ramos do MPU, uma vez que, por falta de previsão legal, a proposta orçamentária do MPF não foi encaminhada para este CNMP, além de que o limite estabelecido na LRF é único, para o conjunto do MPU, com exceção do MPDFT, que possui limite específico¹.

10. Ademais, percebe-se que as propostas consideram, em termos monetários, impactos orçamentários de proposições, em tramitação no Congresso Nacional, conforme diretriz do PLDO 2015, Art. 77 e §§, *in verbis*:

Art. 77. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2013, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O anexo a que se refere o caput contera autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até 31 de agosto de 2014, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

- I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;
- II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e
- III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente.

§ 2º O anexo de que trata o § 1º considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2015 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização, durante a apreciação do projeto, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo fixado pelo § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

11. Assim, sem embargos e com base na documentação apresentada, infere-se que as propostas orçamentárias para 2015, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e da Escola Superior do Ministério Público da União, apresentam-se regulares e em condições de integrarem a proposta de Orçamento Geral da União para 2015, haja vista que:

a. são compatíveis com o Plano Plurianual 2012-2015;

b. cumprem os prazos, parâmetros e procedimentos estabelecidos pela legislação em vigor;

c. refletem as necessidades e prioridades orçamentárias dos órgãos.



1 Conforme estabelecido no Decreto nº 6.334/2007.

À consideração da Secretária de Planejamento Orçamentário.



CLEITON AMAURY DA CRUZ DIAS
Analista/Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planos e Avaliação

De acordo. Junte-se aos autos e encaminhe-se ao Gabinete do Conselheiro Leonardo Carvalho.

Brasília, DF, 30 de julho de 2014.



TAÍSSA COUTO ROSA DAGHER
Secretária de Planejamento Orçamentário



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



SECRETARIA PROCESSUAL
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001096/2014-37 (Anteprojeto de Lei)

RELATOR: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

REQUERENTE: Ministério Público da União

INTERESSADO: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Ministério Público do Trabalho
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Ministério Público Militar

ASSUNTO: Apresenta, para parecer deste Conselho Nacional, propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

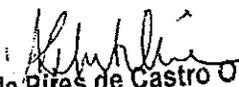
SESSÃO DE JULGAMENTO: 15ª Sessão Ordinária

DATA DO JULGAMENTO: 04/08/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Exmo. Sr. Doutor Rodrigo Janot Monteiro de Barros

SECRETÁRIO-GERAL: Exmo. Sr. Doutor Bal Yassine Dallou

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a presente Proposta Orçamentária do Ministério Público da União, para o exercício financeiro de 2015, nos termos do voto do Relator.


Rafaela Pires de Castro Oliveira
Coordenadora de Processamento de Feitos
Matrícula: 20271



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Ministério Público da União

EMENTA

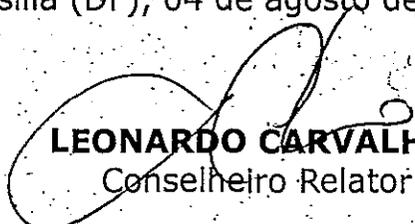
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015. ARTIGO 22, § 1º E 2º, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. APROVAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.

1. Proposta orçamentária elaborada em conformidade com as determinações legais vigentes
2. Adequação das propostas aos limites previstos na legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.
3. Aprovação das propostas orçamentárias do MPM, MPT, MPDFT e ESMPU para o exercício financeiro de 2015.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pela aprovação da proposta orçamentária do Ministério Público da União, para o exercício financeiro de 2015, nos termos do voto do Relator.

Brasília (DF), 04 de agosto de 2014.


LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

RELATÓRIO

O Procurador-Geral da República encaminha, por meio do OFÍCIO/PGR/GAB/Nº1020, a proposta orçamentária do Ministério Público da União para o exercício de 2015, para apreciação deste Colegiado, em cumprimento ao art. 22, § 1º e 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 12.078, de 17 de agosto de 2012).

Anexas ao ofício, as propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, devidamente aprovadas por seus respectivos Conselhos, e da Escola Superior do Ministério Público da União.

Em apertada síntese, as propostas contém:

Ministério Público Militar (MPM)

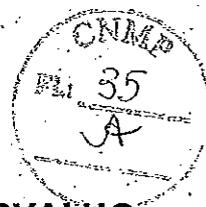
O MPM apresentou proposta orçamentária que compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social:

Nos termos do apenso III, a despesa total do MPM para o exercício de 2015 está fixada em **R\$ 277.620.994** (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e vinte mil e novecentos e noventa e quatro reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 206.393.446 (duzentos e seis milhões, trezentos e noventa e três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), somado ao valor referente a outras despesas correntes, de R\$ 46.921.152 (quarenta e seis milhões, novecentos e vinte e um mil e cento e cinquenta e dois reais) e



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

por fim, o montante de R\$ 24.306.396 (vinte quatro milhões, trezentos e seis mil e trezentos e noventa e seis reais) destinado a despesa de investimentos.

As prioridades que nortearam a definição das despesas na elaboração desta proposta foram:

- a) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro-RJ;
- b) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar em Bagé-RS;
- c) Manutenção do Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar e das Procuradorias de Justiça Militar nos estados.

Cabe salientar ainda que em relação aos investimentos direcionados a execução de projetos, foram priorizados àqueles constantes do Plano Plurianual.

Ministério Público do Trabalho (MPT)

A proposta orçamentária apresentada pelo MPT compreende o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

Nos termos do apenso II, a despesa total do MPT para o exercício de 2015 está fixada em **R\$ 2.237.144.115** (dois bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil e cento e quinze reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

sociais no valor de R\$ 1.608.560.701 (um bilhão, seiscentos e oito milhões, quinhentos e sessenta mil e setecentos e um reais), somado ao valor referente a outras despesas correntes, de R\$ 388.820.630,00 (trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e vinte mil e seiscentos e trinta reais), mais o montante de R\$ 293.762.784 (duzentos e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil e setecentos e oitenta e quatro reais) destinados a despesas de capital.

Na elaboração desta proposta foram previstos os recursos referentes ao desenvolvimento das atividades fim e meio do Ministério Público do Trabalho, abaixo enumerados:

a) Despesa de Interesse Público no Processo Judiciário – MPT que envolve: manutenção das unidades do MPT, ingresso de membros, contratação de estagiários, manutenção de novas instalações, despesas com tecnologia da informação, com Programas Adolescentes Aprendiz, e com terceirização de motoristas, elaboração e execução dos projetos de acessibilidade para adequação dos edifícios do MPT, ampliação dos atuais aluguéis, reformas, mobiliário para novos membros e servidores, auxílio moradia e segurança institucional para os membros, capacitação de recursos humanos e por fim assegurar recursos com ações para erradicação do trabalho escravo;

b) Auxílios e benefícios, tais como: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) Comunicação e Divulgação Institucional;



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

- D) Aquisições e construções;
- e) Pessoal e Encargos Sociais;

Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT)

A proposta orçamentária apresentada pelo MPDFT compreende o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

A proposta orçamentária para o exercício de 2015, conforme acostado no apenso I, está fixada em **R\$ 954.853.210** (novecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e dez reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 732.585.700 (setecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais), somado ao valor referente a despesas correntes, de R\$ 145.028.810 (cento e quarenta e cinco milhões, vinte e oito mil e oitocentos e dez reais), e por fim, o montante de R\$ 77.238.700 (setenta e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil e setecentos reais) destinado a despesas de capital.

A previsão dos gastos referentes a propostas orçamentárias visa atender às demandas atuais para o bom funcionamento da Instituição e a prestação de serviços à sociedade de forma eficiente e eficaz, consoante às seguintes diretrizes:

- a) Pessoal e encargos Sociais;
- b) Administração Geral;



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

- c) Benefícios e Assistência Médica;
- d) Construções e Reformas.

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

A proposta orçamentária apresentada pela ESMPU compreende o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

A proposta orçamentária para o exercício de 2015, nos termos do apenso IV, está fixada em **R\$ 38.769.000** (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), que consubstancia os orçamentos de pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 12.270.000 (doze milhões, duzentos e setenta mil reais), somado ao valor referente a despesas correntes, de R\$ 23.188.000 (vinte e três milhões e cento e oitenta e oito mil reais), e por fim, o montante de R\$ 3.311.000 (três milhões e trezentos e onze mil reais) destinado a despesas de investimentos.

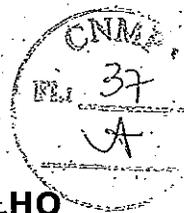
As ações previstas na programação orçamentária são as seguintes:

- a) Atendimento do custeio básico, essencial para o funcionamento das atividades da Escola;
- b) Ingresso de servidores concursados e seus reflexos ;
- c) Obras em andamento: construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União;



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

- d) Ampliação das ações de capacitação para atendimento aos membros e servidores do MPU;
- e) Investimentos em projetos de pesquisa na área jurídica, destinadas ao aperfeiçoamento da atividade dos membros DO mpu.

A Secretaria de Planejamento Orçamentário, deste Conselho Nacional emitiu Nota Técnica nº 001/2014-SPO/CNMP.

É o relatório.

VOTO

Trata-se de Anteprojeto de Lei que tem por finalidade a emissão de parecer acerca das propostas orçamentárias do MPT, MPM, MPDFT e ESMPU, para o exercício de 2015, atestando a sua regularidade formal, a observância dos parâmetros estabelecidos na legislação vigente sobre a matéria, a adequação entre as dotações propostas e as despesas a serem efetuadas e a compatibilidade dos gastos programados com as atribuições dos respectivos ramos.

Ante a complexidade do caso, a Secretaria de Planejamento Orçamentário deste Órgão exarou parecer técnico circunstanciado sobre a regularidade das propostas orçamentárias a fls. 32/33.



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

Depreende-se da Nota Técnica que as propostas orçamentárias observaram as diretrizes elencadas no art. 23 (parâmetros monetários para as despesas discricionárias) e nos arts. 72 e 85 (parâmetros para as despesas obrigatórias), todos do PL nº 3/2014-CN.

A Secretaria de Planejamento Orçamentário conclui sua análise técnica nos seguintes termos (fl. 33):

Assim, sem embargos e com base na documentação apresentada, inferê-se que as propostas orçamentárias para 2015, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e da Escola Superior do Ministério Público da União, apresentam-se regulares e em condições de integrarem a proposta de Orçamento Geral da União para 2015, haja vista que:

- a- são compatíveis com o Plano Plurianual 2012-2015;
- b- cumprem os prazos, parâmetros e procedimentos estabelecidos pela legislação em vigor;
- c- refletem as necessidades e prioridades orçamentárias dos órgãos.

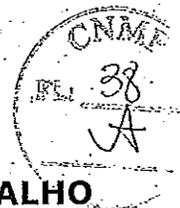
Ressalte-se que as propostas detalhadas de orçamento do Ministério Público da União foram aprovadas pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU), em reunião realizada em 22 de julho de 2014.

A luz dos esclarecimentos técnicos acima delineados, entendo terem sido observados os requisitos legais, de modo que, ausente qualquer vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade nas proposições,



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHEIRO LEONARDO CARVALHO



Anteprojeto de Lei nº 0.00.000.001096/2014-37

considero a proposta adequada às necessidades das respectivas unidades ministeriais.

Voto no sentido da aprovação da Proposta Orçamentária do Ministério Público da União, para o exercício de 2015, com o consequente e imediato encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Dê-se ciência ao Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Encaminhe-se cópia à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 04 de agosto de 2014.


LEONARDO CARVALHO
Conselheiro relator



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



SECRETARIA PROCESSUAL
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.00 1096 / 2014 - 37

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, foi publicado(a) no Diário Oficial da União,
Seção 1, página(s) 72:

- 1- () a decisão de fl(s) _____
- 2- () o acórdão de fl(s) 34 a 38
- 3- () o edital de fl(s) _____
- 4- () despacho de arquivamento do Presidente (art. 12, XXX, do RICNMP)
- 5- () outros. Especificar: _____

COPF/CNMP, 06 / 08 / 2014.

REMESSA

Nesta data, remeto:

- 1- () os presentes autos à COADE/CNMP para providências.
- 2- () a presente certidão ao Gabinete do Relator ou Corregedoria para juntada.
- 3- () os presentes autos ao Gabinete do Relator.
- 4- () os presentes autos à COPAD, conforme determinação de fl(s) _____.
- 5- () os presentes autos ao arquivo com _____ fls.
- 6- () os presentes autos, após o trânsito em julgado, à(ao) _____.
- 7- () os presentes autos ao Núcleo de Apoio às Comissões.
- 8- () à Corregedoria para as providências que entender cabíveis.
- 9- () outros (aguardando trânsito em julgado).

[Handwritten Signature]
Cristina de Sá
Analista Processual
Mat. 2122

COPF/CNMP, 06 / 08 / 2014.